

versão impressa ISSN 1517-4999
versão online ISSN 2446-8681

REVISTA

GeoPantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS
v.19 n. 36 • 2024

Dossiê:
MIGRAFRON





REVISTA
GeoPantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

Revista GeoPantanal • UFMS | Corumbá, MS | v. 19 | n. 36 | p. 1 - 226 | jan./jun. 2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE GEOGRAFIA / MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CÂMPUS DO PANTANAL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Câmpus do Pantanal

Aguinaldo Silva

Coordenador do Curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços

Edgar Aparecido da Costa

Coordenador do Curso de Geografia

Élvis Christian Madureira Ramos

CÂMARA EDITORIAL

Aguinaldo Silva

Beatriz Lima de Paula Silva

Élvis Christian Madureira Ramos

Marco Aurélio Machado de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEIS

Edgar Aparecido da Costa

Hudson de Azevedo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

GeoPantanal: revista do Curso de Geografia e do Mestrado
em Estudos Fronteiriços / Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul. - n. 1, (1997) - . Corumbá/MS: A
Universidade, 1997-
v. : il. ; 25 cm

Semestral

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.

REVISTA

Geopantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

Dossiê:
MIGRAFRON

GeoPantanal é uma Revista para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal ligado ao Curso de Geografia e ao Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EDITORES CHEFES

Dr. Edgar Aparecido da Costa

Dr. Hudson de Azevedo Macedo

CÂMARA DE REDAÇÃO

Dr. Aguinaldo Silva

Dr. Élviz Christian Madureira Ramos

Dr^a. Beatriz Lima de Paula Silva

Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana Dorfman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Alberto Hernández Hernández – Colegio Frontera Norte (COLEF), Tijuana, México.

Dr. Alejandro Gabriel Benedetti - Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina.

Dr^a. Aline Lima Rodrigues - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente/SP, Brasil.

Dr. Carlos Piñones Rivera - Universidad de Tarapacá, Arica, Chile.

Dr^a. Cleonice Alexandre Le Bourlegat - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Edvaldo Cesar Moretti, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Gonzalo Álvarez Fuentes - Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr. Gutemberg Vilhena Silva – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Brasil.

Dr. Haroldo Dilla Alfonso - Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr^a. Lorraine Gomes da Silva - Universidade Federal de Goiás (UFG), Câmpus Cora Coralina, Goiás, Brasil.

Dr. João Edmilson Fabrini - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Marcos Aurélio Saquet - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Dr^a. Maria Aparecida Santos e Campos - Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), Porto Rico, Estados Unidos; Cidade do México, México.

Dr^a. Maristela Ferrari - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

Dr. Michael Matthew McGlue - University of Kentucky (UK), Lexington, Estados Unidos.

Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr^a. Rebeca Steiman – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Dr^a Sandra Mara da Silva Neves - Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

Dr. Sergio Ricardo Oliveira Martins – Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Bahia, Brasil.

Catálogo na Fonte –

Revista GeoPantanal / Câmpus do Pantanal

Curso de Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços – Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal, UFMS. v.19 - n. 36, (2024) - . - Corumbá/MS:

Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços – CPAN/UFMS/Ed. UFMS, 2024.

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(Câmpus do Pantanal), 2. Geografia

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

CDU:

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo>

Os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Endereço: UFMS – Câmpus do Pantanal – Av. Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, 79304-020, Corumbá/MS. Aos cuidados de Edgar Aparecido da Costa e Hudson de Azevedo Macedo, editores da

REVISTA GEOPANTANAL. E-mail revistageopantanal@gmail.com

Solicita-se permuta/Exchange desired

Corumbá, MS

Julho de 2024

SUMÁRIO

Editorial _____ 8

Dossiê: MIGRAFRON

Apresentação

Marco Aurelio Machado de Oliveira

Patricia Teixeira Tavano _____ 11

Fronteiras e Travessias Globais:

Migração Haitiana em Mato Grosso do Sul

Juliana Tomiko Ribeiro Aizawa

Jones Dari Goëttart _____ 13

Mulheres Imigrantes na Contemporaneidade

Jessica Campos de Freitas

Lucilene Machado Garcia Arf _____ 31

Documentação e Cidadania na Fronteira Brasil (Corumbá/MS) X Bolívia: registro civil de nascimento

Joyce Sehaber Germendorff

Silvia de Fátima Pires

Marco Aurélio Machado de Oliveira _____ 43

Migrantes Pendulares: Trabalhadores Informais na Fronteira em Corumbá, MS, Brasil <i>Isadora Sigarini de Moraes</i> _____	60
Refugiados Olímpicos: a oportunidade de transpor fronteiras por meio do esporte <i>Luís Felipe Gimenes Nogueira</i> <i>Paula Trindade de Godoy</i> _____	74
Representação dos Imigrantes Bolivianos no Museu de História do Pantanal, Corumbá (MS) <i>Ketylen Karyne Santos Almeida</i> <i>Antônio Carlos do Nascimento Osório</i> <i>Eunice Maria Pinheiro</i> _____	86
Xenofobia no Ambiente Escolar e as Escolas Públicas Municipais de Corumbá – MS <i>Laiz Nascimento Egues</i> <i>Patricia Teixeira Tavano</i> _____	97
Presença de Estudantes Migrantes Internacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Corumbá: um estudo de 2015 a 2024 <i>Tarissa Marques Rodrigues dos Santos</i> <i>Mariana Vaca Conde</i> _____	113
O Cenário Linguístico-Acadêmico de Estudantes Imigrantes no Brasil <i>Manuel Salvador Colina Lovera</i> <i>Thayse Figueira Guimarães</i> _____	123
A Língua e a Educação de Surdos Migrantes Indígenas Matriculados nas Escolas de Santarém-Pará <i>Thaisy Bentes</i> <i>Daiane Pinheiro</i> _____	140
Artigo convidado: I Encontro Latino-Americano de Bem Viver e Inovação Social	
A Construção do Território Fronteiriço a partir dos Movimentos Migratórios Internacionais <i>Jackeline Cristina Nogueira Guerrero</i> <i>Marcos Leandro Mondardo</i> _____	156

Artigos de Fluxo Contínuo

Políticas Territoriais para o Saneamento Básico em Mato Grosso do Sul: um estudo sobre o grau de satisfação com o serviço de abastecimento de água em Corumbá-MS

Leandro dos Santos Pereira

Vitória dos Santos Pereira

Elisa Pinheiro de Freitas _____ 173

A Fotografia de Rua com um Olhar para o Trabalho Informal da Mulher

Beatriz Silva Bogarim

Mara Aline Ribeiro _____ 190

A Influência da Estiagem e do Fogo na Família Asteraceae em uma Unidade de Conservação Ambiental no Pantanal de MS, Brasil

Daniel de Menezes Mendes

Ranielly Garcia da Silva

Maria Ana Farinaccio _____ 213

EDITORIAL

A Revista GeoPantanal apresenta, neste número, o dossiê II MIGRAFRON organizado pelo Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais – vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O evento aconteceu entre 26 e 29 de junho de 2024, no Câmpus do Pantanal (CPAN) da UFMS, na fronteira Brasil-Bolívia. Foram selecionados dez artigos para a publicação neste dossiê.

Os artigos trazidos no dossiê colocam o migrante na condição de destaque, do ponto de vista analítico. São abordadas questões relativas à migração haitiana, a mulheres imigrantes, ao registro civil de nascimento, aos trabalhadores informais na fronteira, aos refugiados olímpicos, à representação imagética dos imigrantes, à xenofobia no ambiente escolar, aos estudantes migrantes, aos cenários linguístico-acadêmicos e à educação de surdos migrantes indígenas.

Destacam-se trabalhos vinculados ao PPG Estudos Fronteiriços, da UFMS; ao PPG Fronteiras e Direitos Humanos, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); ao PPG Educação, da UFMS; à Faculdade Anhanguera em Dourados/MS e; à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A temática é de suma relevância e atual, dado ao contexto histórico-geográfico que se vislumbra na escala global. As fronteiras, vistas sob o ponto de vista da soberania nacional, nunca se mostraram tão instáveis. Disputas pelo poder, lutas contra a opressão de grupos étnicos, tentativas frustradas de resistência, fome, perseguição sob todas as dimensões imagináveis, são elementos impulsionadores das migrações, das fugas pela vida. Por outro lado, as fronteiras, vistas do ponto de vista das práticas humanas cotidianas, estão cada vez mais permeáveis.

Neste sentido, o dossiê trazido pela Revista é um instrumento para chamar atenção para o fenômeno migratório. Para lembrar que por trás dos movimentos existem pessoas que padecem pela saída de sua terra natal. Seres humanos que enfrentam as dificuldades do novo lugar de vida, de experimentações e da elaboração de novas territorialidades. Gente que pode somar, misturar conhecimentos, vivências, enfrentamentos e fazer do local de chegada um lugar melhor para (con)viver.

A fotografia da capa, capturada por um dos editores em abril de 2013 durante uma aula de campo da disciplina “Geografia da Fronteira” no curso de Geografia do Câmpus do Pantanal da UFMS, oferece um olhar instigante sobre as passagens de fronteira. Na imagem, uma fila se estende, composta por turistas e migrantes que aguardam sua vez para entrar legalmente no Brasil. Os postos de imigração, na sua maioria, não funcionam durante as 24 horas do dia. As filas, frequentes em diversas passagens de fronteira, representam mais do que apenas tempo de espera. Elas simbolizam o cansaço acumulado ao longo da jornada, os custos adicionais de estadia e, em casos extremos, a vulnerabilidade à exploração e à entrada ilegal no país. É fundamental o investimento em mais agilidade e conforto para o ingresso nos países. Viajar e migrar são direitos dos seres humanos e precisam ser reconhecidos e respeitados. A fotografia clama por fronteiras mais justas, inclusivas e acolhedoras.

A Revista publica um artigo na condição de convidado, em parceria com o Obisfron, um dos observatórios vinculados ao PPGEF. O trabalho foi submetido e apresentado na sessão temática “Estudos fronteiriços, deslocamentos e identidades” do I Encontro Latino-Americano de Bem Viver e Inovação Social, organizado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, cujo objetivo é

criar e articular uma rede latino-americana de inovadoras(es) sociais e de experiências de Bem Viver, a partir da troca de saberes (científicos e populares) entre uma pluralidade de públicos de toda a América Latina. Este artigo foi selecionado em razão do seu conteúdo dialogar diretamente com o escopo da GeoPantanal, parceira do evento nessa primeira edição.

Este número apresenta, ainda, três artigos de fluxo contínuo. Um dos trabalhos trata de avaliar o grau de satisfação dos moradores de Corumbá-MS em relação ao serviço de abastecimento de água, considerando as políticas territoriais de saneamento básico no estado de Mato Grosso do Sul. Outro artigo trata da exploração do cotidiano das ruas do centro de Campo Grande/MS, focando especialmente no trabalho informal das mulheres a partir da perspectiva da fotografia de rua. O estudo visa compreender as experiências e indagações dos fotógrafos, analisando a construção da fotografia, a imagem histórica das mulheres na cidade e o trabalho feminino. Fechamos com um texto que analisa a influência do fogo no ambiente, destacando a crise provocada por incêndios descontrolados e a falta de queimadas controladas, particularmente no Brasil, onde a Amazônia e o Pantanal sofreram grandes incêndios em 2020. O estudo enfoca as condições climáticas que agravam esses incêndios, como baixa umidade e altas temperaturas, e investiga a resiliência das plantas da família Asteraceae ao fogo e à seca na Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul entre 2018 e 2023.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Edgar Aparecido da Costa
Hudson de Azevedo Macedo

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 26 e 28 de junho de 2024 foi realizado o II Congresso do Migrafron – Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais – vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Realizado no Campus do Pantanal, em Corumbá, MS, o evento proporcionou atualizações importantes no campo das migrações internacionais em fronteira, bem como buscou construir desdobramentos, como o estabelecimento de agendas de trabalho, pesquisas e produções coletivas.

Entendemos que uma das principais ações do Migrafron está nas ações extensionistas, seja como forma de alcançar segmentos sociais muito relevantes, seja na realização de eventos como este Congresso. Acreditamos que é através da extensão que se torna possível atingir públicos diversos, com demandas específicas e que onde se realiza a inserção social, tão cara aos propósitos do Migrafron, que se assegura em suas raízes no PPGEF, profissional e interdisciplinar. E este Congresso se efetiva nessa dualidade: atualizações e resultados aferindo-se reciprocamente.

A organização do II Congresso do Migrafron se ocupou em dar relevo às articulações que vêm sendo desenvolvidas com importantes

centros de pesquisa sobre migração internacional e fronteiras. Assim, UNIFESP, UnB, PUC-Minas, UFRR, UERJ, UNIOESTE, UNILA, UFGD e IPEA coabitam com as Prefeituras de Corumbá, MS, e Foz do Iguaçu, PR, no espaço de diálogo que buscamos construir permanentemente.

Da mesma forma, a estrutura desse evento buscou valorizar as sessões de comunicação em que trabalhos foram submetidos e avaliados por criteriosa equipe, sendo possível encontrar riquíssima variedade temática a respeito da migração internacional em fronteira. E parte disso é notável neste número da GeoPantanal: educação, saúde, trabalho, dinâmicas socioespaciais, política, economia, políticas públicas, invisibilidades são alguns dos grandes temas que foram tratados nesses espaços reconhecendo a pluralidade das pesquisas desenvolvidas em diversos centros no País.

Não seria possível realizar esse II Congresso do Migrafron se não tivéssemos o apoio e suporte da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Da mesma forma, reconhecemos as decisivas contribuições de parceiros de primeira hora: Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade Salesiana de Santa Teresa, Cátedra Sergio Vieira de Mello, Obmigra, Observatório da Emigração Brasileira, IPEA, Labimi/UERJ, Lafront/UNIOESTE. Mas, principalmente, esse evento não teria o alcance que obteve não fosse o apoio da gestão da UFMS que nos disponibilizou estrutura e pessoal para suas etapas, confiantes em nossos propósitos e resultados.

No entendimento da equipe que organizou o II Congresso do Migrafron, realizar um evento desse porte requer reconhecer que todos os esforços e apoios engendrados foram no sentido de dar ao público a confiança na nossa busca por eficácia em nossas ações, bem como na efetiva construção de espaços de diálogos e revisões.

Marco Aurelio Machado de Oliveira

Patricia Teixeira Tavano

FRONTEIRAS E TRAVESSIAS GLOBAIS: MIGRAÇÃO HAITIANA EM MATO GROSSO DO SUL

Global Sources and Crossings: Haitian migration in Mato Grosso do Sul

Fuentes y Cruces Globales: Migración Haitiana en Mato Grosso do Sul

DOI 10.55028/geop.v19i36

Juliana Tomiko Ribeiro Aizawa*
Jones Dari Goëttart**

Resumo: O presente estudo tem por pretensão apresentar as consequências do modelo do Estado-nação e os reflexos das migrações internacionais na contemporaneidade. E tal temática está indissociável às travessias globais e fronteiras. Deste modo, analisaremos a migração haitiana no estado de Mato Grosso do Sul, desde a demografia até os registros de entrada e empregabilidade. Associando, por fim, como a Lei da Migração n.º 13.445/2017 impacta a migração haitiana desde a sua edição.

Palavras-chave: Fronteiras; Migração Haitiana; Migração em Mato Grosso do Sul.

Abstract: This research aims to present the consequences of the nation-state model and international migration. Among the effects of globalization, how global crossing highlight other borders in destination locations. In this way, we will analyze Haitian migration in the state of Mato Grosso do Sul from demographics to entry and employability records. Finally, associating how Migration Law n.º 13.445/2017 has impacted Haitian migration since its enactment.

Key-words: Borders; Haitian Migration; Migration in Mato Grosso do Sul.

Introdução

Em 2009, uma empresa de telefonia usava o jargão comercial “você, sem fronteiras”. O marketing sutil pode se tornar latente, quando pensamos: “quais fronteiras desapareceram?”. De fato, a Globalização (1990) trouxe um mundo “sem fronteiras”, através da rede mundial de computadores e as insistentes tratativas em derrubar as barreiras tarifárias comerciais, visando maior impulso para o mercado financeiro global.

Entretanto, as fronteiras fixadas pelo modelo do Estado-nação não desapareceram e se potencializam, quanto à adoção de restritivas políticas migratórias. A causa e consequência é que o global através das redes de comunicações traz ao local o que o mundo “sem

* Graduação em Direito (UFMS); Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos (UFGD); Doutoranda em Geografia (UFGD). Professora titular da Unigran Dourados. E-mail: jtraizawa@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-6630-9594>.

** Graduação em História (UFMS); Mestrado em Geografia (UNESP); Doutorado em Geografia (UNESP); Pós-doutorado em Geografia (UFF). Professor da UFGD. E-mail: jonesdari@ufgd.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-8571-279X>.

Resumen: El presente estudio tiene como objetivo presentar las consecuencias del modelo de Estado-nación y las consecuencias de la migración internacional en la época contemporánea. Y este tema es inseparable de los cruces y fronteras globales. De esta manera, analizaremos la migración haitiana en el estado de Mato Grosso do Sul, desde la demografía hasta los registros de entrada y empleabilidad. Finalmente, asociar cómo la Ley de Migraciones N° 13.445/2017 ha impactado la migración haitiana desde su promulgación.

Palabras clave: Fronteras; Migración Haitiana; Migración en Mato Grosso do Sul.

fronteiras” não suporta ver nos limites de suas “fronteiras” -migrantes.

O contingente migratório cada vez mais em ascendência e rompendo índices ano a ano, desde 2018, fazem as soberanias reforçarem os limites e linhas demarcatórias, com a intensa aspiração de “não chegada” de migrantes. E quando chegam, fronteiras outras precisam ser superadas e/ou atravessadas.

Entre os precedentes acumulados com as consequências do modelo do Estado-nação, as travessias globais são uma constante inevitável. Por essa razão, o presente artigo parte do problema de pesquisa: como o global atinge o local?

O objetivo geral é entender os precedentes do Haiti e os reflexos nas migrações contemporâneas. Tendo por autores que subsidiam essa pesquisa Saskia Sassen, Zygmunt Bauman, André Roberto Martin, Joseph Anderson e Alex Dias de Jesus. A metodologia adotada foi a bibliográfica, exploratória, quantitativa e hipotética dedutiva.

O perfil migratório selecionado são os migrantes haitianos e o recorte geográfico é o estado de Mato Grosso do Sul, em razão do lugar onde essa pesquisa é realizada. Já o recorte temporal ocorre no interregno de 2018 e 2023, sendo o ponto de partida a promulgação da Lei da Migração n.º 13.445/2017. Além disso, no recorte temporal haverá alguns dados graduais, das informações previamente publicadas pelo Ministério da Justiça e Datamigra até maio de 2024.

Consequências contemporâneas do modelo Estado-nação

A constituição do modelo do Estado-nação dividiu o planeta Terra em norte e sul. O Sul subdesenvolvido, atrasado, onde habitavam os selvagens e povos pagãos. O Norte, dotado de benevolências e virtudes, torna-se o expropriador das mazelas benéficas proporcionadas pelos territórios e pessoas viventes do Sul, a título de uma suposta civilização.

Tal discrepância entre norte e sul é fixada geopoliticamente em 1678 com o Tratado de Vestefália ou Tratado de Paz, o qual estipula limites, princípios e direitos aos Estados-nacionais. Os direitos passam a ser exercidos não sem ganhos, mas com violência e ocupação territorial, justificados pelos limites cartográficos tomados pela “posse” das terras “descobertas”.

As atas da “conquista” dos novos territórios tornam-se reconhecidas juridicamente, pelos soberanos de outros Estados nacionais. O elemento “descoberta” por séculos foi replicado para definir a “ocupação” territorial, visto que os espaços que passam a ser extensão de um soberano já eram habitados.

Esses espaços tinham viventes, usos, costumes próprios e um conceito de civilização diferente do modelo executado pelo Código Civil de Napoleão. O grande antagonismo do sistema imposto entre norte e sul é o mesmo que perpetua entre direito e violência, isso porque “ceder à força é um ato de necessidade, não de vontade” (Rousseau, Livro I, 2017 [1762], p. 26). Ora, como as gentes do Sul poderiam se convalescer das bem-aventuranças do “direito” imposto pelo colonialismo e imperialismo?

Os usos e abusos de um modelo criado por soberanos do Norte não encerram com as tratativas de “paz”. Entre a constituição do modelo Estado-nação em 1678 e a divisão da África em 1888, os territórios do Sul continente foram ocupados expansivamente pelo colonialismo e imperialismo.

Na América, podemos trabalhar com Ilha de São Domingos ou Pérola das Antilhas, nome remetido à República do Haiti e República Dominicana. A Ilha em 1629 foi um assentamento espanhol, mas em 1695, o Tratado de Ryswik dividiu o território em dois espaços, a parte ocidental/esquerda para a França e a parte oriental/direita para a Espanha.

A Ilha de São Domingos era extremamente produtiva, no ano de 1734–1767 cultivava-se cacau, anil, algodão, tabaco, couro, rum, cana-de-açúcar e café. Podemos projetar toneladas de exportações, como: 35 mil toneladas de açúcar bruto e 25 mil toneladas de açúcar branco, 500 toneladas de anil e 1.000 toneladas de algodão (James, 2010).

O rotativo dessa densa produção era fruto do tráfico humano da Costa do Marfim até a Ilha de São Domingos. E, ainda que houvesse a contraprestação financeira, compra dos escravizados, o lucro sobre lucro da produção se sobrepunha à demanda do sequestro, viagem e compra da mão-de-obra humana marfínea (James, 2010).

O contraponto na história da Ilha de São Domingos está na organização da sociedade colonial do século XVII, a qual era dividida em: brancos, mulatos e negros. O primeiro grupo somava o contingente de 40 mil pessoas; o segundo grupo a importância de 28 mil pessoas que nasciam livres e tinham direitos civis e políticos semelhantes aos brancos, inclusive, podendo estudar na França; o último grupo representava o número de 450 mil pessoas (James, 2010; Garrigus, 2006).

Os viventes, não brancos, em São Domingos, ao conseguirem acessar educação e falarem fluentemente francês, tiveram a oportunidade de aprender os princípios propagados pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Ocorre que a Ilha de São Domingos não era um Estado-nacional, mas extensão colonial de territórios da França e Espanha.

As ideias oriundas do iluminismo alcançaram a Ilha de São Domingos em um levante liderado por Toussain L'Ouverture, contra o protetorado de Napoleão. As lutas pela independência e libertação ocorreram entre 1791–1804. Entretanto, a independência do Haiti só foi reconhecida formalmente pelo Vaticano e Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, após uma alta indenização paga pela derrota à França (Trouillor, 1995).

O Haiti foi o primeiro país da América Latina a ter sua independência e fora vindicado por escravizadas(os) ou descendentes destes, as quais sequer contavam com aparatos bélicos — como as forças militares francesas (James, 2010). A independência conquistada em 1804 gerou receio em outros Estados-nacionais, especialmente o Reino Unido, que temia incitação semelhante em suas colônias movidas pela ocupação, violência e trabalho de escravizadas(os).

Entretanto, as dominações imperiais continuam e se legitimam na África através da Ata Geral da Conferência de Berlim de 1885, conhecida como Ata da divisão da África. Em que o subsídio jurídico ocorreu lado a lado com o potencial exploratório dos recursos naturais, especialmente o rio Níger. A fim de usufruir das áreas navegáveis, afluentes, canais, diques, portos, cais, armazéns e taxas sobre serviços prestados à navegação.

As buscas por mais e novos territórios no Sul culminam na 1ª Guerra Mundial (1914–1918), ainda que a América na região Central e América do Sul tenham passado por sucessivas “abolições” da escravidão. A hierarquia entre países do

Após a análise sucinta de um histórico de ocupação, expropriação e violência no continente africano, podemos observar que a independência inicia em 1952, como a Eritreia, Burundi e Ruanda; e o Estado africano mais jovem é a Namíbia, registrada em 1990. Países que começam o histórico de Estados-nacionais a pouco menos de 74 e 32 anos.

Inobstante, se Estados nacionais constituídos há mais de 200 anos tinham/têm problemas congênitos, bélicos, sociais, econômicos, jurídicos e geopolíticos. Quiçá os novos Estados nacionais, que tiveram sua independência reconhecida há pouco menos de meio século.

A metonímia do Estado-nação se intensifica quando grupos rivais são obrigados a viverem em um mesmo espaço, regulados por uma ordem terceira, dotada de formalidades e o absenteísmo de técnicas político-financeiras, a fim de gerirem de forma autônoma as necessidades administrativas estatais.

Entre as fronteiras dos novos Estados, o limite é ser um Estado do Sul global e ter uma nacionalidade de país emergente. Por admoestação ou medo, forças outras moveram-se geopoliticamente e no descompasso pelo poder é instituída a Guerra-Fria (1948–1989). O fim da Guerra Fria resulta na convergência de um novo modelo econômico mundial, conhecido como Globalização (1990).

Entremeios, se analisarmos acuradamente a formação da modernidade e o modelo do Estado-nação, torna-se veemente como o acúmulo material e expulsões involuntárias ocorriam. Seja pela violência no período de libertação/independência ou ferramentas insuficientes para gerir transações na política internacional, a fim de assegurar o mínimo existencial aos nacionais dos novos Estados-nações.

Isto posto, cadente é o ponto em que migrações internacionais retratam a (a) normalidade imposta pelo modelo do Estado-nação, não sem ganhos para o Norte, mas como mensageiros do Sul. E diante dessa contextualização, trabalharemos com as fronteiras e travessias globais.

Fronteiras e Travessias Globais

Os Estados-nacionais passam a ser identificados por seus limites territoriais, definidos por fronteiras. As fronteiras passam a separar não apenas Estados, mas grupos étnicos que se autorreconheciam pela parentela em territórios ancestrais.

A “problemática” das fronteiras no sistema moderno passa a confundir-se com a nacionalidade. A “fronteira” como elemento objetivo, isolado e segregador foi utilizada como expressão artificial de divisão do planeta, o limite entre o nacional e o não nacional.

E “as fronteiras” em suas mais diversas conformações conceituam as inter-relações orgânicas entre si e entre o espaço, tempo e vida. Visto que, o espaço pode ser representado por escalas planetárias, internacionais, regionais, locais e corporais (Martin, 1992).

As “fronteiras naturais físicas” não foram suficientes para separar agrupamentos humanos, foi necessário para a delimitação do novo mundo a imposição da “fronteira natural humana”, tornando a língua um divisor ideológico na unificação e expansão colonial (Martin, 1992).

A partir do abismo proposto pela “fronteira linguística” possibilita-se formular a imprecisa “fronteira civilizatória” entre primitivos, selvagens, povos inferiores ou não civilizados (Martin, 1992).

Visto que, o grau civilizatório torna-se flexível e adaptável em momentos oportunos de apropriação cultural; de recursos naturais; dos corpos femininos tencionados a expropriação de si, do costume ancestral e da língua materna. A civilidade torna-se negociável por poder e política, formalizados em inúmeros fatos históricos através da carnificina ao ar livre do exercício imperial e colonial no Sul do mundo.

E como elemento de valor, além do material, é posta a “fronteira espiritual”, lentamente constituída e cultuada em uma forma mais significativa que as “fronteiras naturais”. A constituição da “fronteira espiritual” possibilitou a unificação política e linguística (Martin, 1992).

Em uma época em que as territorialidades são questionadas pelo mercado mundial neoliberal com um jargão de “você, sem fronteiras”. Os Estados passam a ser conhecidos como transnacionais, não por suas limitações e/ou marcos territoriais, mas pelo desaparecimento das fronteiras nos arranjos fiscais tributáveis, principalmente quanto à eliminação nas tarifas de importação (Sassen, 2016).

Além disso, a globalização trouxe a percepção de inexistência de “lugares vazios” no globo terrestre. As empresas globais têm se instalado em regiões sazonais cada vez mais extremas, a fim de extrair o maior lucro possível. É o dito cenário local controlado por cidades globais como Nova York e Londres, por exemplo; e os espaços de trabalho terceirizados (Bauman, 1999; Sassen, 2016).

E o mais avassalador dos efeitos é a hiper mobilidade do capital, associada à rapidez da informação transmitida pelos avançados tecnológicos dos computadores e redes de telecomunicação. Desta forma, os lucros e ganhos, de países pobres ou em desenvolvimento, ficam congestionados à mercê de barreiras tarifárias ou alocados ao sistema de produção padronizado pela economia global (Sassen, 2016).

A consequência nessa disputa de poder, entre ou interfronteiras, são os fluxos massivos de migrantes internacionais e refugiados, que desde 2018 romperam os números de deslocados registrados na 2ª Guerra Mundial. Visto que as pessoas têm migrado por fatores multicausais e para destinos cada vez mais distantes, em busca de melhores condições vitais.

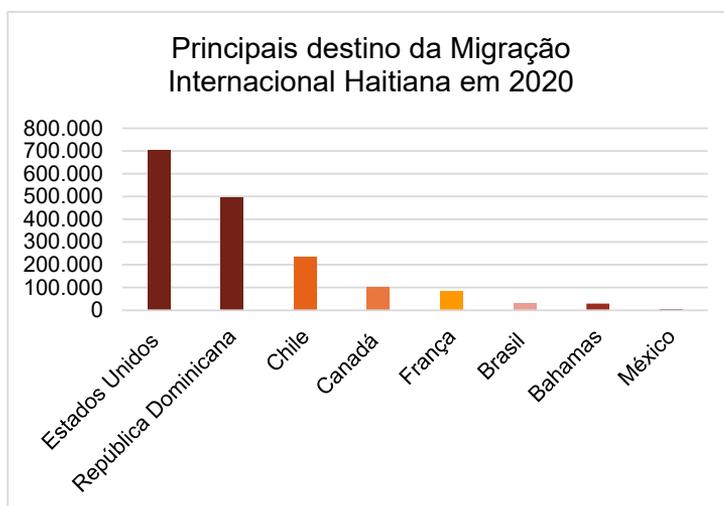
Tal mobilidade se intensifica com as redes sociais, migrantes se comunicam, instantaneamente, entre o país de origem e o país de destino. As trocas rápidas e atemporais de mensagens apresentam informações sobre as rotas mais seguras, documentos, logística, hospedagem até chegarem ao lugar de destino (Jesus, 2020).

Esse é o caso da Migração Haitiana, que, em razão da fragilidade econômica e instabilidade política sofrida desde a independência, tornaram a migração internacional um aporte econômico e cultural. Parte da economia do país é mantida pelas remessas oriundas da migração internacional (Handerson, 2015; Jesus, 2020; Aizawa, 2020).

De acordo com Handerson (2015), a comunidade haitiana tem por prospecção migratória a baixa, média e alta diáspora. A baixa diáspora são países do Sul global; a média diáspora, quando conseguem ingressar nos países do Norte; já a alta diáspora é aquela que possibilita o ingresso e trabalho no Norte, podendo regressar no inverno para o Haiti.

Essas informações se consolidam quando aferimos os principais países de destino da migração internacional haitiana.

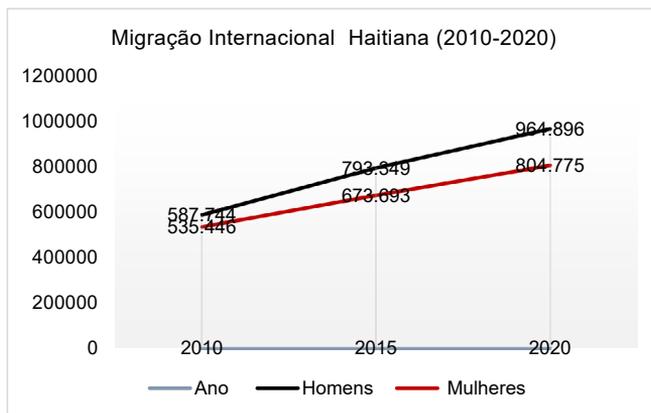
Gráfico 1: Principais países de destino da Migração Internacional Haitiana em 2020



Fonte: Datosmacro, 2024.

Os dados apresentados pela plataforma independente da Espanha — Datasmacro, informam as variáveis econômicas e sociodemográficas dos países no mundo. Sobre o Haiti, certifica que, em 2023, a sociodemográfica corresponde ao número de 11.447.569 de pessoas e a migração internacional haitiana representa o contingente de 12% desse número. Também é possível extrair que na última década (2010–2020) houve um crescente número na migração internacional haitiana.

Gráfico 2: Migração Internacional Haitiana (2010-2020)



Fonte: Datasmacro, 2024.

Além disso, podemos observar o papel ativo da migração feminina haitiana que é uma propulsora econômica para o país, ao somarem esforços no envio de remessas. Mesmo que o contexto sociocultural do Haiti aporte no homem a condição de subsídio familiar, as haitianas concorrem com a projeção de uma migração bem-sucedida (Solouki, 2021).

Além disso, é possível notar que o destino idealizado pelos migrantes do Haiti é aquele que propicia maior ganho financeiro pelo trabalho, como: Estados Unidos, Canadá e França. Pois, tal movimento possibilita um quantitativo maior de remessas¹ aos familiares no Haiti e move o ideal em poder regressar com condições mais confortáveis de vida (Datosmacro, 2024)

É importante observar que a migração como uma escolha ativa é alimentada pela perspectiva nas travessias de “fronteiras” definidas por rotas e afetos. Quem migra busca ascensão social, mas também são leais ao desejo de regresso voluntário, ultrapassando assim a última das fronteiras, a “fronteira da saudade”.

¹ As remessas são então a forma na qual uma fração do salário do migrante se transfere à suas famílias e comunidades de origem para a reprodução social da família e comunidade, como o faz qualquer outro ingresso salarial nas mesmas comunidades (Canales, 2015, p. 130 *apud* Magalhães, 2017, p. 243).

No livro “Minha casa é onde estou” escrito por Igiaba Scego, uma migrante somali-ítalo, faz uma genuína descrição sobre a “fronteira da saudade”. Transcrevendo com muita identidade o lugar dos sentimentos, cumulados, na experiência migratória.

Não era melancolia, não era tristeza, não era choro, não era alegria. Era algo na fronteira de todos esses impulsos. Chico Buarque, o poeta e cantor brasileiro, teria certamente definido o sentido como saudade. Que linda palavra! Uma palavra indizível noutras línguas, mas tão clara, como somente o nosso nome numa noite de lua cheia consegue ser (Scego, 2018, p. 11).

E entre “fronteiras”, travessias e demografia, analisaremos o movimento ativo, imponente, da migração haitiana no Brasil, com recorte geográfico no estado federado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2018 e 2023.

Migração Haitiana em Mato Grosso do Sul

O estudo sobre migrações, direito migratório, se expande no Brasil com a chegada de haitianos em 2010. À época, ainda vigorava o Estatuto do Estrangeiro — Lei n.º 6.815/1980 — e a regularidade migratória desse grupo populacional dependeu de sucessivas portarias interministeriais, emitidas pelo Ministério da Justiça.

Após a 1ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR) em 2014, em São Paulo, a qual é considerada um marco histórico na política migratória do país. As abordagens sobre a política migratória brasileira acabaram por resultar na criação da Lei da Migração n.º 13.445/2017.

Entre as inovações trazidas pela Lei da Migração estão os princípios e as garantias, dispostos nos artigos 3 e 4. Nos quais a acolhida humanitária se torna uma diretriz da política migratória nacional e elenca o repúdio a práticas de expulsão ou de deportações coletivas, sem o devido processo legal.

Outro direito significativo aportado na Lei da Migração é a redução do tempo, para requerer a naturalização, regulada a partir do artigo 64. Sendo que as modalidades que mais impactam positivamente os migrantes internacionais residentes no Brasil são: a naturalização ordinária e provisória.

A naturalização ordinária requer o tempo mínimo de residência em território nacional de 4 anos. Já a naturalização provisória é dirigida à criança e adolescente residentes no Brasil antes de completar 10 anos, a qual deverá ser requerida pelo representante legal.

Ainda que o Brasil tenha encontrado uma política migratória assertiva, através da acolhida humanitária, para o fluxo migratório haitiano intensificado em 2010

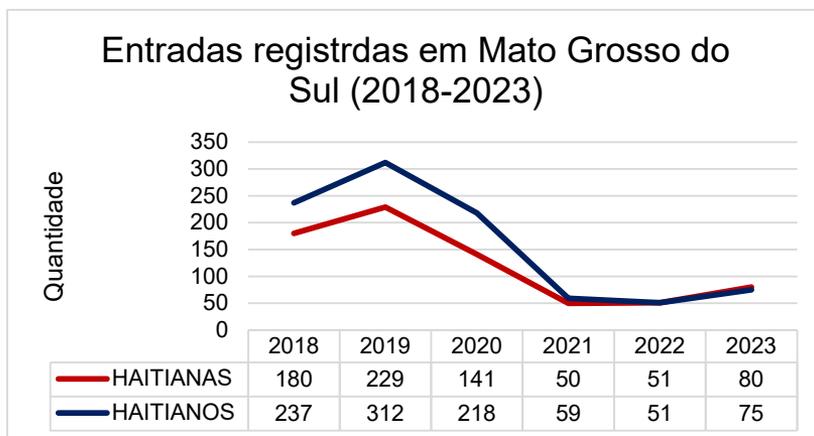
com estradas pela fronteira Peru-Brasil, no estado do Acre. Em 2018, no período de *vacatio legis*² da Lei da Migração, houve um novo fluxo migratório haitiano com entrada pela fronteira Bolívia-Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul (Jesus, 2019; Jesus e Goettert, 2020).

O contingente de 1.200 haitianos que ingressaram no Brasil pela cidade de Corumbá, entre janeiro e março de 2018, estavam indocumentados. As travessias ocorreram por atividade de coites, que vendiam pacotes de viagem, do Haiti até o Brasil. Mas, a atividade executada por coites foi desarticulada pela Operação Caronte, deflagrada pela Polícia Federal (Jesus, 2019; Aizawa, 2020).

Entretanto, o desafio apresentado na fronteira Bolívia-Brasil, além do tráfico humano, foi a execução das diretrizes da Lei da Migração recém-editada, quanto à proibição de deportação coletiva do grupo de haitianos que ingressaram irregularmente no Brasil. A medida acertada adotada pelo Ministério da Justiça foi a edição da Portaria Interministerial n.º 10, de 6 de abril de 2018, que permitiu a acolhida humanitária do grupo, com a concessão do visto humanitário, impedindo assim a imobilidade e contingenciamento dessas pessoas na cidade de Corumbá.

E sobre as entradas em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2018 e 2023, conforme dados extraídos do Data Migra, o fluxo de haitianos e haitianas foi mais intenso em 2018 e 2020.

Gráfico 3: Entradas registradas em Mato Grosso do Sul (2018-2023)



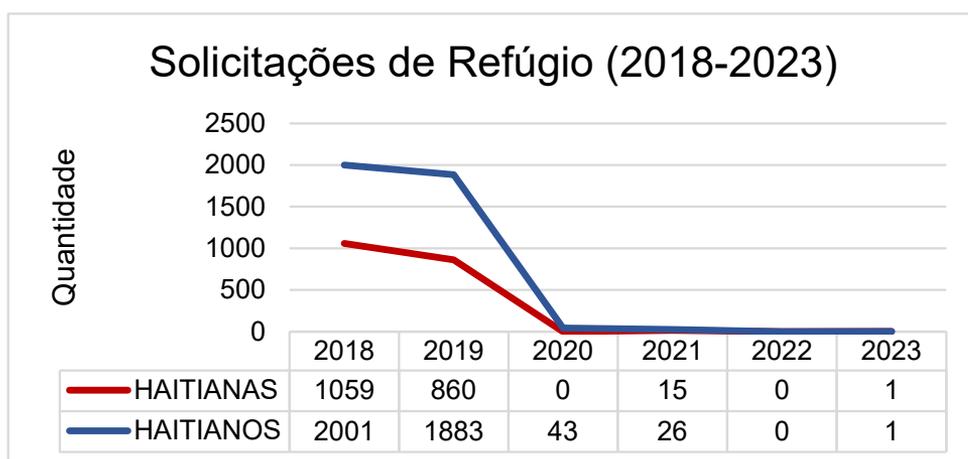
Fonte: DataMigra, 2024.

² Expressão latina que significa vacância da lei, correspondendo ao período entre a data da publicação de uma lei e o início de sua vigência. Existe para que haja prazo de assimilação do conteúdo de uma nova lei e, durante tal vacância, continua vigorando a lei antiga. A *vacatio legis* vem expressa em artigo no final da lei da seguinte forma: "esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial" (Agência Senado, 2024).

Outra informação importante sobre o Haiti, que fomenta novos fluxos de migrat6rios, 6 que, a partir de julho de 2021, elementos outros passaram a integrar a instabilidade social, como o assassinato do presidente Jovenel Mo6se. Sucessivamente, o parlamento foi desativado e o pa6s tomado por mil6cias de seguran7a, que por consequ6ncia culminou na securitiza76o e fechamento da fronteira com a Rep6blica Dominicana. Al6m das disputas de gangues que permeiam um constante estado de Guerra Civil na capital Porto Pr6ncipe (Gon7alves, 2023).

Com base nesses elementos, t6m tamb6m foram feitas buscas quanto 6 quantidade de solicita76es de ref6gio feitas por haitianas(os) no estado de Mato Grosso do Sul. E os pedidos ocorreram de forma mais expressiva entre o per6odo de 2018–2019, ou seja, os registros s6o anteriores aos fatos de 2021.

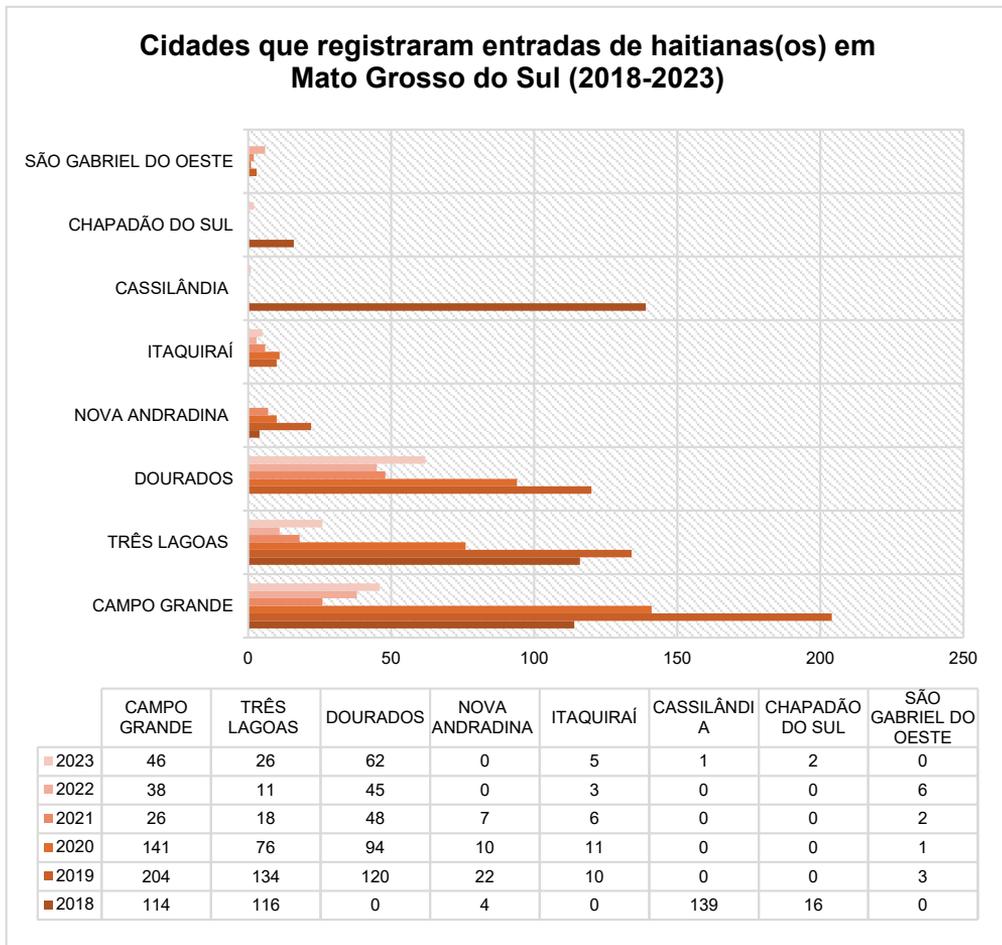
Gr6fico 4: Solicita76es de ref6gio registradas em Mato Grosso do Sul (2018-2023)



Fonte: DataMigra, 2024.

As cidades de Mato Grosso do Sul, com n6meros mais expressivos de registros de chegada e perman6ncia entre 2018 e 2023, s6o Campo Grande, Tr6s Lagoas, Dourados, Nova Andradina e Itaquira6. Mobilidade essa, tamb6m, constatada pela tese de Alex Dias de Jesus (2020) sobre Redes da Migra76o Haitiana em Mato Grosso do Sul. Esses munic6pios t6m por oferta laboral e pujante da m6o de obra de haitianas e haitianos, o trabalho em frigor6ficos, ind6stria e constru76o civil (Aizawa, 2020).

Gráfico 5: Cidades com registros mais expressivos de entradas em Mato Grosso do Sul (2018-2023)



Fonte: DataMigra, 2024.

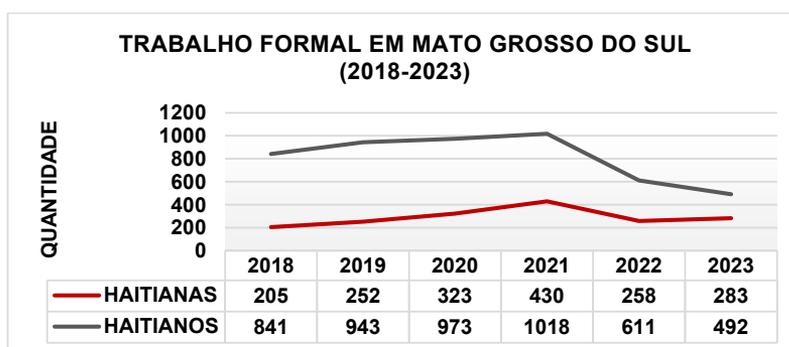
Já as cidades de Cassilândia, Chapadão do Sul e São Gabriel do Oeste aparecem em 2018, 2019 e 2021, com registros tímidos, e a partir de 2022 e 2023 novos fluxos voltam a aparecer. O fato que devemos notar nesses municípios e região do estado é a construção de uma fábrica de celulose, movimentando a demanda de mão de obra em serviços operacionais, especialmente na construção civil. Os dados publicados pelo Ministério da Justiça, no mês de março de 2024, atestam que há 1.913 haitianos(as) residentes no estado de Mato Grosso do Sul (MJSP, 2024).

Informações adicionais foram extraídas das bases RAIS (2018–2020) e CAGED (2020–2023) em Mato Grosso do Sul, quanto aos setores que mais contratam migrantes haitianos, os quais são: trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados; agropecuários, florestas e pesca; produção de bens e serviços

industriais; serviços administrativos; serviços de reparação e manutenção. E a média da renda mensal está registrada entre 1 e 3 salários-mínimos, com predominância da faixa etária entre 25 e 39 anos para haitianos e haitianas vinculados ao trabalho formal.

É possível, também, constatar pelas bases do CAGED o acesso a postos de trabalho formais em Mato Grosso do Sul. O gráfico abaixo informa que, no período de 2018 a 2021, houve uma crescente em postos de trabalho formal, mas em 2022 e 2023 uma queda expressiva.

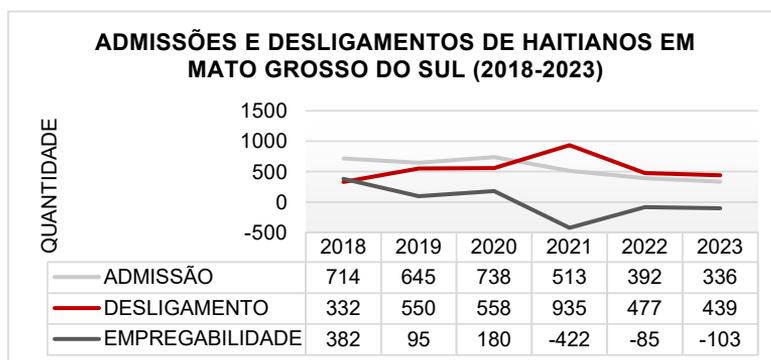
Gráfico 6: Trabalho formal de migrantes haitianas(os) em Mato Grosso do Sul (2018-2023)



Fonte: Novo CAGED, 2024.

Nos dados tabulados abaixo, é possível verificar que entre 2020 e 2022 houve uma diminuição expressiva, quando a empregabilidade em Mato Grosso do Sul. Fenômeno esse diretamente associado aos efeitos e sequelas econômicas da pandemia SARS Covid 2019.

Gráfico 7: Admissões e Desligamentos de haitianas(os) em Mato Grosso do Sul (2018-2023)



Fonte: Novo CAGED, 2024.

Com a queda de oferta e demanda do trabalho para migrantes e sendo a migração internacional elemento fundamental para a subsistência de quem permanece no Haiti, a busca por outro destino que proporcione trabalho e renda se torna a nova prioridade. “Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que cria a ambos” (Sayad, 1998, p. 55).

O que consolida com os valores das remessas, em que houve um número crescente de remessas a partir de 2022 dos Estados Unidos para o Haiti, o principal país de destino de emigrantes haitianos (Datosmacro, 2024). Outra variável que pode impulsionar um novo ciclo de migração haitiana do Brasil para os Estados Unidos é a concessão da naturalização.

Os dados publicados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informam que, entre 2018 e 2023, foram deferidos 29.158 processos de naturalização. Sendo o grupo principal de concedentes de naturalização, a comunidade haitiana, com o total de 2.579 processos deferidos nacionalmente (Brasil, 2024).

No estado de Mato Grosso do Sul, há o informativo de 267 processos de naturalização deferidos, sem explicar ou permitir a extração de informações a quais nacionalidades estão relacionadas esse número (Brasil, 2024). Entretanto, como os estudos precedentes de Handerson (2015), é possível entender que o objetivo da migração haitiana é ingressar nos Estados Unidos.

O acesso à dupla nacionalidade proporcionada pelas alterações de Lei da Migração n. 13.445/2017 é um fator importante que pode acarretar um novo fluxo migratório, de haitianos do Brasil para os Estados Unidos.

Isso porque o acesso à documentação de viagem oportuniza a permanência desses no destino fim, visto que o Haiti ainda se encontra em severa crise socio-política, principalmente na capital Porto Príncipe³, onde estão alocados os órgãos administrativos estatais que expedem documentos e registros públicos.

³ Em março de 2024, o Haiti foi colocado em estado de emergência em razão de gangues terem liberado fuga em massa de presos em Porto Príncipe. Sucessivamente, o Primeiro-ministro Ariel Henry anunciou a renúncia ao cargo. Membros da Comunidade do Caribe (Caricom) informam que será criado um conselho de transição, contrariamente ao conclave das gangues em realizar novas eleições presidenciais. De contraponto, no contexto social, a população haitiana sofre com a insuficiência de medicamentos, deficiência em serviços sanitários, aumento de doenças como a cólera, sequestros, estupros e assassinatos em massa (Mérancourt; Schmidt; Javaid; Suliman, 2024).

Considerações Finais

As condicionantes e desideratos que temos na contemporaneidade, quanto aos abruptos e novos fluxos migratórios, remetem à dura mensagem da construção de um mundo dividido entre norte e sul global. Onde as desigualdades são frutos de reiteradas ofensivas de ocupação territorial, expropriando gentes, saberes e culturas.

O fato atípico a essa condicionante de mundo é a revolução haitiana, que desde 1804 conquistara sua independência da França, não sem danos. O reconhecimento da independência da Ilha de São Domingos, na parte Ocidental, com a República do Haiti, se fez apenas em meados do século XIX. A instabilidade no país e a economia frágil diante das regras impostas refletem até a atualidade em um contexto caótico e de difícil gestão sociopolítica. Por essas razões plurais, aqueles que gozam de melhores condições econômicas migram internacionalmente.

A migração haitiana se torna uma realidade no Brasil a partir de 2010, com a chegada em massa pela fronteira Peru-Brasil. Já em 2018, o estado de Mato Grosso do Sul experiencia um novo fluxo migratório haitiano, que ingressava via fronteira Bolívia-Brasil, na cidade de Corumbá.

A partir de 2018, tem-se uma nova ordem jurídica e política migratória em razão da Lei da Migração, editada em 2017. E a acolhida humanitária se torna regra, através da inserção do visto humanitário como mecanismo de ordenação migratória nacional.

E dentro do recorte temporal e geográfico, foi possível observar que, entre 2018 e 2020, o estado de Mato Grosso do Sul registra entradas, residência, admissões e demissões laborais significativas. Mas, no período de 2021 a 2023, é perceptível o declínio quanto às entradas, solicitações de refúgio, admissões e demissões de trabalho.

Uma das variáveis para o declínio desse perfil migratório são os efeitos socioeconômicos da Pandemia SARS Covid 2019, no Brasil. Outra variável a ser considerada é a possibilidade quanto à aquisição da segunda nacionalidade brasileira, através do processo de naturalização otimizado com a redução de tempo pela Lei da Migração n.º 13.445/2017.

A naturalização brasileira possibilita a aquisição de documentos de viagens, como vistos e passaportes. Bem como, o acesso a consulados em outros países de destino. A hipótese é levantada considerando as contribuições de Handerson (2015) somadas aos dados constantes sobre remessas no Datas-marco (2024).

Assim, a variável a ser considerada é que o Brasil pode se tornar um ancoradouro de passagem e documentação de migrantes haitianos, mas com destino fim à travessia e ingresso nos Estados Unidos.

Referências

AGÊNCIA SENADO. *Vacatio Legis*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/vacatio-legis>. Acesso em: 07 jun. 2024.

AIZAWA, Juliana Tomiko Ribeiro Aizawa. **Migrações e Globalização: A Integração Social dos(as) Haitianos(as) em Mato Grosso do Sul**. Belo Horizonte: Arraes, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **A globalização e as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BRASIL. Dados sobre naturalização no Brasil. **Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/naturalizacao/dados>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. DataMigra. Portal de Imigração Laboral. **Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)**. 2024. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/rais>. Acesso em 07 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei da Migração. Brasília, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/34JG4ag>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. Portaria Interministerial Nº 10, de 6 de abril de 2018. **Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%2010,%20DE%206%20DE%20ABRIL%20DE%202018.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. **Painel de Informações do novo CAGED**. 2024. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 07 jun. 2024.

DATOSMACRO. **Demografia Haiti**. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/emigracion/haiti>. Acesso em: 07 jun. 2024.

GARRIGUS, John D. **Before Haiti: Race and Citizenship in French Saint-Domingue**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2006.

GONÇALVES, Marina. Haiti vive um vazio político desde antes do assassinato do presidente. **Jornal O Globo**, São Paulo, 14 jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/07/haiti-vive-vazio-politico-desde-antes-do-assassinato-do-presidente.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2024.

HANDERSON, Joseph. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

JESUS, Alex Dias de. Corumbá-MS: O Retorno da Migração Indocumentada de Haitianos no Brasil. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS*, 7., 2019, Corumbá. **Anais [...]**. Corumbá: UFMS, 2019.

JESUS, Alex Dias de. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

JESUS, Alex Dias de; GOETTERT, Jones Dãri. A dinâmica das fronteiras e a migração haitiana contemporânea. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 280-299, mai./ago. 2020.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A Imigração Haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MARTIN, André Roberto. **Fronteira e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MÉRANCOURT, Widlore; SCHMIDT, Samantha; JAVAID, Maham; SULIMAN, Adela. O que está acontecendo no Haiti? Entenda a crise que levou à renúncia do primeiro-ministro. *Estadão*, São Paulo, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/o-que-esta-acontecendo-no-haiti-situacao-renuncia-primeiro-ministro-ariel-henry-entenda-nprei/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS (MJSP). Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes>. Acesso em: 07 jun. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2017 [1762].

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SOLOUKI, Danielle Galdino. **Imigração feminina no Brasil**: um estudo interseccional sobre as trajetórias, redes sociais e trabalho das haitianas residentes no Distrito Federal. 2021. Tese (Doutora em Ciências Humanas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SCEGO, Igiaba. **Minha casa é onde estou**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

TROUILLOR, Michel Rolph. **Silencing the past**: power and the production of history. Boston, Massachusetts: Beacon Press Books, 1995.

MULHERES IMIGRANTES NA CONTEMPORANEIDADE

Immigrant Women in Contemporaneity

Mujeres Inmigrantes en la Época Contemporánea

DOI 10.55028/geop.v19i36

Jessica Campos de Freitas*
Lucilene Machado Garcia Arf**

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir para estudos sobre imigração de mulheres na contemporaneidade. Pontuamos alguns dos motivos os quais as levam a imigrar. Trata-se de um recorte de estudo de mestrado, cujos métodos se enquadram nos referenciais teóricos de abordagem qualitativa, voltada aos estudos de gênero em contexto de fronteira, destacando a promoção de igualdade de gênero nos fluxos migratórios, uma vez que as relações de gênero permeiam todas as áreas de produção social. Com base em teorias e posicionamentos feministas o trabalho busca apresentar visões e posturas acerca do papel da mulher no movimento migratório.

Palavras-chave: Mulheres, Feminismo, Imigração, Contemporaneidade.

Abstract: This article aims to contribute to studies on women's immigration in contemporary times. We highlight some of the reasons that lead them to immigrate. This is an excerpt from a master's degree study, whose methods fall within the theoretical framework of a qualitative approach, focused on gender studies in a border context, highlighting the promotion of gender equality in immigration flows, since gender relations permeate all areas of social production. Based on feminist theories and positions, the work seeks to

Introdução

A imigração é um fenômeno que teve um crescimento significativo no final do século XX e início do século XXI. No mundo globalizado a circulação de informação é maior e com isso a visibilidade desse assunto se torna mais evidente na sociedade contemporânea. Dessa maneira, o crescimento das movimentações populacionais foi significativo e explosivo, visto que as condições de deslocamentos são diversos, dinâmicos e ganharam destaques com os avanços tecnológicos vigentes.

Nesse sentido, a problemática do estudo está em compreender como as distinções e desigualdades de gênero afetam as migrações femininas contemporâneas, visto que a participação de mulheres nos fluxos migratórios internacionais cresceu progressivamente.

* Graduação em Letras Habilitação - Português/Espanhol (UFMS); Mestranda em Estudos Fronteiriços (UFMS). Professora da Rede Municipal de Ensino de Corumbá. E-mail: jessica_defreitas@outlook.com.

** Graduação em Letras/Inglês/Espanhol (UNIDERP); Mestrado em Estudos literários (UFMS); Doutorado em Teoria da literatura (UNESP). Professora adjunta da UFMS. E-mail: lucilene.arf@ufms.br. ORCID: 0000-0001-7870-3636.

present views and positions regarding the role of women in the immigration movement.

Keywords: Women, Feminism, Immigration, Contemporary Times.

Resumen: Este artículo pretende contribuir a los estudios sobre la inmigración femenina en la época contemporánea. Destacamos algunos de los motivos que les llevan a emigrar. Este es un extracto de un estudio de maestría, cuyos métodos se enmarcan en el marco teórico de un enfoque cualitativo, centrado en los estudios de género en un contexto fronterizo, destacando la promoción de la igualdad de género en los flujos migratorios, ya que las relaciones de género permean todos los ámbitos de la producción social. Basado en teorías y posturas feministas, la obra busca presentar visiones y posiciones respecto del papel de las mujeres en el movimiento inmigratorio.

Palabras clave: Mujeres, Feminismo, Inmigración, Época Contemporánea.

Com isso, a feminização das imigrações é fato que merece atenção e pesquisas recentes buscam entender essa nova configuração. Para tanto, o método de abordagem utilizado foi o dialético e como técnica de pesquisa foi empregada a pesquisa bibliográfica.

O estudo está organizado de maneira a apresentar uma breve trajetória de mulheres imigrantes na contemporaneidade. No segundo tópico é evidenciado que o número de mulheres imigrantes são a maioria entre os imigrantes. No terceiro momento discutimos o abrangente crescimento de mulheres como chefes de família e o fenômeno da chamada feminização da pobreza. O quarto tópico busca compilar questões relacionadas às memórias e denúncias de mulheres que enfrentam grandes percalços a fim de mudarem de vida.

Este trabalho é um recorte de um estudo de mestrado, cujos referenciais teóricos de abordagem enquadra-se na modalidade qualitativa voltada aos estudos de gênero em contexto de fronteira e procura fornecer subsídios para reflexões, somando-se aos estudos do tema e contribuir para o início de uma compreensão mais aprofundada acerca do papel da mulher e sua ascensão.

Trajectoria de mulheres imigrantes na contemporaneidade

Ao recorrer a historicidade, vemos que por muito tempo as mulheres foram minimizadas socialmente e denún-

cias dessas ações ocorreram e ocorrem por meio da literatura, por se tratar de um grande recurso para reflexões sobre procedimentos diversos. As experiências das mulheres nos fluxos migratórios são continuamente negligenciadas, porém, atualmente pesquisas acerca do gênero estão se tornando mais visíveis e elucidam as desigualdades com as mulheres imigrantes e servem como material de dados para a defesa do gênero.

No final do século XVII e início do século XIX a mulher não tinha autonomia para assumir seu próprio posicionamento intelectual e discursivo, a partir daí, houve uma revolução de movimentos feministas em busca de igualdade intelectual, de deveres e, principalmente, de direitos. “Movimento de mulheres, que equiparavam a libertação da mulher à igualdade de direitos e à “igualdade de oportunidades” no sistema econômico existente, revelou a possibilidade de usar o movimento para apoiar o desenvolvimento” (Federici, 2018, p. 240).

A representação feminina cresceu e apesar da ascensão, o nível de igualdade não era reconhecido socialmente. Dessa maneira, a voz feminina era silenciada. Mas, as mulheres foram em busca de conquistas, principalmente, para assumirem a própria identidade, ignorando expectativas alheias. Nesse processo, o discurso vai surgir como representação com o fim de promover a visibilidade social e política de mulheres, questionando, através do discurso, as concepções de dominação e subordinação (Butler, 2003). Viés em que se percebe a importância da representatividade do movimento feminista em busca de igualdade de direitos. Para Judith Butler (2003) o feminismo é uma luta pelos direitos das mulheres, como sempre foi, mas é também uma desmontagem do que chamam de “mulheres”.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente parecendo necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (Butler, 2003, p. 18).

É visível a importância de estudos sobre o protagonismo feminino na contemporaneidade, pela possibilidade de uma linguagem capaz de representá-las e, por consequência ocasionar mudanças de paradigmas necessários para construir uma sociedade igualitária entre os gêneros, independente do lugar geográfico. Pois quando a mulher decide imigrar ela migra na expectativa de um recomeço com dignidade e apropriação de direitos sociais, políticos e econômicos para que possam se integrar e participar ativamente no país de destino, diferente de onde vivia.

Discutir e discorrer acerca da mulher em sua trajetória, especificamente, a de imigrante, é recorrer à história e entender a realidade das que buscam imigrar

a fim de ganhar espaço, direito e democratização através de suas lutas com base em teorias e posicionamentos feministas. A perspectiva de uma integração de bem-estar e familiar se enquadram nos critérios de busca e êxodo que muitas vezes ficam rendidos a decisões custosas. São escolhas relevantes entre pessoas e realidade, especialmente quando os eixos se atêm a elementos do quadro humano, que englobam fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

Os principais fatores que levam mulheres a querer imigrar é a busca de trabalho e boa renda para sustento familiar e pessoal, exploração laboral, violência doméstica, guerras, perseguições ideológicas e culturais (Assis, 2007).

A trajetória de mulheres imigrantes para encontrar um novo começo não é simples, pois estão particularmente vulneráveis à discriminação e ao abuso. Têm menos oportunidades de emprego e ganham menos do que os homens e mulheres nativos. Martes 2009, ratifica para uma compreensão mais ampla dos fluxos migratórios, considerando não apenas fatores econômicos, mas também as dinâmicas familiares e de gênero que influenciam as decisões de imigrar. Pois a mulher que decide imigrar veste uma armadura, assegurando-se em uma decisão de coragem concatenada ao desejo de melhor condição de vida. À vista disso, a autora Silvia Federici (2018), em seu livro *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, narra com riqueza de detalhes debates a respeito da luta de mulheres no combate ao sistema capitalista e colonialista, indaga sobre as imposições do trabalho doméstico às mulheres, assim como as implicações de subordinação e exploração às vidas sociais. Assegura que, falar das lutas como meio de expressão/denúncia e superação é mostrar a importância dos movimentos feministas que defrontam direitos e serviços essenciais às mulheres.

Na contemporaneidade o fenômeno social adquire novos traços e complexidades e a participação das mulheres no contexto migratório se torna mais efetivo e plural, com isso, novas formas de enfrentamentos ganham diversas tendências de movimentação.

Martes (2009) destaca que as mulheres imigrantes não são meras espectadoras no processo migratório. Pelo contrário, elas participam ativamente, integrando e articulando redes de migração. Ademais, salienta que a migração provoca mudanças nas relações familiares e de gênero ao longo do processo. Fica evidente que a migração é um fenômeno social antigo, motivado por diversos fatores e que o gênero feminino está inserido e de grande proporção. Os temas defendidos pela ativista alavancam movimentos, discursos, e sua voz mostra influência, além de contribuir para estudos e debates a respeito da mulher como imigrante em região de fronteira e mostrar que uma mulher pode sair de um lugar de opressão e se tornar resistência e símbolo de superação onde seus direitos são garantidos.

Elas são maioria entre imigrantes

As mulheres ao decidirem migrar já perpassaram por muitos conflitos, muitas vezes, eventos traumáticos, como por exemplo o empobrecimento, expulsão de casa, todos os tipos de violência, abandono entre outros. Essa migração também pode ser vista como uma luta por maior autonomia e autodeterminação, por meio da saída do lar, como a busca por relações de poder mais favoráveis Federici (2018).

É difícil quantificar o aumento da violência contra as mulheres, e seu significado é mais bem apreciado quando consideramos a violência em termos qualitativos, a partir do ponto de vista das novas formas que ela tem tomado. Em vários países, sob o impacto do ajuste estrutural, toda a estrutura familiar tem se desintegrado. Isso ocorre frequentemente por consentimento mútuo — quando um ou ambos os parceiros migram, ou ambos se separam na busca de alguma forma de renda (Federici, 2018, p. 228).

Em uma era multifacetada e contemporânea, a imigração se torna sistemática e contínua. Neste sentido, o aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios tem evidenciado demandas significativas para teorias sobre o papel da mulher contemporânea. Mas isso não omite o que mulheres passaram e passam por conta da imigração.

Imagens de mulheres agarrando os filhos entre os escombros do que antes era sua casa, ou lutando para recriar uma vida sob barracas de campos de refugiados, ou trabalhando em sweatshops em bordéis ou como trabalhadoras domésticas em países estrangeiros são veiculadas há anos na imprensa (Federici, 2018, p. 182).

Estudiosas feministas concordam que mulheres em todo o mundo carregam um “custo desproporcional” pela integração econômica global de seu país.

Os tradicionais papéis sexuais também contribuíram para determinar os níveis e os padrões da migração. As imigrantes, uma vez estabelecidas, mantiveram relações com a sociedade de origem e teceram conexões com a sociedade de destino, construindo redes de migração que estimularam novas migrações (Assis, 2007, p. 749).

A explicação para o aumento significativo das mulheres nas imigrações está relacionada às mudanças na política migratória. Dados apontam a presença feminina nos fluxos migratórios, de acordo com a OBMigra (Observatório das migrações internacionais), o número de mulheres e crianças/adolescentes tem aumentado sistematicamente nos últimos anos. Esses dados transparecem que as mulheres estão em êxodo e à procura de visibilidade, oportunidades de direitos e protagonismo social.

Na contemporaneidade, a visão de imigrante é totalmente diferente de seus antecessores, pois atualmente existem sistemas modernizados seja de comunicação

ou transporte, mais acessíveis e dinâmicos. Acredita-se muito em ganhos positivos e de rápido acesso, porém não é isso o que geralmente acontece.

Apesar de muitas imigrantes terem uma melhor qualificação e escolarização, ao imigrar ainda se direcionam a ocupações tradicionalmente femininas, por exemplo, o emprego doméstico. A inserção da mulher em ramos pouco reconhecidos se dá pela diferença não apenas de gênero, mas sim por origem, nacionalidade, cor da pele, traços fenóticos, categorizações que se relacionam com a imagem da mulher.

As mulheres como chefes de famílias

O processo de separação de mulheres não está relacionado a uma única razão, mas sim a uma conjugação de acontecimentos. Esse fenômeno se dá por fatores relativos à violência doméstica, não colaboração de despesas, uso de bebidas alcoólicas, entre outros. Estudos científicos estão discutindo mais sobre o assunto e concluem que esse campo está atribuído ao viés patriarcal das políticas públicas, pois mesmo em tempos contemporâneos os direitos de mulheres ainda são limitados e catastróficos.

Falar em chefia feminina significa entender que, atualmente, essa é uma situação vivenciada por mulheres pertencentes a diferentes classes sociais e rotulá-las significa negligenciar camadas que precisam de um olhar mais atento. O fenômeno da chefia de domicílios por mulheres constitui uma nova realidade no mundo contemporâneo e isso faz com que mulheres se enquadrem em condições de pobreza mais do que os homens.

O índice de mulheres como chefe de família tem aumentado progressivamente no século XXI. Para mulheres imigrantes as dificuldades aumentam e o índice de chefia aumenta substancialmente, no entanto, essas mulheres são empobrecidas, em vários aspectos, e estão mais expostas a terem seus direitos violados. A chefia feminina acarreta a “feminização da pobreza”, termo que Federici Silva utiliza para ratificar sobre o índice de mulheres chefes de família. Segundo a filósofa, a globalização provocou o aumento da “feminização da pobreza” e transpareceu os fatores que motivam a dramática condição de vida das mulheres, pois a tarefa reprodutiva, afetiva e doméstica está predominantemente associada à mulher e esse fenômeno é global.

As mulheres ao redor do mundo são afetadas por tal caracterização. Federici retoma debates realizados por Karl Marx e Friedrich Engels com teorias feministas sobre a relação do gênero, capitalismo e emancipação feminina. Essas ideias influenciam debates contemporâneos sobre a igualdade de gênero e justiça social.

Com isso, Federici ratifica que a globalização tem provocado o crescimento da “feminização da pobreza”,

Ainda que estudos comprovem o empobrecimento das mulheres pelo mundo, poucas feministas admitem que a globalização não só provocou uma “feminização da pobreza” como contribuiu para o surgimento de uma nova ordem colonial, criando divisões entre as mulheres — o que o feminismo deve combater (Federici, 2019, p. 137).

É evidente que a filósofa critica a relação direta da globalização e o aumento da chefia familiar. Preconiza que tal efeito acarreta as desigualdades econômicas e sociais enfrentadas por mulheres e isso deve ser combatido por feministas que lutam por direitos igualitários sem discriminação social. Pois, alguns movimentos se equivocam em suas lutas e acabam direcionando suas ações para um grupo específico e não englobam todo o gênero em si. Neste contexto, umas das questões emergentes nos estudos sobre mulheres imigrantes se dá na sua dupla depreciação, por serem imigrantes e trabalhadoras chefes de família. A desvalorização social e política das imigrantes possibilita usá-las como produto da globalização. Assim, organizações feministas propõem marchas por lutas sobre violência, desigualdade, fome, entre outros, porém Federici pontua que,

Diante desse cenário, fica explícito que qualquer projeto feminista exclusivamente implicado com a discriminação sexual, sem situar a “feminização da pobreza” no contexto do avanço das relações capitalistas, estará condenado à irrelevância e à cooptação. Além do mais, deve-se levar em conta que a NDIT introduz uma redistribuição internacional do trabalho reprodutivo que fortalece as hierarquias inerentes à divisão sexual do trabalho e cria novas divisões entre as mulheres (Federici, 2018, p. 151).

Nessa perspectiva, os movimentos não devem dar ênfase somente às questões de desigualdades sociais, deve-se levar em pauta a expansão da chefia de domicílio por mulheres, principalmente, imigrantes, pois essas que muitas vezes são invisibilizadas e precisam ganhar espaço e vozes para enfatizar a necessidade de um atendimento humanizado em sua mobilidade.

A responsabilidade de chefiar uma família não altera a dimensão do afeto e cuidado, mas sobrecarrega a mulher nos âmbitos físicos e psicológicos, pois ela sabe que tem que arcar com o sustento do lar e sua vulnerabilidade socioeconômica é o elemento principal no sistema migratório.

Temos hoje, mais do que em qualquer outro momento, uma compreensão mais clara dos problemas enfrentados pelas mulheres imigrantes. Entretanto, se investigarmos as perspectivas que determinam as políticas públicas, verificaremos que não há mudanças sólidas sobre as condições materiais e imateriais dessas mulheres, nem as implicações dessas mudanças nas organizações atuais de auxílio

a imigrantes. Há lacunas que precisam ser preenchidas com efeitos sólidos que beneficiam as mulheres chefes de famílias.

Sendo assim, a combinação de fatores objetivos – como a ampliação da entrada da mulher no mercado de trabalho nas três últimas décadas – com as profundas transformações nas subjetividades, num contexto de globalização e avanço de movimentos sociais e de novos protagonistas sociais, como o movimento feminista, vai produzir uma situação de grande complexidade, reafirmando a ideia de que a ampliação dos domicílios com chefia feminina é um processo multideterminado e, por tanto, também, multifacetado (Macêdo, 2008, p. 394-395).

As mulheres imigrantes chefes de família constituem uma situação paradigmática da equação gênero e família e das possibilidades abertas pelo uso do primeiro termo como explicativo do segundo, pois quando se fala em família tem-se em mente a família tradicional chefiados por homens (Macêdo, 2008). No entanto, o avanço de estudos e pesquisas comprovam a diversidade de arranjos familiares e trazem à tona o aumento de famílias chefiadas por mulheres. Fazendo um recorte sobre as mulheres imigrante, a discussão volta-se para a precariedade socioeconômica dessas famílias, vulneráveis a diversos fatores desumanos, principalmente, em sua trajetória a um novo lar.

Assim, as ideologias de gênero são a base para se entender o que vai definir a identidade primeira desse grupo – *mulher*, depois, *chefe de família*. Inclusive, é o principal fator que lhes define um “lugar” no mundo: tornam-se chefes de família porque são *mães*, num contexto social... (Macêdo, 2008, p. 396).

Nota-se que a chefia feminina está entrelaçada ao fato do gênero e é fundamental que estudos em torno da relação chefia feminina e imigração levem em consideração indicadores que resultam na assistência desse grupo específico. Pois, além de discriminação baseada no gênero, as mulheres imigrantes enfrentam situações de exclusão pelo fato de serem a chefe da família no fluxo migratório.

Notamos que por um lado as imigrantes conseguem se inserir no país desejado e conquistar alguns direitos, ocupando novos espaços na vida social, por outros vemos barreiras e circunstâncias que enfrentam que é a chamada feminização da pobreza, principalmente, nas camadas mais pobres. Pensar o contexto plural das mulheres chefes de família mostrando a diversidade de situações é importante para uma nova visão desse contexto social.

Para a mulher imigrante, especialmente para a mãe, a circunstância de imigrante representa uma fonte de tristeza, desânimo e ansiedade, pois a dinâmica de mobilidade afeta a mulher em todos os aspectos, inclusive sua prole. Vê-se que o movimento migratório fica estruturado a uma ordem econômica, por isso,

ratifica-se a importância de um olhar mais atento às mulheres imigrantes, pois o que percebe é que o sistema a vê de maneira superficial e homogênea.

Entre as memórias e a denúncia

O desejo de mudar a realidade que oprime as mulheres acompanha a força do feminismo. Acima de tudo, o poder feminista é alimentado por uma força de desobediência que desobedece e substitui as barreiras impostas pelo patriarcado. Esta não é uma prática (ou teoria) ingênua, mas uma proposta de transformação social global que não pode esquecer o papel da mulher na sustentação socioeconômica, política, cultural (Barríos, 2005).

Federici (2020) estabelece relações com as práticas do feminismo encontradas em países latino-americanos, pontuando que os novos movimentos de mulheres é um processo de radicalização política, cada vez mais, as mulheres se conscientizam de que seu ativismo deve não apenas proteger as vidas de suas comunidades contra as atividades das companhias transnacionais, mas deve também transformar o atual desenvolvimento econômico em que respeite o ser humano e a terra.

Mulheres indígenas/camponesas, em conjunto com as redes feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres, estiveram também no coração da Cumbre de los Pueblos, encontro dos movimentos sociais que se reuniram pela última vez no Rio de Janeiro em junho de 2012, na ocasião do Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada vinte anos após a Cúpula da Terra da ONU de 1992 (Federici, 2020, p. 4).

Outro aspecto notório que a autora preconiza é a crescente assimilação pelas mulheres rurais/camponesas/indígenas das questões levantadas pelo feminismo popular, tais como: a desvalorização do trabalho doméstico, o direito das mulheres de controlarem seus corpos e suas capacidades reprodutivas, e a necessidade de resistirem à crescente violência contra a mulher.

A conscientização feminista são ideias defendidas por ativistas que buscam romper com a crescente desvalorização e violência contra as mulheres migrantes. O surgimento de novas posturas críticas na contemporaneidade em referência às estruturas patriarcais que governam as relações de propriedade sobre corpos femininos, visam contribuir para a propagação de um discurso não hegemônico em seu país, uma vez que elas não lutam por si, mas pelo grupo de habitantes e trabalhadoras. Logo, seus discursos não é apenas uma história individual, mas de todo um grupo.

Corroborando acerca do tema, temos as reflexões da escritora Julieta Paredes ativista boliviana que defende o feminismo comunitário e afirma que as mulheres

lutam contra o sistema patriarcado que é o sistema de todas as opressões, discriminações e violências.

Cada una de nosotras vive realidades distintas, pero todas tenemos un común denominador: este sistema patriarcal, alimentado de normas sociales sembradas en nuestros imaginarios colectivos, nos pone a las mujeres en condiciones desiguales frente a los hombres, dándoles poder sobre nosotras, negándonos el espacio público y político, quitándonos decisiones cada vez más elementales; y cuando una de nosotras se atreve a transgredir, somos presa fácil de violencia y luego somos las que tenemos que pedir disculpas por las agresiones recibidas (Paredes, 2010, p. 31-32).

Convém destacar que a mulher passou por muitas dificuldades e muitas delas já superadas, dessa maneira, democratizar seu discurso e direitos significa dar acesso, tornar popular, e garantir o acesso igualitário de todos os direitos que o cidadão possa ter independente de ser imigrante ou não.

Paredes ainda pontua que se deve afastar da prática sexista e conservadora e preconiza a inclusão de ações e lutas como categorias políticas para fortalecer as organizações das mulheres. A fim de conter diferenças e diversidades seja política, sexuais, ideológicas, culturais etc.

Assim como Paredes, Judith Butler pontua que é contra a discriminação às mulheres e todas as formas de desigualdade de gênero, mas também expressa que exige uma política que leve em consideração as restrições que são impostas ao desenvolvimento humano. Existem discussões com vários teor e problemas, inclusive, problemas do gênero que por muitas vezes eram excluídos dos debates da época.

Federici discute sobre a questão da luta das mulheres, no movimento feminista, debate direto com as ideias da boliviana, com as múltiplas opressões que as mulheres sofrem e o desejo de mudanças. Dialogando com Martes, Federici pontua que as mulheres também comandam o esforço de coletivizar o trabalho reprodutivo como uma maneira de economizar no custo da reprodução e de proteger umas às outras da pobreza, da violência de Estado e da violência dos homens.

Percebe-se que o cenário fronteiro vem ganhando muito destaque em estudos científicos e o enfrentamento que a ativista passou na condição de mulher é exemplo para uma ressignificação da luta das mulheres em meio a contemporaneidade nas regiões de fronteira, pois o discurso histórico de grandes vozes colabora para a luta de mulheres em diversos espaços geográficos e sociais.

Considerações finais

A imigração feminina tem aumentado significativamente na contemporaneidade, visto que as mulheres representam, atualmente, uma parcela considerável no universo da população imigrante pelo mundo. Esse crescimento resulta em fatores de forças estruturais pelos papéis de gênero, pela violência e pela globalização. Ademais, para além desses fatores, vemos que as mulheres imigrantes enfrentam a situação da feminização da pobreza. Fato esse que acarreta ainda mais em sua vulnerabilidade social.

Refletir sobre o contexto de mulheres chefes de família contribui para ampliar estudos sobre essa realidade, visto que há um progressivo aumento da feminização da pobreza. Debater sobre o referido tema, mostrando que há diversidade nessa condição é importante para uma conscientização pública sobre essa crescente realidade.

Este trabalho objetivou apresentar como lutas feministas são importantes para a defesa da mulher em trajetórias de imigração, como estudos e posições discursivas científicas influenciam na formação para um pensamento crítico. Constatamos o aumento do fenômeno de chefia domiciliar de mulheres e pontuamos alguns dos motivos que levam as mulheres à escolha de imigrar e como posicionamentos teóricos e estudos são importantes para evidenciar a competência da mulher a partir de lutas de suas antecessoras, a fim de reconhecer ações que podem mudar atitudes e pensamentos de uma comunidade ou um povo.

Referências

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.

ARF, Lucilene Machado Garcia. O texto literário como constructo de um espaço transcultural e transnacional. **Raído**, Dourados, v. 14, n. 34, p. 11-20, jul. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; LEMOS, Sarah. **Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2023**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

FEDERICI, Sílvia. Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina". Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

FEDERICI, Sílvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2018.

FERREIRA, Stael Moura da Paixão. **Literatura e identidade nacional**: representações culturais, étnicas e linguísticas na fronteira Brasil-Bolívia. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2013. Disponível em: <http://ppgefcpn.sites.ufms.br/files/2016/01/Stael-Moura.pdf>.

MACÊDO, Márcia S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008

MARTES, Ana Cristina B. **Mulheres migrantes nas fronteiras**: gênero, família e trabalho. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2009.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino**: desde el feminismo comunitario. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

ROMANELLI, Marina. **A representatividade feminina na literatura brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2014.

DOCUMENTAÇÃO E CIDADANIA NA FRONTEIRA BRASIL (CORUMBÁ/MS) X BOLÍVIA: REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

Documentation and Citizenship on the Border of Brazil (Corumbá/MS) X
Bolivia: civil registration of birth

Documentación y Ciudadanía en la Frontera de Brasil (Corumbá/MS) X
Bolivia: registro civil de nacimiento

DOI 10.55028/geop.v19i36

Joyce Sehaber Germendorff*

Silvia de Fátima Pires**

Marco Aurélio Machado de Oliveira***

Resumo: Este trabalho tem por objetivo conhecer e delinear quais são as principais dificuldades de acesso a cidadania na região de fronteira Brasil x Bolívia através do registro de nascimento, tanto para o Cartório de Registro Civil de Corumbá/MS que emite o documento, quanto para o requerente que o solicita, e tem por objetivo específico, conhecer as rotinas relativas ao registro de nascimento neste órgão. Utilizou-se para a metodologia, a pesquisa bibliográfica; a pesquisa documental através de relatório disponibilizado pelo Cartório de Registro Civil, IBGE e Portal da Transparência de Registro Civil.

Palavras-chave: Registro Civil, Documentação e Cidadania, Fronteira Brasil (Corumbá/MS) x Bolívia.

Abstract: This work aims to understand and outline the main difficulties in accessing citizenship in the Brazil x Bolivia border region through birth registration, both for the Civil Registry Office of Corumbá/MS that issues the document, and for the

Introdução

Este trabalho resultou da pesquisa de campo realizada em 2022, por ocasião da disciplina Documentação e Cidadania na fronteira cursada pelas autoras no mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Dentre as muitas inquietações que surgiram a partir das discussões do tema Documentação e Cidadania na fronteira, pautou-se pela busca da compreensão da realidade daquelas pessoas que por várias razões não possuem acesso a cidadania, dentre elas, a

* Graduação em Direito (PUC-Paraná); Mestranda em Estudos Fronteiriços (UFMS). E-mail: joyce-sehaber@gmail.com.

** Graduação em Direito (Faculdade Salesiana Santa Teresa); Mestranda em Estudos Fronteiriços (UFMS). Professora do Curso de Direito (Faculdade Salesiana de Santa Teresa). E-mail: silviadefatimapires1@hotmail.com.

*** Graduação em História (FUCMAT); Doutorado em História Social (USP). Professor Titular da UFMS, Coordenador do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron). E-mail: marco.oliveira@ufms.br. ORCID: 0000-0003-3749-6030.

applicant. which requests it, and has the specific objective of knowing the routines relating to birth registration in this body. Bibliographical research was used for the methodology; documentary research through a report made available by the Civil Registry Office, IBGE and the Civil Registry Transparency Portal.

Keywords: Civil Registry; Documentation and Citizenship; Border Brazil (Corumbá/MS) x Bolivia.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo comprender y delinear las principales dificultades para acceder a la ciudadanía en la región fronteriza Brasil x Bolivia a través del registro de nacimiento, tanto para el Registro Civil de Corumbá/MS que expide el documento, como para el solicitante que lo solicita y tiene. el objetivo específico de conocer las rutinas relativas a la inscripción de nacimientos en este organismo. Para la metodología se utilizó la investigación bibliográfica; investigación documental a través de un informe puesto a disposición del Registro Civil, el IBGE y el Portal de Transparencia del Registro Civil.

Palabras clave: Registro Civil, Documentación y Ciudadanía, Frontera Brasil (Corumbá/MS) x Bolivia.

falta de documentação e a ausência do registro de nascimento.

A região em estudo contemplou a cidade de Corumbá que se localiza no Estado de Mato Grosso do Sul e que faz fronteira com a Bolívia, para onde muitos migrantes de outros Estados passam, permanecem ou oscilam entre um Estado e outro. O próprio contexto de cidade fronteiriça, com grande fluxo migratório impõe desafios para os agentes públicos, bem como para a comunidade. Almeida (2020) reforça que essa situação se mostra mais evidente no momento de entrada desse migrante em território nacional nos municípios fronteiriços, destacando-se o baixo desenvolvimento regional nestes locais, a dificuldade de acesso aos serviços públicos relacionados a saúde, educação, assistência social, tanto pela população fronteiriça quanto pelas pessoas que estão de passagem pelas cidades lindeiras.

O local de estudo concentrou-se no Cartório de Registro Civil da Comarca de Corumbá, e teve por objetivo geral, conhecer e delinear quais foram as principais dificuldades de acesso a cidadania na região de fronteira Brasil x Bolívia, a partir do registro de nascimento, tanto para o Cartório de Registro Civil de Corumbá que emite o documento, quanto para os requerentes que o solicitam, e por objetivo específico, conhecer as rotinas neste órgão, relativas ao registro de nascimento.

A metodologia utilizada envolveu a revisão bibliográfica, através da pes-

quisa em livros, artigos científicos, dissertações, pesquisa documental, cujas fontes foram as de características secundárias, dentre elas, relatório disponibilizado pelo Cartório Registro Civil, Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas e Portal da Transparência de Registro Civil; por fim, exploratória, a partir da observação das rotinas, procedimentos, bem como de pessoas que estiveram e que trabalham no cartório durante 3 visitas realizadas ao órgão.

O município de Corumbá, conforme informações disponibilizadas no Cartorio.info, possui cinco cartórios ativos, sendo eles, o 1º Ofício de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas; 2º Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais (Cartório de Registro Civil); 3º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos; 4º Tabelionato de Notas e Registros Públicos e 5º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis.

O 2º Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais (Cartório de Registro Civil) de Corumbá, órgão em análise, tem por atribuições as expedições de certidões e documentos em geral, tais como nascimentos, casamentos, óbitos, interdições e tutelas.

Dentre as atribuições do Cartório, o estudo foi pautado no registro de nascimento, que é obrigatório no Brasil, visto ser o meio pelo qual se individualiza e identifica uma pessoa, reflete no meio social, jurídico, político, além de compor um dos meios para se ter garantido o acesso aos direitos e deveres como cidadão brasileiro.

O registro de nascimento formaliza-se a partir da Declaração de Nascido Vivo (DNV) emitido por um hospital. Com a declaração fornecida pela maternidade e hospital, os pais comparecem ao Cartório de Registro Civil com seus documentos de identificação pessoal e requerem o registro de nascimento da criança. Se apenas um dos pais comparecerem, faz-se necessário apresentar também a certidão de casamento.

Importante ressaltar que todos os nascimentos ocorridos em território nacional deverão ser registrados dentro do prazo de 15 dias, prorrogáveis por mais 45 dias caso a mãe seja a declarante. Além desse prazo de 15 dias, prevê a lei outra hipótese de ampliação: quando a distância entre o lugar de parto ou domicílio for maior de 30 quilômetros da sede da serventia. Nesse caso, o prazo poderá ser prorrogado em até 3 meses (artigo 50 da Lei 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências).

Após o decurso do prazo de registro, será competente apenas à serventia da residência do interessado, que solicitará o registro tardio de nascimento através de requerimento assinado por 2 testemunhas, e se houver dúvidas quanto ao de-

clarado, o oficial de registro civil poderá encaminhar os autos ao juízo competente onde terá seu deslinde, nos termos do artigo 46 e parágrafos da Lei 6.015/1973.

O registro tardio de nascimento apresenta-se como um dos temas que compõe a peculiaridade do tema Documentação e Cidadania em fronteira. Acrescenta-se às características da fronteira em estudo, a vastidão do pantanal que a envolve, tanto de um lado quanto do outro. O Ministério do Meio Ambiente brasileiro considera o bioma pantanal como “uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta”. No pantanal sul-mato-grossense, a região é formada por extensas áreas inundadas que demoram meses para secar, onde se localizam fazendas cujo acesso ocorre através de barcos que transitam em torno de 1 vez por mês ou de acordo com a necessidade de reposição de mantimentos, insumos, medicamentos, etc., o que acaba por isolar as pessoas que lá habitam, dificultando, inclusive, registros de nascimento, óbito, entre outros.

Deste modo, é factível que ocorram partos fora dos hospitais, bem como, pessoas adultas que não possuam documentos de identificação pessoal, por diversas razões, inclusive por permanecerem nesses locais grande parte de suas vidas, sendo uma das causas para o pedido do registro tardio de nascimento, conforme destacado por Dourado (2019).

Outro fator evidenciado refere-se à facilidade de transpor a fronteira em cidades lindeiras como as brasileiras de Corumbá/MS e Ladário/MS das bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, que traz consequências de amplo aspecto nas esferas sociais, econômicas, jurídicas, etc., para os dois lados da fronteira.

Deste modo, é preciso levar em consideração, dentre outros fatos, o acesso a saúde na Bolívia, que, diferentemente do Brasil, não é gratuito, e em razão da vulnerabilidade social, além de outros fatores como a própria escolha pelo Brasil, de mulheres bolivianas que atravessam a fronteira para que seus filhos nasçam em Corumbá, sem ao menos terem se submetido a qualquer acompanhamento ou mesmo exames no Brasil durante a gravidez.

Neste sentido, Farias (2022) revela que além de mulheres bolivianas, o nascimento ocorre a partir de mulheres de outras nacionalidades, dentre elas, haitianas e venezuelanas. A autora destacou que há casos de mulheres que optaram pelo nascimento dos filhos no Brasil e outros em que o parto não ocorreu de forma planejada, especialmente de bolivianas, e que em alguns destes casos, houve o registro de nascimento também na Bolívia. A maioria dessas ocorrências revelam a busca pelo acesso à saúde, para que a criança tenha a assistência de um médico, desvinculada do fato de residir em Corumbá, afastando-se do sentimento de pertencimento, de ser cidadão brasileiro.

Corroborando ao tema, Costa (2015), destaca que em algumas ocasiões, os indivíduos manipulam suas identidades, visto a existência do duplo registro de nascimento, para suprir necessidades relacionadas a serviços e direitos, a exemplo da utilização da identidade brasileira para facilitar o acesso à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho, e ainda, para fugir dos preconceitos que encontram do lado brasileiro.

Estas são algumas das questões que envolvem a problemática da documentação em fronteira a partir do registro de nascimento, que serão retratados no presente artigo.

O cartório, o contexto de fronteira e a cidadania a partir do registro civil de nascimento

Criado em 18 de fevereiro de 1875, o Cartório de Registro Civil localiza-se na Rua Delamare, nº 1354, centro de Corumbá, possui uma oficial interina, um oficial substituto, quatro escreventes extrajudiciais e dois auxiliares extrajudiciais. A equipe caracteriza-se pela multidisciplinariedade de profissões, com bacharéis em direito, pedagogo, demais colaboradores contam com ensino médio completo, todos com experiência na atividade cartorária, e nenhum dos colaboradores falam outro idioma além do português.

O Cartório de Registro Civil não possui sítio eletrônico, apenas ambiente físico. Na cidade de Corumbá, é o único cartório que expede certidão de nascimento. Sua localização é de fácil acesso, dispondo de ponto de ônibus na frente da sua sede. Os horários de maior movimentação de pessoas ocorrem às 10h30min e 15h00 por se tratar do horário de desembarque de passageiros.

No cartório, existe um quadro de avisos, com editais, informações sobre procedimentos, custos, telefones/site de tradutores de documentos, convém ressaltar que não há tradutores juramentados em Corumbá, somente na capital - Campo Grande. A escrita no quadro de avisos é somente em português, apesar de o público do Cartório contar com bolivianos, haitianos, venezuelanos, colombianos, etc.

Os serviços do Cartório de Registro Civil não estão disponíveis no ambiente digital, o usuário deve se dirigir ao cartório para receber orientações e formalizar seu pedido. Os serviços mais procurados são os referentes ao registro de nascimento, óbito e casamento, além de realizarem outros atos, como autenticações e reconhecimento de firma em assinaturas. Em 2014, o Decreto 1.337/2014 da prefeitura municipal de Corumbá instituiu o Comitê Gestor Municipal de Políticas para a erradicação do sub-registro civil de nascimento e acesso à documentação básica. Uma das medidas implantadas foi a integração do Cartório com a maternidade de Corumbá, através de convênio que possibilita o registro de nascimento

diretamente na maternidade, viabilizando que a criança seja registrada logo após o nascimento.

A fronteira Brasil x Bolívia denota uma região estratégica do ponto de vista terrestre e fluvial, visto que a curta distância (menos de 25 km) entre as cidades fronteiriças brasileiras Corumbá e Ladário das bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suares facilitam o grande fluxo de pessoas, trocas comerciais, culturais e interações sociais. Neste aspecto, o estudo se concentrou nas pessoas que buscam os serviços de registro de nascimento disponíveis no Cartório de Registro Civil e nas que trabalham no cartório, a partir da observação do desenvolvimento de suas rotinas de trabalho.

De acordo com dados consultados em 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a população de Corumbá/MS totalizava 112.669 pessoas, com características peculiares, visto contar com brasileiros natos, naturalizados e imigrantes. A imigração é um aspecto relevante e presente em Corumbá, possibilitando a identificação de 3 tipos principais de imigrantes: os pendulares, aqueles que residem em uma das cidades fronteiriças e que trabalham ou estudam na outra (Oliveira e Loio, 2019); os de passagem, aqueles que tem por destino outra cidade ou país (Oliveira; Oliveira; Rodrigues, 2020); e os permanentes, que são aqueles que encontraram na cidade de Corumbá o seu destino final (Oliveira; Mariani e Oliveira, 2017).

Oliveira e Loio (2019, p. 60) realizaram importante estudo acerca da pendularidade em fronteira, que levou em conta não apenas o aspecto físico da fronteira, mas também o reconhecimento de permanência do vínculo com o local de origem, das estratégias utilizadas para deslocamento como as redes de apoio através de whatsapp, do próprio engajamento para que membros da família ou amigos utilizem da migração como meio de melhoria nas condições de vida. Os autores descreveram a migração pendular como aquela exercida por pessoas que circulam diariamente entre as cidades fronteiriças para trabalhar, estudar, entre outras atividades, o que acrescenta consequências quando sai de um lado da fronteira e entra no outro lado, tanto para assegurar a sobrevivência quanto para expandir comércios.

Em sentido semelhante, o estudo de Oliveira, Mariani e Oliveira (2017, p. 237) contempla imigrantes em rede que viabilizam a imigração para Corumbá/MS, com objetivo de se estabelecer, da busca por melhores condições de vida, ressaltando que a fronteira, muito mais que um lugar físico, é palco de preconceitos e também de solidariedade aos imigrantes, tanto por autoridades quanto pela população que os recebem.

O contexto de imigração é importante para que se possa compreender as demandas que chegam ao Cartório de Registro Civil. Outro fato relevante é a localização da cidade de Corumbá, visto que no entorno do centro urbano contempla áreas rurais de difícil acesso, bem como comunidades ribeirinhas que na época das cheias do pantanal ficam alagadas e isolam as pessoas que vivem nesta área. No ano de 2018, por exemplo, as chuvas foram tão intensas que causaram inundações, sendo declarado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul situação de emergência em Corumbá (informações disponibilizadas no portal do governo de Mato Grosso do Sul), o que leva a reflexão da dificuldade que as pessoas que moram nestas áreas se deparam para ter acesso a documentação e a cidadania.

Essa reflexão é essencial para que se compreenda as possíveis razões para que existam pessoas sem documentos de identificação pessoal e que buscam no Cartório de Registro Civil o registro tardio de nascimento. Com as cheias do pantanal, muitas pessoas ficam isoladas, os partos ocorrem fora do hospital, algumas vezes, sem testemunhas. Neste aspecto, convém esclarecer o registro de nascimento conforme a Lei nº 6.015/1973 que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências, artigos 46 e 50:

Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado.

§ 1º O requerimento de registro será assinado por 2 (duas) testemunhas, sob as penas da lei. (Redação dada pela Lei nº 11.790, de 2008).

§ 2º (Revogado pela Lei nº 10.215, de 2001)

§ 3º O oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente.

§ 4º Persistindo a suspeita, o oficial encaminhará os autos ao juízo competente. (Redação dada pela Lei nº 11.790, de 2008).

Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

O artigo 50 da referida Lei descreve o rito do nascimento em solo brasileiro dentro do prazo de 15 dias que poderá ser ampliado em até 3 meses pelas condições dos locais distantes como nas regiões pantaneiras de Corumbá. Já o artigo 46 da mesma Lei, refere-se ao registro tardio de nascimento, solicitado para os casos que extrapolam o prazo de 3 meses descrito no artigo 50, ocasião em que é feito um requerimento junto ao Cartório, 2 testemunhas são ouvidas em separado com vistas a confirmar a veracidade dos fatos, especialmente para esclarecer se o nascimento realmente ocorreu em solo brasileiro. Caso haja suspeita da veraci-

dade das informações fornecidas, o oficial do cartório encaminha os autos para análise do juízo competente e após instrução probatória, terá o seu desfecho. Em Corumbá, o juízo competente é a Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos.

Esclarece-se que o artigo 46 da Lei nº 6.015/1973 foi alterado em 2008 pela Lei nº 11.790, de 02 de outubro de 2008 – Lei de Registros Públicos, para permitir o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal diretamente nas serventias extrajudiciais, e dá outras providências –, essa alteração foi importante porque permitiu que o registro tardio de nascimento tramitasse diretamente nos cartórios, conferindo maior autonomia aos oficiais de cartórios, sem perder de vista a segurança jurídica, pois, existindo suspeita da veracidade dos fatos, os próprios oficiais de cartório encaminham os autos ao juízo competente, conforme já explicitado.

De acordo com o Cartório de Registro Civil de Corumbá, para formalizar o registro de nascimento é necessário a Declaração de Nascido Vivo (DNV) emitida pelo hospital em que a criança nasceu, e documentos pessoais dos pais, tais como: Cédula de Identidade (CI), Certificado de Nascimento ou Registro Nacional Migratório (RNM, anteriormente conhecido por RNE) e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). O cartório é conveniado a maternidade de Corumbá, desta forma, todas as tardes um funcionário do cartório se desloca até a maternidade e expede a Certidão de Nascimento em loco, um serviço gratuito que promove a cidadania e diminui a possibilidade de pessoas sem documentos de identificação pessoal nesta cidade.

No Cartório de Registro Civil de Corumbá, compete ao Oficial Substituto entrevistar as testemunhas relativas pedido de registro tardio de nascimento, trata-se de um oficial com vasta experiência em cartório e conhecedor da realidade do espaço fronteiro Brasil x Bolívia e do município de Corumbá. De acordo com o cartório, a média de pedidos de registro tardio de nascimento no município, totaliza a quantia de 10 casos por ano.

Dado o contexto de fronteira, é comum haitianos, colombianos, bolivianos, entre outros, manifestarem interesse em se casar no Brasil, desta forma o rol de documentos para formalizar o casamento já inclui documentos a serem entregues por estrangeiros, conforme descrito a seguir:

Estrangeiro solteiro: Certidão de nascimento atualizada (emitida nos últimos 60 dias), traduzida por um tradutor juramentado e registrada no cartório do 4º ofício ou apostilada; Declaração de solteiro atualizada (emitida nos últimos 60 dias), traduzida por um tradutor juramentado e registrada no cartório do 4º ofício ou apostilada; Comprovante de residência atualizado; CI/RG, RNE e/ou Passaporte – visto de entrada no país.

Estrangeiro viúvo: Certidão de Casamento, com Averbação do Óbito atualizada, (emitida nos últimos 60 dias), traduzida por um tradutor juramentado e registrada no cartório do 4º ofício ou apostilada;

Certidão de óbito do cônjuge; Declaração de Estado Civil atualizada (emitida nos últimos 60 dias), traduzida por um tradutor juramentado e registrada no cartório do 4º ofício ou apostilada; Documentos comprobatórios de que o inventário foi concluído (artigo 1523, I CCB) obs.: caso o Regime de Casamento escolhido seja o da Separação de Bens, os itens acima sublinhados serão dispensados; Comprovante de residência atualizado; CI/RG, RNE e/ou Passaporte – visto de entrada no país.

Estrangeiro divorciado: Certidão de Casamento, com Averbação do Divórcio atualizada, (emitida nos últimos 60 dias), traduzida por um tradutor juramentado e registrada no cartório do 4º ofício; Certidão de nascimento atualizada (emitida nos últimos 60 dias), traduzida por um tradutor juramentado e registrada no cartório do 4º ofício; Documentos comprobatórios da partilha dos bens ou Documentos comprobatórios de que não houve bens a partilhar (exceto se Regime de Casamento for o da Separação de Bens, Comprovante de residência atualizado; CI/RG, RNE e/ou Passaporte – visto de entrada no país.

Diante do rito e do rol de documentos necessários para a formalização do casamento, os funcionários do cartório destacaram que existe dificuldade por parte dos requerentes na compreensão da legislação brasileira e para o fornecimento dos documentos solicitados, pois, além da dificuldade de compreensão do idioma português (os funcionários do cartório não são bilíngues), há outros fatores que influenciam, como o cultural: no Brasil prevalece a monogamia e já houve pedido no cartório de um requerente que estava casado em seu país de origem; e a vulnerabilidade social, como o custo para tradução de certidões, as quais, não são traduzidas em Corumbá pela ausência de tradutor juramentado na cidade.

O registro de nascimento proporciona acesso a direitos básicos de cidadão brasileiro, como saúde, educação, sociais, previdenciários, entre outros. A cidadania, de acordo com Dallari (2004, p. 24) “expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.” Tão importante quanto a cidadania é a nacionalidade, que remete ao país de origem de uma pessoa, ou a sua naturalização. A Constituição Federal do Brasil de 1998 dispõe sobre o tema que:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

A compreensão da alínea “a” do artigo 12 da Constituição Federal Brasileira é relevante, tendo em vista que aquela pessoa que nasce em solo brasileiro, ainda que seja filho de pais estrangeiros e desde que estes não estejam a serviço de seu país são considerados brasileiros natos, portanto, obrigatoriamente deverão ser registrados no Brasil, junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais.

Neste aspecto, o estudo realizado por Farias (2022) remete aos partos ocorridos em Corumbá de mulheres de nacionalidades diferentes da brasileira, dentre elas, bolivianas, haitianas e venezuelanas que foram registradas na cidade, justamente por terem nascido em solo brasileiro, cujos pais estrangeiros não estavam a serviço de seu país, e revelou que houve casos de registro em duplicidade, na Bolívia. O trabalho desenvolvido também destacou as diferentes razões para que essas mulheres migrassem para o Brasil. Evidenciou também, casos de mulheres que optaram pelo nascimento dos filhos no país, para facilitar o acesso a serviços públicos relativos à saúde, educação, benefícios sociais, etc., e outras situações nas quais o parto não ocorreu de forma planejada, especialmente daquelas mulheres grávidas que trabalham ou estudam em uma das cidades do espaço fronteiro Brasil x Bolívia e que moram na outra, as chamadas migrantes pendulares, em sua maioria, bolivianas, o que explica, em alguns casos, o registro em duplicidade na Bolívia, prezando pela manutenção de suas origens, afastando-se do sentimento de pertencimento, de ser cidadão brasileiro.

Já o processo de naturalização brasileira descrito no inciso II, alíneas “a” e “b”, requer tempo de residência no Brasil, e que o requerente não tenha condenação penal. Esse processo não tramita pelo Cartório de Registro Civil, tem início na Polícia Federal e na sequência é encaminhado para Departamento de Imigração onde terá seu deslinde após as devidas checagens.

Quanto aos principais desafios vivenciados pelos funcionários do cartório, os mesmos referem-se a fragilidade e dificuldade existente para a verificação da veracidade das informações prestadas para realização do registro tardio de nascimento, tendo em vista que, dado o contexto de fronteira e das características geográficas da região nos arredores de Corumbá, os relatos dos requerentes são, em sua grande maioria, muito parecidos, de partos realizados em fazendas de difícil acesso; a manutenção do diálogo na língua materna entre as pessoas do seu convívio o que dificulta a fluência e compreensão do português; os requerentes já são crianças ou até mesmo adultos quando decidem regularizar sua situação documental; por vezes as testemunhas não conhecem os requerentes desde à época da gravidez de sua mãe, muito menos estiveram presentes no dia do suposto parto, o que acaba gerando dúvidas quanto a autenticidade dos fatos narrados, fazendo com que os oficiais cartorários remetam o processo ao judiciário para confirmar ou não o pedido formalizado.

Os requerentes, por sua vez, não possuem os meios necessários para comprovar os fatos narrados, ora por não possuírem os documentos que são solicitados, ora porque o local era distante, isolado, e realmente não havia testemunhas do ocorrido, ou porque essas pessoas não estão mais nesses locais, perdendo o contato com as mesmas; todos esses fatores dificultam a comprovação de que os requerentes atendem aos requisitos para o registro tardio de nascimento.

O Portal da Transparência do Registro Civil, regulamentado pelo Provimento nº 46 do Conselho Nacional de Justiça, disponibiliza dados que são atualizados diariamente, da quantificação dos nascimentos, óbitos e casamentos, registrados nos cartórios de registro civil das cidades brasileiras. Desta forma, apresenta-se abaixo, tabela com os referidos dados, contemplando os anos completos de 2018 a 2022:

Tabela 1. Registros de nascimentos, casamentos e óbitos do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Corumbá

Anos	Nascimentos (n)	Casamentos (n)	Óbitos (n)
2018	1946	292	725
2019	1974	250	743
2020	1841	92	942
2021	1934	147	1038
2022	1984	211	753

Fonte: Portal da Transparência, dados de Registro Civil em Corumbá.

O Portal da Transparência não disponibiliza informações sobre a quantidade de registro tardio de nascimento que tramitou no cartório, desta forma, solicitou-se o referido dado ao órgão de Corumbá. Os oficiais informaram que realizam uma média de 10 (dez) registros tardios de nascimento por ano. Ademais, informaram que os óbitos de crianças, filhas de pai ou mãe não brasileiros, no período de janeiro a dezembro de 2021 totalizaram 51 óbitos; de janeiro a junho de 2022 totalizaram 21 óbitos. Quanto ao nascimento de crianças na maternidade de Corumbá, filhos de pai ou mãe, ou ambos de outra nacionalidade, cerca de 40 crianças por ano. Por fim, quanto ao registro de casamento envolvendo pessoas de outras nacionalidades, em 2021 somaram 5, e em 2022 (até junho) 5.

Os números levam a reflexão quanto a possibilidade de existir um número ainda não conhecido de pessoas sem documentação de identificação pessoal. No próprio Portal da Transparência, consta registro de óbito de 7 pessoas sem identificação, entre os anos de 2017 a 2023, são várias as possibilidades para a falta dessa identificação, desde pessoas que foram vítimas de morte violenta; encontradas em avançado estado de decomposição; indivíduos que estavam de passagem pela cidade sem portar documentos quando ocorreu sua morte; até a própria falta de documentação de identificação pessoal desde seu nascimento.

Outra questão refere-se à passagem e a permanência no Brasil com documentação irregular. Neste aspecto, Marini (2018), identificou a existência de bolivianos que vivem em situação documental irregular na cidade de Corumbá, posto que fornecem o mesmo endereço para autoridades policiais para obtenção de vistos, e esses indivíduos, na verdade, efetivamente moram na Bolívia, mas trabalham ou estudam no Brasil. Observa-se que muitos destes imigrantes são ambulantes nas ruas ou calçadas do centro da cidade e outros trabalham nas feiras livres de Corumbá. O estudo da autora revelou ainda que um percentual mínimo dos imigrantes bolivianos se interessa em buscar informações acerca dos documentos e requisitos para documentar-se em conformidade as regras para permanência no Brasil, tendo em vista fatores que os envolvem, tais como, culturais, econômicos, linguísticos, etc.

Outro fator que contribui para a falta de documentação refere-se à vulnerabilidade social e ao preconceito que os migrantes enfrentam ao deixar seu país de origem em busca de uma vida melhor. Neste sentido, Costa (2015), destaca que em algumas ocasiões, os indivíduos manipulam suas identidades, visto que alguns deles possuem o duplo registro de nascimento, em certos casos, por desinformação, em outros, para suprir necessidades relacionadas a serviços e direitos, a exemplo da utilização da identidade brasileira para facilitar o acesso à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho, e ainda, para fugir dos preconceitos que encontram do lado brasileiro.

Em sentido correlato, Alvarez (2010) realizou 70 entrevistas em 14 localidades fronteiriças no Brasil e evidenciou a existência de hiper documentação, nos quais os habitantes do espaço fronteiriço optaram pela estratégia de obter documentação em ambos países (Brasil x Paraguai e Brasil x Uruguai). Tais documentos estariam sendo utilizados para acesso às políticas de saúde, educação, benefícios sociais, etc., objetivando-se, inclusive, receber os benefícios em ambos os lados da fronteira. Esses indivíduos receberam o nome discriminatório de “Brasiguaios”, “Argentinos”, “dupla-chapa”. O pesquisador também evidenciou a falta de documentação, especialmente por parte da população rural, que não conseguia cumprir os requisitos cartorários para regularizar sua situação documental.

Da mesma forma, ocorre na fronteira Brasil x Bolívia, tanto em relação as dificuldades dos requerentes para instruir o pedido de registro tardio de documentos que tramita perante o Cartório de Registro Civil, quanto na dúvida que surge a respeito deste requerente já possuir registro de nascimento nas cidades bolivianas, pois, não há um sistema cooperativo entre os países vizinhos que viabilize a consulta em tempo real desta informação.

Outro aspecto importante foi o elencado por Figueiredo (2013) trazendo à tona a cidadania enquanto sentimento de pertencimento do indivíduo, de identificação com o país. A pesquisadora ressalta que as razões para o imigrante obter a cidadania brasileira, seja a adquirida ou a originária (através de partos ocorridos no Brasil), ou pela naturalização, estão desacompanhadas desse sentimento de pertencimento, visto que, nas cerimônias de entrega da identidade brasileira, é comum que paraguaios se neguem a entregar sua identidade estrangeira. No estudo também foi elencado o problema da declaração falsa de endereço, o que vale ressaltar, também ocorre em Corumbá como descrito anteriormente no estudo de Marini (2018), e falsificação de documentos. A pesquisadora aduz que se faz necessário uma gestão fronteiriça, criando mecanismos legais e administrativos específicos para regiões de fronteira, cuja gestão seria em conjunto, com políticas públicas binacionais.

Por fim, Dourado (2019) apresentou uma interessante compreensão sobre a realização de registros tardios de nascimento em Corumbá/MS, a partir do estudo concentrado no período de 10/10/2008 a 19/12/2017 no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1ª instância. O pesquisador destacou que o fator que predominou na via judicial foi a suspeita dos oficiais registradores dos Cartórios Extrajudiciais de Corumbá/MS e de Ladário/MS sobre a veracidade dos fatos narrados pelas partes e suas testemunhas, ressaltou também que houve processos que não necessitavam tramitar pela via judicial, porque preenchiam os requisitos para se obter o registro na via administrativa - perante os Cartórios Extrajudiciais.

Outro dado importante da pesquisa realizada foi o de que “da totalidade de processos levados à apreciação do Juízo Competente, 57% (cinquenta e sete por cento) dizem respeito a menores de idade”, a pesquisa aponta também que “85% (oitenta e cinco por cento) dos requerentes ou de seus representantes não souberam justificar a razão da não realização de registro de nascimento no prazo legal”, quanto a procura pela via judicial e via administrativa revelou que:

(...) cerca de 180 (cento e oitenta) pedidos de registros tardios realizados diretamente no Cartório de Registro de Pessoas Naturais na Comarca de Corumbá (MS), sem necessidade de decisão judicial.

(...) mais que os pedidos judicializados (54), no mesmo período na Comarca de Corumbá (MS).

Com relação as decisões judiciais, o autor destacou que houve “valorização da dignidade da pessoa humana e a observância dos direitos humanos foram cumpridas pelo Juízo Competente”.

Estas são algumas das razões para que existam pessoas com documentação irregular na fronteira Brasil x Bolívia em Corumbá, e para que outras pessoas tenham documentos em duplicidade em seu país de origem.

Considerações Finais

O estudo desenvolvido demonstrou a peculiaridade da região de fronteira Brasil (Corumbá/MS) x Bolívia, no tocante a documentação e cidadania. A migração está presente na cidade e traz consequências para diversas áreas, dentre elas, saúde, educação, trabalho, etc., e também está presente no cotidiano dos serviços disponibilizados pelo 2º Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais.

Neste contexto, importante ressaltar que a cidadania se refere aos direitos e deveres de uma pessoa dentro de uma nação, já a nacionalidade remete ao país de origem de um indivíduo. Aquele que nasce no Brasil caracteriza-se por ser brasileiro nato, e fica obrigado ao registro de nascimento. O registro de nascimento oficializa a existência da pessoa e a individualiza, conferindo identidade formal de cidadão. Ele é essencial para a retirada de outros documentos e para garantir o acesso a benefícios governamentais ligados a saúde, educação, dentre outros.

O estudo evidenciou, a partir do referencial teórico utilizado (Costa, 2015; Marini, 2018; Dourado, 2019; Farias, 2022), a existência de pessoas sem documentação, especialmente, sem registro de nascimento; com documentação irregular; e em duplicidade. Vários fatores desencadeiam a peculiaridade relativa à documentação nessa fronteira. Dentre eles, para a falta de documentação, destacam-se

os partos ocorridos em locais de difícil acesso, isolados pelas cheias do pantanal, em localização tênue entre Brasil x Bolívia, que dificultam o preenchimento dos requisitos do registro tardio de nascimento no Brasil; para a documentação irregular, o exercício do estudo ou trabalho no Brasil enquanto domiciliado na Bolívia sem o devido desembaraço da situação documental relativo a vistos para a permanência no Brasil; por fim, a duplicidade do registro de nascimento no país vizinho, especialmente quando o parto ocorreu de forma não planejada na cidade de Corumbá, pela falta do sentimento de pertencimento, de se sentir cidadão brasileiro, somando-se a isso, os fatores sociais, culturais, linguísticos, etc.

Para erradicar a falta de documentação das pessoas que vivem em locais de difícil acesso, são realizadas mobilizações nacionais, estimuladas pelo Conselho Nacional de Justiça, estabelecendo parcerias com órgãos governamentais para garantir o registro de nascimento ao maior número possível de pessoas que tenham nascido em solo brasileiro. Em Corumbá, são realizadas ações itinerantes da Justiça Federal e Estadual em parceria com a Marinha, Exército, Defensoria Pública Estadual, Polícia Civil, Polícia Federal, etc., que chegam aos locais de difícil acesso e promovem o acesso a cidadania a partir do registro de nascimento, além de oferecer atendimentos relacionados a saúde, jurídicos, sociais, etc.

Outra medida que confere integração e acesso a cidadania refere-se à expedição do registro de nascimento diretamente na maternidade de Corumbá, um importante mecanismo que diminuiu a possibilidade de pessoas sem o registro civil de nascimento na cidade.

Permeia no contexto de registro tardio de nascimento, um cenário de desconfiança da veracidade dos fatos alegados, que por vezes se repetem; da motivação para requisitar o registro tardio; pela falta de qualquer meio que possibilite provar o que se alega, em razão da vulnerabilidade das pessoas que vivem em locais distantes do centro urbano – as fazendas pantaneiras, por exemplo -, e outras, pela simples falta de informação que faz com que uma pessoa viva muitos anos sem um documento de identificação.

O cartório, por estar localizado em uma região de fronteira, realiza atendimento a pessoas de outras nacionalidades, revelando a dificuldade com idioma diferente do português, seja para a compreensão da solicitação do requerente, ou ainda para que o requerente compreenda a legislação e os costumes brasileiros e atenda o que lhe é solicitado para instruir o processo. Outra dificuldade é falta de compartilhamento de dados entre países vizinhos como Brasil x Bolívia, para viabilizar a confirmação ou não da existência de expedição de documentos em seu respectivo país.

Por derradeiro, com este estudo foi possível compreender um pouco da temática que envolve a documentação e cidadania a partir do registro de nascimento e as rotinas no Cartório de Registro Civil, no contexto da fronteira Brasil x Bolívia em Corumbá.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais ao 2º Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais de Corumbá – Cartório de Registro Civil, pela atenção, disponibilidade e compartilhamento de informações referente aos atendimentos realizados, quadro de colaboradores e relatório fornecido quanto aos dados registrados no Cartório.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Renata Miceno Papa de. **Aplicação e Transferência de Novas Técnicas de Cadastro de Imigrantes, Refugiados e Apátridas na Assistência Social do Município de Corumbá-MS**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2020.

ALVAREZ, Gabriel Omar. **Identidades migrantes, fronteira e cidadania. Região e poder, representações em fluxo**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Lei dos registros públicos. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1973; retificado em 30 out. 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.970 de 02 de outubro de 2008. Altera o art. 46 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, para permitir o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal diretamente nas serventias extrajudiciais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 out. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11790.htm#art1. Acesso em: 30 jun. 2022.

CARTORIO.INFO. **Cartórios em Corumbá/MS**. Disponível em: <https://cartorio.info/ms/corumba/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CHAVES, Bruno. Governo declara emergência em Corumbá devido à cheia no Pantanal; inundações afetaram 2,5 mil pessoas. **Portal do Governo de Mato Grosso do Sul**, 05 jul. 2018. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/cheia-no-pantanal-atinge-25-mil-pessoas-e-governo-declara-emergencia-em-corumba/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CORUMBÁ/MS. Decreto 1.337/2014, de 24 de março de 2014. **Diocorumbá**, Corumbá, n. 424, 26 mar. 2014. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/589#/p:2/e:589?find=Decreto%201.337>. Acesso em: 30 jun 2022.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, v. 21, n. 1, 2015. 39 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 24 p.

DOURADO, Adauto Ajala. **Registros tardios de nascimento na Comarca de Corumbá: uma análise sob a ótica dos direitos humanos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS, 2019.

FARIAS, Caroline Mendes Leandro. **Migrações, estratégias e acasos para o parto em Corumbá-MS**. 2022. 40 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS, 2022.

FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. **Direitos sociais e políticas públicas transfronteiriças: a fronteira Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MARINI, Joyce Ferreira de Melo. **Implantação e transferência da unidade de atendimento ao imigrante boliviano indocumentado junto ao Núcleo de Estudos de Trabalho e Cidadania de Imigrantes em Fronteira (MEF/UFMS) em parceria com o Centro Boliviano-Brasileiro 30 de Marzo**. 2018. 106 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Pantanal**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/pantanal.html>.

OLIVEIRA, Jéssica Canavarro; MARIANI, Milton; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Imigrantes em Rede na Fronteira: O Caso de Comerciantes Bolivianas em Corumbá, MS, Brasil. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 12, p. 233-246, 2017.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado; OLIVEIRA, Jessica Canavarro; RODRIGUES, Wanessa Pereira. **Corumbá entre ruas e cemitério: o tempo e o silêncio**. Uberlândia: LAECC, 2020.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; LOIO, Joanna Amorim de Melo Souza. Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais. **Revista Videre**, Dourados, v. 11, n. 21, p. 59-60, 2019.

PAINEL REGISTRAL. Arpen Brasil. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/registros>.

MIGRANTES PENDULARES: TRABALHADORES INFORMAIS NA FRONTEIRA EM CORUMBÁ, MS, BRASIL

Commuting Migrants: informal workers on the frontier in Corumbá, MS, Brazil

Migrantes Trabajadores: trabajadores informales en la frontera en Corumbá, MS, Brasil

DOI 10.55028/geop.v19i36

Isadora Sigarini de Moraes*

Resumo: O deslocamento de pessoas que atravessam o território fronteiriço para trabalhar, nos fez refletir sobre a polissemia da fronteira do Brasil com a Bolívia na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, onde investigamos o movimento pendular particular realizado pelos cidadãos bolivianos. Com o objetivo de compreender trajetórias, vivências, condições, organização, relações socioprofissionais e sentimentos no contexto do trabalho informal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que como procedimentos, teve a revisão bibliográfica, as entrevistas e abordagens realizadas sustentando a articulação entre a episteme do fenômeno e a realidade vivenciada. Concluímos que os indivíduos vivem os efeitos da precarização do trabalho.

Palavras-chave: Fronteira, Movimento Pendular, Trabalhador Informal, Sofrimento Psíquico.

Abstract: The movement of people crossing the frontier to work made us reflect on the polysemy of the frontier between Brazil and Bolivia in the city of Corumbá, Mato Grosso do Sul, where we investigated the private commuting movement carried out by bolivian citizens. With the aim of understanding trajectories, experiences, conditions, organization, socio-professional relationships and feelings in the context of

Introdução

Este trabalho é fruto de indagações que surgiram a partir da observação *in loco*, do trânsito e deslocamento de pessoas que atravessam o território fronteiriço para trabalhar e levou a refletir sobre a polissemia da fronteira. O cenário deste estudo, a cidade de Corumbá, no oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, fica situada na fronteira do Brasil com a Bolívia, e é localizada no centro do continente sul-americano.

Esta região possui uma notável influência histórica nas migrações internacionais, sendo porta de entrada importante para diversas nacionalidades, mas onde investigamos especificamente o movimento pendular muito particular realizado por estes cidadãos bolivianos (Oliveira; Marini; Loio, 2018).

* Graduação em Enfermagem (UFMS); Mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS). Pesquisadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron). E-mail: isadorasigarini@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7976-2635.

informal work. This is a qualitative research that, as procedures, included a bibliographical review, interviews and approaches carried out supporting the articulation between the episteme of the phenomenon and the reality experienced. We conclude that individuals experience the effects of precarious work.

Keywords: Frontier, Commuting, Informal Worker And Psychological Suffering.

Resumen: El movimiento de personas que cruzan el territorio fronterizo para trabajar nos hizo reflexionar sobre la polisemia de la frontera entre Brasil y Bolivia en la ciudad de Corumbá, Mato Grosso do Sul, donde investigamos el desplazamiento privado realizado por ciudadanos bolivianos. Con el objetivo de comprender trayectorias, experiencias, condiciones, organización, relaciones socioprofesionales y sentimientos en el contexto del trabajo informal. Se trata de una investigación cualitativa que, como procedimientos, incluyó una revisión bibliográfica, entrevistas y abordajes realizados que sustentan la articulación entre la episteme del fenómeno y la realidad vivida. Concluimos que los individuos experimentan los efectos del trabajo precario.

Palabras clave: Frontera, Desplazamientos, Trabajador Informal, Sufrimiento Psíquico.

Nossas pesquisas foram guiadas por conceitos ainda escassos quando aplicados ao movimento migratório particular que se dá nesta região de fronteira e como o ser migrante que pendula e que trabalha de maneira informal na cidade de Corumbá lida com as condições que lhe são impostas, que é indocumentado em sua maioria e assim, precarizado, invisível.

Este estudo abarca como temas centrais a fronteira, as vivências e trajetórias dos migrantes pendulares que são trabalhadores informais. Para a cumprir, assim, o objetivo que é compreender as trajetórias e vivências de prazer e sofrimento de trabalhadores informais na cidade fronteiriça de Corumbá, MS, Brasil.

A metodologia realizada, é uma pesquisa compreensiva de abordagem prioritariamente qualitativa, junto aos comerciantes informais que são migrantes pendulares e trabalham na cidade Corumbá, Mato Grosso do Sul.

O estudo teve como etapas a revisão bibliográfica, momento em que foram levantadas algumas categorias como fronteira, trabalho e informalidade (Oliveira, 2019; Loio, 2018; Dejours, 2000; Pujol, 2019), assim como a pesquisa de campo, submetida e aprovada pelo ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (CEP/UFMS)¹, foi realizada a aplicação de um questionário sociodemográfico e

¹ CAEE: 53324821.5.0000.0021. Número do Parecer: 5.511.320. Link: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/publico/indexPublico.jsf>.

de uma entrevista semiestruturada, a fim de entender a vivência do trabalhador e as possíveis situações que possam levar ao sofrimento psíquico no contexto ocupacional informal em área de fronteira. O local do estudo foi na Rua Edu Rocha na cidade de Corumbá, MS, Brasil, lugar onde se localiza um aglomerado de comerciantes informais.

Migração internacional pendular em fronteira

Nesta fronteira há o espaço onde a vida se desenvolve em sua plenitude. Aqui, trabalham, estudam, crescem, se relacionam. Como confirmamos na fala de Cotoca: *“acordo de manhã cedo, faço um chá, cafezinho, ao meio-dia já faço o almoço pros meus filhos que eles estão estudando, né? Eles vão pra fronteira depois do meio-dia, todo dia e volta de tarde”*.

Não se pode resumir a uma mera travessia, já que há uma vivência diária das implicações desse movimento, que podem trazer desafios, mas também oportunidades significativas. Enfrenta-se diariamente a incerteza ao longo do percurso, a xenofobia, ao mesmo tempo em que se busca um trabalho ou estudar em um país estrangeiro, visando melhorias na qualidade de vida (Pêgo *et al.*, 2021).

No entanto, ao transpor essa fronteira, o indivíduo é um migrante, tornando-se pendular ao retornar diariamente ao seu país de origem ou realizar múltiplas travessias dentro do mesmo dia. É importante ressaltar que a migração, quando não associada ao turismo, carrega conotações negativas. Portanto, a abordagem da relação entre fronteira e migração internacional requer uma cuidadosa consideração, já que são categorias frequentemente estigmatizadas, marginalizadas e invisibilizadas. Já que são em maioria, indocumentados, são também contratados sem regulamentação, recebem baixos salários, enfrentam contextos laborais abusivos e insalubres. A verbalização de Sucre *“por isso que a gente trabalha de segunda a segunda, a gente não tem descanso”* demonstra que vida do migrante pendular internacional é mais vulnerável e está exposta a diversas inseguranças pois, se submetem, por necessidade, a diversas situações que degradam o ser humano como sujeito, como abuso das autoridades locais de fiscalização, a existência de processos corruptos, dificuldades burocráticas para sua documentação legal (Moraes, 2023).

O movimento pendular é dinâmico e, conseqüentemente, um dos tipos de migração internacional mais intrincados e menos estudados. A rotina desses migrantes está intimamente ligada às especificidades desse vai e vem constante em seu país e no vizinho, ocorrendo de maneira repetida e interligada. Por isso, é importante que a região de fronteira seja reconhecida como um espaço de interação (Oliveira; Loio, 2019).

² Os participantes foram identificados com nomes de cidades bolivianas.

A postura reativa do Estado brasileiro historicamente tem sido uma constante, direcionando a gestão das fronteiras para uma abordagem mais centrada no controle e vigilância. No entanto, migração pendular voltada para consumo e serviços não foi contemplada no Censo Demográfico de 2010, visto que são dados, de difícil registro, há a inadequação do transporte público de passageiros (Pêgo et al., 2021) e estratégias de invisibilidades adotadas pelos migrantes.

Também não há obrigatoriedade de se obter o documento de fronteiriço ou registro de entrada e saída pela Receita Federal do Brasil e serviço de migração boliviana, já que o cidadão fronteiriço pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 é qualquer pessoa nacional de país vizinho, que faz fronteira com o país, ou que more em municípios fronteiriços ao Brasil que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho e podem cruzar a fronteira sem precisar se registrar a si ou seu veículo por até 150 quilômetros, considerado faixa de fronteira no lado brasileiro e para dentro da Bolívia, esta faixa corresponde a 30 quilômetros, como informado por autoridade boliviana durante a pesquisa.

Na região fronteiriça, o movimento de pessoas e mercadorias tem um impacto na economia, na vida urbana, na estrutura das cidades envolvidas, além de representar um elemento crucial da realidade social local (Weber; Silva, 2022).

A mobilidade migratória nesse contexto apresenta particularidades, ocorre a interação entre a população que cruza a fronteira sem se interiorizar nos países. Isso resulta na formação de uma área fronteiriça, onde elementos dos territórios envolvidos se misturam e a invisibilidade é uma condição muitas vezes necessária a sobrevivência nessas regiões de fronteira. Torna-se tão arraigada que, por vezes, a própria população se identifica com esse rótulo, sem acesso à justiça e aos benefícios governamentais. A falta de visibilidade em questões sociais, políticas e econômicas é facilmente percebida com uma observação mais atenta. No entanto, o que é verdadeiramente tocante nessa necessidade é a negligência em reconhecer os seres humanos como indivíduos visíveis, assim como suas questões familiares e emocionais (Pêgo et al., 2021).

Nesta ímpar região de fronteira não há homogeneidade, dificilmente alguma fronteira apresenta, pois os envolvidos apresentam multiplicidade, há estratégias adotadas que em algum momento pode ser ilícita, situações que agravam o preconceito entre os povos, sentido pela discriminação na forma como são vistos os bolivianos, como coloca Sucre em sua verbalização “*por a gente ser estrangeiro, começam a xingar*”, como se estivessem à margem e associados ao narcotráfico e a todo o tipo de ilícitos, como se nunca houvesse a participação de brasileiros em atividades desse tipo, mas dados apontam que a participação estrangeira em crimes identificados no Brasil é ínfima (Pêgo et al., 2021).

A região fronteiriça é caracterizada pela diversidade sociocultural (Peiter, 2005), dessa maneira as interações que ocorrem contribuem para a formação de uma identidade cultural resultante da mistura entre as nacionalidades (Machado *et al.*, 2005). Porém, as relações sociais com os migrantes podem ser escassas, conflituosas. A diversidade cultural nem sempre se une harmoniosamente (Santos, 1998).

Desse modo, os movimentos migratórios em regiões de fronteira correspondem a experiências além dos limites dos estudos e pesquisas, por isso a necessidade de pensar a fronteira através da compreensão de seus habitantes (Nogueira; Dal Pra; Fermiano, 2007).

O trabalho informal e a psicodinâmica do trabalho

Nesta migração pendular para o trabalho no caso da região de fronteira com a Bolívia, as atividades que cabem aos bolivianos são aplicadas quase sempre no mercado informal do comércio, que dificilmente exige documentação, por isso é grande a mobilidade pendular para o trabalho, visto que os informais correspondem à mão de obra menos especializada e mais barata. Assim, esta fronteira entre Brasil-Bolívia pode ser considerada um ambiente nutrido também pela economia informal, mas funcional (Loio, 2018).

A informalidade do trabalho resulta na ruptura dos laços formais de contratação e regulação da força de trabalho, apresentando um mecanismo similar à condição de precarização (Antunes, 2014), pois engendra práticas legais e ilegais, baixa proteção social, flexibilidade nos processos de trabalho e nas formas de remuneração, falta de garantias e, geralmente, uma alternativa para gerar renda diante do desemprego (Morrone; Mendes, 2003).

Dejours (1992) explica que as relações no ambiente de trabalho envolvem afetam o indivíduo e gerando sofrimento, pois a realidade fere o psiquismo humano. A pressão do mundo ocupacional também pode levar o trabalhador ao sofrimento psíquico (Moraes; Silva, 2015).

Embora o sofrimento psíquico não seja sinônimo de adoecimento, mas um sinal clínico que converge entre a organização prescrita e o real do trabalho, quando as imposições laborais entram em conflito com os próprios desejos e projetos, pode emergir o sofrimento patológico (Dejours, 2000).

Muito embora a Constituição de 1988 promulgue a universalidade dos direitos sociais, com a Nova Lei de Migração reiterando o migrante como sujeito portador de direitos, independentemente de seu *status*, o desconhecimento e desinformação despontam como elementos importante do não acesso a direitos (Chaves, 2020).

A condição de trabalho informal, segundo Bernardino e Andrade (2015), gera insatisfação e pouco retorno financeiro, condições que dificultam o acesso à saúde, educação, boa alimentação e diminui a qualidade de vida do indivíduo. Todas essas questões são fundamentais no entendimento acerca de viver a fronteira como imigrante pendular e trabalhador informal e o que isso produz na vida e saúde dessas pessoas (Moraes, 2023).

Portanto, é necessário demarcar o conjunto de elementos ideológicos, simbólicos, sociais e psíquicos que se relacionam com as vivências na trajetória ocupacional desencadeando o sofrimento, adoecimento e insatisfação nesse cidadão transfronteiriço, que faz do trabalho informal o seu sustento (Lima *et al.*, 2007).

Na temática que abrange a situação laboral do migrante, menciona-se a tríade saúde-trabalho-imigração como fundamentais na determinação social e compreensão dos condicionantes de saúde da vida do trabalhador. As classes de trabalhos que executam atividades laborais a céu aberto, por exemplo, são em maioria migrantes, estão expostos à radiação solar e por isso passa a ser considerado como grupo de risco sujeito a ter consequências relacionadas à exposição sem nenhum método preventivo adequado. Evidenciando a precarização laboral a que o migrante está sendo brutalmente submetido (Silva; Barreto, F; Barreto, T., 2020).

Montacucito nos contou que *“a gente se levanta cedo, acorda meu filho, primeiro tem que arrumar ela (bebê de colo), seu leite, ela é minha filha mais nova, aí a gente pega o carro e vem. Chega, monta, tem que arrumar tudo, depois já tem que desmontar de novo pra ir embora”*, corroborando para o fato de que pesquisas apontam problemas de saúde mental em trabalhadores migrantes, como casos de depressão ocasionados pela solidão aliada à longa e exaustiva jornada de trabalho, silêncio sobre o adoecer e o medo de perder o emprego e não conseguir se manter longe de casa (Leão *et al.*, 2017).

O exemplo dos imigrantes talvez seja o mais escandaloso, e mesmo assim invisibilizado pela tendência estrutural à precarização do trabalho. Falci, Souza e Scatolin (2020) explicam que o trabalho, no que concerne a problemática da migração, pode ser visto como uma ferramenta para a ressignificação de sua identidade e de seu sentimento de pertencimento no mundo, contudo, boa parte destas pessoas fica exposta a condições laborais precárias, em que há uma superexploração do trabalhador estrangeiro, fazendo com que ele precise trabalhar, até mesmo, em condições análogas à escravidão. Portanto, é essencial compreender como as vivências de trabalho podem influenciar a saúde mental.

Por ser uma teoria embasada tanto na Psicanálise quanto na Teoria Social, a Psicodinâmica do Trabalho (PDT) permite o estudo das relações laborais e como

estas se associam à saúde mental dos trabalhadores. Visto que “a relação com o trabalho nunca é neutra no que se refere à saúde mental” (Dejours, 2017, p. 15), podendo produzir saúde ou a sua degradação.

Um dos principais conceitos da PDT é o do sentido do trabalho, que diz respeito ao modo como a pessoa compreende seu trabalho, qual o lugar que o ato de trabalhar ocupa em sua vida e como isso pode influenciar sua saúde, construção que ocorre tanto de forma coletiva quanto individual (Lancman; Uchida, 2003; Costa, 2013; Tolfo, 2015).

Aliado a esse conceito estão as vivências laborais, que podem ser de prazer ou sofrimento. Para a PDT, o sofrimento não é sinônimo de adoecimento já que pode se tornar criativo, quando há a possibilidade de reconhecimento do trabalho, quando o sujeito pode implicar sua imaginação, suas ideias na sua atividade. Mas, por conseguinte, quando surge de forma que a ressignificação não é possível, torna-se patogênico, podendo provocar frustração, fadiga e adoecimentos psíquicos (Mendes, 2007; Ferreira; Macêdo; Martins, 2015; Von Borowski *et al.*, 2017).

Pode-se entender que o processo de ressignificação do sofrimento passa pelas estratégias de mediação, como quando existe cooperação, um compromisso que é simultaneamente técnico e social, uso da inteligência prática e debates abertos coletivos sobre as regras do trabalho, pois segundo Dejours (2004), o pertencimento a uma equipe é um instrumento poderoso para afastar a solidão social, auxiliando a identificar a direção para ressignificar as situações causadoras de sofrimento.

De fato, é importante enfatizar que o trabalho não se resume apenas à produção, mas também engloba a convivência, como nos disse Montacucito “*me relaciono com todos bem, todo mundo é amigável.*”. Isso é especialmente verdadeiro para os trabalhadores informais que são imigrantes e enfrentam longas jornadas de trabalho, o que leva ao desenvolvimento de relações e vínculos mais próximos com as pessoas com as quais trabalham do que com suas próprias famílias. Nesse processo, é essencial que os trabalhadores se mobilizem para lidar com os conflitos relacionados às diferentes abordagens de trabalho, visto que a organização real do trabalho se adapta de acordo a composição do coletivo (Dejours, 2004).

As estratégias defensivas que são adotadas pelos trabalhadores evitam as descompensações psíquicas que possam vir a ocorrer no contexto laboral, já que se caracterizam pela tentativa de minimização do sofrimento que inevitavelmente integra o trabalhar. Sendo seu uso frequentemente mais atrelado a um possível adoecimento, embora permitam com que os trabalhadores consigam continuar fazendo suas funções nas dificuldades e ocultem suas ansiedades (Mendes, 2007; Augusto; Freitas; Mendes, 2014; Von Borowski *et al.*, 2017).

Apesar da importância para o desenvolvimento, ter um trabalho não significa ter a experiência de ser respeitado, pois dependendo do tipo “o trabalho e/ou sua falta torna-se objeto de insatisfação, até mesmo de sofrimento.” (Wautier, 2012, p. 149).

É importante dizer, conforme Bernardo, Nogueira e Bull (2011), que o trabalho não pode e não deve ser visto apenas como agente patológico, mas deve ser considerado, também, como um vitalizador da saúde humana.

Devido à ausência de vagas no mercado formal, por necessidade, muitos optam por aceitar trabalhos precarizados e veem na inserção informal uma possibilidade de obter renda, mesmo tendo qualificação profissional e experiência para uma melhor colocação. Ressalta-se que muitos possuem a consciência de que são explorados, mas acabam aceitando e permanecendo, correndo o risco até de naturalizar o sofrimento que lhes é imposto (Moraes, 2023).

Ao estudar as modalidades de trabalho informal existentes, percebe-se que há tendência de mudanças no estilo de vida deste indivíduo ao inserir-se na informalidade laboral, já que geralmente ingressam em cargos inferiores, que por vezes não têm relação com sua área de formação profissional ou com as experiências anteriores e com renda salarial menor. Esta situação é mais relevante no caso dos migrantes e refugiados, porque ao migrarem ocorre, muitas vezes, a mudança na posição social e laboral, que pode ser perdida ao adentrar o país receptor (Silva; Barreto, F.; Barreto, T., 2020).

No caso do trabalhador informal que aqui, particularmente, também é um imigrante pendular na fronteira, a ordem imposta, o perfil esperado é a obediência diante das leis brasileiras e para com as autoridades, e ainda sentir-se e reconhecer-se inferior, desse modo não impondo seu idioma, cultura, valorização pessoal. Como retratado nesta fala de Cotoca *“levaram tudo, misturaram tudo a mercadoria, carregaram assim no caminhão, deixaram no depósito era pra ir, eles nos deixaram uma notificação para recolher a mercadoria de volta, eles falaram que ia entregar tudo, né? Mas a gente quando foi recolher a mercadoria, eles não voltaram tudo, muita coisa ficou aí na receita federal no depósito que eles deixaram.”*

É senso comum que estes comerciantes estão aqui sem pagar impostos e por isso não podem cobrar caro, ocupam um espaço brasileiro e por isso devem respeitar os nacionais, mas a recíproca não é verdadeira. Nossa intenção aqui é demonstrar como o trabalho é agente e espaço de tensão para que possamos conscientizar e humanizar as relações e o trabalho na fronteira.

Necessita-se tomar em conta o conjunto dos atravessamentos que afetam esse processo e aqui, neste estudo, vamos considerar o contexto situacional utilizando

também a escuta, um dispositivo central na psicodinâmica do trabalho, analisando o espaço, o tempo, as condições e os limites de possibilidades presentes nas organizações e instituições onde ocorrem (Carretero, 2014).

“A princípio, portanto, trabalhar é fracassar, trabalhar é sofrer” (Dejours, 2009, p. 51), no trabalho a normalidade supõe a existência de sofrimento, sob esta abordagem, é fruto da organização do trabalho e estará presente, o que diferencia é saber escutar se o sofrimento é patológico ou não. Para tanto é imprescindível que para poder ser escutado não deve ser abstraído das condições organizacionais que o engendraram e sustentam (Carretero, 2014).

A escuta precisa ser sensível ao conjunto do campo do trabalho analisando como atravessa a vida dos trabalhadores e quais tipos de defesas e potencialidades eles encontram para poder continuar trabalhando. Deve ser ativa e efetiva, considerando o poder de agir, tanto dos coletivos, quanto dos trabalhadores nas organizações. E estar alerta para poder identificar as barreiras que se constroem e impedem a possibilidade de pensar e questionar, sendo assim, distinguir o poder de agir da obrigação de agir é imperativo (Moraes, 2023).

O trabalho é um meio para o equilíbrio da estrutura psíquica e possui a função de construção do reconhecimento social, já que o ato de produzir permite o reconhecimento de si como alguém singular e original, que existe e tem importância social. Contudo, para se manterem empregados os sujeitos passam por um precário equilíbrio entre as forças desestabilizadoras dos sujeitos, causando muito sofrimento (Lancman; Uchida, 2003).

Ultimamente as mudanças sociais são aceleradas e dessa forma, estas modificações nas atividades laborais têm atingido todo e qualquer trabalhador, além de contribuir para a construção de ambientes favoráveis ao sofrimento. Na era da hipermodernidade, em que vivemos hoje, todas as características nas questões do trabalho são atravessadas pelo excesso, devido ao contexto contemporâneo em que o mundo do trabalho está inserido, no qual submete o trabalhador a uma série de exigências que demonstram consequências na subjetividade dos trabalhadores (Carretero, 2014). Por isso, compreender o contemporâneo contexto do trabalho a partir da escuta dos trabalhadores precarizados é importante.

Explorando dados

Todos os quinze participantes possuem apenas o trabalho informal como fonte de renda familiar atualmente, inclusive há um participante que possui dois empregos e os dois são trabalhos informais. A precariedade das formas de inserção no mercado laboral formal entre parte dos imigrantes internacionais é reforçada

neste estudo, pois a maioria dos migrantes afirmaram que nunca tiveram sua carteira de trabalho assinada, como reconhecemos nesta fala de Cobija “*Olha, eu tenho 30 anos trabalhando sem carteira assinada*” revelando a existência de um grupo altamente vulnerável às várias formas de superexploração.

E ainda percebemos que o trabalho informal para os participantes é compreendido como uma função duradoura, exemplificada na verbalização de Montacucito: “*Eu continuo trabalhando porque a gente se acostumou, já está pra isso e não mais, já tem filho que fala que vai trabalhar igual o papai e a mamãe, vai seguindo. Eu preciso passar isso pra eles.*”

Assim, por meio dos resultados observa-se a importância da visibilidade por parte dos governos a esse público, bem como a atualização e implementação de políticas públicas voltadas a informar os imigrantes e toda a comunidade sobre a questão de saber o que compreende o trabalho informal. No estudo, consideramos que a trajetória e ambas as vivências, de prazer e sofrimento, coexistem, sendo inerentes ao ato de trabalhar.

Considerações finais

Este trabalho procurou ouvir de maneira humana e qualificada para compreender os significados de uma vida em pêndulo para o trabalho informal a partir das experiências relatadas tanto nas falas quanto na linguagem não verbal, no meio e aspectos de seu cotidiano que expressam essa forma de viver a pendularidade.

O ambiente laboral que se encontra no contexto do mundo do trabalho informal, proporciona possíveis riscos à saúde, com as intempéries, a ausência de equipamentos adequados para as realizações de suas tarefas. A maioria das pessoas nessas condições de labor não conseguem se proteger de acidentes em seu ambiente de trabalho.

Também identificamos o fato de que os trabalhadores não consideram às condições informais de trabalho em que vivem como algo temporário, é compreendido como uma função duradoura, o sujeito é induzido a se inserir em um trabalho precário, aceitar o mínimo, em detrimento de não vivenciar o desemprego.

Identificamos que a rotina revelada é muito cansativa, não há apenas o conteúdo das tarefas que estes trabalhadores realizam, mas as jornadas de trabalho que vivenciam são desgastantes, pois o trabalho na região de fronteira exige que acordem ainda durante a madrugada, chegando bem cedo para o trabalho já que realizam uma longa e dificultosa jornada que colabora para gerar sobrecarga de atribuições, que além de realizarem o trabalho por longas horas, precisam se des-

locar pela rodovia internacional que liga os dois países, e ainda resta os afazeres domésticos ao retornar para casa depois de um dia de trabalho.

Concluimos que os trabalhadores informais têm prejuízos a todo momento, seja em batidas policiais, seja perdendo produtos pela validade, mas são solidários aos mais necessitados da cidade e doam os produtos que ainda podem ser consumidos e utilizados em comunidades carentes do município.

Em relação às vivências positivas proporcionadas pela configuração da organização do trabalho, podemos ressaltar a autonomia e flexibilidade, contribuindo na realização do trabalho deste indivíduo, mas garantindo certa liberdade, o trabalhador acaba vivenciando tensões ao ter que aumentar seu ritmo de trabalho e, conseqüentemente, se sobrecarregar de tarefas, pois depende de seus próprios esforços para garantir o sustento.

O trabalho informal é realizado em condições muitas vezes insalubres e precárias, além de baixos salários, pouca segurança e condições ambientais inadequadas e todas essas características incidem diretamente em seu aparelho psíquico podendo vir a causar sofrimento demasiado e patogênico. É possível observar que os trabalhadores enfrentam, conscientemente, o sofrimento por meio de estratégias defensivas que até podem mobilizar e transformar alguns aspectos do trabalho, mas não mudam o contexto, no qual estão inseridos. Sobre a migração de bolivianos em Corumbá, a existência combinada entre preconceito e solidariedade para com a presença destes indivíduos, tornou o migrante produção de força de trabalho informal que deve ser explorada.

As falas também expressam vividamente a fronteira como oportunidade visto que concede a esses indivíduos e a tantos outros moradores da região a possibilidade do movimento pendular. Identificamos certa resistência dos trabalhadores, receio em verbalizar muitos detalhes acerca do seu contexto de trabalho, principalmente quanto a questões ligadas ao movimento migratório que realizam e o convívio com as autoridades brasileiras.

Concluimos, que no caso das atividades informais destes migrantes pendulares, práticas peculiares em relação aos aspectos legais/ilegais, como os benefícios atrelados à invisibilidade decorrente da indocumentação, a flexibilidade das relações de trabalho, ausência de vínculos contratuais, falsa sensação de liberdade, ausência de auxílios, benefícios e respaldo trabalhistas, fazem com que os indivíduos vivam precárias de condições de trabalho e os efeitos da precarização do contexto do trabalho, como o sofrimento, são vivenciados de modo banal.

Agradecimentos

Agradeço a instituição pública de ensino, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que mantém as portas abertas na fronteira, para a fronteira e aos seres fronteiriços e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo apoio financeiro (TO 131/2022). Agradeço ao querido Prof. Dr. Marco Aurélio e à gigante Prof^ª. Dr^ª. Vanessa Catherina, pelo tempo, olhar e cuidado cedido a mim nessa caminhada, que me ajudaram e encorajaram a seguir. Obrigada!

Agradeço principalmente aos seres fronteiriços pendulares que são trabalhadores informais, que trabalham de sol a sol, que dão cor e vida a esta fronteira, que sentem, que suam, que sofrem e se regozijam na esperança de um mundo igual para todos. Pelo tempo cedido, pelas falas e pela sinceridade, por me permitir ouvir e sentir com vocês um pouquinho da pendularidade.

Referências

- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações. *In*: MENDES, A. M.; MORAES, R. D.; MERLO, A. R. (Orgs.) **Trabalho e sofrimento**. Práticas clínicas e políticas. Curitiba: Juruá, 2014. p. 25-43.
- AUGUSTO, M. M.; FREITAS, L. G.; MENDES, A. M. Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 34-55, abr. 2014.
- BERNARDINO, D. C.; ANDRADE, M. O Trabalho Informal e as Repercussões para a Saúde do Trabalhador: uma revisão integrativa. **Referência - Revista de Enfermagem**, Coimbra, v. 4, n. 7, p. 149-158, out./dez. 2015.
- BERNARDO, M. H.; NOGUEIRA, F. R.; BULL, S. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. especial, p. 83-93, out. 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 528 p.
- BRASIL. Lei nº13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 3 mai. 2022.
- CARRETEIRO, T. A ética da escuta do sofrimento em diferentes contextos institucionais. *In*: MENDES, A. M. B.; MORAES, R. D.; MERLO, A. R. (Orgs.) **Trabalho e sofrimento. Práticas clínicas e políticas**. Curitiba: Juruá, 2014. p. 103-114.
- CHAVES, J. A atuação da defensoria pública da união em favor de imigrantes durante a pandemia de covid-19: um relato de campo. *In*: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020. p. 66-78.
- COSTA, G. V. A Interdição da Feira Bras-Bol, em Corumbá-MS: Considerações sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 467-489, jul./dez. 2013.

- DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 170 p.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 160 p.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p. 27-34. dez. 2004.
- DEJOURS, C. Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. **Revista CULT**, São Paulo, v. 139, n. 12, p. 49-53. fev. 2009.
- DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. 1. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2017. 144 p.
- FALCI, G. X.; SOUZA, N. B.; SCATOLIN, H. G. Imigrantes e refugiados no mercado de trabalho brasileiro: Uma revisão bibliográfica a partir das contribuições da Psicologia do Trabalho. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 22, n. 11, p. 135-151. nov. 2020.
- LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 79-90, dez. 2003.
- LEÃO, L. H. C. *et al.* Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, p. 42-53, jul. 2017.
- LIMA, F. D. *et al.* Síndrome de Burnout em Residentes da Universidade Federal de Uberlândia – 2004. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 137-146, ago. 2007.
- LOIO, J. A. M. S. **Dinâmica laboral, pendularidade e situação documental em fronteira na perspectiva da criação e implantação do núcleo cidadania imigrante**: mulheres bolivianas nas feiras livres de Corumbá, MS. 2018. 117 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2019.
- MACHADO, L. O. *et al.* O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. (Org.). **Território, população e desenvolvimento**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 51-76.
- MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In MENDES, A. M. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método, pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 29-61.
- MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015.
- MORAES, I. S. **Migrantes pendulares e o sofrimento**: trajetórias e vivências de trabalhadores informais na fronteira em Corumbá, MS, Brasil. 2023. 138 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, MS, 2023.
- MORAES, M. C.; SILVA, N. P. Saúde mental e as relações de trabalho: como a ansiedade influencia o comportamento humano no ambiente de trabalho. **Interface de Saberes**, v. 14, n. 1, p. 11-16, mai./jun. 2015.
- MORRONE, C. F.; MENDES, A. M. A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 91-118, dez. 2003.
- NOGUEIRA, V. M. R.; DAL PRA, K. R.; FERMIANO, S. A diversidade ética e política na garantia e fruição do direito à saúde nos municípios brasileiros da linha da fronteira do MERCOSUL. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 227-236, ago. 2007.
- OLIVEIRA, M. A.; MARINI, J. F.; LOIO, J. A. Imigrantes Bolivianos da Planície e do Altiplano em Região de Fronteira: Distinções Progressivas em Solidariedade Seletiva. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, MS, v. 12, n. especial, p. 219-232, abr. 2017.

OLIVEIRA, M. A.; LOIO, J. A. Migração Internacional Pendular em Fronteira: em busca de qualificações espaciais. **Revista Videre**, Dourados, MS, v. 11, n. 21, p. 54-67, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA, J. C. **Espacialidades fronteiriças e práticas solidárias**: bolivianas em relações de vizinhança e de comércio em Corumbá, MS. 2019. 91 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2019.

PÊGO, B. *et al.* (Org.). **Fronteiras do Brasil**: referências para a formulação de políticas públicas. v. 6. Brasília: Ipea, 2021. 376 p.

PEITER, P. C. **Geografia da saúde na faixa da fronteira continental do Brasil na passagem do milênio**. 2005. 311 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PUJOL, A.; GUTIÉRREZ, M. I. Enfoque clínico de las relaciones entre salud y trabajo: contribuciones y desafíos. **Laboreal**, Porto, v. 15, n. 2, p. 1-16, abr. 2019.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec ANPUR, 1998. p. 15-20.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

SILVA, L. N.; BARRETO, F.; BARRETO, T. M. Saúde e migração em Roraima: rede social migratória e impactos psicossociais na vida do migrante venezuelano enquanto trabalhador informal. **Saúde em Redes**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 207-221, abr. 2020.

TOLFO, S. R. Significados e Sentidos do Trabalho. *In*: BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. (Orgs.). **Dicionário de Psicologia do trabalho e das organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 617-626.

VON BOROWSKI, S. *et al.* Mobilização subjetiva e estratégias defensivas de trabalhadores metalúrgicos à luz da Psicodinâmica do Trabalho. **Psicologia Argumento**, Ribeirão Preto, v. 35, n. 88, p. 1-15, jan./abr. 2017.

WAUTIER, A. M. O trabalho em perspectiva: identidade e subjetividade. **Revista de Ciência Social**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 149-173, jul./dez. 2012.

WEBER, M. A.; SILVA, R. C. Entre pontes e livros: educação superior em medicina na fronteira Brasil-Paraguai. *In*: CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. (Orgs.). **Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais**. Uberlândia: EDUFU, 2022. p. 17-44.

REFUGIADOS OLÍMPICOS: A OPORTUNIDADE DE TRANSPOR FRONTEIRAS POR MEIO DO ESPORTE

Olympic Refugees: the opportunity to transcend borders through sport

Refugiados Olímpicos: la oportunidad de cruzar fronteras a través del deporte

DOI 10.55028/geop.v19i36

Luís Felipe Gimenes Nogueira*
Paula Trindade de Godoy**

Resumo: O deslocamento forçado é uma realidade enfrentada por milhões de pessoas no mundo. Todavia, não são todas as pessoas que têm a possibilidade de atravessar as fronteiras entre os países em busca de acolhimento. Ainda assim, há frequentemente o enfrentamento de barreiras culturais ou sociais. Os eventos internacionais, como as Olimpíadas, ao unirem atletas em um país para competições revelam a oportunidade dessa transposição fronteiriça se realizar. Esse trabalho apresenta que os mais diversos tipos de fronteiras são um obstáculo geralmente difícil de ser superado, sendo necessário aproveitar as janelas de oportunidade para que a migração ocorra com maior êxito.

Palavras-chave: Refugiados; Jogos Olímpicos; Fronteiras; Inclusão.

Abstract: Forced displacement is a reality faced by millions of people around the world. However, not everyone has the possibility of crossing the borders between countries looking for shelter. Furthermore, cultural or social borders are often faced. International events, such as the Olympics, which bring athletes together in one country for competitions, reveals the opportunity for this border crossing to take place. This study

Introdução

Newman (2003), ao falar sobre a relação entre os territórios nacionais e suas fronteiras, aponta que essas determinam o poder do Estado por elas circunscrito. Ao passo que também podem restringir e controlar esse local quanto às pessoas que venham a atravessá-las. Assim, elas são capazes de criar diferenças e excluir aqueles que não estão dentro do seu espaço.

Nesse sentido, a pessoa refugiada é aquela que se coloca como sujeito atravessador dessa linha, muitas vezes invisível, em busca de acolhimento. Ela sai de seu país por fundado temor de perseguição em razão de sua raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a algum grupo social. A proteção dos seus direitos no Brasil

* Graduação em Direito (UEMS); Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos (UFGD). Professor do curso de Direito na Faculdade Anhanguera em Dourados/MS. E-mail: luisfgnogueira@gmail.com. ORCID: 0009-0002-9191-3392.

** Graduação em Relações Internacionais (UFGD); mestranda em Agronegócios (UFGD). E-mail: paulatg16@hotmail.com.

presents that the most diverse types of borders are an obstacle that is generally difficult to overcome, being necessary to seize the windows of opportunity for migration to occur more successfully.

Keywords: Refugees; Olympics Games; Borders; Inclusion.

Resumen: El desplazamiento forzado es una realidad que enfrentan millones de personas en todo el mundo. Sin embargo, no todas las personas tienen la posibilidad de cruzar las fronteras entre países en busca de refugio. Aún así, a menudo se enfrentan barreras culturales o sociales. Los eventos internacionales, como los Juegos Olímpicos, que reúnen a atletas de un solo país para competiciones, revelan la oportunidad de que se produzca este cruce fronterizo. Este trabajo muestra que los más diversos tipos de fronteras son un obstáculo generalmente difícil de superar, y es necesario aprovechar las ventanas de oportunidad para que la migración se produzca con mayor éxito.

Palabras clave: Refugiados; Juegos Olímpicos; Fronteras; Inclusión.

está garantida desde a Lei 9.474/1997, Lei do refúgio, a partir de seu artigo 1º em diante.

Arendt (2013) declara que ser uma pessoa refugiada não é uma escolha, é uma situação externa que a ela foi imposta e agora ela precisa lidar e buscar acolhimento em outro país. Mesmo que ela declare isso com base em suas vivências, ela compartilha do sentimento e das angústias de milhares de refugiados ao redor do mundo. Pessoas que tiveram de se despedirem de seus lugares de origem para talvez nunca mais voltarem.

O instituto do refúgio se consolidou a partir da Convenção de 1951, cujo artigo 1º define quem são os refugiados, a quem o documento buscou amparar de acordo com os acontecimentos globais anteriores a essa data. Em 1967, de forma adicional à Convenção, entrou em vigor o Protocolo de 1967. Este documento retirou o limite temporal e passou a abarcar qualquer evento que viesse a gerar deslocamentos e levasse às pessoas a solicitarem o reconhecimento da condição de refugiado.

Até o final de junho de 2023, mais de 110 milhões de pessoas estavam em situação de deslocamento forçado, desses mais de 30 milhões estão sob o mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Grande parte desses deslocamentos são gerados em razão de conflitos e situações humanitárias em países como Sudão e Afeganistão.

Entretanto, para que as pessoas em situação de refúgio tenham seus direitos fundamentais garantidos é essencial a presença de três elementos. O primeiro é importante que os Estados atuem e apresentem normas legais eficazes que consolidem as possibilidades para a solicitação de reconhecimento de seu deslocamento. O segundo é a necessidade da cooperação internacional entre as nações para que essa proteção ocorra de forma efetiva. Por fim, o terceiro é o comprometimento de os regimes internacionais ampararem de fato essas pessoas por meio de políticas de acolhimento. Caso esses três fatores se encontrem em dissonância, dificilmente se perceberá a garantia desses direitos sendo cumprida.

Os instrumentos de proteção dos refugiados foram criados para aqueles indivíduos vitimados por graves violações de Direitos Humanos, pelo colapso da ordem social ocasionado por conflitos, guerra civil ou agressão. Todavia, trata-se de instrumentos imperfeitos, enquanto forem negados aos solicitantes de refúgio os direitos mais básicos contidos na Convenção e seu Protocolo, como a permanência temporária ou o retorno seguro aos seus países de origem (Mahlke, 2014).

Dessa forma, sem esses instrumentos, os quais são necessários para a real inclusão dessas pessoas na sociedade de acolhimento, os refugiados poderão ser facilmente marginalizados. Nesse ponto, a cooperação internacional se mostra necessária para que as consequências negativas dessa migração forçada possam ser superadas (Betts, 2009) e os esforços das instituições que atuam para proteger esses grupos migratórios não sejam em vão.

Pensando nessa inserção, a partir de 2016, nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, surgiu uma nova delegação de atletas para competir nos jogos. Foi permitido a essas pessoas oportunidades de competir em suas modalidades esportivas, mas também que as fronteiras entre as nações fossem dirimidas por meio do esporte.

Foi, então, formada uma equipe diversa que não estava representando um país específico. Mas sim, uma união composta por dez competidores de quatro nacionalidades diferentes que levantavam uma mesma bandeira: a dos refugiados. Partindo de diferentes lugares do planeta, eles tiveram destaque na competição, o qual se repetiu em 2021, nas Olimpíadas de Tóquio. Nesse segundo momento a delegação contou com trinta e cinco atletas, vinte e nove olímpicos e seis para-olímpicos, que representaram mais de vinte e seis milhões de pessoas refugiadas em todo o planeta naquele ano.

A delegação de refugiados olímpicos apresentou uma situação de inserção social por meio do esporte, ultrapassando de certo modo fronteiras culturais e sociais. Para serem elegíveis os atletas deveriam ser destaque em sua respectiva modalidade, além de serem refugiados em seu país anfitrião, reconhecido pelo ACNUR. Com o apoio desta organização e com a prática esportiva, esses atletas

puderam reconstruir suas vidas e transmitir ao mundo a importância de se voltarem os olhos para essa questão humanitária.

O presente trabalho foi realizado utilizando metodologia exploratória e descritiva por meio de pesquisa bibliográfica e análise de dados disponíveis em relatórios realizados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e pelas organizações internacionais (OIs), principalmente as voltadas para refúgio e migração, como o ACNUR. Esta pesquisa visou responder à seguinte pergunta: como os Jogos Olímpicos mais recentes impactaram na oportunidade de deslocamento transfronteiriço de refugiados? Busca-se, assim, demonstrar que eventos internacionais esportivos, como as Olimpíadas, proporcionam a transposição de fronteiras físicas e, muitas vezes, sociais, facilitando o processo de solicitação de reconhecimento de refúgio nos países que recebem o evento e na inserção desses atletas nesses Estados.

A primeira seção apresenta a possibilidade, a partir dos Jogos Olímpicos, de atravessar fronteiras para pessoas em busca de ou em condição de refúgio. A segunda é uma síntese de informações sobre os jogos olímpicos de 2016 realizados no Rio de Janeiro, apontando o perfil dos atletas e como esses jogos foram importantes para a inserção deles na sociedade do país de acolhimento. A terceira e última discute sobre os Jogos Olímpicos de 2020 em Tóquio, observando o avanço na inclusão destes atletas com a expansão da equipe, o seu desempenho, a inclusão de minorias e a mensagem global de solidariedade e humanidade.

A perspectiva da transposição de fronteiras por meio dos Jogos Olímpicos

Em 2012, Mark Stephens, advogado e ativista de direitos da população LGBTI+, levantou a possibilidade de atletas gays ou lésbicas nacionais de países que criminalizam relações homoafetivas solicitarem asilo na Inglaterra, país que sediou o evento olímpico naquele ano. Com isso, pessoas que não conseguiriam se deslocar de seus locais de origem por seus próprios meios, principalmente econômicos, conseguiriam ultrapassar essa fronteira se utilizando deste encontro internacional.

O movimento migratório, mesmo que forçado, exige condições econômicas favoráveis para a sua execução, apesar da existência de programas facilitadores em países receptores de refugiados, como o Brasil. Portanto, os eventos esportivos internacionais, como Copas do Mundo, Olimpíadas e Campeonatos Mundiais, não são apenas palcos para competição e demonstração de habilidades, eles também são janelas de oportunidades para o deslocamento almejado por muitos atletas.

Conforme apontado por Ramos (2020), o direito de migrar é exercido frequentemente por quem tem recursos. Aqueles em situação de maior vulnerabilidade

contam com as estruturas estatais para se estabelecerem em um novo país. As políticas migratórias tornam-se mais seletivas, “escolhendo” os imigrantes com base nas necessidades do mercado de trabalho. Isso resulta em desigualdades significativas nas oportunidades migratórias e na forma como o Estado responde a esses fluxos.

Ao contrário dos migrantes que se deslocam motivados por razões econômicas, o movimento de refugiados passa por problemáticas mais complexas devido à emergência do deslocamento. Grande parte deles, como no caso de refugiados LGBTI+, muitas vezes precisam se deslocar para manter sua integridade física (Nogueira, 2023).

Nos casos em que a travessia acontece através da fronteira seca ela é geralmente mais acessível, como é observado na migração venezuelana para o Brasil. Porém, quando a situação exige uma transposição marítima ou para distâncias ainda maiores, os Jogos Olímpicos podem facilitar esse processo, resultando em situações nas quais os atletas optam por não retornar aos seus países de origem.

Em 2016, havia 65,6 milhões de pessoas que foram forçadas a se deslocar. Isso se deu em razão de conflitos, degradação ambiental, violação de direitos humanos ou perseguição. Naquele ano foi batido o recorde de pessoas em deslocamento ao redor do mundo, registrando um aumento de 300 mil em relação ao ano anterior.

Àqueles que foi possível se direcionarem para outro país se tornaram refugiados. Essa população, então, foi um total de 22,5 milhões no final de 2016. Um dos principais países de origem foi a Síria, cujo conflito gerou o maior número de deslocados, sendo 12 milhões no final daquele ano, dos quais 5,5 milhões eram solicitantes de refúgio (ACNUR, 2017).

Apesar de alguns indivíduos se direcionarem para países distantes do seu local de origem ou habitual, há uma porcentagem significativa que permanece em países vizinhos, visando retornar para o seu país nacional após a situação que causou o seu refúgio ser ao menos amenizada. Instituições e nações que compõem o sistema internacional já se alarmavam e buscavam meios de acolher esses grupos garantindo a sua subsistência. Entretanto, é preciso que haja a inserção social, não apenas em nível doméstico no país acolhedor, mas sim uma comoção global para que os refugiados possam ter oportunidades nos meios sociais e econômicos.

Em 2014 ocorreu em Monte Carlo, Mônaco, a 129ª sessão do Congresso Executivo do Comitê Olímpico Internacional, onde foi aprovado por unanimidade a Agenda 20+20. Ela busca preservar e ampliar os valores olímpicos e o seu impacto na sociedade. O artigo 20, intitulado “promover parcerias estratégicas”, trouxe abertura para o início da relação do COI com o ACNUR, visando inserir atletas com perfil de refugiado (Freitas, 2022).

A implementação das recomendações da Agenda 20 + 20 do COI indica não apenas uma mudança de rumos para o Movimento Olímpico como também uma transformação no papel social do atleta, que deixa de ser apenas um executor de gestos habilidosos valiosos para o espetáculo esportivo e passa a ser uma figura central dentro do Movimento Olímpico (Rubio, 2016, p. 27).

O ACNUR criou um fundo de 2 milhões de dólares para a realização de projetos que apoiem a causa de atletas refugiados juntamente com os Comitês Olímpicos Nacionais. Com a criação do projeto “Solidariedade Olímpica” foi criado o “Programa de Apoio aos Atletas Refugiados”, que concede um apoio financeiro para treinos, preparação e participação em competições (Freitas, 2022).

Em outubro de 2015, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou 10 atletas que participariam da nova Equipe Olímpica de Refugiados (ROT) durante os Jogos Olímpicos de Verão de 2016 no Rio de Janeiro (Rio 2016). Thomas Bach, presidente do COI, explicou que estes refugiados não tinham equipe, bandeira, hino ou casa que os unisse, e o COI queria aumentar a sensibilização para eles e outros refugiados (Scheidler; Ledford, 2018, p. 1, tradução nossa).

A Nação dos Refugiados, como foi intitulada, tinha como objetivo unir os refugiados entre si e eles aos demais atletas durante a realização do evento. Ao longo das Olimpíadas do Rio-2016, a Equipe dos Refugiados inspirou pessoas de todo o mundo, formada por atletas de diferentes nacionalidades, sendo algumas delas oriundas dos principais Estados geradores do fluxo de deslocamento humano naquele ano. Essa representatividade estreitou ainda mais os laços entre os Jogos Olímpicos e as questões que envolvem o refúgio.

Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro e a Diversidade

Eu fiquei tão feliz quando soube que fui selecionado para a Equipe Olímpica de Refugiados do COI. Me dá força no tatame representar as milhões de pessoas que tiveram de deixar seus lares, seus países. O judô me salvou (Popole Misenga, atleta olímpico congolês de judô refugiado no Brasil, 2016).

Nos Jogos Rio-2016 foram apresentados os atletas selecionados para compor a Equipe Olímpica de Refugiados. Com essa atitude, se iniciou um novo ciclo para o Movimento Olímpico. Thomas Bach (2016), presidente do Comitê Olímpico, afirmou que:

Isto será um símbolo de esperança para todos os refugiados do nosso mundo e tornará o mundo mais consciente da magnitude desta crise. É também um sinal para a comunidade internacional de que os refugiados são nossos semelhantes e são um enriquecimento para a sociedade. Estes atletas refugiados mostrarão ao mundo que, apesar das tragédias inimagináveis que enfrentaram, qualquer pessoa pode contribuir para a

sociedade através do seu talento, habilidades e força do espírito humano (Bach, 2016, tradução nossa).

A partir da tabela abaixo podemos observar a relação entre os atletas que compõem essa equipe, seus países de origem, a modalidade que competem e o país onde viviam e treinavam em 2016. Sua análise apresenta que a maioria deles são originários de países africanos, sendo que dois deles estavam treinando no Brasil.

Tabela 1. Equipe Olímpica de Refugiados – Jogos Olímpicos Rio - 2016

Atleta	País	Modalidade	País onde vive e treina
Yonas Kinde	Etiópia	Atletismo	Luxemburgo
Popole Misenga	RD Congo	Judô	Brasil
Yolande Mabika	RD Congo	Judô	Brasil
Yusra Mardini	Síria	Natação	Alemanha
Rami Anis	Síria	Natação	Bélgica
James Chiengjiek	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia
Yiech Biel	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia
Paulo Lokoro	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia
Rose Lokonyen	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia
Anjelina Lohalith	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia

Fonte: Freitas, 2022, p. 137.

Entre os atletas membros da equipe estão os judocas Popole Misenga e Yolande Mabika. Ambos fugiram dos conflitos armados no Congo, sua terra natal, e vivem desde 2013 no Rio de Janeiro, quando vieram para o Brasil disputar o Campeonato Mundial de Judô.

Todos os atletas receberam uma bolsa auxílio durante o processo de preparação. Essa iniciativa aumentou o destaque sobre as questões em torno do refúgio, gerando mais debates sobre o deslocamento humano. Com isso, a criação da Equipe Olímpica pôde proporcionar o sentimento de pertencimento dos refugiados a um grupo em situações política e social comuns.

A iniciativa do COI em apoiar os atletas refugiados foi bastante elogiada pela imprensa internacional e celebrada pelos espectadores do evento. A equipe de refugiados foi ovacionada durante a cerimônia de abertura dos Jogos no Maracanã e os atletas receberam uma cobertura bastante positiva, embora a grande maioria tenha passado longe de disputar efetivamente medalhas. Ademais, a Equipe Olímpica de Refugiados também é uma espécie de comunidade imaginada onde os atletas sentem-se parte de uma comunhão, mas não devido suas nacionalidades e sim as suas condições políticas e sociais (Freitas, 2022, p. 137).

A visibilidade na mídia é um grande fator de impacto na percepção dos demais membros da sociedade sobre a mobilidade humana e a vulnerabilidade dos refugiados, tendo o poder de influenciar a opinião pública e moldar narrativas. Embora nenhum membro da Equipe Olímpica de Refugiados tenha subido ao pódio durante os Jogos Olímpicos de 2016, sua presença foi de grande relevância em um ano marcado por números alarmantes de refugiados no mundo. A exposição dada à equipe não apenas destacou a situação crítica de milhões de pessoas deslocadas à força, mas também humanizou essas histórias ao mostrar suas capacidades, resiliência e esperança através do esporte.

Jogos Olímpicos de 2020 em Tóquio

Rose Lokonyen, refugiada sudanesa, fugiu com sua família do Sudão do Sul devido à guerra quando tinha 10 anos. Ela se manteve no Campo de Refugiados Kakuma do ACNUR, no noroeste do Quênia, onde descobriu seu talento para o atletismo ao correr sua primeira corrida de 10 quilômetros e alcançar o segundo lugar. Em 2016, ela foi porta-bandeira da Equipe de Refugiados na cerimônia de abertura dos Jogos Rio 2016. No início de 2021, Rose foi nomeada Apoiadora de Alto Perfil do ACNUR (ACNUR, 2021).

Após os resultados positivos com a Rio-16, uma nova equipe foi criada para competir nos Jogos Olímpicos em Tóquio, no ano de 2021. A equipe foi ampliada para 29 atletas, alguns participando pela segunda vez. O desempenho da equipe nos jogos de 2016 gerou a criação da Fundação Olímpica de Refugiados no ano seguinte. A Fundação ocupa o lugar do Comitê Olímpico Nacional, gerencia o auxílio financeiro e a formação da equipe.

Além de apoiar atletas de elite em sua participação nos Jogos Olímpicos, a Fundação trabalha para fornecer acesso seguro a esportes para pessoas afetadas pelo deslocamento em todo o mundo. Através de parcerias ou programas em todo o globo, a Fundação visa construir um movimento onde pessoas deslocadas possam desfrutar dos benefícios do esporte, onde quer que estejam, e através do qual o esporte possa ser adotado em todos os níveis como uma ferramenta de apoio aos refugiados (ACNUR, 2024).

Presente em 11 países, desde o ano da sua criação até maio deste ano, a Fundação promoveu auxílio para quase 400 mil jovens, com mais de 1,6 mil técnicos treinados para promover o suporte necessário para que haja um preparo de treinos seguros (ACNUR, 2024). Com isso, foi possível organizar a equipe apresentada na tabela 2:

Tabela 2. Equipe Olímpica de Refugiados – Jogos Olímpicos Tóquio - 2020

Atleta	País	Modalidade	País onde vive e treina
Masomah Ali Zada	Afeganistão	Ciclismo	França
Nigara Shaheen	Afeganistão	Judô	Rússia
Abdullah Sediqi	Afeganistão	Taekwondo	Bélgica
Cyrille Fagat Tchatchet II	Camarões	Levantamento de peso	Reino Unido
Dorian Keletela	Congo	Atletismo	Portugal
Tachlowini Gabriyesos	Eritreia	Atletismo	Israel
Luna Solomon	Eritreia	Tiro	Suíça
Dina Pouryounes	Irã	Taekwondo	Países Baixos
Kimia Alizadeh	Irã	Taekwondo	Alemanha
Hamoon Derafshipour	Irã	Karatê	Canadá
Javad Mahjoub	Irã	Judô	Canadá
Saeid Fazloul	Irã	Canoagem	Alemanha
Aker Al-Obaidi	Iraque	Luta Livre	Áustria
Popole Misenga	RD Congo	Judô	Brasil
Sanda Aldass	Síria	Judô	Países Baixos
Muna Dahouk	Síria	Judô	Países Baixos
Yusra Mardini	Síria	Natação	Alemanha
Alaa Maso	Síria	Natação	Alemanha
Aram Mahmoud	Síria	Badminton	Países Baixos
Wessam Salamana	Síria	Boxe	Alemanha
Wael Shueb	Síria	Karatê	Alemanha
Ahmad Wais	Síria	Ciclismo	Suíça
Jamal Abdelmaji Eisa Mohammed	Sudão	Atletismo	Israel
Rose Lokonyen	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia
James Chiengjiek	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia
Anjelina Lohalith	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia
Paulo Amotun Lokoro	Sudão do Sul	Atletismo	Quênia
Eldric Sella	Venezuela	Boxe	Trinidad e Tobago

Fonte: Freitas, 2022, p. 138-139.

A equipe foi formada por 29 atletas de 11 países diferentes, competindo em 12 modalidades. Composta por 10 mulheres, o que aumentou a representativi-

dade deste grupo minoritário. A equipe refletiu a diversidade étnica e cultural dos refugiados, representando um grupo de indivíduos de diferentes origens que enfrentaram diversas formas de deslocamento forçado. Os atletas entraram uniformizados e com a bandeira estampada com o símbolo dos aros olímpicos.

Um levantamento feito por Mello mostrou que um a cada três medalhistas de ouro no atletismo em Tóquio tinha alguma relação com fluxos migratórios, fossem descendentes de imigrantes ou atletas naturalizados em um claro reflexo da globalização e das recentes ondas de imigração nas últimas décadas. E esses fluxos ocorrem não apenas em épocas de Jogos Olímpicos, mas ao longo de todos os anos com atletas que migram buscando melhores condições de trabalho, que nesse caso, são estruturas para treinar e poder estar próximos dos melhores do mundo (Freitas, 2022, p. 134).

Assim, o resultado de sucesso da equipe de refugiados no Rio-16 apenas se ampliou em 2021 nas Olimpíadas de Tóquio. Para além disso, foram levantadas até mesmo as questões de que vários atletas, mesmo que fossem nacionais dos países que estavam representando, tinham uma ligação com a questão migratória, como demonstra Freitas (2022). Esse acabou sendo, portanto, um fim um tanto quanto subjetivo, porém demonstrado da importância de jogar luz a esses temas que são cotidianamente invisibilizados.

Considerações finais

As questões em torno do refúgio se mostram cada vez mais atravessadas por diversos fatores, contudo o que há em comum entre eles é a dificuldade em transpor as fronteiras. É preciso pensar que somado às questões de diversidade de gênero, orientação sexual, raça e/ou etnia, deslocamentos motivados por questões ambientais e tantos outros motivos conectados à vivência das pessoas em deslocamento há a barreira fronteiriça.

Pensar na inserção social de pessoas refugiadas por meio do esporte trouxe avanços na discussão de como acontece o acolhimento delas nos países que vão em busca de abrigo. Principalmente, em razão de que quando isso acontece, as fronteiras sociais e invisíveis são enfraquecidas. Mesmo porque o ambiente desportivo tem sido há muito tempo um canal para o reconhecimento internacional. Seja desde grandes potências buscando reconhecimento da sua hegemonia até estados emergentes que procuram o reconhecimento do seu Estado por meio desta área.

Paraguassu e ElHajji (2022) apontam que ainda que esses refugiados não estejam carregando as bandeiras de seus países de origem, eles estão sendo integrados de alguma forma na sociedade do país de acolhida. Ademais, eles acrescentam que a mídia tem importante papel na difusão das questões do refúgio. Contudo,

ela acaba por esquecê-los quando esses eventos se encerram, gerando assim uma visibilidade temporária.

De fato, esse é um ponto relevante para ser abordado em outras pesquisas sobre o tema. Todavia, é possível observar que, por meio do esporte, foi dado o primeiro passo quanto à inserção digna da pessoa refugiada, tal qual a garantia de seus direitos fundamentais no país de acolhimento. Somada à condição de que esses sujeitos foram colocados como protagonistas em um evento mundial e milhares de espectadores torceram por seu sucesso.

A partir disso, é necessário observar como será realizada a participação da equipe mais recente que estará nas Olimpíadas de 2024 em Paris e verificar se os debates acerca do refúgio irão ser mais frequentes ou se será apenas uma situação de oportunismo midiático. Bem como, de que forma essas fronteiras invisíveis continuarão a ser transpostas por esses sujeitos que estão buscando viver dignamente do seu trabalho, que é o esporte. Além de se atentar a novas ocorrências de atletas que utilizam o evento internacional para solicitar asilo.

Referências

ACNUR. **Equipe Olímpica de Refugiados do COI representará mais de 100 milhões de pessoas deslocadas nos Jogos de Paris**. 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2024/05/02/equipe-olimpica-de-refugiados-do-coi-representara-mais-de-100-milhoes-de-pessoas-deslocadas-nos-jogos-de-paris/#:~:text=A%20Fundação%20da%20Equipe%20Olimpica%20de%20Refugiados,do%20COI%20para%20Paris%202024>. Acesso em: 28 maio 2024.

ACNUR. **Global Trends: forced displacement in 2016**. 2017. Disponível em: https://www.unhcr.org/dach/wp-content/uploads/sites/27/2017/06/2016_Global_Trends_WEB-embargoed.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

ACNUR. **Mid-year trends**. 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/mid-year-trends>. Acesso em: 29 maio 2024.

ARENDR, Hannah. **Nós, os Refugiados**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013.

BETTS, Alexander. **Forced Migrations and Global Politics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

FREITAS, Gabriel Silva Pires de. A aproximação do movimento olímpico com os novos tempos: o caso dos fluxos migratórios e a equipe olímpica de refugiados. **Olimpianos: Journal of Olympic Studies**, v. 6, 17 jul. 2022. Disponível em: <https://journal.olimpianos.com.br/journal/index.php/Olimpianos/article/view/142/114>. Acesso em: 28 maio 2024.

MAHLKE, Helisane. **Desafios à Consolidação do Sistema Internacional de Proteção aos Refugiados**. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/21416339/_Desafios_%20%C3%A0_Consolida%C3%A7%C3%A3o_do_Sistema_Internacional_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_Refugiados. Acesso em: 28 maio 2024.

MATSUKI, Edgard. Equipe de refugiados quer esquecer passado de guerras e fazer história no Rio. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 02 ago. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/equipe-de-refugiados-quer-esquecer-passado-de-guerras-e-fazer-historia-no>. Acesso em: 13 jun. 2024.

NETO, Virgílio F. Atleta Olímpico refugiado acolhido pelo Brasil, Popole Misenga dá o recado: é preciso acreditar. **Olympics.com**, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://olympics.com/pt/noticias/atleta-olimpico-refugiado-acolhido-pelo-brasil-popole-misenga-da-o-recado-e-prec>. Acesso em: 28 maio 2024.

NEWMAN, David. On borders and power: a theoretical framework. **Journal of Borderlands Studies**, v. 18, n. 1, 2003

NOGUEIRA, Luís Felipe Gimenes. **As vivências e o deslocamento de refugiados venezuelanos LGBTI+ para o Brasil e o acolhimento no município de Dourados, Mato Grosso do Sul**. 2023. 137 f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2023.

PARAGUASSU, Fernanda; ELHAJJI, Mohammed. Os refugiados e os Jogos Olímpicos: a representação midiática da iniciativa de inclusão do COI nos jogos de Tóquio 2020. **Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 127-145, jan/jun. 2022.

RAMOS, M. C. P. Mobilidade humana internacional, políticas migratórias e direitos humanos: avanços e recuos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 405-421, 24 jun. 2020.

REFUGEE Olympic Team to shine spotlight on worldwide refugee crisis. **International Olympic Committee**, 03 jun. 2016. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/refugee-olympic-team-to-shine-spotlight-on-worldwide-refugee-crisis>. Acesso em: 29 maio 2024.

RUBIO, Katia. Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, p. 21-28, jan./mar. 2016.

SCHEADLER, Travis; LEDFORD, Alan. Building a Wall Against Refugees: The Refugee Olympic Team & American Politics. **The Sport Journal**, 12 jul. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347944038_Building_a_Wall_Against_Refugees_The_Refugee_Olympic_Team_American_Politics. Acesso em: 28 maio 2024.

TORBATI, Yeganeh. Gay athletes should seek asylum during Games - activist. **Reuters**, 22 maio 2012. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSDEE84L0IL/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

REPRESENTAÇÃO DOS IMIGRANTES BOLIVIANOS NO MUSEU DE HISTÓRIA DO PANTANAL, CORUMBÁ (MS)

Representation of Bolivian Immigrants at The Pantanal History Museum, Corumbá (MS)

Representación de Inmigrantes Bolivianos en el Museo de Historia del Pantanal, Corumbá (MS)

DOI 10.55028/geop.v19i36

Ketylen Karyne Santos Almeida*
 Antônio Carlos do Nascimento Osório**
 Eunice Maria Pinheiro***

Resumo: Esta pesquisa tem por finalidade compreender como os imigrantes bolivianos são representados no Museu de História do Pantanal (MUHPAN), considerando-se as relações de poder e saber. A metodologia de pesquisa foi norteada através da pesquisa bibliográfica. O MUHPAN é uma importante referência de conhecimento sobre a história regional, atendendo a diferentes grupos de visitantes. Com isso, os discursos a respeito desse museu precisam contar uma história em que as relações de poder possam emergir todos os arquivos das histórias vividas na região pantaneira. Dessa forma, evidenciou-se a ausência e a necessidade da inserção da história da cultura fronteiriça no MUHPAN.

Palavras-chave: Museu, Imigrante, Bolivianos, Fronteira.

Abstract: This research aims to understand how Bolivian immigrants are represented in the

Introdução

Esta pesquisa está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Cidade Universitária – Curso de Doutorado, na Linha de Pesquisa Educação, Cultura, Sociedade e ao Grupo de Estudo e Investigações Acadêmicas dos Referenciais Foucaultianos (GEIARF-UFMS). Ela tem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao trabalhar por nove anos no Museu de História do Pantanal (MUHPAN), localizado na cidade de

* Graduação em História (UFMS) e em Filosofia (UNIASSELVI); Mestre em Educação (UFMS); Doutoranda em Educação (UFMS). E-mail: ketylenk@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-7500-3471.

** Graduação em Pedagogia (UCPEL) e em Psicologia (UCPEL); Mestrado em Educação (UFMS); Doutorando em Educação (PUC São Paulo). Professor titular da UFMS. E-mail: ymsnmm@gmail.com. ORCID: 0000-0002-4631-1985.

*** Graduação em Letras/ Espanhol (UFMS); Mestrado em Letras (UNIR). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: eunice.pinheiro@ifro.edu.br. ORCID: 0000-0002-1249-3047

Pantanal History Museum (MUHPAN), considering power and knowledge relations. The research methodology was guided by bibliographical research. MUHPAN is an important reference for knowledge about regional history, serving different groups of visitors. Therefore, the speeches regarding this museum need to tell a story in which power relations can emerge from all the archives of stories lived in the Pantanal region. In this way, the absence and need to include the history of border culture in MUHPAN became evident.

Keywords: museum, immigrant, Bolivians, border.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo comprender cómo los inmigrantes bolivianos están representados en el Museo de Historia del Pantanal (MUHPAN), considerando relaciones de poder y conocimiento. La metodología de la investigación estuvo guiada por la investigación bibliográfica. MUHPAN es un referente importante para el conocimiento de la historia regional, atendiendo a diferentes grupos de visitantes. Por lo tanto, los discursos sobre este museo necesitan contar una historia en la que las relaciones de poder puedan surgir de todos los archivos de historias vividas en la región del Pantanal. De esta manera, se hizo evidente la ausencia y necesidad de incluir la historia de la cultura fronteriza en MUHPAN.

Palabras clave: Museo, Inmigrante, Bolivianos, Frontera.

Corumbá-MS, ocupei diversas funções nessa instituição, tais como estagiária (2009), coordenadora da Ação Educativa do MUHPAN (2013), gestora do MUHPAN (2016) e, no ano de 2018, prestei assessorias para projetos específicos de adequação e reforma da Sala Expositiva “Braços cativos no espaço urbano e rural de Corumbá”. Com essa experiência, foram inúmeros os grupos de alunos de diferentes escolas os quais tive oportunidade de orientar, diversas participações em cursos, desde a elaboração até a execução de diferentes projetos.

Com toda essa experiência no Museu de História do Pantanal, sempre constatei a ausência de certas histórias e indivíduos na história contada por essa instituição. Com isso, ao pensar fronteira, limite, trocas culturais entre Brasil e Bolívia, ou melhor, entre os corumbaenses e os bolivianos nascidos em Puerto Quijarro e Porto Suarez (cidades bolivianas), proponho-me a compreender como os imigrantes bolivianos são representados no Museu de História do Pantanal, considerando-se as relações de poder e saber.

Para atender a esse propósito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através da análise dos documentos ditos oficiais do Museu de História do Pantanal, como relatórios, livros, atas, textos e imagens e o estudo das referências que tratam sobre o conceito de fronteira, limite, poder, arquivo, trocas sociais, culturais e econômicas.

Diante da pesquisa realizada, podemos compreender que os museus são importantes ferramentas de ensino. O MUHPAN, por possuir um recorte da ocupação humana na região do Pantanal, torna-se referência para as instituições escolares formais. Por isso, questionar as verdades estabelecidas no circuito expositivo do Museu de História do Pantanal é uma forma de buscar novas verdades, para que assim a instituição cumpra o seu papel social de preservar e conservar a herança cultural da sociedade, em especial, da região pantaneira, para que, dessa forma, ao adentrar o MUHPAN e ao sair desse espaço, os indivíduos possam aprender sobre uma história real dos acontecimentos ocorridos neste território.

Representação dos imigrantes bolivianos no acervo do Museu de História do Pantanal

O Museu de História do Pantanal (MUHPAN) está localizado na cidade de Corumbá, capital do Pantanal, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS). A cidade sede do museu, Corumbá, é a segunda mais antiga do Estado. Fundada em 21 de setembro de 1778, foi palco de diversos acontecimentos históricos brasileiros. O Pantanal banha cerca de 60% do seu território. Essa união de Pantanal e de 237 anos de existência torna Corumbá uma cidade repleta de histórias que são devidamente salvaguardadas no Museu de História do Pantanal.

A cidade de Corumbá faz fronteira com o Estado Plurinacional de Bolívia, que se estende desde Corumbá (MS) até Assis Brasil, no Acre, totalizando cerca de 3.400km de fronteira. A fronteira, nesta pesquisa, remete a um espaço de interação entre povos distintos, no qual as relações de poder se manifestam diariamente através do contato, vivências, trocas, experiências e conflitos naturais dessa relação fronteiriça. Nas palavras de Piccolo (1998, p. 218), “[...] a fronteira não é uma linha, mas um espaço que define mais por seus atributos socioeconômicos e o limite, como conceito, é essencialmente político”.

Machado (1998, p. 43), corrobora a discussão ao dizer que,

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono.

As demarcações dos limites entre Brasil e Bolívia se consolidaram através do Tratado de Petrópolis, em 1903. A relação fronteiriça entre Corumbá/Puerto Quijarro é constituída pela circulação de mercadorias e de pessoas nessa região. Essa circulação se dá de forma natural pelas necessidades dos indivíduos. Segundo Costa (2012),

as relações fronteiriças entre Corumbá e a vizinha área urbana de Puerto Quijarro são processuais, relacionais e híbridas, produzindo e sendo produzidas por territorialidades, por fluxos, por câmbios variados e próprios dos interesses de cada indivíduo ou grupo.

Com a ida e a vinda de imigrantes e migrantes, constrói-se uma cultura própria da região fronteiriça pantaneira, que se mantém viva na fronteira Brasil e Bolívia, através das manifestações culturais, da presença boliviana como donos de empreendimentos nos comércios locais, da presença boliviana consumindo produtos no centro da cidade, da presença de brasileiro nas universidades bolivianas, das compras e trocas comerciais.

A história da relação entre os bolivianos e os brasileiros é extensa e faz parte da história da ocupação humana na região do Pantanal. Com isso, nos perguntamos: de que forma a história fronteiriça Brasil e Bolívia é retratada pelo Museu de História do Pantanal? A partir dessas inquietações objetivamos compreender como os imigrantes bolivianos são representados na história do Museu de História do Pantanal, considerando as relações de poder e saber.

Museu de História do Pantanal

O MUHPAN localiza-se na cidade de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS) e propõe-se a contar a história da ocupação humana na região do Pantanal, através de 25 espaços expositivos. Conforme o projeto museográfico produzido por Etchevarne (2004, p. 4),

O museu deveria contar a história do homem do pantanal, de tal forma que a comunidade local se sentisse pertencente a essa história, sendo as pessoas colocadas como atores e agentes da transformação histórica ocorrida na região. Paralelamente o museu deveria se tornar um centro de referência de atividades pedagógicas e preservacionistas, ou seja, deveria utilizar o contexto histórico passado, para fazer com que a comunidade refletisse sobre suas ações e se projetasse para o futuro, consciente da forma correta de se relacionar com o meio. Além dessas funções que o museu deveria conter, estava também prevista a utilização deste espaço para fins turísticos, tendo o museu a função de apresentar a região, com todas as suas características naturais e culturais, aos visitantes de outras cidades e países. O turista que passasse pela região deveria utilizar o Muhanpan como uma forma de compreender a construção do território do Pantanal.

O MUHPAN foi inaugurado em 2008, com patrocínio da empresa Petróleo Brasileiro S.A. e da empresa multinacional Votorantim Cimentos S.A., via Lei Rouanet A instituição sede do museu foi cedida pela Prefeitura Municipal de Corumbá, através de um contrato de cedência de 10 anos. O edifício que abriga o Museu de História do Pantanal faz parte do Casario do Porto, sendo considerado um conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá, tombado

pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1993 (Etchervarne, 2004). O Museu de História do Pantanal é uma instituição sem fins lucrativos, com um conjunto de regras e rituais próprios de controle social. Segundo Osório (2010, p. 100), as instituições são:

[...] espaço de disposição, arranjo, formação, instrução, educação, do corpo e da mente; marcada por princípios, métodos, sistemas, doutrinas, sendo seu movimento operativo (ação propriamente dita) voltado para instruir, arranjar, estabelecer, construir, preparar, dar e recuperar, organizando seus propósitos, na perspectiva de um determinado grau de regularidade ativa, concebido culturalmente, por atributos designados em suas práticas sociais, sendo delimitados em suas funções, também construídas pela sociedade, especificando, assim seus atributos.

O edifício onde o MUHPAN se encontra instalado é o Wanderley, Baís & Cia, construído em 1876 e considerado um dos principais pontos turísticos de Corumbá. Conforme Targas (2012), o prédio, inicialmente, era uma casa comercial de propriedade de Firmo José de Mattos. Em seguida, se tornou Firmo, Barros & Cia. Após esse período de mudanças de razão social, em 1906, é firmada uma sociedade com a empresa Wanderley, Baís & Cia, sendo o prédio destinado ao comércio local; em seguida, se tornou uma casa de importação e exportação. No início do século XX, a Casa Wanderley, Baís & Cia representou o maior estabelecimento comercial do antigo Estado do Mato Grosso, possuindo filiais em Aquidauana e Campo Grande. Durante muito tempo, o térreo do edifício abrigou a sede da 14ª agência bancária do Banco do Brasil. Já em 1938, a Comissão Mista Ferroviária instalou sua sede no primeiro andar do prédio. Após o ano de 1960, a Casa Wanderley & Baís ficou abandonada. Em 1992, foi tombada como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), tornando-se sede do Museu de História do Pantanal a partir de 2008.

A iniciativa de base desse museu, na cidade de Corumbá, está relacionada ao interesse conjunto do Ministério da Cultura e das autoridades locais. Da sua fundação, em 2008, até o ano de 2020, foi gerido pela organização social Fundação Barbosa Rodrigues, com sede em Campo Grande (MS), sendo representado pelo senhor Antônio João Hugo Rodrigues, diretor do Grupo de Comunicação Correio do Estado, sendo esta fundação criada em 1982 por seus pais, o professor e jornalista J. Barbosa Rodrigues e a professora Henedina Hugo Rodrigues. Desde 2020, o museu se encontra sob a gestão da Prefeitura Municipal de Corumbá.

Ao analisar o projeto de base do MUHPAN, observa-se que o foco inicial era criar um centro expositivo que abordasse a arqueologia pantaneira, o qual foi substituído por um interesse em retratar não somente a arqueologia, mas também toda a história da ocupação humana na região pantaneira. Segundo Etchervarne (2004, p. 3),

[...] em função do reconhecimento que a região apresenta especificidades notáveis no processo de ocupação humana, que mereciam ser narrados em todas as suas vertentes episódicas. Ficam assim incluídos outros campos do conhecimento além da arqueologia: etnologia, etnohistória, história e antropologia social.

Diante dessa proposta, os arquivos do MUHPAN contam as diferentes formas da ocupação humana na região do Pantanal, organizados em 25 salas ou espaços expositivos. Quanto aos arquivos, Foucault (1997) problematiza aquilo que é selecionado para ser preservado, pois para o autor existe uma relação de saber e poder nas escolhas do que é arquivado enquanto registro. Isso nos faz refletir os motivos que levaram a História, por muito tempo, a se limitar apenas aos arquivos ditos oficiais, os quais discursavam sobre uma história elitista e excludente.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (Foucault, 1997, p. 149).

Os arquivos do Museu de História do Pantanal se organizam através de coleções agrupadas por temas, como: arqueológicos, etnográficos ou históricos. Nos arquivos expostos estão imagens, objetos originais como também réplicas, esculturas, quadros, cenários e painéis. Tais arquivos expostos sobre a história pantaneira faz parte da seleção realizada pelo arquiteto Nivaldo Vitorino, responsável pela montagem da cenografia do MUHPAN, com base na história criada pelo projeto conceitual do professor baiano Carlos Etchervarne.

No ano de 2013, mediante o projeto Janelas Culturais, com o patrocínio da Petrobras e Votorantim, foi publicado o livro *A História do Pantanal Contada pelo Muhpan*, dos historiadores sul-mato-grossenses Lúcia Salsa Corrêa e Valmir Batista Corrêa. Esse livro contou a história da ocupação humana na região do Pantanal e serviu como base para a produção das lâminas temáticas, panfletos e jogos, que foram entregues nas escolas de Corumbá e Ladário. Porém, não houve mudança na história narrada no circuito expositivo do MUHPAN, ainda permanecendo a história criada em 2004 pelo professor baiano Carlos Etchervarne.

Organização do Museu de História do Pantanal

O roteiro histórico do Museu de História do Pantanal criado pelo historiador baiano Carlos Etchervarne (2004) narra a história da ocupação humana na região do Pantanal desde sua origem, datada de 8.200 anos a.C. até a atualidade.

No primeiro pavimento, a história é iniciada com a inserção do visitante à história do Pantanal. Nessa sala, o visitante compreende o contexto geográfico do Pantanal: sistema hídrico, topográfico, climático, ambiental, relevos e a fauna e flora pantaneira.

No segundo pavimento, a história inicia-se com a Arqueologia, descrevendo o início da ocupação humana na região do Pantanal. Em seguida, o visitante encontra a sala Etnologia, onde é apresentada a população indígena da região do Pantanal, a exibição do vídeo intitulado Encontro das Civilizações, depois o visitante adentra a sala Conquista Espanhola, que conta os percursos realizados pelos primeiros viajantes no território pantaneiro. Na sequência, tem-se a sala Conquista Portuguesa, que apresenta registros dos bandeirantes portugueses, os desbravamentos dos sertões brasileiros, as descobertas do ouro em Cuiabá e as travessias que eram feitas com as Monções. Seguindo o percurso, o visitante se depara com o painel denominado Tratados, que apresenta os Tratados realizados entre a Coroa Portuguesa e a Espanhola. Além do painel denominado Cidades, que apresenta as atas de fundação de Cuiabá, Cáceres e Corumbá. Para finalizar o primeiro pavimento, é apresentado o cenário de uma família Bororo, que é uma réplica de família de indígenas dessa etnia em tamanho proporcional ao do tamanho real do ser humano. Por último, é apresentada a sala Trem do Pantanal, onde é contada a história do Trem no trecho Bauru-Corumbá.

No terceiro pavimento, a história tem continuidade com a Guerra do Paraguai, contando esse conflito no território pantaneiro. A próxima sala conta a história das primeiras fazendas e da Comissão Rondon. Em seguida, a sala denominada Porto de Corumbá apresenta a importância da cidade para a história do Estado e do Brasil. Nas últimas duas salas, estão as representações das fazendas no pantanal e dos olhares de diferentes artistas para o Pantanal.

Museu de História do Pantanal e a história da cultura fronteiriça Boliviana

A cultura boliviana possui muita representatividade na cidade de Corumbá (MS), seja através da venda de produtos nas feiras livres, nas lojinhas dos bairros, nas feiras livres, das barraquinhas nas calçadas do centro da cidade, dos desfiles em comemoração a Nossa Senhora de Urkupiña ou a independência da Bolívia, entre outros.

Diante disso, percebemos a importante troca cultural entre ambos os países, a qual nos faz únicos, pois nos torna fronteiriços. A cultura que possuímos é única, o que nos identifica e o que nos diferencia de outras cidades localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul. Desse modo, observamos bolivianos vendendo seus

produtos nas feiras livres. Fato esse que não pode ser observado nas feiras livres da capital do Estado, Campo Grande (MS), por exemplo. Com isso, percebemos a necessidade de salvaguardar esse modo de vida fronteiriço, que por vezes é preconceituoso, em outros momentos é agradecido aos benefícios possibilitados pela fronteira, como também por vezes orgulhosos das apresentações culturais dos bolivianos e do nacionalismo exacerbado demonstrado pelos bolivianos.

Mesmo diante dessa constatação, podemos perceber que mesmo o Museu de História do Pantanal se propondo a contar a história da ocupação humana na região do Pantanal, e compreendendo que a fronteira ultrapassa os limites territoriais entre Brasil e Bolívia, não pudemos observar qualquer representação dos imigrantes bolivianos na história narrada pelo Museu de História do Pantanal.

Desse modo, percebemos que as histórias narradas nada mais são que sistemas de discursividades que selecionaram o que se tornou história e excluíram as demais histórias. Com isso, nos discursos do Museu de História do Pantanal, a história da cultura fronteiriça boliviana foi soterrada e sobreposta por outros discursos. O museu é composto por diversos arquivos que narram a história de algo. Esses arquivos são, segundo Foucault (1996, p. 171), “[...] o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. O arquivo é a lei do que pode e do que não pode ser dito”.

Quanto aos arquivos, o autor supracitado problematiza aquilo que é selecionado para ser preservado, pois para o autor existe uma relação de saber e poder nas escolhas do que é arquivado. Isso nos faz refletir os motivos que levaram a História por muito tempo a se limitar apenas aos arquivos ditos oficiais, que discursavam sobre uma história elitista e excludente. Assim como ocorre no Museu de História do Pantanal, ao omitir a história dos negros, fronteiriços e mulheres, entre outros indivíduos.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se compoñham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (Foucault, 1997, p. 149).

Por estarmos inseridos em uma rede de relações, o controle e o poder sobre os arquivos são uma forma de dominar o indivíduo, através da construção de uma verdade, que após ser tão imposta acaba se tornando uma verdade para todos. Para Assmann (2011), os arquivos são instrumentos de controle e poder. Ao relacionarmos tal fato com o contexto narrado pelo Museu de História do Pantanal, começamos a suscitar possíveis justificativas para a instituição tra-

balhar com determinado contexto histórico e não outro. Isso não é a proposta deste artigo, porém esse contexto nos faz refletir sobre quais as condições e as possibilidades dos saberes que possibilitaram os discursos vigentes no Museu de História do Pantanal emergirem, o porquê, por exemplo, de descrever a história das fazendas e dos grandes fazendeiros e caírem no esquecimento as pessoas e as histórias ditas simples, como a do negro, do indígena, da mulher, dos bolivianos, entre outros.

O poder, para Foucault (1997), é um exercício que se manifesta de maneira assimétrico. O poder é sempre uma relação desequilibrada, pois ninguém está fora das relações de poder. O poder é pensado como um feixe de relações, nas quais ninguém detém completamente o monopólio do poder a todo tempo. O poder não está centralizado nas grandes instituições, mas em todos os espaços. As relações de poder também se manifestam dentro das instituições museológicas e, portanto, no Museu de História do Pantanal. Por isso, é necessário refletir sobre as histórias contadas e escavar até que as histórias soterradas possam vir à luz do conhecimento.

Segundo Ströher (2014, p. 38), para Foucault, a “[...] intenção é problematizar o próprio problema, sendo a dúvida sua ferramenta, a sua picareta que quebrará o solo das certezas, vasculhará as camadas de enunciados, observará as coisas e nos mostrará o diferente”.

Diante disso, percebemos a necessidade de trazer à luz os arquivos soterrados sobre a história da cultura fronteiriça boliviana para que assim sejam integrados à história narrada pelo Museu de História do Pantanal. É evidente o relevante contato entre os brasileiros e bolivianos, assim como com os paraguaios, árabes, entre outros, pois, segundo Oliveira (2001, p. 25-64), “[...] constatou-se a existência de vinte e cinco nacionalidades coexistindo nesta cidade (Corumbá) nos anos de 1910, quando a mesma contava com aproximadamente dez mil habitantes”. Mesmo diante da existência de outras nacionalidades, escolhemos destacar neste artigo os bolivianos, cujo país se localiza na fronteira em conjunto com os brasileiros, e suas relações e contatos geram uma cultura fronteiriça. Não podemos apagar e silenciar essa história, principalmente pelo fato de o museu possuir uma função educativa e ser referência de visita na cidade.

Foucault (1979b, p. 16) é contra uma,

história assassinada, cada vez que em uma análise histórica – e sobretudo se trata do pensamento, das ideias e dos conhecimentos – vimos serem utilizadas, de maneira demasiado manifesta, as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, de ruptura e de transformação, a descrição das séries e dos limites.

Os museus são importantes ferramentas de ensino. O MUHPAN, por possuir um recorte sobre a ocupação humana na região do Pantanal, se torna referência para as instituições escolares formais. Por isso, questionar as verdades estabelecidas no circuito expositivo do Museu de História do Pantanal é uma forma de buscar novas verdades, para que assim a instituição cumpra o seu papel social de preservar e conservar a herança cultural da sociedade, em especial a da região pantaneira, para que, dessa forma, ao adentrar o MUHPAN e ao sair desse espaço, os indivíduos possam aprender sobre uma história real dos acontecimentos ocorridos nesse território.

Considerações finais

Os museus possuem o papel social de salvaguardar uma história. Na pesquisa realizada, pudemos observar que devido às relações de poder estabelecidas em uma sociedade, a ideia de salvaguardar será resultado das forças de poder. Com isso, histórias serão tidas como verdadeiras e outras cairão no esquecimento. Essa decisão do que será arquivado e do que será descartado é resultado dessas relações de poder.

Porém, sabemos que o poder não pertence a determinada instituição ou pessoa de forma absoluta. Pois ele está presente até nos microespaços. Com isso, temos o papel de questionar as verdades, de escavar as histórias esquecidas e de trazê-las à luz do conhecimento. Para isso, precisamos compreender que a História é uma construção, é resultado das relações de poder.

Com isso, ao analisar o Museu de História do Pantanal e identificar a ausência da história fronteiriça em um contexto o qual ele deveria abordar, pois o museu se propõe a contar a história da ocupação humana na região do Pantanal, percebemos que nosso papel é contestar as verdades impostas e reconstruir o passado, trazendo à luz as histórias silenciadas. Através desta pesquisa, buscamos alertar para que as histórias contadas pelo MUHPAN insiram a história fronteiriça, pois ela é importante dentro da cultura local e precisa ser evidenciada para que os visitantes, ao conhecer o museu, possam aprender que a troca cultural entre bolivianos e brasileiros pode ser ora conflituosa, ora harmoniosa, mas que se constituem trocas que marcam a história das pessoas.

Através da exposição da história fronteiriça podemos quebrar barreiras do preconceito, do pré-julgamento do outro e compreender que a fronteira não é na Bolívia, pois todos nós somos fronteiriços. Podemos reforçar os nossos laços de alianças e compreender a riqueza histórica dessa região de forma a contemplar a história de todos.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Cidade Universitária – Curso de Doutorado, inserida na Linha de Pesquisa Educação, Cultura, Sociedade. Ao Grupo de Estudo e Investigações Acadêmicas dos Referenciais Foucaultianos (GEIARF-UFMS). À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Aos organizadores do II Congresso Migrafron, por nos proporcionar um evento de excelente qualidade.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Unicamp, 2011.
- CORRÊA, L. S.; CORRÊA, V. B. **A história do Pantanal contada pelo Muhpan**. São Paulo: Edição de Artes, 2013.
- COSTA, Edgar Aparecido. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de estudos culturais**, v. 4, n. 7, p. 17-33, 2012.
- ETCHEVARNE, C. **Projeto expográfico do Museu de História do Pantanal**. Corumbá: Muhpan, 2004.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**. A Vontade do Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**: une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.
- MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. *et al.* (orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.
- OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **O mais importante era a raça**: sírios e libaneses na política em Campo Grande, MS. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 12 maio 2024.
- OSÓRIO, A. C. As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Editora Oeste, 2010. p. 95-133.
- PICCOLO, Helga. Nós e os outros: conflitos e interesses num espaço fronteiriço (1828-1852). In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), 17., 1998. **Anais [...]**. Curitiba: SBPH, 1998. p. 217-222.
- STRÖHER, C. E. História em revolução: Michel Foucault e a produção do conhecimento histórico. **Diálogos**, Maringá, v. 18, supl. Espec., p. 15-48, dez. 2014.
- TARGAS, Z. I. M. S. **As casas comerciais importadoras/exportadoras de Corumbá (1904-1915)**. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

XENOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR E AS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CORUMBÁ – MS

Xenophobia in the School Environment and Municipal Public Schools in
Corumbá – MS

Xenofobia en el Ámbito Escolar y las Escuelas Públicas Municipales de
Corumbá – MS

DOI 10.55028/geop.v19i36

Laiz Nascimento Egues*
Patricia Teixeira Tavano**

Resumo: O artigo examina a presença da xenofobia nas escolas públicas municipais de Corumbá-MS, abordando como ela se manifesta e é percebida no cotidiano escolar. A pesquisa revela que a xenofobia muitas vezes aparece de forma pejorativas “brincadeiras entre os estudantes”, indicando uma normalização preocupante desse comportamento. O estudo destaca a importância de reconhecer essas atitudes como prejudiciais e de implementar estratégias educativas para promover um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso. Os resultados sublinham a necessidade urgente de ações pedagógicas que conscientizem os alunos sobre a gravidade da xenofobia e incentivem a empatia e o respeito mútuo.

Palavras-chave: Xenofobia, Escola, Fronteira.

Abstract: The article examines the presence of xenophobia in municipal public schools in Corumbá-MS, addressing how it manifests and is perceived in the school environment. The research reveals that xenophobia often appears in the form of pejorative “jokes among students,” indicating a worrying normalization of this behavior. The

Introdução

O Brasil possui mais de 16.000 km de linha de fronteira terrestre com os países da América do Sul, e conta com 33 cidades gêmeas, designação dada quando duas cidades, compartilham sua linha de fronteira e têm alto potencial de interações econômicas, sociais e culturais (Brasil, 2021). A proximidade pode facilitar a interação entre as duas cidades, e criar uma relação que inclui a partilha de recursos, infraestrutura e até mesmo a colaboração em projetos específicos. Estas cidades muitas das vezes enfrentam desafios e oportunidades ímpares, o que pode influenciar suas relações políticas, sociais e econômicas.

* Graduada em Pedagogia (UFMS). E-mail: laiz.nascimento@ufms.br.

** Graduação em Pedagogia (ULBRA); Mestrado em Educação (USP); Doutorado em Educação (USP). Professora da UFMS, Pesquisadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron). E-mail: patricia.tavano@ufms.br. ORCID: 0000-0002-3145-7818.

study highlights the importance of recognizing these attitudes as harmful and implementing educational strategies to promote a more inclusive and respectful school environment. The results underscore the urgent need for pedagogical actions that raise students' awareness of the severity of xenophobia and encourage empathy and mutual respect.

Keywords: Xenophobia, School, Border.

Resumen: El artículo examina la presencia de la xenofobia en las escuelas públicas municipales de Corumbá-MS, abordando cómo se manifiesta y se percibe en el cotidiano escolar. La investigación revela que la xenofobia aparece a menudo en forma de "bromas entre estudiantes" peyorativas, lo que indica una preocupante normalización de este comportamiento. El estudio destaca la importancia de reconocer estas actitudes como nocivas e implementar estrategias educativas para promover un ambiente escolar más inclusivo y respetuoso. Los resultados resaltan la necesidad urgente de acciones pedagógicas que conciencien a los estudiantes sobre la gravedad de la xenofobia y fomenten la empatía y el respeto mutuo.

Palabras clave: Xenofobia, Escuela, Frontera.



Corumbá, localizada no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, e suas gêmeas Porto Quijarro e Porto Soares, situadas na província de Gèrman Busch na Bolívia, constituem-se em uma linha de fronteira com alta circulação de pessoas, serviços e bens de consumo, o que leva à frequente presença de bolivianos em Corumbá, e vice-versa.

A presença de bolivianos em Corumbá pode parecer harmônica, mas ao olharmos mais atentamente, percebemos que essa harmonia pode ser rompida, como indica Vernochi (2022, p.12):

A convivência da população daquela região fronteiriça, à primeira vista, parece ser amigável, já que há uma dependência econômica entre os dois lados, pelo fato de estarem distantes dos grandes centros de distribuição. [...] É comum ver estabelecimentos de "bolivianos" em toda cidade, seja vendendo produtos alimentícios, eletrônicos ou roupas. Porém, às vezes, ao andar por essas regiões, é possível ouvir comentários ofensivos em relação aos habitantes do país vizinho, principalmente no trânsito.

Além do comércio e serviços, a presença de bolivianos também é recorrente na Rede Municipal de Educação (REME), como indicam, por exemplo, Tavano e Oliveira (2024). Esses estudantes compartilham as salas de aula com estudantes brasileiros e trazem hábitos, culturas e idiomas diversos, visto a Bolívia ser um Estado pluricultural e plurilíngue.

Na Bolívia, uma rica diversidade linguística permeia sua cultura, e o es-

panhol é uma das línguas dos bolivianos, ao lado de uma rica diversidade de idiomas originários. Moraes (2012, p. 37) nos esclarece essa situação: “Numa realidade de fronteira semiconurbada, como é o caso da cidade de Corumbá, o bilinguismo é praticado por alunos moradores da Bolívia que estudam no Brasil”, e que procuram o lado brasileiro para realizar todo o ensino básico, trazendo consigo toda a riqueza do bilinguismo e a cultura boliviana”. Com isso, o bilinguismo, e quiçá o multilinguismo, também pode estar presente nas salas de aula das escolas da REME. Já pelo lado brasileiro, o português é a língua oficial e é ensinado nas escolas de modo contínuo, e o bilinguismo pode não ser tão usual.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é obrigatória a presença da língua estrangeira no currículo das escolas brasileiras. Nesse contexto, o inglês é predominantemente reconhecido como a língua estrangeira mais ensinada e estudada nas instituições de ensino do país. Essa escolha é reflexo da importância global do inglês como língua franca em diversos campos, como negócios, ciência, tecnologia e cultura, além de ser uma ferramenta essencial para a comunicação internacional. A BNCC (2017, p. 243) diz que:

[...] o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos [...]

Assim, a BNCC enfatiza o ensino do inglês como uma forma de preparar os alunos para interagir e participar ativamente em um mundo cada vez mais globalizado, sem, entretanto, vetar a introdução de outros idiomas no currículo escolar. Oliveira (2020) relata que no ano de 2012, o município de Corumbá se adequou a uma série de legislações educacionais, e:

[...] inseriu o ensino da língua estrangeira no Ensino Fundamental I (séries iniciais). Desde então as escolas que apresentavam o maior número de alunos estrangeiros passaram a ofertar o espanhol como língua estrangeira na base diversificada, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Educação daquele município (Oliveira, 2020, p. 07).

Contudo, na atualidade, apenas as escolas da REME de regime integral oferecem o ensino de espanhol aos seus estudantes, o que pode ser uma forma de negligenciar a característica fronteiriça de Corumbá que recebe em seu sistema educacional estudantes que têm o idioma espanhol como língua de comunicação prioritária. Vale notar que, no ano de 2022, foram registrados cerca de 110 estudantes migrantes internacionais na REME (Tavano; Oliveira, 2024) o que representaria cerca de 1% do total dos estudantes matriculados. Ainda que sejam proporcio-

nalmente poucos, os estudantes migrantes internacionais e falantes de outros idiomas são frequentes no sistema educacional corumbaense e, acreditamos, que precisam ser considerados na construção de políticas públicas e ações educativas.

Ao constatarmos a presença contínua de estudantes bolivianos matriculados na rede pública de ensino do município, é importante questionar como esses migrantes estão sendo acolhidos, recebidos e se relacionam no ambiente escolar. É fundamental garantir que todas as crianças e jovens, independentemente de sua nacionalidade ou origem étnica, sintam-se bem-vindas e seguras em suas escolas. Nesse sentido, este artigo foca em retratar a convivência dos alunos bolivianos em ambientes escolares, explorando o processo de ensino-aprendizagem e a dinâmica da interação com colegas brasileiros.

Migrantes Bolivianos em Corumbá

Ao se situar em uma linha de fronteira com a Bolívia, Corumbá acaba por se tornar em um ponto de fluxo significativo de migrantes que entram e saem do município constantemente. Segundo Oliveira e Melo (2019, p. 59):

Na atualidade, aquele espaço é palco de tripla tipificação da imigração de brasileiros e bolivianos e outras nacionalidades: os permanentes, que emigraram para o país vizinho ao seu, e lá se estabeleceram; os de passagem, que fazem uso da fronteira como uma instância deliberativa para seu ingresso; e os pendulares, que desenvolvem atividades empreendedoras, laborais ou estudantis no país vizinho, retornando para seu país de origem rotineiramente.

Nessa dinâmica cotidiana de vaivém, ocorre uma imersão e emersão simultânea em ambas as direções. Em outras palavras, à medida que as pessoas emergem de seu país para se imergir em outro, também emergem do país vizinho para se imergir novamente em sua terra natal. Essa constante alternância entre imersão e emersão representa não apenas um movimento físico, mas também uma troca cultural e social que influencia profundamente a vida e a identidade das comunidades ao longo da fronteira. Villela (2002, p. 12) exemplifica que:

As diversas festas bolivianas, a culinária, a língua são símbolos que, ao mesmo tempo em que marcam diferenças culturais, são acionados por esses atores sociais em situações específicas, seja na luta política por direitos, seja na afirmação de suas identidades e de sua presença na cidade de Corumbá.

Esse movimento de ida e volta também inclui os estudantes bolivianos que residem na fronteira de Porto Quijarro, Porto Suarez e optam por estudar nas escolas corumbaenses. Segundo Moraes (2012, p. 22): “Os alunos que moram na Bolívia têm o seu território; ao vir para o Brasil estudar eles desterritorializam

onde estavam e reterritorializam no Brasil, mais precisamente na escola onde estudam. E fazem esse movimento diariamente”, o que pode gerar impactos no processo de aprendizagem, em especial por conta da língua.

A comunicação com esse grupo de estudantes instiga à reflexão, pois em suas regiões de origem, eles dominam o espanhol (castelhano), porém, ao cruzar a linha de fronteira, passam a utilizar o português, língua materna dos estudantes brasileiros. Essa transição linguística e mudança de idioma pode acontecer de forma saudável e espontânea, mas também pode gerar algumas dificuldades para a integração ao ambiente escolar. Adaptar-se a um novo idioma pode ser desafiador, especialmente em um ambiente de aprendizado, onde a comunicação eficaz é essencial. No entanto, muitos desses estudantes demonstram uma notável capacidade de se ajustar, aprendendo rapidamente o português e participando integralmente das atividades escolares. Essa experiência bilíngue não apenas enriquece suas habilidades linguísticas, mas também promove a diversidade cultural e a integração entre os estudantes de diferentes nacionalidades. Moraes (2012, p. 35) indica que:

Empiricamente é possível notar que a maioria dos alunos que moram na Bolívia e procuram educação no lado brasileiro já estão no processo de bilinguismo, já dominam a Língua Portuguesa para a conversação [...] É claro que há alguns casos de alunos que aprendem a falar o português na escola. A questão preocupante é o preconceito linguístico dos nacionais brasileiros que desvalorizam esse potencial bilíngue e não fazem questão de aprender a língua do país vizinho. Assim essas crianças e adolescentes bilíngues percebem esse preconceito e não se sentem à vontade em falar o espanhol, por isso só falam em português com os professores.

Os bolivianos, em grande parte, são vistos pelos brasileiros como “estrangeiros” e como “indígenas”, ou ainda se referem a estes de maneira depreciativa, chamando-os “bugres”. As diferenças entre eles são percebidas quando se encontram com estudantes brasileiros, e é importante notar quais símbolos e elementos culturais são usados pelos grupos para marcar essas diferenças. Portanto, a cultura, como um forte indicador de identidade, se torna um elemento importante na disputa simbólica e por poder político na fronteira. Villela (2002, p. 12) traz que:

[...]a cultura se mistura com o racismo, nas representações da alteridade dos bolivianos pelos brasileiros, os quais reproduzem discursos preconceituosos que classificam os bolivianos como “sujos, feios, corruptos, doentes e pobres”.

Vernochi (2022, p. 33) exemplifica que:

Os alunos que praticam xenofobia ou bullying utilizam termos como “boliva” ou “fedido” para se referirem aos alunos bolivianos. Já nas escolas da cidade de Corumbá, na maioria das vezes é utilizada a palavra “choco”. Por mais que utilizem esta palavra

de forma pejorativa, na Bolívia ela significa “loiro” ou “ruivo”, o que acaba sendo uma contradição.

Assim, entre contradições, depreciações e possibilidades de inserção, a xenofobia se mostra nas escolas corumbaenses que historicamente recebem estudantes migrantes internacionais. Vejamos como essa xenofobia se apresenta nas pesquisas realizadas.

Xenofobia a partir das dissertações do MEF

A palavra xenofobia tem origem grega e é formada pela junção de duas palavras: xenos (estrangeiro ou estranho) e phobos (medo). É um termo que representa a incapacidade de tentar entender o desconhecido, sendo fruto da ignorância, que muitas vezes vêm de questões históricas, sociais, econômicas ou religiosas (Vernochi, 2022).

A compreensão das manifestações xenofóbicas encontradas nas escolas de Corumbá foi o foco desse artigo, que utilizou como base de dados as dissertações defendidas no Mestrado em Estudos Fronteiriços, e que estão disponíveis no Portal do Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF) no período de 2009 a 2023.

Utilizando o mecanismo de busca rápida disponível no Portal, identificamos que apenas uma dissertação menciona a palavra “xenofobia” relacionada à temática educação ou escola. Reconhecendo que essa busca pode ser limitada, passamos à leitura de todos os resumos das dissertações, o que nos permitiu identificar mais nove dissertações que abordam o tema em seus conteúdos, entretanto, dessas nove, apenas quatro trazem a temática de escola e educação associadas à “xenofobia”. Identificamos ainda que, outras duas dissertações, embora não façam menção direta à palavra “xenofobia”, abordam questões correlatas, como discriminação e preconceito, fornecendo um mapeamento essencial da realidade escolar. Essas pesquisas são igualmente relevantes, pois exploram fenômenos relacionados que contribuem para a compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e interculturais dentro do contexto educacional, e, por isso, foram incluídas. Ao final, foram selecionadas sete dissertações defendidas no MEF para análise aprofundada, como indica o Quadro 1.

Quadro 1. Seleção de dissertações do Mestrado em Estudos Fronteiriços utilizadas na pesquisa

Título	Autor	Ano	Palavras-chave
O idioma e a escola de Fronteira como Fatores de Inclusão Social de Crianças e Adolescentes em Corumbá – MS (BR)	Maria Lucia Ortiz Ribeiro	2011	Criança; Escola; Fronteira; Migrantes; Políticas Publicas
Bilinguismo e Jogo de Identidades na Região de Fronteira: Escola Eutrópia Gomes Pedroso de Corumbá	Lourival Monteiro de Moraes	2012	Fronteira; Bilinguismo; Jogo de Identidades
Discrição Sociolinguística de Textos de Alunos Bolivianos em Escolas Brasileiras de Fronteiras	Nedy de Barros	2014	Fronteira, Sociolinguística, Variação de ortografia
A multiculturalidade na escola de Fronteira	Thiago da Silva Godoy	2016	Educação; Fronteira
Estudos das Línguas no contexto de Fronteira Bolívia – Brasil: Reflexão Políticas Linguísticas	Mariana Vaca Conde	2020	Imigrante; Discriminação; Dignidade da pessoa humana
Xenofobia em Ambiente Escolar Fronteiriço – uma análise de estudo de caso em Corumbá – MS	Alcino Gabriel da Silva Vernochi	2022	Xenofobia; Fronteira; Escola
O Atendimento ao aluno semi-retornado: proposta de modificações qualitativas no âmbito da educação das escolas corumbaenses	Gilmar Fernandes Martins	2023	Fronteira; educação; Migração Internacional

Fonte: organização própria.

A dissertação de Maria Lúcia Ortiz Ribeiro, não menciona explicitamente a palavra “xenofobia”, mas se concentra em uma investigação etnográfica realizada na Escola Municipal Rural Integral Eutrópia Gomes Pedroso, onde analisa como os estudantes bolivianos são recebidos nessa escola. Ribeiro (2011) descreve que, em certos momentos, eles enfrentam discriminação e aversão por parte dos colegas brasileiros e relata que:

[...] um conflito típico do cotidiano escolar, marcado pela violência verbal que aparece como discriminação, segregação, exclusão ou simplesmente como indiferença ao outro. Atualmente esse comportamento tem aumentado, tanto do ponto de vista quantitativo como também do qualitativo. A violência explícita é controlada nas escolas por meio de “punições”, porém a violência mascarada ou simbólica, essa fica impune, geralmente confundida como indisciplina (Ribeiro, 2011, p. 42).

Essa relação da escola com a violência mascarada ou simbólica será vista em outras pesquisas também. A pesquisa de Lourival Monteiro de Moraes explora as questões do bilinguismo e das identidades dos estudantes brasileiros que vivem na Bolívia, mas estudam no Brasil e lidam com esse fluxo diário entre os dois países. Assim como Ribeiro (2011), Moraes (2012) também foca na Escola Municipal Rural Integral Eutrópia Gomes Pedroso, onde, segundo o autor, cerca de 40% dos estudantes matriculados estão nessa categoria de estudantes brasileiros residentes na

Bolívia. O estudo buscou entender como esses sujeitos constroem sua identidade diariamente, vivendo com suas famílias na Bolívia e depois estudando no Brasil, e participando ativamente das atividades escolares.

O autor observa que desde o começo da educação formal, os estudantes são desencorajados a usar o espanhol para facilitar o aprendizado eficiente do português. Também é notado que os estudantes que residem na Bolívia preferem se comunicar em espanhol apenas entre si, o que pode indicar que se sintam frustrados ao conversar em espanhol com colegas brasileiros e professores, como podemos observar no excerto a seguir:

[..] as professoras regentes dos anos iniciais do ensino fundamental os coíbiam de falar espanhol a todo tempo, para assim poder ensinar a Língua Portuguesa com mais eficiência [...] Na verdade, esses alunos conversam mais em português com os professores e com os demais alunos que moram no Brasil. No entanto, só falam em espanhol com os outros alunos que moram também na Bolívia (Moraes, 2012, p. 17).

Moraes também discute os desafios que os estudantes moradores da Bolívia que estudam no Brasil, enfrentam nas áreas de fronteira, incluindo o preconceito por parte dos estudantes brasileiros. Além disso, os estudantes bolivianos podem enfrentar atitudes preconceituosas por parte de colegas brasileiros, o que influencia suas experiências escolares e suas relações interpessoais. Moraes exemplifica que, (2012, p. 25):

É muito comum na escola usar o termo “boliviano” de modo pejorativo, com o sentido de diminuir o próximo. Na escola pesquisada, como quase 40% dos alunos são de moradores da Bolívia, esse preconceito nacional, diminui bastante. Só é aflorado quando há uma discussão ou briga. Na sala de aula um aluno discutiu com o morador da Bolívia e disse: “Vai estudar na Bolívia, seu boliviano, aqui é o Brasil”. O aluno aparentemente não ligou nem devolveu a provocação.

A pesquisadora Nedy Barros conduziu um estudo com o objetivo de analisar textos escolares escritos por estudantes bolivianos que frequentam escolas brasileiras na fronteira entre Brasil e Bolívia, usando a Teoria Sociolinguística como base. O estudo considera fatores linguísticos e sociais, tais como: (substantivo, verbo, etc.) e tamanho de palavra usada; essas palavras aparecem na frase; a pessoa que está falando; em que língua o estudante aprendeu a escrever; o sotaque que eles têm; o tipo de escola que eles frequentam. O objetivo é entender por que esses estudantes escrevem de maneira diferente, muitas vezes usando uma ortografia que não é a padrão e misturando palavras em português e espanhol. Barros (2014, p. 26) exemplifica que:

A convivência, em um ambiente próximo, com falantes de duas línguas de fronteira, o Espanhol e o Português, apresenta uma situação atípica: em que os familiares (pai/

mãe/avó) falam o idioma nativo (espanhol) e nas escolas brasileiras falam e recebem conhecimentos em português. Estes alunos que possuem pais (mãe e pai/mãe ou pai) de nacionalidade boliviana apresentam certa dificuldade para escrever, até falar em português, pois não entendem o significado de certos vocábulos e apresentam, na linguagem escrita, mesclas dos dois idiomas.

Nesse contexto crítico, entender que fronteira não é algo fixo, mas sim uma conexão dinâmica, inclusive entre línguas, é essencial. Nas expressões sociolinguísticas, as fronteiras são sinais interativos que ligam uma língua a outra e se manifestam na forma como as pessoas escrevem e falam nessa região específica. Na sua dissertação, a autora explora a dificuldade enfrentada por estudantes bolivianos ao escrever em português, e descreve como eles reagem ao serem incentivados a produzir textos: Explica que:

[...] a maioria dos alunos que comete desvio na ortografia do português são aqueles que moram na Bolívia e atravessam diariamente a fronteira para estudar no Brasil. Em segundo lugar estão os informantes que possuem residência em ambas as cidades, ou sejam, declararam morar exatamente na fronteira, entre a escola e a Bolívia, sendo que nos dias úteis ficam em Corumbá/MS e aos finais de semana, férias e feriados vão para Puerto Quijaro, na Bolívia. Em terceiro lugar aparecem os poucos alunos que moram em Corumbá. Estes alunos bolivianos são os que menos cometem desvios da norma do código escrito. É possível que isso se deva ao fato desses alunos bolivianos estarem mais intensamente expostos ao idioma português em seu dia a dia (Barros, 2014, p. 91).

A autora, em sua dissertação, aborda a definição e a experiência de estudantes brasileiros. Na área da educação, é significativo o número de alunos que vêm de Puerto Quijarro, na Bolívia, para cursar a educação básica em Corumbá, no Brasil. Muitos desses alunos fazem o trajeto de ida e volta diariamente. Barros (2014, p. 20) aponta que:

Alguns destes alunos em conversa informal declararam que os pais preferem que estudem aqui porque nas escolas brasileiras o ensino é mais “forte” e os alunos recebem livros e materiais escolares, uniforme, vale transporte, merenda, etc.

Barros destaca a importância de examinar as fronteiras estatais com uma mente aberta, permitindo não só a identificação e compreensão da diversidade e mistura de identidades, mas também das suas distinções e conflitos. Ela destaca as disputas culturais que ocorrem nas extremidades do poder. Por isso, é necessário investigar como os processos históricos construíram esses limites e identificações na fronteira entre Brasil e Bolívia, especificamente entre Corumbá e Puerto Quijarro. A autora exemplifica que:

Este tipo de discurso pode dividir as pessoas e grupos sociais apenas por sua origem nacional, em um lugar de intenso trânsito binacional, principalmente porque inúmeras práticas que tangenciam a lei, especialmente as inúmeras modalidades de comércio fronteiriço, estão comumente associadas apenas aos bolivianos, reforçando estigmas e preconceitos xenófobos na região (Barros, 2014, p. 22).

A dissertação de Thiago Godoy se volta para a Escola Municipal de Educação Integral Tilma Fernandes Veiga, destacando o multiculturalismo como uma forma de superar as limitações educacionais ainda presentes. Segundo o autor, a escola é caracterizada por uma forte presença das culturas brasileira e boliviana, e levanta reflexões sobre desafios não resolvidos internamente, propondo caminhos para o desenvolvimento do cidadão. Como parte de sua pesquisa, está a análise da componente curricular “Formação Cidadã”, que compõe o currículo das escolas municipais de Corumbá, que visa promover reflexões sobre a realidade monocultural na educação e combater preconceitos contra diversos grupos sociais, incluindo estudantes bolivianos e minorias. Godoy (2016, p. 40) explica que:

As culturas pátrias e étnicas, no entanto, também são evidenciadas no ambiente escolar, por meio de sotaques, hábitos, indumentárias e até objetos escolares. Um exemplo, na escola Tilma Fernandes Veiga, é a predominância de cadernos quadriculados, amplamente usados por estudantes oriundos de Puerto Suarez e região. Comumente usados para as aulas de matemática, esses cadernos são usados pelos estudantes bolivianos também para os outros componentes curriculares, o que causa estranheza aos estudantes brasileiros, levando-os, inclusive, a fazer constantes chacotas sobre os colegas do país vizinho.

No entanto, não basta apenas reconhecer a realidade cultural da Escola. É essencial entender a cultura com uma perspectiva de relação e interação dentro da Escola de Fronteira, que valoriza as conexões humanas. Essa abordagem permitiria o estudo e a discussão de temas como as relações históricas entre o Brasil e a Bolívia, os aspectos culturais dessa interação e outros pontos que promoveriam um maior entendimento e integração entre essas culturas. Godoy (2016, p. 42) discute que:

A cultura da fronteira está presente em todos os elementos da cidade: nomes de ruas, tradições, hábitos citadinos, culinária, dentre outros, mas essa realidade é pouco vivida na estrutura curricular e nos componentes curriculares da escola. Justamente no espaço de maior atuação dessa sociedade, no âmbito da educação formal, a cultura do local pode perder a característica de cerne e ser tratada apenas com uma situação epidérmica, especialmente quando são evidenciadas as miscigenações apenas nos momentos comemorativos. Isso não faria com que as relações pedagógicas dessem primazia para os conteúdos, mesmo que estes possam ser estereotipados e compostos de xenofobia, em detrimento à realidade cultural circundante.

Essa abordagem requer uma nova postura dos educadores na educação formal, incentivando a introdução e incorporação de novos conhecimentos, estratégias e métodos de avaliação no ambiente escolar. Essas mudanças podem ocorrer através de um currículo inovador, que já está sendo desenvolvido na Rede Municipal de Ensino (REME) em Corumbá. Esse currículo deve ser ativamente engajado no processo de emancipação humana e melhoria social, com foco na realidade específica da região de fronteira. Godoy (2016, p. 42) exemplifica que:

Isso não faria com que as relações pedagógicas dessem primazia para os conteúdos, mesmo que estes possam ser estereotipados e compostos de xenofobia, em detrimento à realidade cultural circundante [...].

O objetivo da pesquisa de Mariana Vaca Conde foi realizar um levantamento das línguas presentes na região fronteiriça de Corumbá. Conde (2020, p. 38), sinaliza que:

A linguagem é instrumento pelo qual o homem expressa seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, além de sua vontade e ações. Pela linguagem ele influencia e é influenciado, é marca da sua personalidade, da nação e do lugar onde vive.

A dissertação aborda o conceito de pertencimento na região de fronteira, que se desdobra de forma singular devido à proximidade das cidades, colocando os brasileiros em contato diário com a cultura boliviana e vice-versa. Isso transforma os habitantes da fronteira em sujeitos fronteiriços, mesmo que não haja necessariamente um sentimento mútuo de identificação completa. Conde (2020, p. 70) exemplifica que:

O sentimento de pertencer é mais forte por parte dos bolivianos em detrimento aos brasileiros, [...], já que apenas uma pequena parte dos brasileiros, se sente pertencente a fronteira, a outra parte se considera apenas brasileiro, manifestando algum tipo de negacionismo, frente ao sentimento de apropriação da identidade do território fronteiriço e a identidade da nação vizinha, ambos construídos pela e na representação social e individual a partir das experiências no território.

A autora também destaca que o idioma mais falado pelos bolivianos na região de fronteira é o espanhol. Além disso, ela descreve que o interesse dos bolivianos em aprender a falar o português é maior do que o interesse dos brasileiros em aprender a falar espanhol. Esta dinâmica linguística reflete as complexidades da interação cultural e das relações fronteiriças entre as duas comunidades.

A autora relata a relação dos bolivianos com o território brasileiro de fronteira muitas vezes reflete um senso de pertencimento mais forte do que o dos brasi-

leiros locais. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como a preservação das tradições culturais e identidade étnica, que são mantidas de forma mais vívida e ativa pela comunidade boliviana.

Esse pertencimento ao contexto de fronteira nos identifica enquanto sujeitos do mesmo lugar, mas não impede as marcas de uma diferença explícita em nossa maneira de ser ao estar nesse ambiente. [...] a valorização identitária parece ficar mais explícita quando chegamos a fronteiras, no caso fronteiras internacionais, o que acaba gerando muitas das vezes conflitos políticos locais e até mesmo xenofobia, onde a ideia de limites territoriais nacionais é marcante até mesma pela presença militar do estado que acaba gerando certo medo do outro, como se outro fosse um inimigo (Conde, 2020, p. 71).

O autor Alcino Gabriel da Silva Vernochi, realizou uma pesquisa com o objetivo de investigar a ocorrência de práticas xenófobas em Corumbá, concentrando-se em escolas que têm um número significativo de alunos bolivianos e brasileiros com ascendência boliviana. O objetivo era obter diferentes perspectivas sobre a presença de xenofobia, sendo o foco principal direcionado para as respostas dos estudantes com ascendência boliviana, pois eles poderiam ser potenciais vítimas dessa discriminação. Vernochi (2022, p. 53) destaca que:

Outros apontamentos importantes são: a questão comercial, a troca cultural, a presença frequente da língua espanhola no dia a dia, a singularidade do ambiente escolar mais próximo da faixa de fronteira, a presença de imigrantes na região, que é explicado pela formação da cidade de Corumbá, a percepção de que a fronteira é o que está do outro lado e não como uma região que abrange tanto o lado brasileiro quanto o boliviano.

O autor discute e questiona a comunicação entre estudantes bolivianos e brasileiros, bem como a interação dos estudantes bolivianos com os funcionários. Foi observado que é feito um esforço para a melhoria da comunicação, pedindo que os estudantes bolivianos falem mais devagar, repitam as palavras e se esforcem para entender o que está sendo dito. O autor também destaca casos de pais de estudantes que enfrentam dificuldades ao tentar se comunicar na escola.

Através dos relatos, confirmamos a existência de pais bolivianos ou que moram na Bolívia que não tem o domínio da língua portuguesa. Dentre as alternativas apontadas para a comunicação, salvo os que possuem um nível elevado de domínio do espanhol e conseguem se comunicar sem muitas dificuldades, estão: chamar um terceiro funcionário que entenda um pouco de espanhol para fazer a mediação ou pedir para falar devagar. Há também pais que já trazem alguém que fala português para facilitar a comunicação e não haver desentendimentos (Vernochi, 2022, p. 58).

Vernochi (2022) discute a presença de estudantes bolivianos. Que são relatadas pelos envolvidos como sutis, se manifestando através de agressões verbais, com o uso de palavras pejorativas para se referir aos colegas bolivianos.

[...] os agressores utilizaram de palavras para se referirem ao colega de forma pejorativa como “bugre” e “choco”. Além disso, é comum se referirem a pessoas nascidas na Bolívia ou que possuem ascendência, com a sua nacionalidade, num tom de superioridade, como se fosse ruim ser boliviano. Outra questão que foi relatada é que também é comum relacionarem o boliviano a falta de higiene de forma negativa. Muitos se referem aos bolivianos como porcos, que não tomam banho, todavia esse discurso é direcionado para com os que apresentam fenótipos indígenas, geralmente os collas, muito presentes nos comércios e feiras ao longo da cidade (Vernochi, 2022, p. 69).

O autor questiona os estudantes sobre medidas que poderiam ser adotadas para reduzir as práticas xenofóbicas no ambiente escolar.

Enquanto alguns não souberam responder, o que é compreensível, pois trata-se de uma situação complexa, outros acharam maneiras que podem parecer simples demais, todavia, se praticadas constantemente, podem ser muito eficazes. Entre elas estão: entender o próximo, respeitar a cultura e idioma (Vernochi, 2022, p. 70).

Além disso, Vernochi (2022, p. 83) também ressalta que:

É perceptível como esse tipo de discriminação afeta o psicológico e a autoestima desses alunos. Os atos discriminatórios relatados por este segmento no ambiente escolar, corresponde à xenofobia que acontece na região, que são através de agressões verbais, disfarçadas de “brincadeiras”, que na maioria das vezes tem o objetivo de ofender.

Mesmo sendo vista de forma pejorativa e muitas vezes como uma brincadeira entre os estudantes, o autor reforça que a xenofobia no ambiente escolar constrange os alunos, limita sua comunicação e impacta seu potencial de aprendizagem.

A dissertação de Gilmar Fernandes Martins destaca a importância de compreender os estudantes bolivianos que residem na Bolívia e frequentam as escolas de Corumbá. Reconhecer seu passado, memória, idioma, linguagem e tradições é fundamental para acolhê-los adequadamente e proporcionar uma educação de qualidade.

Na escola, as diversidades culturais são expostas diariamente, com a multiplicidade das origens dos atores, o conteúdo didático, a língua, as perspectivas de aprendizagem são dimensionadas num processo de homogeneidade cultural. Deve-se atentar à necessidade de aceitação social do aluno. [...] as barreiras da linguagem precisam ser superadas, para a diminuição de fatores de exclusão social – por parte dos colegas brasileiros de mesma idade e por parte dos docentes (Martins, 2023, p. 37).

Martins (2023) sinaliza que há uma restrição ao uso do espanhol dentro das salas de aula, problematizando que:

Essa assimetria na utilização dos idiomas afeta a identidade cultural, mesmo que não seja percebido, ao diminuirmos o uso da língua espanhola na sala de aula, na quadra

de esportes, nos locais de convivência na escola iniciamos um processo de estranheza e reforçamos os preconceitos e as discriminações (Martins, 2023, p. 98).

O autor também destaca o processo de acolhimento ao aluno imigrante, especialmente aqueles provenientes da Bolívia, que deve compreender a adaptação do currículo e o uso de novas práticas e iniciativas educacionais que permitam a abertura de novos caminhos educativos.

É preciso superar inúmeras facetas originadas desse acolhimento, tais quais: multiculturalismo, discriminações diversas – linguística, étnica, xenofóbica, [...]o acesso à escola, a dificuldade em superar as questões de acesso, permanência e condições de aprendizagem, que interferem diretamente consecução do principal objetivo relacionado às crianças e adolescentes matriculadas na Escola: a Aprendizagem do Aluno (Martins, 2023, p. 16).

A importância das instituições públicas de ensino na promoção de processos educativos deve ser absolutamente inclusiva, acolhendo os migrantes internacionais de braços abertos, ouvidos atentos e um sorriso caloroso. Cada aluno é uma fonte de potencial bruto, com habilidades cognitivas tão valiosas quanto as de qualquer outro aluno em Corumbá. Martins (2023, p. 31) destaca que:

Atender ao aluno migrante, residente no lado boliviano da fronteira, na escola brasileira deve ser um fator de transformação na escola, possibilitando o acolhimento do aluno de forma eficazmente solidária e humanitária. O aluno, independentemente da sua origem é, sem a menor sombra de dúvidas o mais importante ator de toda a estrutura educacional.

Considerações Finais

A pesquisa realizada revelou que a xenofobia é um problema presente nas escolas corumbaenses. E se manifesta com mais intensidade através de discriminação, ironias, deboche e preconceito contra estudantes bolivianos que residem, ou não na Bolívia. Muitas vezes, a xenofobia é camuflada como “brincadeira entre estudantes”, mas pode comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes alvos.

Tem como forma mais comum as ironias e deboches sobre características culturais ou linguagem, mas pode chegar a se tornar violência física em algumas situações, sendo mais usual a violência simbólica que não é necessariamente coibida pela instituição.

Se refletirmos sobre a situação, observamos que muitas vezes os estudantes bolivianos presentes nas escolas municipais são subestimados, como se sua cultura e experiências não tivessem valor algum para contribuir com o processo de

ensino-aprendizagem dos estudantes brasileiros. Ignorar a riqueza de sua cultura e a beleza de suas tradições é um equívoco que priva nossos estudantes de uma compreensão mais ampla e enriquecedora do mundo ao seu redor.

Nas escolas localizadas em regiões de fronteira internacional, há uma mistura única de pessoas com diferentes origens, línguas, conhecimentos e tradições, o que torna a fronteira um lugar verdadeiramente multicultural. Para compreender a multiculturalidade na fronteira e garantir o acesso dos estudantes bolivianos à rede pública de educação, é essencial respeitar e valorizar suas culturas. Ao reconhecer a diversidade cultural e promover o respeito mútuo, podemos combater as práticas xenofóbicas que ainda persistem entre os estudantes. É fundamental criar um ambiente escolar inclusivo, onde a pluralidade de origens e experiências seja celebrada.

Ao abraçar a multiculturalidade, não apenas enriquecemos o ambiente educacional, mas também fortalecemos os laços de respeito e empatia, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora. A conscientização sobre a importância da diversidade cultural e a promoção de valores de tolerância e aceitação são passos cruciais para erradicar a xenofobia e garantir um ambiente educacional acolhedor e enriquecedor para todos os estudantes.

É importante que a escola assuma um papel ativo no combate e na redução da violência na sociedade contemporânea, não como uma adição de responsabilidades, mas como parte essencial de sua função original. A escola não se limita apenas a fornecer educação acadêmica; ela tem o papel crucial de formar cidadãos capazes de pensar criticamente e de se engajar plenamente na vida em sociedade. Quando problemas como violência, discriminação, intolerância, preconceito e estigma estão presentes na escola, isso vai contra o propósito social fundamental da instituição.

Referências

BARROS, Nedy. **Discrição Sociolinguística de Textos de Alunos Bolivianos em Escolas Brasileiras de Fronteira – Corumbá –MS (BR)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2014. Disponível em: <https://ppgefcpn.ufms.br/files/2016/01/Nedy-de-Barros.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, edição 190, seção 1, p. 29, 06 out. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.507-de-5-de-outubro-de-2021-350617155>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CONDE, Mariana; BARREDA, Suzana. Panorama das Legislações no Ensino de Bésiro e sua Repercussão em Puerto Quijarro - Bolívia. *Letras*, [S. l.], v. 1, n. 66, p. 19-31, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/73750>. Acesso em: 20 maio 2024.

GODOY, Thiago. **A Multiculturalidade na Escola de Fronteira – Corumbá – MS (BR)**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2016. Disponível em: <https://ppgefcpn.ufms.br/files/2017/06/Thiago-Godoy.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

MARTINS, Gilmar. **O Atendimento ao Aluno Semi-retornado**: proposta no âmbito da educação das escolas corumbaenses – Corumbá – MS (BR). 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/7805>. Acesso em: 20 maio 2024.

MORAES, Lorival. **Bilinguismo e Jogo de Identidades na Região de Fronteira**: Escola Eutrópia Gomes Pedroso de Corumbá – MS (BR). 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2012. Disponível em: <http://ppgefcpn.sites.ufms.br/files/2016/01/Lourival-Monteiro-de-Moraes.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Marco; ALMEIDA, Renata; AGUILAR, Mabel. Presenças de Migrantes Internacionais na Educação e na Assistência Social em Fronteira. *Revista Pra Onde!?*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 61-74, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/100086/56644>. Acesso em: 20 maio 2024.

RIBEIRO, Maria. **O Idioma e a Escola de Fronteira como Fatores de Inclusão Social de Crianças e Adolescente em Corumbá – MS (BR)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2011. Disponível em: <http://ppgefcpn.sites.ufms.br/files/2016/01/Maria-Lucia-Ortiz-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

TAVANO, Patrícia; GONÇALVES, Carlos. Prescrições Curriculares Fronteiriças: As Licenciaturas em Foco. *Revista Professare*, Caçador, v. 12, n. 1, p. e3099-e3099, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/3099>. Acesso em: 20 maio 2024.

VERNOCHI, Alcino. **Xenofobia em Ambiente Escolar Fronteiriço**: uma Análise de Estudo de Caso de Corumbá-MS (BR). 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5670>. Acesso em: 20 maio 2024.

VILELA, Gustavo. O Conceito de Cultura Entre Ilhas e Fronteira. *Revista Fronteiras e Debates*, Macapá, v. 1, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233924342.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

PRESENÇA DE ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM CORUMBÁ: UM ESTUDO DE 2015 A 2024

Presence of International Migrant Students in Youth and Adult Education (EJA) in Corumbá: a study from 2015 to 2024

Presencia de Estudiantes Migrantes Internacionales en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en Corumbá: un estudio del 2015 al 2024

DOI 10.55028/geop.v19i36

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos*
Mariana Vaca Conde**

Resumo: A migração impacta diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresenta desafios e oportunidades únicas. Estudantes migrantes trazem experiências e necessidades específicas que influenciam a dinâmica da EJA. Este artigo analisa a presença de estudantes migrantes internacionais na EJA em Corumbá, de 2015 a 2024. A análise de uma década capta mudanças e tendências ao longo desse período, quantificando a crescente presença desses estudantes. Compreender essas dinâmicas é essencial para desenvolver práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, promovendo a integração e o sucesso acadêmico dos migrantes.

Palavras-chave: Migração Internacional, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Diversidade Cultural.

Introdução

A migração é um fenômeno global que impacta diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. No Brasil, a presença de migrantes internacionais tem aumentado significativamente, trazendo consigo desafios e oportunidades únicas para o sistema educacional. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), esses desafios são particularmente evidentes, pois estudantes migrantes, muitas vezes provenientes de diferentes países e culturas, trazem experiências e necessidades específicas

* Graduação em Pedagogia (UFMS); Mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS); Doutoranda em Educação (UFMS). Professora Efetiva na Rede Municipal de Ensino de Corumbá/MS e Ladário/MS; pesquisadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON). E-mail: tarissamarques@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2333-7856.

** Graduação em Letras com habilitação em Português e Espanhol (UFMS); Mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS); Doutoranda em Estudos de Linguagens (UFMS). Professora Efetiva na Rede Municipal de Ensino de Corumbá/MS; pesquisadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON). E-mail: mariana.conde@ufms.br. ORCID: 0000-0003-4178-0827.

Abstract: Migration impacts various areas of society, including education. In Youth and Adult Education (EJA), it presents unique challenges and opportunities. Migrant students bring specific experiences and needs that influence the dynamics of EJA. This article analyzes the presence of international migrant students in EJA in Corumbá from 2015 to 2024. The decade-long analysis captures changes and trends during this period, quantifying the growing presence of these students. Understanding these dynamics is essential for developing more inclusive and effective educational practices, promoting the integration and academic success of migrant students.

Keywords: International Migration, Youth and Adult Education (EJA), Cultural Diversity.

Resumen: La migración impacta varias áreas de la sociedad, incluida la educación. En la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), presenta desafíos y oportunidades únicos. Los estudiantes inmigrantes traen experiencias y necesidades específicas que influyen en la dinámica de EJA. Este artículo analiza la presencia de estudiantes migrantes internacionales en la EJA de Corumbá, de 2015 a 2024. El análisis de una década captura cambios y tendencias a lo largo de este período, cuantificando la creciente presencia de estos estudiantes. Comprender estas dinámicas es esencial para desarrollar prácticas educativas más inclusivas y efectivas, promoviendo la integración y el éxito académico de los migrantes.

Palabras clave: Migración Internacional, Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), Diversidad Cultural.

que influenciam diretamente a dinâmica da EJA.

A EJA é um segmento do sistema educacional brasileiro, destinado a proporcionar oportunidades de aprendizado para pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade apropriada. Conforme dados do relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2021), a procura pela educação de estudantes imigrantes teve um salto substancial, representando uma parcela importante desse público, necessitando de estratégias educativas que considerem suas particularidades culturais e linguísticas.

Este artigo analisa a presença de estudantes migrantes internacionais na EJA em Corumbá, Mato Grosso do Sul, fronteira Brasil-Bolívia, no período de 2015 a 2024. Pensou-se em utilizar a análise de uma década para captar as mudanças e tendências ao longo de um período significativo. O objetivo é quantificar a crescente presença deste público na EJA. Entender essas dinâmicas é essencial para desenvolver práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, que promovam a integração e o sucesso acadêmico desses estudantes.

Para isso, apresentamos o histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil (EJA), buscando estabelecer uma relação direta com o campo da formação e das próprias abordagens acerca da educação de jovens e adultos. Esses aspectos são considerados a partir de sua história de vida, de seus trabalhos e,

principalmente, de sua forma de ver o mundo e sobreviver ao presente, com base no aporte teórico de Miguel Arroyo (2005) e Paulo Freire (1967). A partir desses teóricos, são tecidas diversas reflexões sobre as particularidades deste sistema educacional, destacando-se a importância de uma abordagem que valorize as trajetórias individuais dos estudantes e suas experiências de vida.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Corumbá-MS

O crescimento do fluxo migratório transnacional tem provocado a necessidade de reflexões sobre os impactos na vida social, sobretudo na educação. Em consonância com o pensamento de Arf (2016), a presença de estudantes migrantes de diferentes nacionalidades resulta na composição de ambientes pluriétnicos, multilíngues e multiculturais, o qual as escolas municipais na fronteira oeste Brasil-Bolívia estão inseridas, demandando mudanças no papel social das escolas, que historicamente tiveram a função de difundir a língua oficial e contribuir para a constituição de uma identidade nacional, condições necessárias para garantir a coesão dos estados nacionais.

O EJA é uma modalidade educacional criada pelo Governo Federal, instituída legalmente no Brasil como modalidade de ensino, fundamental e Médio, em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 (Brasil, 1996b), destinada àqueles que não estudaram na idade escolar própria, em atendimento à demanda de jovens e adultos analfabetos, à baixa taxa de escolaridade e ao atraso escolar, cujos índices, historicamente, compõem a realidade educacional do nosso país. Assim, este abre portas para novos saberes, para os processos de inclusão e o surgimento de oportunidades no mercado de trabalho, a partir da certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio.

Assim, a proposta dessa modalidade é oferecer uma educação flexível que se adapta às necessidades dos estudantes jovens e adultos, valorizando a bagagem cultural das experiências que os estudantes trazem consigo. Por esse motivo, apresentam perfis e idades diversas e processos de aprendizagens ancorados nas condições socioeconômicas distintas.

A Rede Municipal de Ensino de Corumbá, conta com (quarenta e nove) unidades escolares, divididas entre Cemeis (Centros Municipais de Educação Infantil), Escolas Urbanas, Escolas Rurais e Escola das Águas. A Educação Básica é oferecida nas Escolas municipais, de forma obrigatória e gratuita, que têm como prioridade a Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Também é ofertado o ensino gratuito aos jovens e adultos que não realizaram os estudos na idade própria, na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No município de Corumbá, o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é heterogêneo, composto por adolescentes com distorção idade-série, muitos dos quais já estão inseridos no mercado de trabalho. Além deles, há adultos e idosos, trabalhadores e aposentados, que retornam ao ambiente escolar após muitos anos de afastamento. Esses estudantes, incluindo os de origem boliviana e outros migrantes internacionais, que trazem consigo experiências de vida, que, embora não sistematizadas formalmente, representam “saberes nascidos de seus afazeres”.

Em Corumbá, abordar a educação de jovens e adultos implica trabalhar com a diversidade. A EJA é compreendida nas diferenças de sua constituição, nas especificidades e trajetórias distintas de seus estudantes, sendo possível identificar os seguintes aspectos nas turmas:

1 - Sujeitos de direitos sociais e culturais frequentemente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, com passagens pela escola marcadas pelo insucesso escolar devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar; 2 - Dificuldades de interação com o ambiente escolar, professores e colegas; 3 - Necessidade de ingresso ou retorno ao mercado de trabalho; 4 - Falta de perspectiva social e/ou econômica; 5 - Privação do acesso à cultura letrada, a bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, na política e na cultura; 6 - Motivação guiada pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao trabalho (Corumbá, 2023, p. 13).

Essa complexidade exige uma abordagem educacional que respeite e valorize as trajetórias individuais dos estudantes, promovendo um ambiente inclusivo e eficaz para todos. Nesse sentido, a educação enquanto sinônimo para a emancipação sempre foi a intenção do educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira. Acreditava na libertação por meio da emancipação como única forma de tornar um povo livre, porém, para a educação realizar essa prática da liberdade faz-se necessário pensá-la como uma ação com o povo e não simplesmente ofertada para o povo (Freire, 1967).

Desse modo, a educação idealizada pelo autor é ancorada na perspectiva do sujeito e seu lugar de pertencimento, assim como na emancipação libertadora que busca lutar pelos direitos e deveres dos indivíduos na sociedade na qual está inserido, levando em consideração a sua condição social. Assim, a palavra EJA é caracterizada por um processo de desigualdade e exclusão de determinados grupos sociais que estão à margem da sociedade, no qual o direito e o acesso à Educação lhe são negados. A escola, enquanto instituição, reforça as condições de desigualdade e precariedade, excluindo esses sujeitos de plena forma.

Migrantes Internacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A fronteira Brasil-Bolívia tem Corumbá como uma de suas principais portas de entrada, de migrantes internacionais. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a presença de migrantes internacionais na fronteira Brasil-Bolívia apresenta desafios e oportunidades únicas. Esses migrantes trazem consigo uma rica diversidade cultural e linguística, mas também enfrentam barreiras significativas, como a adaptação ao novo sistema educacional, diferenças linguísticas e a necessidade de conciliar trabalho e estudo. Os estudantes migrantes na EJA de Corumbá refletem uma variedade de origens culturais e linguísticas. Muitos deles são falantes nativos de espanhol ou outras línguas indígenas, o que pode representar um desafio na integração ao ambiente escolar onde o português é a língua de instrução e, essa transição para o sistema educacional brasileiro pode ser difícil para muitos migrantes. A diferença nos currículos e métodos de ensino, bem como a necessidade de reconhecimento de estudos anteriores, são obstáculos comuns que precisam ser superados. Muitos migrantes internacionais que chegam à fronteira Brasil-Bolívia buscam oportunidades de trabalho para sustentar suas famílias. A necessidade de trabalhar frequentemente impede uma dedicação integral aos estudos, tornando a EJA uma opção essencial, pois oferece flexibilidade para aqueles que precisam conciliar essas duas responsabilidades.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá¹, há registros que se passaram nos últimos dez anos 87 estudantes de nacionalidade estrangeira na Rede Municipal de Ensino:

Tabela 1- Quantitativos de estudantes migrantes internacionais (2015-2024) na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

ANO	QUANTITATIVO
2015	-
2016	12
2017	17
2018	14
2019	11
2020	9
2021	6
2022	6
2023	6
2024	6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Corumbá-MS, 2024.

¹ Dados obtidos pelo Sistema de Gestão Escolar e Escrituração –TAGNOS (SGGE) em 06 de maio de 2024.

Esses dados apresentados na tabela 1 são considerados expressivos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente quando se leva em conta o contexto fronteiriço de Corumbá. A cidade, situada na fronteira com a Bolívia, é um ponto de entrada significativo para migrantes internacionais que buscam melhores oportunidades de vida. Muitos desses migrantes chegam durante o dia para trabalhar e permanecem à noite para estudar, evidenciando a pendularidade que caracteriza boa parte dessa população estudantil. Essa rotina extenuante demonstra o comprometimento dos migrantes com a educação e a busca por integração e melhorias nas condições de vida.

Sobre a identificação das nacionalidades dos estudantes migrantes, utilizou-se as informações contidas no Sistema de Gestão de Escrituração Escolar – SGEE, denominado TAGNOS, que é o responsável expedição dos documentos da vida escolar dos estudantes matriculados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Corumbá, constituindo a ferramenta oficial de gestão para otimizar a administração escolar quanto à execução, ao acompanhamento e ao controle da atividade - fim e atualizar, em tempo real, a base de dados gerenciais da Secretaria Municipal de Educação. E, nele foram encontradas as seguintes nacionalidades nos últimos dez anos:

Tabela 2- Nacionalidades de estudantes migrantes internacionais (2015-2024) na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

ANO	 BOLÍVIA	 PARAGUAI	 COLÔMBIA	 VENEZUELA
2015	---	---	---	---
2016	12	---	---	---
2017	12	4	1	---
2018	13	---	1	---
2019	10	---	1	---
2020	8	---	1	---
2021	6	---	---	---
2022	6	---	---	---
2023	6	---	---	---
2024	5	---	---	1

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Corumbá-MS, 2024.

A tabela 2 apresentada mostra as nacionalidades dos estudantes migrantes internacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Municipal de Ensino de Corumbá, no período de 2015 a 2024. Ao longo dos últimos dez anos, é possível observar a presença significativa de estudantes de diferentes nacionalidades,

destacando principalmente os migrantes oriundos de países do Sul Global. A Bolívia é a nacionalidade mais presente na tabela, com estudantes registrados quase todos os anos. Em 2016, houve 12 estudantes bolivianos matriculados na EJA, já em 2017 esse número manteve. Nos anos posteriores, houve uma leve redução, mas a Bolívia continua a ser a principal origem dos estudantes migrantes, com 5 estudantes registrados em 2024. Isso reflete a proximidade geográfica e os laços históricos e culturais entre a Bolívia e o Brasil, fazendo de Corumbá um ponto de entrada natural para muitos bolivianos.

Os estudantes paraguaios foram registrados apenas em 2017, com 4 estudantes matriculados. Não há registros de estudantes dessa nacionalidade nos anos subsequentes, indicando uma presença menos constante em comparação com outras nacionalidades. Esse padrão pode refletir fluxos migratórios mais pontuais ou uma integração rápida ao mercado de trabalho, que reduz a necessidade de retorno ao sistema educacional. A Colômbia aparece pela primeira vez em 2017, com 1 estudante. Nos anos seguintes, houve uma pequena presença de estudantes colombianos, com registros de 1 estudante em 2018 e 2019, e novamente 1 estudante em 2020. Essa presença intermitente sugere uma migração mais pontual e menos expressiva, talvez ligada a condições específicas de trabalho ou refúgio. Em 2024, houve o primeiro registro de um aluno de nacionalidade venezuelana na EJA. A presença de um estudante venezuelano pode indicar um novo padrão migratório emergente, refletindo as crises recentes na Venezuela que têm levado muitos de seus cidadãos a buscar refúgio e melhores condições de vida em países vizinhos.

Tabela 3 - Unidades Escolares que possuem estudantes migrantes internacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

UNIDADE ESCOLAR	TOTAL DE ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS
Escola 1	17
Escola 2	17
Escola 3	15
Escola 4	11
Escola 5	3
Escola 6	4
Escola 7	10
Escola 8	10

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Corumbá-MS, 2024.

A tabela 3 apresentada mostra a distribuição dos estudantes migrantes internacionais por unidade escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Municipal de Ensino de Corumbá, no período de 2015 a 2024. Para preservar a

confidencialidade, utilizamos pseudônimos numéricos para identificar as escolas, evitando a identificação direta das unidades escolares.

Analisando os dados, podemos observar que algumas escolas tiveram uma presença significativa de estudantes migrantes internacionais, refletindo a diversidade cultural e os padrões migratórios da região. A escola 1 e a escola 2 destacam-se com o maior número de estudantes migrantes internacionais, ambos com 17 estudantes registrados. A escola 2 ofereceu a EJA nos anos de 2018 a 2021 e registrou muitos estudantes migrantes devidos à sua localização geográfica próxima à linha da fronteira. Esta proximidade facilita o acesso dos migrantes, especialmente aqueles que cruzam a fronteira diariamente para trabalhar e estudar, tornando a escola um ponto de referência para a comunidade migrante.

A escola 3 registrou um número significativo de estudantes migrantes, com 15 estudantes e a escola 1, com 17 estudantes migrantes internacionais. Nos bairros onde as escolas estão localizadas, houve uma migração considerável de bolivianos que abriram comércios, integrando-se à comunidade local e criando um ambiente propício para que suas famílias também tenham acesso à educação. A presença de um comércio ativo na região proporciona empregos que permitem aos migrantes sustentar suas famílias enquanto continuam seus estudos na EJA.

Nessa perspectiva, a educação de jovens e adultos no Brasil traz pessoas com grande interesse por aprender os conteúdos, além de serem repletas de histórias individuais que enfrentam o cansaço de uma rotina após dias de trabalho para a sobrevivência, considerando a escola uma oportunidade para melhorar as condições de vida e dar uma nova perspectiva sobre o futuro. São indivíduos que estão à margem da sociedade, pois são marcados pela exclusão social e pela necessidade de encontrar o seu lugar, participando ativamente dos processos relacionados à Educação e de sua emancipação. Para Arroyo (2006, p. 24):

O público da EJA é composto por jovens e adultos com uma História (...) que tem que ser reconhecida, para acertar com projetos que deem conta de sua realidade e de sua condição. Sabemos muito pouco sobre a construção dessa juventude, desses jovens e adultos populares com trajetórias humanas cada vez mais precarizadas.

Portanto, os sujeitos educandos que fazem parte da modalidade EJA apresentam percursos históricos e formativos diversificados, pois pertencem às classes mais pobres da sociedade que são diretamente afetadas pela desigualdade social. Nesse sentido, são jovens e adultos com histórias, com saberes acumulados, com etnias, raças e culturas diversas capazes de contribuir para a escolarização que possa incluí-los no âmbito social. A escola para essas pessoas é sinônimo de realização, de luta, de esperança, de garantia de direitos, pois sua condição é marcada

pela exclusão social e pelo esquecimento desses grupos sociais. Assim, a EJA pode ser considerada como um direito à educação e a permanência de jovens e adultos na modalidade com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.

Ao se discorrer sobre a garantia ao direito à educação de migrantes internacionais na Rede Municipal, sob a perspectiva local, é preciso versar sobre o processo de construção de uma sociedade igualitária, democrática e justa na medida em que se idealiza a educação como um direito inalienável de todos os seres humanos, devendo, por isso, ser oferecida a todo e qualquer indivíduo. Isto é, preconiza-se e se eleva a educação a condição de único processo capaz de tornar humano os seres humanos. O que permite inferir que a educação além de ser caracterizada como um direito da pessoa é, fundamentalmente, o seu elemento constitutivo.

Em âmbito municipal a garantia de acesso à educação do migrante internacional, é assegurada pela Deliberação nº 564/2022 de 11 de agosto de 2022, o qual dispõe sobre a matrícula de crianças, adolescentes e adultos migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio, na educação básica do Sistema Municipal de Ensino de Corumbá, atendendo a Lei de Migração nº 13.445/2017, que estabelece sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no país e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante, onde em seu Art. 4º explicita sobre o: Direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

Este recente marco regulatório local, fez-se em razão da inexistência de uma política pública municipal elaborada especificamente para o atendimento dos estudantes migrantes internacionais, pois as demandas relativas ao acesso ao direito à educação do público em apreço em Corumbá tiveram que ser solucionadas pelo Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas - COMAIRA, onde os membros se depararam com a carência de vagas, denotando a necessidade do Poder Público municipal de trabalhar a curto, médio e longo prazo na dimensão educacional, como uma das formas de integração dos migrantes no município.

Considerações

A análise da presença de estudantes migrantes internacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Corumbá de 2015 a 2024 revela uma significativa diversidade cultural e linguística, destacando a predominância de estudantes bolivianos. A integração desses estudantes no ambiente escolar enfrenta desafios como barreiras linguísticas e a necessidade de conciliar trabalho e estudo. Além disso, as escolas têm de lidar com barreiras culturais, documentação e regularização dos estudantes, e a necessidade de acolhimento e inclusão.

As perspectivas são positivas, especialmente com a publicação do Protocolo de Atendimento e Acolhimento ao Migrante Internacional em rede (Assistência Social, Educação e Saúde). A implementação de políticas públicas municipais, como a Deliberação nº 564/2022, assegura o direito à educação para todos, independentemente da nacionalidade ou condição migratória. Esse compromisso contínuo das escolas e do poder público em desenvolver práticas pedagógicas inclusivas é essencial para promover a inclusão social e a integração dos migrantes, atuando como um agente de transformação social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Os desafios e necessidades específicas dos estudantes migrantes na EJA são variados. Muitos chegam ao Brasil sem domínio do português, enfrentando barreiras linguísticas que dificultam o aprendizado e a integração na escola. As diferenças culturais também influenciam a adaptação ao ambiente escolar e à metodologia de ensino. A situação legal e a documentação desses estudantes podem ser complicadas, afetando a matrícula e a permanência na escola. Além disso, é fundamental que as escolas estejam preparadas para acolher esses estudantes de forma inclusiva, respeitando suas diferenças e promovendo um ambiente de respeito e intercâmbio cultural. Isso inclui formação de professores, adaptação curricular e apoio psicossocial.

Referências

ARF, Lucilene Machado Garcia. Considerações sobre a fronteira Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul. Dossiê: Educação e Cooperação nas Fronteiras Brasileira. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 11, n. 21, p. 171-160, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/2521>.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei de Migração nº 13.445/2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2017.

CORUMBÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Educação de Jovens e Adultos Combinada: Ensino Fundamental (1º E 2º Segmento)**. Corumbá: Semed, 2022.

CORUMBÁ. Deliberação nº 564/2022, de 11 de agosto de 2022. Dispõe sobre a matrícula de crianças, adolescentes e adultos migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na educação básica do Sistema Municipal de Ensino de Corumbá. **Diário Oficial do Município de Corumbá**, Corumbá, MS, 11 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

O CENÁRIO LINGUÍSTICO-ACADÊMICO DE ESTUDANTES IMIGRANTES NO BRASIL

The Linguistic-Academic Scenario of Immigrant Students in Brazil

El Escenario Lingüístico-Académico de los Estudiantes Inmigrantes en Brasil

DOI 10.55028/geop.v19i36

Manuel Salvador Colina Lovera*
Thayse Figueira Guimarães**

Resumo: Este estudo trata-se de um levantamento da produção científica brasileira sobre o acolhimento linguístico universitário e as práticas de letramento acadêmico de estudantes imigrantes no Brasil. Ele tem por objetivo caracterizar e analisar a literatura, contextualizar as publicações científicas mencionadas, bem como identificar os principais temas abordados, a partir do método exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa e quantitativa. Os resultados evidenciam uma produção científica pouco explorada sobre o letramento acadêmico dos estudantes imigrantes nas universidades do Brasil, em um cenário de crescente imigração e inserção desses alunos no ensino superior, que requerem o uso efetivo de língua portuguesa no contexto acadêmico.

Palavras-chave: acolhimento linguístico, barreiras linguísticas, educação de imigrantes, multilinguismo, políticas linguístico-educacionais.

Abstract: This study is a survey of Brazilian scientific production on university linguistic reception and academic literacy practices of immigrant

Introdução

O que é ser uma pessoa deslocada forçadamente nesta terceira década do século XXI? Alegar que é quem que carrega nos ombros desafios, preconceitos e rejeição, provavelmente não tem diferença nenhuma em relação ao que tem se dito sobre ele no passado. O certo é que, nesta era de globalização, as ondas migratórias ocorrem com maior frequência do que antes – potencializadas pelos avanços tecnológicos (Cavalcanti; Bizon, 2023) –, o que intensifica desafios, preconceitos e rejeição desse ser imigrante ainda em pleno ano de 2024.

O Brasil tem se convertido em um dos principais destinos da força migra-

* Graduação em Administração (Universidad Nacional Experimental Rafael María Baralt, Venezuela). Graduando em Letras (UFGD). Aluno Especial do PPG Mestrado em Letras da UFGD. Bolsista de Iniciação Científica da UFGD. E-mail: manuelcolina88@gmail.com.

** Graduação em Letras (FIPH); Mestrado e Doutorado em Linguística Aplicada (UFRJ). Professora Adjunta da UFGD. Coordenadora do grupo de estudos e pesquisa em Linguagem e Transculturalidade (GELT- CNPq). E-mail: thayseguimaraes@ufgd.edu. ORCID: 0000-0002-0379-1405.

students in Brazil. The objective is to characterize and analyze the literature, contextualize the mentioned scientific publications, and identify the main themes addressed. It is exploratory-descriptive in nature, employing both qualitative and quantitative approaches. The results highlight a sparsely explored scientific production on the academic literacy of immigrant students in Brazilian universities, within a scenario of increasing immigration and the integration of these students into higher education, which necessitates effective use of the Portuguese language in the academic context.

Keywords: linguistic reception, linguistic barriers, immigrant education, multilingualism, educational linguistic policies.

Resumen: Este estudio se trata de un levantamiento bibliográfico de la producción científica brasileña sobre la recepción lingüística universitaria y las prácticas de alfabetización académica de estudiantes inmigrantes en Brasil. Tiene como objetivo caracterizar y analizar la literatura, contextualizar las publicaciones científicas mencionadas, así como identificar los principales temas tratados, con base en el método exploratorio-descriptivo, con un enfoque cualitativo y cuantitativo. Los resultados resaltan una producción científica poco explorada sobre la alfabetización académica de estudiantes inmigrantes en universidades de Brasil, en un escenario de creciente inmigración e inserción de estos estudiantes en la educación superior, que requieren el uso efectivo de la lengua portuguesa en el contexto académico.

Palabras clave: Recepción Lingüística, Barreras Lingüísticas, Educación de Inmigrantes, Multilingüismo, Políticas Lingüístico-Educativas.

tória, especialmente desde 2010, exibindo uma nova configuração populacional com a chegada desses estrangeiros ao país (Pinheiro, 2019). Essa nova configuração tem levado às diversas instâncias que participam no acolhimento de imigrantes e refugiados a desenvolverem políticas de integração socioeconômica e, especialmente, de inclusão educativa, a exemplo do ingresso à educação básica e do ingresso facilitado ao ensino superior.

Quanto a este último, a população imigrante tem ingressado nas universidades brasileiras por meio do apoio de ações afirmativas da Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM) – programa de difusão acadêmica e de treinamento na América latina, iniciado pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), desde 2003 – a fim de promover os direitos dos estudantes imigrantes e refugiados entre professores e estudantes universitários conacionais para a sua integração e inclusão no ensino superior brasileiros.

No entanto, a inclusão desses estudantes nas universidades envolve uma série de desafios significativos, principalmente, no que se refere aos aspectos de integração e inserção linguística. Komesu e Fischer (2014, p. 482) têm afirmado que “estudantes pertencentes a minorias linguísticas podem enfrentar essas dificuldades em grau mais acentuado do que outros”. Nessa perspectiva, este estudo procurou responder o que se tem produzido nas pesquisas brasilei-

ras sobre os estudantes imigrantes no ensino superior em relação ao acolhimento linguístico e, especialmente, em práticas de leitura crítica e produção textual de gêneros acadêmicos.

Assim, esta pesquisa, visou caracterizar e analisar o estado do conhecimento da produção científica atual sobre o acolhimento linguístico universitário e sobre as práticas de letramento acadêmico dos estudantes imigrantes no Brasil, com o intuito de ampliar o conhecimento na área da Linguística Aplicada sobre essas abordagens em um contexto migratório e de crescente diversidade cultural e linguística. Ao focar na realidade brasileira e nas experiências dos imigrantes no ambiente acadêmico, a presente investigação gerou também conhecimento essencial para informar práticas globais nacionais nesse campo de estudo, fornecendo percepções valiosas que podem contribuir para o desenvolvimento futuro de políticas e métodos educativos mais inclusivos e eficazes para a população imigrante nas universidades do Brasil.

O fenômeno migratório no Brasil e a inserção linguística dos imigrantes no ensino superior brasileiro

As migrações internacionais representam uma faceta significativa do cenário demográfico e social atual (Buturi, 2023). Os desafios que emergem desses movimentos abrangem uma gama de aspectos políticos, econômicos e educativos, que refletem no desenvolvimento das sociedades do mundo. Nesse sentido, os movimentos migratórios geram novos acontecimentos que acompanham a dinâmica da globalização e trazem especificidades ainda pouco compreendidas nos lugares em que essas pessoas interagem (Pinheiro, 2019).

Em 2023, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2023b), divulgou no relatório anual os dados das situações de refúgio: 108,4 milhões de pessoas deslocadas forçadamente. Essa quantidade elevada, coincide com uma época globalizada caracterizada pelo encurtamento das distâncias comunicacionais e pela evolução dos meios de transporte (Alvarenga, 2019). No cenário Brasileiro, a movimentação migratória em 2023 apresentou aproximadamente 731 mil pessoas sob proteção internacional, sendo 140 mil vistos de refúgios outorgados oficialmente e 68 mil processos em andamento (ACNUR, 2023b).

Batista (2021, p. 17) aponta que “Essas novas ondas migratórias, tornaram o Brasil um dos destinos buscados por essas populações para tentar um recomeço de vida”. Assim, o caminho percorrido por essas pessoas tem chamado a atenção do Governo Federal, que, em parceria com grupos civis organizados, instituições públicas e de beneficência, tem se esforçado em formular e implementar políticas de integração para os imigrantes no país.

Tais políticas, elucidadas da Lei nº 13.445/2017, a qual estabelece como princípios a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas, têm abrangido planos de apoio econômico, de inserção trabalhista, educativa e linguística, sendo esta última transversal. A esse fenômeno, Pinto (2014) intitula de “ideologia hegemônica” vinculada entre Estado-nação à língua portuguesa e a uma ausência de reconhecimento da diversidade linguística e cultural do país. Em termos de políticas educativas, Batista (2021) afirma que foram feitas as adaptações necessárias perante o incremento do fenômeno migratório no Brasil, ressaltando, entre tantas, a criação de políticas de inclusão para a entrada ao ensino superior de imigrantes.

Nesse sentido, em 2023, o Relatório anual da CSVM (ACNUR, 2023a) informou que 22 universidades contaram com o procedimento de ingresso facilitado, totalizando 650 imigrantes no ensino superior. Embora esse cenário possa refletir um panorama positivo, surge um ponto de atenção, que não está contemplado no relatório: a interseção das práticas linguísticas e acadêmicas da universidade com os aspectos identitários, étnicos e culturais dos estudantes imigrantes.

Pensar essas práticas linguísticas é evidente e urgente, uma vez que existem elementos sociais e culturais na configuração linguística, cuja compreensão implica entender os usos estratificados da língua portuguesa, além da necessidade de idear novas práticas que incluam os múltiplos cenários de nova imigração (Carneiro, 2019). Assim, associar tais práticas ao desenvolvimento linguístico dos universitários imigrante reflete também na sua permanência e acesso ao ensino.

Rocha, Azevedo e Mendes (2021, p. 159), em uma análise dos procedimentos de ingresso nas universidades brasileiras vinculadas à CVSM, apontam que “é importante investigar como as universidades têm trabalhado a questão do apoio linguístico como política de ação afirmativa para essa população”. Portanto, o ensino de português para universitários imigrantes no Brasil já é uma realidade em algumas instituições de ensino com ingresso facilitado.

Contudo, sobre a formulação e execução de ações de integração linguística na universidade, Carneiro (2019), durante um breve encontro com estudantes universitários haitianos em 2013, percebeu que a dificuldade não estava no desempenho oral da língua desses estudantes, mas, sim, com as práticas de leitura e escrita de língua portuguesa no contexto acadêmico. Para os estudantes imigrantes, o processo de letramento acadêmico se torna ainda mais complexo, pois envolve a aprendizagem de uma nova língua e a adaptação às normas e convenções do discurso acadêmico brasileiro.

Letramento Acadêmico

O termo letramento fundamenta o seu significado especificamente na habilidade adquirida pelos seres humanos de ler e escrever, um produto da ação e do processo do ensino-aprendizagem, no qual são inseridos os indivíduos (Soares, 2009). No entanto, o processo de aquisição dessas habilidades não se centra apenas em questões individuais. Ele também abrange um conjunto de práticas sociais que estão intrinsecamente ligadas à leitura e à escrita, permitindo que as pessoas se envolvam e se situem em seus contextos sociais (Soares, 2009).

Silva e Gonçalves (2021, p. 2) afirmam que o letramento: “aparece em estudos que se vinculam a diferentes linhas de pesquisa, como letramento acadêmico, letramento escolar, letramento do professor”. Sendo assim, o letramento, associado ao discurso revelador do modo de ser e de estar no mundo, concebe o letramento acadêmico como o modo de falar e atuar em discursos acadêmicos (Pinheiro, 2019).

Transcendendo a visão simplista da escrita como um conjunto de regras mecânicas e isoladas de qualquer fator extralinguístico, o letramento acadêmico emerge como resultado da combinação de teorias de escrita, leitura e os chamados letramentos como prática social (Barton, 1994; Gee, 1996; Street, 1984, 1995; Lea e Street, 1998, 2014). Esse é um dos três modelos propostos que abordam a leitura e escrita das pessoas desde uma perspectiva abrangente no ensino superior, desafiando o modelo dominante da época em que foi desenvolvido, chamado de déficit (Komesu; Fischer, 2014).

A leitura e a escrita acadêmica se revelam como uma prática de estudo que não se engaja em debates sobre certo ou errado, nem tão pouco é apenas uma ferramenta para transmitir informações, mas, sim, um instrumento de construção de conhecimento, identidade e engajamento social (Komesu; Fischer, 2014; Rocha, 2021), que se entrelaçam com a Linguística Aplicada, a Sociolinguística, a Antropologia, as teorias socioculturais de aprendizagem e os estudos do discurso (Rocha, 2021).

Essa união de saberes mergulha nas seguintes interrogações: como a língua se manifesta no contexto acadêmico? Quais as diferentes práticas de leitura e escrita que circulam nesse contexto? Como os estudantes constroem os conhecimentos e os expressam por meio da linguagem oral e escrita? Esses questionamentos oferecem diferentes lentes para analisar os diversos estágios do letramento em diferentes nuances. É importante ressaltar que, apesar da fluidez e até mesmo da certa confusão que o termo “letramentos acadêmicos” pode gerar, ele representa um campo de pesquisa com características próprias e bases epistemológicas próprias.

Em vista disso, as iniciativas das universidades para o ingresso facilitado dos estudantes imigrantes ao ensino superior – as quais são recentes – não suprem os

desafios enfrentados por eles em relação à língua portuguesa, aos processos de adaptação e familiarização com a linguagem universitária e aos gêneros acadêmicos constituídos nas universidades.

Metodologia

Este é um estudo de caráter exploratório descritivo. Exploratório porque há, dentro da produção científica brasileira sobre o tema, a necessidade de mapear e explorar o estado de conhecimento atual sobre o acolhimento linguístico universitário dos estudantes imigrantes e as práticas de letramento acadêmico nas universidades do país, feitos por meio dos seguintes sites: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do Catálogo de Teses e Dissertações, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); do Banco de dados de revistas científicas do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); e do Google Acadêmico. Por sua vez, é descritiva, porque foram estudados, analisados e detalhados os dados obtidos da exploração comentada anteriormente.

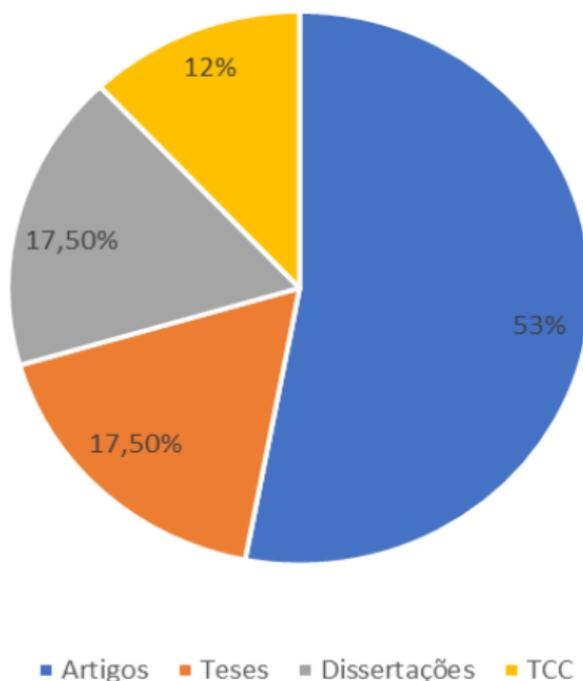
Este estudo é, assim, uma abordagem mista, que inclui aspectos qualitativos e quantitativos. Ele é qualitativo pois a identificação e as análises de padrões sobre temas, abordagens e palavras-chave presentes nos documentos selecionados requereu uma interpretação dos significados subjacentes que não seriam facilmente capturados por métodos quantitativos. Ele é também quantitativo pois busca quantificar aspectos específicos da produção científica sobre o acolhimento linguístico universitário de estudantes imigrantes e as práticas de letramento acadêmico deles. Isso inclui o número de publicações por documento, áreas de conhecimento, disciplinas no campo das letras, estados e universidades do país. No entanto, não foi utilizada uma população específica de participantes, pois o foco exploratório descritivo está na análise de documentos existentes, como artigos científicos, monografias, dissertações, teses e relatórios disponíveis nos repositórios digitais das instituições de investigação.

A coleta de informação incluiu um sistema de organização de dados digital, no qual, por meio de planilhas de Excel, os arquivos foram classificados por tipo de documentos (TCC, dissertações, teses, livros e artigos), organizando-os por títulos da pesquisa, ano, autor, instituição, meio de publicação, palavras-chave e portal. Posteriormente, foram aplicadas técnicas de análise qualitativa de dados para o conteúdo. Quanto à análise quantitativa, foi realizado o estudo de indicadores bibliométricos para a projeção dos dados numéricos sobre a produção científica no Brasil.

Resultado e discussão

A produção científica referente a práticas gerais de inserção linguística de imigrantes e refugiados no ensino superior brasileiro, categorizadas por tipo de documento desde o ano 2018 até o período de 2023, apresentou maior percentagem de publicações com artigos científicos (53%) e teve sua menor percentagem com TCC (12%) (Figura 1).

Figura 1 – Produções científicas sobre práticas linguísticas de imigrantes nas universidades brasileiras até 2023



Fonte: própria autoria.

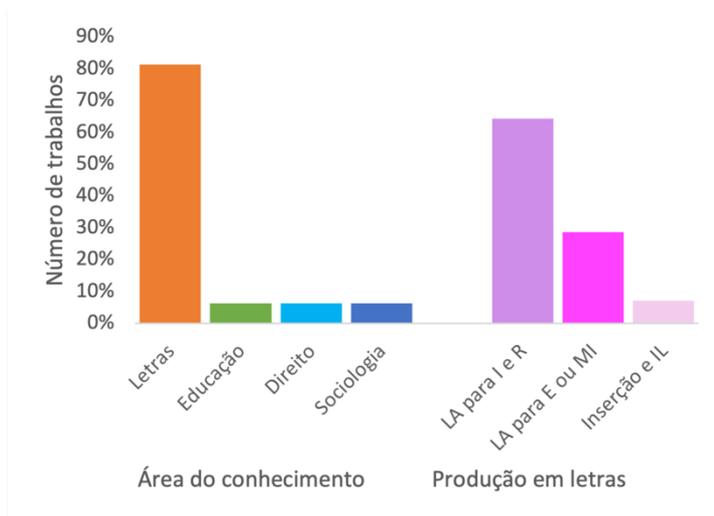
Os resultados indicam que as produções científicas sobre o acolhimento linguístico no ensino superior de imigrantes e refugiados até 2023 são majoritariamente constituídas por artigos científicos, refletindo um interesse crescente e diversificado pelo tema. A predominância de artigos sugere uma preferência por formatos de rápida disseminação e acessibilidade, enquanto a presença menos significativa de teses e dissertações aponta para a falta de investigações mais aprofundadas e detalhadas (Moreno; Arellano, 2005). Embora em menor número, teses são fundamentais para a construção de uma base teórica mais sólida e ampla.

Por isso, o crescente corpo de produção científica sobre a inserção linguística de imigrantes e refugiados no ensino superior brasileiro evidencia a importância do

tema e a necessidade de investimentos contínuos em pesquisa e políticas educacionais inclusivas. É por meio dessa produção que se pode avançar na compreensão dos desafios enfrentados por esses estudantes e desenvolver estratégias eficazes para garantir o pleno acesso e sucesso deles na educação superior brasileira.

Na área de conhecimento de Letras, dominaram as produções científicas com 82% das publicações, enquanto as demais áreas apresentaram apenas 6%. Dentro das produções desenvolvidas em Letras, a produção de letramento acadêmico para imigrantes e refugiados (LA para I e R) apresentou o maior número (64%) de publicações; seguida do letramento acadêmico para estrangeiros ou mobilidade internacional (LA para E ou MI) (29%) e inserção linguística (Inserção L) (7%).

Figura 2 – Dois gráficos de produções científicas por campo de conhecimento e produções: das áreas de letras, educação, direito e sociologia à esquerda e da área de letras à direita



Legenda: LA para I e R= Letramento Acadêmico para Imigrantes e Refugiados, LA para E ou MI= Letramento Acadêmico para Estrangeiros ou Mobilidade Internacional, Inserção e IL= Inserção e Integração Linguística.

Fonte: própria autoria.

O levantamento bibliográfico indica uma produção científica diversificada referente a integração linguística de imigrantes e refugiados no país, especialmente a partir de 2018, fato que coincide com a intensificação do fenômeno migratório no Brasil (Junger da Silva *et al.*, 2023). Estudos têm demonstrado que até 2023 foram outorgados os reconhecimentos da condição de refugiados de 140.000 pessoas imigrantes (ACNUR, 2023b), além de ações universitárias recentes que propiciam a integração dos refugiados no país (Sá *et al.*, 2022). Ressalta-se também que

algumas universidades promovem o acesso ao espaço universitário por meio do estudo do idioma e da cultura (Ramos; Rodrigues; Gilberto, 2011).

O domínio das produções científicas no campo de Letras reflete a centralidade do letramento acadêmico como uma preocupação principal no contexto da inclusão linguística de imigrantes e refugiados, especialmente com a diversidade de necessidades e abordagens dentro desse tema. Os estudos de letramento acadêmico, conforme apontado por Komesu e Fischer (2014), enfatizam que a aquisição de habilidades de leitura e escrita em contextos acadêmicos, é crucial para o sucesso educacional e para a integração social dos estudantes.

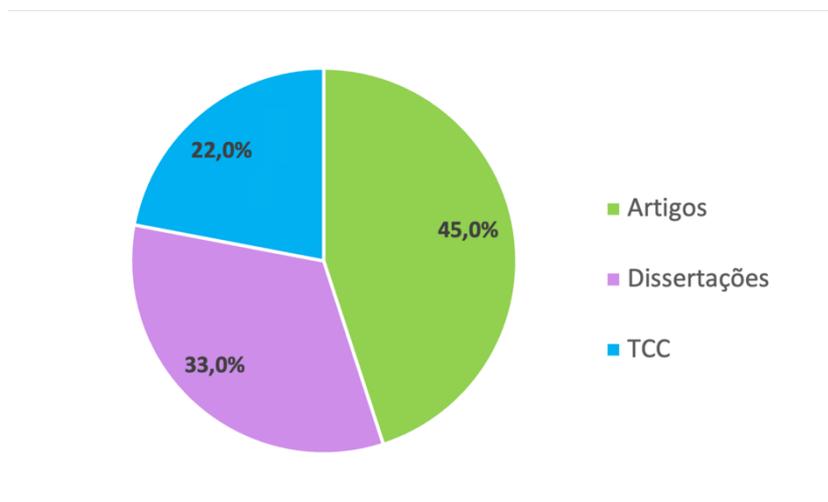
Além disso, a significativa porcentagem de publicações sobre letramento acadêmico para estrangeiros ou mobilidade internacional (29%) destaca a relevância de preparar instituições de ensino superior para acolher estudantes internacionais, que enfrentam muitas vezes desafios semelhantes aos dos imigrantes e refugiados. Conforme Carneiro (2019), em um contexto de internacionalização do ensino superior do Brasil, as instituições buscam promover a diversidade sociocultural e linguística ao mesclar estudantes de origens diversas, o que requer uma reorganização das políticas de internacionalização e ensino de línguas adicionais.

A menor porcentagem de publicações sobre inserção linguística (7%) sugere que, embora importante, essa área ainda não recebe a mesma atenção que as demais. A presença do imigrante é vista como um espaço vazio e se assemelha ao estranho e o exótico (Rosa, 2018). No entanto, a inserção linguística é fundamental para garantir que os estudantes imigrantes e refugiados adquiram a proficiência necessária para participar plenamente da vida acadêmica e social. De acordo com Rocha, Azevedo e Mendes (2022), o desenvolvimento de programas de apoio linguístico adequados pode incrementar o alcance das informações para mais pessoas. Isso, por sua vez, facilita a transição desses estudantes para o sistema educacional do país de acolhimento e melhora significativamente os resultados acadêmicos deles.

Portanto, os dados indicam que a área de Letras tem liderado a produção científica sobre a inclusão linguística de imigrantes e refugiados no ensino superior, com um foco particular no letramento acadêmico. Isso destaca a importância de continuar investindo em pesquisas que explorem e desenvolvam práticas pedagógicas eficazes para ampliar o suporte linguístico e cultural oferecido pelas instituições de ensino, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

A produção científica referente a práticas de letramento acadêmico de estudantes imigrantes, categorizadas por tipo de documento, entre 2018 e 2023, foi maior em artigos científicos, com 45% (Figura 3). Contudo, não foram encontrados dados de teses de doutorado (0%).

Figura 3 – Produções científicas por tipo de documento que abrangem práticas de letramento acadêmico de estudantes imigrantes no ensino superior no período de 2018 a 2023



Fonte: própria autoria.

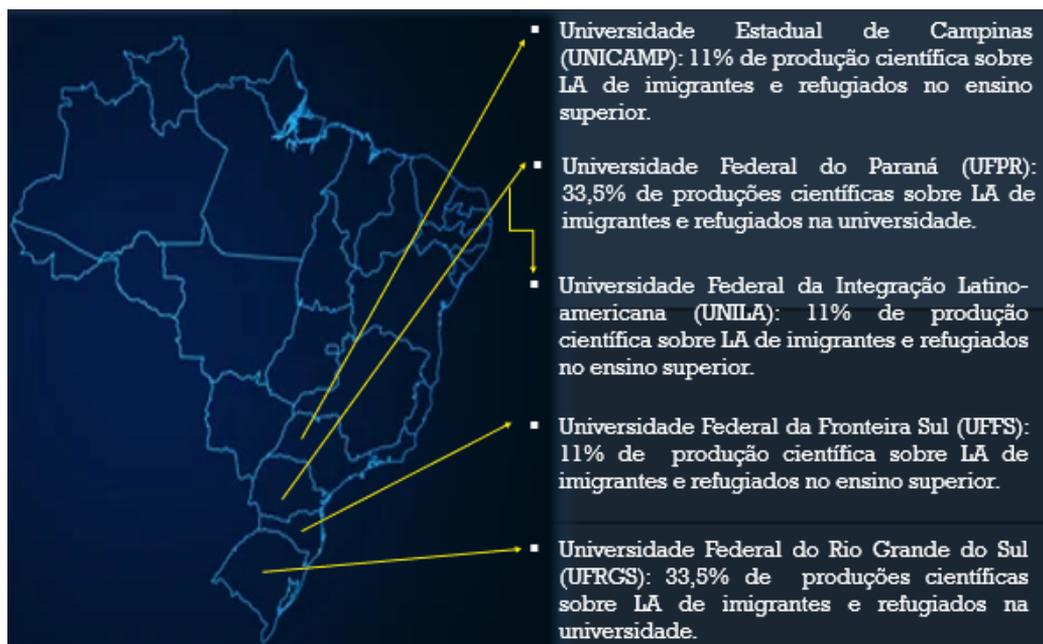
A produção científica sobre práticas de letramento acadêmico mostrou uma predominância de artigos científicos. Essa tendência se torna importante uma vez que a rápida disseminação dos resultados das investigações é essencial para o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes. Em contraste, não foram encontrados dados de teses de doutorado, indicando uma lacuna significativa em pesquisas aprofundadas e de longa duração sobre o tema.

Pesquisas de doutorado podem contribuir significativamente para a formação de abordagens inovadoras na educação. A ausência de dados nesse segmento pode limitar a compreensão mais complexa e holística das necessidades e desafios enfrentados pelos estudantes imigrantes no contexto acadêmico. A carência de teses também pode ser atribuída ao campo de estudo ser relativamente novo. Isso é comum em áreas emergentes ou menos exploradas, como no letramento acadêmico de estudantes imigrantes, cujo foco das pesquisas tem se concentrado nas práticas de leitura e escrita acadêmica de estudantes brasileiros (Santos; Macedo, 2021).

Para superar essas limitações, é essencial que instituições de ensino e órgãos de fomento à pesquisa invistam em programas de apoio e incentivo à pesquisa de doutorado. Isso inclui a oferta de bolsas de estudo, a criação de redes de pesquisa colaborativas e o fortalecimento de programas de pós-graduação que abordem especificamente o letramento acadêmico e a inclusão de estudantes imigrantes. Tais iniciativas podem promover uma produção científica mais equilibrada e diversificada, contribuindo para uma compreensão mais profunda e abrangente do fenômeno.

A produção científica referente às práticas de letramento acadêmico de estudantes imigrantes até o período de 2023 foi maior na região Sul do Brasil com 89% e menor na região Sudeste do país com 11% (Figura 4).

Figura 4 – Produções científicas por estados do Brasil e universidades brasileiras que abrangem práticas de letramento acadêmico de estudantes imigrantes no ensino superior até o período de 2023



Fonte: adaptado de Shutterstock, 2024¹.

A produção científica referente às práticas de letramento acadêmico de estudantes imigrantes até o período de 2023 apresentou uma distribuição desigual entre as regiões do Brasil. Uma possível hipótese seja a maior concentração da população imigrante nas regiões Sul e Sudeste, como sugere Buiate (2023). Portanto, a presença significativa de comunidades de imigrantes nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul pode ter impulsionado universidades e centros de pesquisa locais a se dedicarem mais intensamente ao tema.

Em contraste, a menor participação da região Sudeste pode ser devido ao enfoque dado à língua portuguesa como acolhimento ao cidadão imigrante para outros setores da vida não acadêmica (Buiate, 2023). Nesse sentido, embora nesta pesquisa não tenham sido encontrados trabalhos sobre letramento acadêmico nas regiões Norte e Nordeste, nelas tem-se desenvolvido ações importantes entre diferentes universidades e outras organizações no campo linguístico fora do campo

¹ Disponível em: (<https://encr.pw/zRY6R>). Acesso em: 13 jun. 2024.

universitário (Buiate, 2023). As políticas de pesquisa e as áreas de foco podem variar significativamente entre instituições e regiões, influenciando a quantidade e o tipo de produção científica. Assim, as disparidades regionais na produção científica podem refletir diferenças estruturais e institucionais no apoio à pesquisa.

A análise sobre o letramento acadêmico de imigrantes e refugiados, com foco nas pesquisas em Letras, revelou uma variedade de palavras-chave utilizadas nos diferentes tipos de documentos (artigo, TCC, dissertação e tese) (ver Quadro 1 a seguir). Entre as 24 palavras-chave identificadas, cinco se destacaram por ocorrerem duas ou mais vezes: material didático (5), português como língua acolhimento (3), português para fins acadêmicos (3) e letramentos acadêmicos (3). Esses resultados indicam uma ênfase nas estratégias e recursos de ensino, evidenciando a importância de materiais didáticos adequados e específicos para o público imigrante, bem como a necessidade de abordagens pedagógicas voltadas ao ensino de língua portuguesa com objetivos acadêmicos. Essa frequência reforça a relevância desses temas dentro da produção científica voltada para o letramento acadêmico de imigrantes e refugiados, sublinhando a importância de políticas e práticas educacionais inclusivas que contemplem a diversidade linguística e cultural presente nas universidades brasileiras.

Quadro 1 – Cenário bibliográfico sobre o acolhimento linguístico e letramento acadêmico para estudantes imigrantes no Brasil

Autor	Título	Tipo	Ano
ACOLHIMENTO LINGUÍSTICO DOS ESTUDANTES IMIGRANTES NO BRASIL			
Peron e Cella	Programas Específicos de Inserção de Estudantes Imigrantes na UFFS	A	2023
Sá <i>et al.</i>	Cotas para refugiados em universidades federais baianas: uma análise sobre sua efetividade e a relação com os direitos humanos	A	2022
Santos e Macedo	Letramento acadêmico de estudantes estrangeiros: múltiplos desafios, múltiplas estratégias	A	2021
Fernandes	Práticas de letramento acadêmico de estudantes internacionais matriculados em uma disciplina de ensino/aprendizagem de português como língua adicional	TD	2021
Redin e Bertoldo	Narrativas da exclusão de migrantes e refugiados na Universidade.	A	2021
Silva	Letramentos acadêmicos em situação de ensino e aprendizagem de Português Língua Adicional	TD	2020
Candido	“Eu vejo o PEC-G como uma teia”: narrativas de professoras do Curso de Português como Língua Adicional para Candidatos ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação	TD	2019
Rosa	Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade	A	2019

continua >

> continuação

Autor	Título	Tipo	Ano
LETRAMENTO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES IMIGRANTES NO BRASIL			
Copetti	Análise de material didático de um curso de Escrita de Resumos Acadêmicos (abstracts) para Falantes de português como Língua Adicional	TCC	2023
Ruano e Cursino	Passarela: reflexões sobre português como Língua de Acolhimento para Fins Acadêmicos	A	2022
Matte e Sirianni	Elaboração de material didático de português como Língua Adicional para Fins Acadêmicos	A	2022
Francisco	Práticas plurilíngues no português como língua de acolhimento para fins acadêmicos na UFPR e no livro didático Passarela	DM	2022
Batista	Migrantes e refugiados no ensino superior: o acolhimento linguístico-acadêmico no material didático Passarela produzido na UFPR	DM	2021
Bernardino	Além do portunhol, sabe... acho que uma quarta língua, específica do professor: plurilinguismo e letramentos acadêmicos no ensino-aprendizagem em uma universidade na fronteira trinacional	DM	2021
Carneiro	"A dificuldade não é falar, mas ler Freud em português": um olhar para as práticas de letramento na educação superior de estudantes haitianos no Brasil	A	2019
Bulla <i>et al.</i>	Português para imigrantes e refugiados na UFRGS: ações de política linguística e educacional	A	2019
Pinheiro	Letramento acadêmico: um estudo sobre estudantes haitianos inseridos no curso de pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul	TCC	2019

Legenda: A= Artigo; TCC= Trabalho de Conclusão de Curso; DM= Dissertação de Mestrado e; TD = Tese de Doutorado.

Fonte: própria autoria.

Portanto, nesse levantamento, foi possível perceber que o principal foco na elaboração de materiais didáticos tanto para fins acadêmicos como para a prática de letramento acadêmico é recorrente (Buiate 2023).

Considerações finais

A crescente imigração no país fez com que houvesse o aprimoramento do acesso e a inclusão dos imigrantes nas universidades. No entanto, a falta de adequação ou adaptação linguística para acadêmicos imigrantes nas universidades pode gerar diversas barreiras na aprendizagem e na inclusão deles. Dentre elas, está a absorção de conteúdos em aulas, principalmente na compreensão da leitura e escrita acadêmica.

É importante ressaltar que há uma significativa bibliografia relacionada à oferta de disciplinas de letramento acadêmico a estudantes estrangeiros na universidade, seja na modalidade de intercâmbio ou mobilidade internacional. Es-

ses trabalhos, embora abordem o letramento acadêmico, não foram incluídos na seleção final por diferir do público-alvo desta pesquisa.

A produção científica relacionada ao letramento acadêmico de imigrantes nas universidades brasileiras ainda é escassa. Isso é especialmente relevante considerando que as iniciativas de ingresso ao ensino superior dessa população ganharam especial força a partir de 2018, com o aumento dos fenômenos migratórios de venezuelanos, haitianos, sírios, entre outros. Nesse contexto, o levantamento bibliográfico feito nesta pesquisa permitiu observar que os trabalhos relacionados ao letramento acadêmico de imigrantes e refugiados no Brasil têm se concentrado majoritariamente nas regiões Sul e Sudeste do país.

As pesquisas têm sido desenvolvidas nas áreas de sociologia, direito, educação, letras e linguística aplicada. No entanto, quando se trata de estudantes imigrantes e refugiados nas universidades brasileiras, o acervo científico se concentra principalmente no estudo e nas análises de ações afirmativas para o ingresso dessa população no ensino superior brasileiro.

Diante dessas observações, conclui-se que há uma necessidade urgente de ampliar a pesquisa e as iniciativas de letramento acadêmico em todo o território nacional, a fim de melhor atender e integrar os estudantes imigrantes e refugiados ao sistema de ensino superior brasileiro. Essa ampliação contribuirá para uma inclusão mais equitativa e para o fortalecimento das práticas educativas voltadas para essa população diversa e crescente.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pelo auxílio ao projeto de iniciação científica.

Agradecimentos ao Grupo de Estudos em Linguagem e Transculturalidade (GELT) da Universidade Federal da Grande Dourados, pelo apoio no desenvolvimento da pesquisa, especialmente às professoras líderes do grupo.

Referências

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil. **Dados sobre refugiados no Brasil**. UNHCR ACNUR, 2023b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/dados-sobre-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ACNUR. **Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. UNHCR ACNUR, 2023a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/dados-sobre-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ALVARENGA, Felipe de Bastos Freire. **A saúde em tempos de globalização: uma proposta complementar ao pacto global sobre refugiados**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito da Saúde) – Universidade Santa Cecília, Santos, 2019.

BARTON, David. The social impact of literacy. **Functional Literacy** - Theoretical issues and educational implications, v. 1, p. 185-197, 1994.

BATISTA, Nicolas Henrique. **Migrantes e refugiados no ensino superior: o acolhimento linguístico-acadêmico no material didático passarela produzido na UFPR**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

BERNARDINO, Roselaine. **Além do portunhol, sabe... acho que uma quarta língua, específica do professor: plurilinguismo e letramentos acadêmicos no ensino-aprendizagem em uma universidade na fronteira trinacional**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 25 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BUIATE, Eliane Mendonça. **Estado da arte da produção acadêmica sobre português como língua de acolhimento**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

BULLA, Gabriela S. *et al.* Português para imigrantes e refugiados na UFRGS: ações de política linguística e educacional. In: FERREIRA, Luciane *et al.* (Org.). **Língua de acolhimento: experiências no Brasil e no mundo**. Belo Horizonte: Mosaico, 2019. p. 103-120.

BUTURI, Debora Kassem. **Imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal do agronegócio brasileiro**. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz de Iguçu, 2023.

CÂNDIDO, Marcela D. **“Eu vejo o PEC-G como uma teia”**: narrativas de professoras do curso de português como língua adicional para candidatas ao programa de estudantes-convênio de graduação. 2019. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Fortaleza, 2019.

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. **“A dificuldade não é falar, mas ler Freud em português”**: um olhar para as práticas de letramento na educação superior de estudantes haitianos no Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, p. 33-61, 2019.

CAVALCANTE, M.; BIZON, A. Construções de narrativas sobre migrantes haitianos/as em espaços eletrônicos de comunicação: reações e resistência. In: BORBA, Rodrigo; FABRÍCIO, Branca F. **Oficina de Linguística Aplicada Indisciplinar: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes**. Campinas: Unicamp, 2023.

COPETTI, Camila F. **Análise de material didático de um curso de Escrita de Resumos Acadêmicos (abstracts) para Falantes de Português como Língua Adicional**. 2023. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

FERNANDES, Gláucio G. M. **Práticas de letramento acadêmico de estudantes internacionais matriculados em uma disciplina de ensino/aprendizagem de português como língua adicional**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

FRANCISCO, Bruna F. M. **Práticas plurilíngues no português como língua de acolhimento para fins acadêmicos na UFPR e no livro didático passarela**. 2022. Mestrado (Dissertação em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

GEE, James. **Social linguistics and literacies: ideology in discourse**. London: Falmer; 1996.

JUNGER DA SILVA, Gustavo *et al.* **Observatório das Migrações Internacionais**. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

KOMESU, Fabiana Cristina; FISCHER, Adriana. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. **Filologia e linguística Portuguesa**, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014.

LEA, Mary; STREET, Brian. Student writing in higher education: An academic literacies approach. **Studies in higher education**, v. 23, n. 2, p. 157-172, 1998.

LEA, Mary.; STREET, Brian. Writing as academic literacies: Understanding textual practices in higher education. *In*: HYLAND, Ken. **Writing: Texts, processes and practices**. London: Routledge, 2014. p. 62-81.

MATTE, Marine Laísa; SIRIANNI, Gabrielle R. Elaboração de material didático de português como língua adicional para fins acadêmicos. *In*: KUHN, Tanara; SCHOFFEN, Juliana; PERNA, Cristina; ANTUNES, Aline; CARILLO, Michele. **Português língua pluricêntrica – das políticas às práticas**. Campinas: Pontes, 2022.

MORENO, Fernanda; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/au/publicacao-cientifica-em-arquivos-de-acesso-aberto/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PERON, Lucéla; CELLA, Roseni; BORDIGNON, Sandra de A. F. Programas específicos de inserção de estudantes imigrantes na UFFS: primeiras impressões. **Cadernos do CEOM - Migrações contemporâneas**, v. 36, n. 58, jun. 2023.

PINHEIRO, Fernanda S. L. **Letramento acadêmico: um estudo sobre estudante haitianos inseridos no curso de pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2019. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

PINTO, Joana Plaza. Hegemonias, contradições e desafios em discursos sobre língua no Brasil. *In*: CORREA, Djane Antonucci. **Política linguística e ensino de língua**. Campinas: Pontes, 2014. p. 59-72.

RAMOS, André de C.; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme A. A. **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: CL-A Cultural, 2011.

REDIN, Giuliana; BERTOLDO, Jaqueline. Narrativas da exclusão de migrantes e refugiados na universidade. **Ser Social - Crise, fluxos migratórios e políticas sociais**, Brasília, v. 23, n. 49, jun./dez. 2021.

ROCHA, Stéfani Rafaela P.; AZEVEDO, Rômulo S. de; MENDES, Geovana M. L. Educação superior para refugiados: uma análise dos procedimentos de ingresso nas universidades brasileiras vinculadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 88, n. 1, p. 147-162, 2021.

ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. **Libras e língua portuguesa em sala de aula: da democratização do acesso ao Ensino Superior à participação de estudantes surdos em práticas de letramentos acadêmicos**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ROSA, Marluza da. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, p. 1534-1551, 2018.

ROZA, Marluza da. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 57.3, p. 1534-1551, set./dez. 2018.

RUANO, Bruna P.; CURSINO, Carla Alessandra. Passarela: reflexões sobre português como língua de acolhimento para fins acadêmicos. *In*: KUHN, Tanara; SCHOFFEN, Juliana; PERNA, Cristina;

ANTUNES, Aline; CARILO, Michele. **Português língua pluricêntrica** – das políticas às práticas. Campinas: Pontes, 2022.

SÁ, Natalia C.; SILVA, Joelma B.; BISPO, Luan Victor da S. Cotas para refugiados em universidades federais baianas: uma análise sobre sua efetividade e a relação com os direitos humanos. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 233-252, 2022.

SANTOS, Paula A. D. G. C.; MACEDO, Maria do S. A. N. Letramento acadêmico de estudantes estrangeiros: múltiplos desafios, múltiplas estratégias. *Roteiro*, Joaçaba, v. 46, jan.-dez. 2021.

SILVA, Cícero da; GONÇALVES, Adair Vieira. Principais vertentes dos estudos do letramento no Brasil. *Texto Livre*, v. 14, n. 1, p. e29164, 2021.

SILVA, Meire C. **Letramentos acadêmicos em situação de ensino e aprendizagem de português língua adicional**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOARES, Magda. **Letramento-um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, Brian. **Social literacies: Critical approaches to literacy in development, ethnography and education**. London: Routledge, 1995.

A LÍNGUA E A EDUCAÇÃO DE SURDOS MIGRANTES INDÍGENAS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE SANTARÉM-PARÁ

The Language and Education of Indigenous Migrant Deaf Students Enrolled in Schools in Santarém, Pará

Lengua y Educación de Migrantes Indígenas Sordos Matriculados en Escuelas de Santarém-Pará

DOI 10.55028/geop.v19i36

Thaisy Bentes*
Daiane Pinheiro**

Resumo: Apresenta-se uma investigação sobre as ações educacionais direcionadas aos alunos migrantes indígenas surdos, realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Santarém, Pará. O objetivo é compreender como esses alunos são acolhidos nas escolas municipais e analisar o apoio oferecido a eles. Foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando um questionário estruturado e análise de conteúdo para o tratamento dos dados. O estudo ressalta a importância da percepção do órgão público sobre a língua e a cultura desses grupos, bem como a oferta de suportes adequados e mudanças estruturais tanto no currículo quanto nas práticas de acolhimento.

Palavras-chave: Migração, Surdos, Indígenas, Educação.

Abstract: A research is presented on the educational actions directed towards indigenous migrant deaf students, carried out by the Municipal Department of Education (SEMED)

Introdução

O crescente número de migrantes no Brasil tem tido um impacto direto no sistema educacional, resultando em um aumento significativo de alunos migrantes matriculados nas escolas de educação básica (Abrahão, 2019). Esse fenômeno é particularmente observado com a chegada de migrantes da Venezuela, em meio à crise socioeconômica que assola o país nos últimos anos. Nesse contexto, pessoas surdas, muitas das quais falantes da Língua de Sinais Venezuelana (LSV), têm migrado para o Brasil, encontrando-se em situações de vulnerabilidade linguística, cultural e social (Bentes *et al.*, 2022).

* Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (ULBRA); Mestrado em Estudos da Tradução (UnB); Doutorado em Estudos da Tradução (UFSC). Professora do Instituto de Ciências da Educação da UFOPA. E-mail: thaisybentes@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-4449-1927.

** Graduação em Educação Especial (UFMS); Mestrado em Educação (UFMS); Doutorado em Educação (Instituto de Educação de Lisboa). Professora da UFOPA. E-mail: daianepinheiroufopa@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6572-3013.

of Santarém, Pará. The aim is to understand how these students are welcomed in municipal schools and to analyze the support offered to them. A qualitative approach was adopted, using a structured questionnaire and content analysis for data processing. The study highlights the importance of the public agency's perception of the language and culture of these groups, as well as the provision of appropriate support and structural changes in both the curriculum and welcoming practices.

Keywords: Migration, Deaf, Indigenous, Education.

Resumen: Se presenta una investigación sobre las acciones educativas dirigidas a los estudiantes indígenas sordos migrantes, realizadas por la Secretaría Municipal de Educación (SEMED) de Santarém, Pará. El objetivo es comprender cómo son acogidos estos estudiantes en las escuelas municipales y analizar el apoyo que se les ofrece. Se adoptó un enfoque cualitativo, utilizando un cuestionario estructurado y análisis de contenido para el tratamiento de los datos. El estudio resalta la importancia de la percepción del órgano público sobre el idioma y la cultura de estos grupos, así como la oferta de apoyos adecuados y cambios estructurales tanto en el currículo como en las prácticas de acogida.

Palabras clave: Migración, Sordos, Indígenas, Educación.

No entanto, essa realidade já é uma situação comum nas escolas de fronteira do sul do país há décadas. Por exemplo, há presença de surdos bolivianos, uruguaios e paraguaios nas escolas da fronteira sul e sudoeste do país. A inclusão desses grupos de estudantes de outras nacionalidades no contexto educativo brasileiro tem sido objeto de estudo por um pequeno grupo de pesquisadores nos últimos anos (Figueira, 2016; Vaz, 2016; Loubet, 2017; Miranda, 2020; Santos, 2020; Dutra, 2021).

Mesmo assim, ainda não foram observados movimentos nas políticas públicas educacionais que direcionem modificações para atender a esses grupos linguísticos específicos (Bentes; Menezes; Pinheiro, 2024). É nesse cenário, complexo e pouco estudado, que este trabalho se propõe, compreendendo ser fundamental a interseção entre as políticas estabelecidas em instrumentos normativos legais, especialmente as políticas educacionais, e outras disciplinas, para que se possa pensar em Políticas Linguísticas e Políticas Linguísticas Educacionais.

Para tanto, neste estudo, entende-se Políticas Linguísticas como “decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (Calvet, 2007, p. 11). De acordo com Shohamy (2006) e Spolsky (2004), as línguas não são neutras e estão imersas em agendas políticas, ideológicas, sociais e econômicas. Da mesma forma, os mecanismos de política linguística não são neutros e

funcionam como instrumentos para promover e perpetuar essas agendas. Essa compreensão direciona a pensar que as escolhas específicas que os indivíduos fazem em relação à língua ou às línguas que utilizam, consciente ou inconscientemente, são posições políticas.

Segundo Spolsky (2006) e Calvet (2007), as Políticas Linguísticas referem-se às escolhas feitas pelos falantes com base nas normas estabelecidas nas comunidades linguísticas das quais fazem parte. Nesse sentido, o ambiente educacional se torna um campo de manifestação dessas Políticas Linguísticas.

Sobre essa compreensão, os debates acerca deste tema têm motivado as autoras nos últimos anos em relação a empreendimento acadêmicos na área, materializando-se enquanto produto desses outros campos de pesquisa e extensão sobre o tema¹. Assim, interessadas em realizar uma investigação regional, com *locus* distante das fronteiras, objetivou-se compreender como a Secretária Municipal de Educação de Santarém, no estado do Pará, tem conduzido a inclusão de alunos migrantes surdos indígenas nas escolas.

Para alcançar tais objetivos, foi empregada uma pesquisa de abordagem qualitativa, que incluiu a utilização de um questionário quantitativo estruturado direcionado ao setor de Educação Especial. Os dados coletados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo, resultando na identificação de categorias que destacam o olhar e o conhecimento da gestão educacional sobre as particularidades linguísticas dos alunos migrantes indígenas e a urgência de maior atenção, especialmente os alunos surdos de origem indígena.

Sob esse olhar, o trabalho está estruturado em seções que abordam as conceituações teóricas sobre o tema, os procedimentos metodológicos adotados, os resultados e discussões, e as considerações finais.

Conceituando migração e refúgio

A migração de pessoas de suas residências para outras localidades não é uma ocorrência recente na história da humanidade. Historicamente, o ato de mudar-se de uma região geográfica para outra tem sido uma característica intrínseca da nossa espécie. Desse modo, as migrações são determinadas por diversas razões, como causas naturais (como chuvas intensas e furacões) e causas sociais (como guerras e crises econômicas) (Brasil, 1997).

¹ As autoras são coordenadoras do Programa de Pesquisa e Extensão de Apoio a Migrantes e Refugiados Surdos (MiSordo) e também do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação e Processos Inclusivos (GPEEI/UFOPA), que possui uma linha de pesquisa sobre Educação, Direitos Humanos e Migração.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) define o refúgio como a condição na qual uma pessoa é forçada a deixar seu país de origem devido a fundados temores de perseguição, buscando proteção em outro país. No Brasil, esse amparo é adquirido por meio da Lei de Migração 13.445 de 2017, que “dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regula a entrada e estadia no país, e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas para os migrantes” (Brasil, 2017, art 1º).

Essa mesma Lei inclui a definição de migrante e estabelece cinco situações diversas:

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro (Brasil, 2017).

Consoante a isso, a Lei do refugiado (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997) reconhece como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997).

Com isso posto, neste trabalho adota-se o termo “migrante/migrantes” para nos referirmos aos “deslocados ambientais, migrantes econômicos, migrantes provenientes de fluxos migratórios mistos, imigrantes por questões humanitárias, refugiados e solicitantes de refúgio” (Oliveira; Silva, 2017, p. 1), e também aos asilados e apátridas.

Aspectos educacionais e os migrantes

No Brasil, ao longo dos anos, políticas públicas educacionais vêm garantindo o direito fundamental à educação. A Constituição brasileira de 1988 considera a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (Brasil, 1988, art. 206) e ainda estabelece que esse direito seja efetivado mediante a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (Brasil, 1988, art. 208).

Além disso, esse importante documento nacional garante que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988, art. 5). Mais tarde, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) registra o fomento a uma educação pública de qualidade, sendo um dever do Estado e um direito de todos, incluindo grupos minoritários como migrantes e refugiados.

Quanto às crianças e adolescentes migrantes, a Resolução n. 01, de 13 de novembro de 2020, art. 3º, do Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica determina que “os sistemas de ensino deverão aplicar procedimentos de avaliação para verificar o grau de desenvolvimento [...] e sua inserção no nível e ano escolares adequados”.

Neste cenário, destaca-se esforços sociais e políticos na promoção da inclusão educacional, protagonizando a área da Educação Especial. A Educação Especial é assegurada pela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e definida na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008, p. 16).

Portanto, a Educação Especial se apresenta enquanto um instrumento facilitador da educação inclusiva. A Educação Inclusiva está baseada no respeito e na valorização de cada educando envolvido no processo de ensino-aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996- LDB 9694/96- é promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de inclusão escolar (Kassar, 2011, p. 71).

De modo geral, compreende-se que a Educação Especial deva ser um trabalho desenvolvido de forma colaborativa com os professores de sala de aula regular. Essa parceria se materializa na criação de estratégias didáticas, metodológicas e avaliativas, além das flexibilizações e adequações curriculares voltado para o público alvo da Educação Especial que se caracteriza por serem: alunos com deficiência, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com alunos com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Assim, os alunos migrantes com deficiência, que fazem parte dos públicos-alvo da Educação Especial e estão matriculados em escolas públicas ou privadas no Brasil, devem ter seus direitos garantidos. Além do direito à inclusão, esses alunos devem receber os serviços oferecidos pela Educação Especial. Para que isso ocorra, é essencial que os profissionais envolvidos - gestores, professores regulares e professores de Educação Especial - estejam atentos à situação linguística e cultural desses alunos, além de considerarem suas características intrínsecas e especificidades educacionais individuais comuns a qualquer estudante.

De modo específico a Educação Especial tem por finalidade a atuação com alunos surdos, considerando, sobretudo o exercício em uma perspectiva bilingue, que deve garantir o acesso a língua de sinais como língua de instrução e a língua portuguesa como segunda língua (Brasil, 2008). Nesse cenário, considera-se aspectos relativos à diferença linguística e cultural dos sujeitos surdos abordando metodologias de ensino aprendizagem que promovam seu desenvolvimento linguístico, cognitivo e identitário (Lacerda; Santos; Martins, 2016).

Compreendendo esses aspectos, da diferença enquanto um marcador cultural e linguísticos dos surdos, é necessário fundamentar a prática profissional das escolas, sejam elas da Educação Especial ou ensino regular. Especialmente quando o sujeito surdo está na condição de hibridismo cultural (Canclini, 2007), como é o caso de alunos indígenas migrantes surdos. O acolhimento desses sujeitos nas escolas não se limita a inserção ou matrícula. Deve-se mobilizar uma mudança de estrutura a nível de sistema, que considera o reconhecimento das diferenças, estratégias e metodologias diferenciadas, específicas e flexíveis.

Desta forma, o fluxo migratório deve ser considerado nos currículos da educação brasileira, uma vez que as condições de vida e escolarização dos migrantes, a dificuldades de socialização, a comunicação ocasionada pelo contraste da língua nacional, ritos culturais, e até mesmo religião são pontos que podem interferir na abordagem educacional destes indivíduos (Motta; Gediél, 2017). Nesta mesma perspectiva Silva (2011) analisa que

A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença (Silva, 2014, p. 91-92).

Nessa conjuntura entre os modos estabelecidos como políticas educacionais oficiais e a realidade das escolas, é necessário urgentemente promover maiores debates e reflexões a fim de fomentar a elaboração de metodologias para construção de identidades plurais nos espaços de formação/escolas. Educar pessoas em situação de migração vai além do simples ato de abrir os portões da escola; é necessário analisar cuidadosamente a forma de inserção e acolhimento, além de repensar o currículo e os saberes necessários para uma formação democrática que auxilie tanto na questão intelectual quanto na garantia de manter os espaços escolares com identidades diversas.

Metodologia

Este estudo parte da compreensão de que ideias e ações, sejam elas individuais ou coletivas, constituem formas de fazer política (Shohamy, 2006; Spolsky, 2004). Em especial, quando se trata das relações entre as línguas, esse movimento vai delineando as relações políticas estabelecidas nos espaços em que circulam. No caso aqui tratado, o contexto educacional, as considerações de Spolsky (2004) são pertinentes ao afirmar que a política linguística existe mesmo em contextos onde não foi explicitada ou estabelecida oficialmente, o que Shohamy (2006) define como política linguística oculta.

Silva (2013) corrobora as afirmações compreendendo que

A política linguística oficial, expressa em um texto legislativo, seria um exemplo de mecanismo explícito, enquanto os materiais didáticos, os exames de línguas, os sinais de trânsito, os nomes próprios (de pessoas, lojas e objetos etc.), o vestuário, entre outros, seriam mecanismos implícitos. [...] esses mecanismos são os meios pelos quais as ideologias transformam-se em políticas homogêneas e hegemônicas, sendo, dessa forma, necessário investiga-los, não se restringindo, portanto, somente a legislação oficial para compreender como as reais políticas linguísticas de uma comunidade ocorrem. Ou seja, são por meio de tais mecanismos impostos explícita e ou implicitamente que as políticas linguísticas se manifestam (Silva, 2013, p. 314).

Nessa perspectiva, para compreender a política linguística e educacional de uma sociedade ou de um grupo específico, é necessário examinar indicadores além dos instrumentos normativos oficiais (Shohamy, 2006). Portanto, é por meio de outros mecanismos que as políticas linguísticas de uma comunidade se manifestam e podem ser compreendidas e questionadas (Silva, 2013).

Tendo em conta esse delineamento teórico este estudo busca refletir sobre como a presença de migrantes surdos na rede de ensino municipal de Santarém-PA, em especial migrantes surdos indígenas, tem sido percebida pela SEMED. Para tanto, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, priorizando a exploração da complexidade dos fenômenos estudados (Denzin; Lincon, 2006).

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado composto por 13 questões de natureza quantitativa para atender aos objetivos deste estudo, conforme se apresenta no Quadro 1. O questionário foi entregue fisicamente na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), com encaminhamento para a Divisão de Educação Especial (DEE), em novembro de 2022.

Quadro 1 – Dados do questionário aplicado

Nº	Pergunta	Resposta SEMED
1	Quantos aluno/as o município tem matriculado em todas as etapas e modalidades de ensino?	62.210
2	Quantos alunos com deficiência estão matriculados no município?	1.738
3	Quantos alunos surdos/deficiente auditivo estão matriculados no município?	36
4	Quantos alunos migrantes estão matriculados no município e quais as nacionalidades?	-
5	Quantos alunos migrantes com deficiência estão matriculados e quais as nacionalidades?	02
6	Quantos alunos com surdez/deficiência auditiva migrantes estão matriculados no município, quais as nacionalidades?	00
7	Quantas salas de recursos multifuncionais/Atendimento Educacional Especializado o município tem?	23
8	Quantos professores de Educação Especial há no município? Quantos professores de Atendimento Educacional Especializado há no município?	48 efetivos 44 PSS
9	Quantos tradutores e intérpretes de Libras fazem parte do quadro efetivo ou temporário da rede? Caso, haja contrato temporário, qual a formação exigida nos processos seletivos?	01 curso em libras 180 horas
10	Quantos alunos migrantes com deficiência são atendidos pelas salas de recursos no município?	02
11	Quantos alunos com surdez/deficiente auditivo são atendidos pelas salas de recursos no município?	00
12	Quantos projetos são/foram desenvolvidos com temas e foco voltados à inclusão, acessibilidade, ensino entre outras ações para migrantes no município?	Anualmente 1 projeto
13	Quantas formações o município fez ou recebeu sobre inclusão de alunos migrantes no período de 2010 a 2023?	00

Fonte: as autoras

Embora os dados coletados são representados em sua maioria de forma numérica, e, portanto, quantitativo, este estudo se ocupa em discutir os resultados qualitativamente. Para isso, empregou-se o método de análise de conteúdo (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021), permitindo criar categorias analíticas a priori, ou seja, antes mesmo da obtenção dos resultados.

De modo que as categorias emergidas resultaram em um panorama direcionado exclusivamente ao interesse do estudo: a primeira sobre a presença e o processo inclusivo de migrantes surdos indígenas nas escolas da rede municipal e a segunda sobre o olhar gestor sobre as línguas desse grupo.

Presença e processo educacional inclusivo de migrantes surdos indígenas nas escolas de Santarém-PA

De acordo com informações obtidas por meio do questionário, a SEMED informou que em 2022 há o registro de 1.738 (mil setecentos e trinta e oito) alunos com deficiência matriculados na rede municipal de ensino. As respostas, porém, são divergentes e confusas, pois, de acordo com este órgão, são registradas apenas duas matrículas de alunos migrantes com deficiência. Entretanto não foi mencionado pela SEMED qual a deficiência dos alunos, podendo, segundo interpretação deste estudo, se tratar também de alunos surdos.

De modo mais específico, das respostas obtidas, conforme apresentadas na Tabela 1, surgem algumas situações problemáticas: na pergunta 4 - “Quantos alunos migrantes estão matriculados no município e quais as nacionalidades”, a SEMED responde que não há, enquanto na pergunta 5 - “Quantos alunos migrantes com deficiência estão matriculados e quais as nacionalidades”, responde que há dois. Na pergunta seguinte, “Quantos alunos com surdez/deficiência auditiva migrantes estão matriculados no município, quais as nacionalidades”, a resposta é novamente dois.

Na pergunta 10 - “Quantos alunos migrantes com deficiência são atendidos pelas salas de recursos no município”, a resposta é mais uma vez dois, e na seguinte sobre alunos surdos, responde-se nenhum. Ao mesmo tempo, confirma-se que há 36 surdos/deficientes auditivos matriculados no município.

Neste emaranhado de informações, questiona-se se os dois alunos surdos indígenas Warao estão incluídos nesses 36 alunos, ou seja, vistos apenas pela surdez e não considerados em relação à sua identidade indígena ou à sua condição de migrantes.

A partir desses dados, mesmo a SEMED afirmando haver apenas dois alunos migrantes com deficiências matriculados na rede municipal de ensino de Santarém e que estes são atendidos nas salas de recursos, levantam-se questões sobre a falta de ajustes da escola e do currículo para atender às necessidades desses alunos, conforme aponta os relatos de Ferreira (2024), apresentados mais a diante.

Entretanto, de modo antagônico, no próprio questionário o setor responsável alega não haver alunos surdos migrantes matriculados na rede. Esse dado é ques-

tionável quando se levantam informações acadêmicas que comprovam a matrícula de alunos surdos, como é o caso do estudo publicado por Ferreira (2024) e dados informados nos relatórios do Programa de Apoio a migrantes e Refugiados Surdos (MiSordo), da UFOPA².

Nos relatórios do projeto voltado ao ensino de Libras para surdos nos abrigos, o Programa MiSordo, confirma a presença de dois alunos surdos da etnia Warao. Essas crianças foram identificadas ocupando o abrigo emergencial do município de Santarém-PA e frequentando escola pública próxima a esse abrigo. Ainda, como contraponto aos dados obtidos junto à SEMED, destaca-se o relato de experiência apresentado por Ferreira (2024), no qual descreve situações de vivências escolares de uma aluna indígena Warao, surda e migrante, matriculada na rede pública municipal de Santarém-PA.

Ainda, relativo à presença de alunos surdos nas escolas, uma informação preocupante também é evidenciada nos resultados. Segundo a SEMED, há apenas um Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) contratado com formação básica em curso de 180 horas de Libras.

A título de exemplificação, no Brasil, os surdos encontram respaldo legal para o ingresso e permanência nas escolas de ensino básico e superior por meio de diversos instrumentos normativos. A Lei nº 10.098, promulgada em 2000, e posteriormente o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei de Libras, Lei nº 10.456/02, estabelecem, entre outras prerrogativas sobre o Atendimento Educacional Especializado, a presença de tradutores e intérpretes e a promoção da Educação Bilíngue.

A Lei de Libras também reconhece a Libras como língua própria da comunidade surda do Brasil (Brasil, 2000). Os surdos migrantes, assim como os nacionais, devem participar da vida escolar e contar com o apoio de professores especializados, bem como seguir as orientações oferecidas na Educação Especial e no Atendimento Educacional Especializado, podendo ainda contar com intérpretes de línguas de sinais. Além disso, recentemente, foi aprovada na LDB (Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (Lei 9.394, de 1996) a inclusão da educação bilíngue para surdos pela Lei 14.191, de 2021, como uma modalidade de ensino independente — antes incluída como parte da Educação Especial.

Deste modo, mesmo havendo garantia de direito à inclusão, à educação e ao uso da língua de sinais a todos os alunos surdos, incluindo alunos surdos mi-

² Programa interinstitucional de apoio a migrantes e refugiados surdos no Brasil da Universidade Federal de Roraima e da Universidade Federal do Oeste do Pará. O Programa tem desenvolvido ações em parceria com outras Instituições de Ensino Superior e, principalmente, com OSC (Organizações da Sociedade Civil), agências filantrópicas e projetos religiosos nacionais e internacionais que trabalham com migração.

grantes (Brasil, 2020), o que se apresenta como resultado desta análise é a evidente falta de preparo, de conhecimento, organização e estrutura da SEMED diante da situação de alunos surdos migrantes incluídos na rede.

Outro aspecto que chama atenção é justamente a falta ou a inexistência de assistência formativa voltada para esta área oferecida pela SEMED. Também não houve discussões internas, projetos ou ações que pudessem trazer esclarecimentos aos professores e acolhida das diferenças culturais e linguísticas desses alunos na escola, conforme aponta a SEMED ao responder que não houve formações aos professores e pelo relato de Ferreira (2024). Não há como atender a singularidades desses alunos sem conhecimento ou formação.

Em relato registrado por Ferreira (2024), imersa em uma situação de inclusão de uma aluna Surda migrante indígena na rede municipal de Santarém, essa situação resulta em uma desresponsabilização pública sobre a educação da estudante. Vejamos um trecho:

Em 2019, fui informada de que teria uma aluna surda na sala de aula, durante a semana pedagógica, algumas semanas antes do início das aulas. Diante disso, busquei orientações sobre como abordar a situação e qual metodologia seria mais adequada para utilizar durante as aulas. Tudo era novo para mim, e eu estava consciente de que não haveria um intérprete na sala. O processo de ensino-aprendizagem e a comunicação com a adolescente seriam de minha responsabilidade, o que me deixou apreensiva devido à minha falta de experiência com alunos surdos (Ferreira, 2024, p. 67).

Deste modo, compreende-se que esse papel, de conhecimento, informação e criação de estratégias, tem sido assumido unicamente pelo professor regular, que de forma autônoma busca caminhos possíveis para promover a inclusão de seus alunos migrantes indígenas surdos ou com deficiência. Ferreira (2024, p. 88) reforça situações como essa em seu relato

Para facilitar o processo de aprendizagem, utilizei imagens e vídeos reproduzidos através do meu celular. Isso foi particularmente útil, considerando que eu não falava a língua Warao dos indígenas e eles estavam em processo de aprendizagem da Língua Portuguesa.

Claramente a aluna referida pela professora, que compartilha a realidade estudada nesta pesquisa, não tem seus direitos educacionais preservados. No campo da Educação Especial, deveria haver um acompanhamento centrado nas diferenças culturais e linguísticas dos sujeitos (Brasil, 2008), valorizando inclusive o ensino colaborativo entre os professores neste processo.

Observa-se nas respostas obtidas que a SEMED sobre o quantitativo de professores de Educação Especial mobiliza recursos e serviços multifuncionais

relativos aos serviços de Educação Especial como orientação e mobilidade no AEE, instrutor surdo, cuidador e mediador. Entretanto estes serviços, sejam eles materiais ou humanos, são respostas generalizadas, oferecidas a todos os alunos público-alvo da Educação Especial. Não há especificações precisas ou direcionadas a situação da diferença política cultural e linguística do aluno surdo indígena incluído.

O olhar sobre as línguas

Como forma de complementar e ampliar a percepção que gestores educacionais têm sobre a língua dos migrantes indígenas e diante da escassez de fontes acadêmicas sobre o tema, apresentam-se aqui trechos de uma matéria de jornal realizada junto a uma representante da prefeitura municipal de Santarém, no Pará, publicada em 2022.

Na ocasião a entrevistada aborda a questão da formação docente e tece comentários sobre as diferenças linguísticas na escola. A capacitação para os professores integra o ‘Sistema de Garantia de Direitos, atendimento integrado e Escuta Especializada’, como parte das propostas do selo Unicef³. Observa-se que essa capacitação não foi citada na resposta da SEMED, dadas a este estudo.

Santarém mais uma vez busca está tão importante certificação para continuar garantindo direitos de crianças e adolescentes. Nós temos um **público que não fala direito o português, não domina bem o espanhol, e usa o dialeto Warao**, então a gente tem esse desafio da língua, mas com certeza a escuta qualificada vai trazer uma capacitação para esses servidores, uma forma de abordar e entender o que a criança e adolescente está vivenciando (Prefeitura de Santarém, 2022, grifos nossos).

O trecho da entrevista ilustra o desconhecimento de fatores relacionados ao aspecto linguístico dos povos indígenas e das comunidades migrantes, chamando a língua Warao de dialeto. Além disso, há uma generalização ao afirmar que não dominam a língua espanhola, língua majoritária da Venezuela.

A matéria se refere à comemoração dos quatro anos de existência em 2022 do abrigo emergencial. Este já acolheu mais de 800 migrantes. No ano de 2022, recebeu 160 pessoas, a maioria adultos, totalizando 33 famílias, a maioria pertencente à etnia Warao⁴.

³ Fonte: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/assistencia-social/sistema-de-garantia-de-direitos-atendimento-integrado-e-escuta-especializada-sao-temas-de-capacitacao-que-acontece-em-santarem-kdd6ab>. Acesso em: 09 maio 2024.

⁴ Fonte: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/assistencia-social/prefeitura-de-santarem-governo-federal-e-oim-iniciam-pesquisa-nacional-sobre-populacao-indigena-venezuelana-no-brasil-9bawbz>. Acesso em: 09 maio 2024.

A Casa iniciou as atividades após a chegada em Santarém de 30 migrantes. Observando a necessidade de prestar acolhida a esse grupo é que a Prefeitura de Santarém, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social implantou o equipamento em 1º de novembro de 2017 (Prefeitura de Santarém, 2022).

De fato, as narrativas apresentadas pelos gestores parecem não estar preocupadas com os sujeitos migrantes indígenas, quiçá com o sujeito surdo migrante indígena e sua subjetividade. As posições em relação às línguas partem de um discurso de desconhecimento e despreocupação com o processo educacional.

Este cenário congrega os apontamentos teóricos de Spolsky (2004) e Shohamy (2006), ao afirmarem que as línguas não são neutras e estão imersas em agendas políticas, ideológicas, sociais e econômicas, assim como os mecanismos de política linguística também não são neutros e agem como instrumentos para promover e perpetuar essas agendas (Kobayashi; Silva; 2019). Nessas agendas, a visibilidade de suas presenças, no caso os migrantes indígenas, e suas formas de comunicação ainda não são possíveis de serem percebidas. No âmbito escolar, isso está ainda mais silenciado.

Este silenciamento os relega a uma situação de invisibilidade, assim como suas formas de comunicação. Suas particularidades como educandos e participantes do processo educacional inclusivo não são devidamente consideradas. Ademais, essa invisibilização também os coloca diante das escolas como um não-lugar (Augé, 1995; Lazzari, 2012), onde as pessoas entram, passam e saem sem interagir, sem construir significados. Pois, sem língua, não há comunicação e, conseqüentemente, não há meios para ensinar e aprender.

Considerações Finais

Neste trabalho, apresentamos um estudo sobre as ações educacionais destinadas aos alunos migrantes indígenas surdos em Santarém-PA, com o objetivo de compreender algumas nuances das Políticas Linguísticas em apresentadas nesse contexto.

Apesar das limitações dos dados, foi obtido informações que comprovam a necessária reorganização local para a melhoria da educação inclusiva de grupos tão particulares quanto os migrantes surdos indígenas. Além disso, a análise dos dados evidenciou a necessidade de considerar as especificidades linguísticas e culturais, especialmente no contexto dos alunos indígenas surdos.

Ainda, percebe-se a urgência de uma maior atenção dada pela Educação Especial a esses grupos, especialmente no que diz respeito à garantia do direito à comunicação, ressaltando a urgência de uma reflexão mais ampla sobre a educação

inclusiva e os direitos humanos no contexto dos alunos surdos e com deficiência. Evidencia-se também a falta de conhecimento específico sobre esses sujeitos que poderiam ser abordados em ações, projetos ou formações junto aos professores que os recebem em sala de aula. Essa situação é evidenciada pela complexidade das interações linguísticas e culturais presentes nesse contexto.

A partir das breves reflexões, conclui-se de modo geral que a presença de estudantes de outras nacionalidades não tem influenciado as reflexões e práticas educacionais dos setores de gestão educacional. Portanto, é urgente encontrar modos de inclusão de grupos linguísticos minoritários e suas intersecções de ser surdo, indígena e migrante.

Referências

- ABRAHÃO, B. A. **Solicitação de refúgio como estratégia migratória dos venezuelanos em Roraima nos anos de 2014 a 2017**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.
- AUGÉ, M. **Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité**. Paris: Le Seuil, 1995.
- ARAÚJO, P. J. P.; BENTES, T. Surdos migrantes na escola: questões de inclusão e direitos humanos linguísticos. **Revista Teias**, v. 23, n. 69, p. 35-49, abr./jun. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1997.
- BENTES, T.; ARAÚJO, P. J. P. **¡Sordos también migran! A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário**. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR, 2021.
- BENTES, T.; ALBANO, A. H. O.; ARAÚJO, P. J. P.; CALIXTO, H. R. S. Migrantes Surdos e acesso aos serviços públicos no Brasil: contribuições do Programa MiSordo. **Conexão ComCiência**, Crateús, v. 2, n. 2, 2022. .
- BENTES, T.; MENEZES, A. M. C.; PINHEIRO, D. **Migrantes Surdos: Educação, Tradução e Direitos Humanos**. Santarém: Editora da UFOPA, 2024 (*No prelo*).
- BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Estatuto do Estrangeiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 16534, 21 ago. 1980.
- BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Lei do Refúgio. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 15822, 23 jul. 1997.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 25 maio 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão do tradutor e intérprete de Libras. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 02 set. 2010.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 23, 25 abr. 2002.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 28, 23 dez. 2005.
- BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 04 ago. 2021.

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 26 jun. 2014.
- BORGES, A. A. P. As classes especiais e Helena Antipoff: uma contribuição à história da educação especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 345-362, 2015.
- CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S. de; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DUTRA, M. H. A. **Os processos inclusivos de estudantes migrantes surdos em escolas da fronteira seca Brasil/Paraguai**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.
- FERGUSON, G. **Language Planning and education**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2006.
- FERREIRA, S. S. Sobre ela, Tchauela: relatos de experiência sobre educação formal de uma Indígena Warao Surda Migrante. In: BENTES, T.; MENEZES, A. M. C.; PINHEIRO, D. **Migrantes Surdos: Educação, Tradução e Direitos Humanos**. Santarém: Editora da UFOPA, 2024 (*No prelo*).
- FIGUEIRA, P. C. M. **Comunidade surda da fronteira, experiência “compartida”**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- KASSAR, M. C. C. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.
- KOBAYASHI, E.; SILVA, E. R. da. Considerações sobre a relação entre exames internacionais de proficiência em língua inglesa e política linguística. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. XL, p. 100-120, 2019.
- LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos; MARTINS, V. R. O. (Orgs.). **Escola e Diferença: caminhos da educação bilíngue para surdos**. São Carlos: Edufscar, 2016.
- LAZZARI, Marco. The role of social networking services to shape the double virtual citizenship of young immigrants in Italy. **Proceedings of the IADIS International Conference on ICT. Society and Human Beings**, Lisbon, Portugal, July 21-23, 2012.
- LOUBERT, M. **Surdos brasileiros e bolivianos em destaque: processo inclusivo em uma escola no município de Corumbá – MS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.
- MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: MOREIRA, A. F. B. **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC, 2007.
- MIRANDA, J. P. R. **Contato linguístico da modalidade espaço-visual: língua brasileira de sinais e língua de sinais boliviana na fronteira**. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MOTTA, Janayna Avelar; GEDIEL, Ana Luisa Borba. Formação de professores em libras: um caminho para a inclusão escolar. Diálogos entre culturas e sociedade. *In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS*, 1., 2016, Viçosa. **Anais [...]**. Viçosa: UFV, 2016.

OLIVEIRA, G. M. de.; SILVA, J. I. da. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? **Revista Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 42, p. 131-153, jan./abr. 2017.

RUÍZ, R. Orientations in language planning. *In: MCKAY, S. L.; WONG, S.-L. C. (Orgs.). Language diversity: problem or resource?* Boston: Heinle & Heinle Publishers, 1988.

SANTOS, L. A. A. **Educação bilíngue para surdos e identidade surda na fronteira Brasil-Bolívia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2020.

SILVA, E. R. da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Revista Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, jul./dez. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, T. T. (org. e Trad.) Identidade e diferença: a perspectiva dos sentidos culturais*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

SHOHAMY, E. Language policy and language assessment: the relationship. **Current issues in language planning**, v. 9, n. 3, p. 363-373, 2006.

SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VAZ, C. P. **Educação de surdos na fronteira de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

WILEY, T. G. Language Planning and Policy. *In: MCKAY, S. L.; HORNBERGER, N. H. (eds.). Sociolinguistics and language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 103-147.

A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO A PARTIR DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS

The Construction of the Border Territory from International Migration Movements Summary

DOI 10.55028/geop.v19i36

Jackeline Cristina Nogueira Guerrero*
Marcos Leandro Mondardo**

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar os movimentos migratórios internacionais em fronteira e as múltiplas modalidades de transterritorialidades existentes no território fronteiriço Brasil-Bolívia. A problemática que o texto aborda caracteriza-se pela existência de movimento pendulares internacionais, ou seja, o trânsito cotidiano de imigrantes pela fronteira motivado especialmente pela busca de trabalho e acesso a políticas públicas específicas. O método utilizado é a história oral, onde foram coletados depoimentos de imigrantes que emigraram em épocas diferentes e passaram a conviver em Corumbá. Conclui-se que a trajetória migratória para é motivada especialmente pela busca de trabalho no sentido de se ter estabilidade e segurança em outro território.

Palavras-chave: fronteira, imigrantes, movimentos pendulares internacionais, transterritorialidades, recursos sociais.

Abstract: The objective of this work is to analyze international migratory movements across the

Introdução

O objetivo deste trabalho analisa os movimentos migratórios internacionais em fronteira e as múltiplas modalidades de transterritorialidades existentes no território fronteiriço Brasil-Bolívia, a partir dos municípios que se constituem as cidades gêmeas¹ de Corumbá, MS, Brasil e Puerto Suarez, Bolívia. O texto busca refletir, através de depoimentos e entrevistas com os migrantes internacionais, que as formas de como foram construídos esses movimentos se baseia na busca de recursos sociais, especificamente o trabalho, assim, a fronteira pode ser usada como recurso a partir das necessidades dos atores sociais.

* Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, Mestre em em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e graduada em Geografia pela UFMS. E-mail: jackeline.guerrero@ufms.br.

** Doutor e Pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados e ggraduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor Associado do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: marcosmondardo@ufgd.edu.br.

¹ As cidades-gêmeas são aglomerações urbanas que possuem mais de 2 mil habitantes e ficam uma ao lado da outra, mas em países diferentes, isto é, municípios de fronteira que se caracterizam pela integração urbana, econômica, social e cultural com outro município de um país vizinho (Colleto, 2021).

border and the multiple types of transterritorialities existing in the Brazil-Bolivia border territory. The problem that the text addresses is characterized by the existence of international commuting, that is, the daily transit of immigrants across the border motivated mainly by the search for work and access to specific public policies. The method used is oral history, where testimonies were collected from immigrants who emigrated at different times and started to live in Corumbá. It is concluded that the migratory trajectory is motivated especially by the search for work in order to have stability and security in another territory.

Keywords: border, immigrants, international commuting movements, trans territorialities, social resources.

Em se tratando de junção temática e conceitual de migrantes internacionais e fronteira, a tarefa de realizar um recorte temporal entre 1950 a 2023 se dá pela análise sobre o tempo e o espaço, pois houve grande número de migrantes bolivianos, especialmente os *kambas-chiquitanos*² que migraram durante o surgimento da construção da estrada de ferro (1939-1954), que liga Santa Cruz de la Sierra, Bolívia a Corumbá, MS, Brasil.

A problemática que o texto aborda caracteriza-se pela a existência de movimentos pendulares internacionais, ou seja, o trânsito cotidiano de imigrantes pela fronteira motivado especialmente pela busca de trabalho e acesso a políticas públicas específicas como a educação, saúde e cobertura previdenciária e assistência social. As formas de como foram construídos esses movimentos serão analisadas neste estudo. Observamos que os movimentos migratórios de imigrantes pendulares internacionais é uma realidade e suas repetições em diversas partes do mundo indicam algo sistêmico nas realidades fronteiriças, assim, o estudo justifica-se por compreender essas relações estabelecidas no território fronteiriço através de migrantes brasileiros e bolivianos.

² Qualificados como índios sem-terra, *chiquitanos*, índios mestiços, bolivianos os *Kambas* que são nascidos em terras-baixas da Bolívia, como o departamento de Santa Cruz, eles migraram para Corumbá no século XX com a construção da ferrovia que liga Santa Cruz de la Sierra-Corumbá, grande parte de *kambas-chiquitanos* migrou para o Brasil, assim, com a construção da estrada de ferro (1939-1954) imigrantes bolivianos do altiplano ou terras baixas reconstruíram as suas trajetórias de vidas para viver na fronteira (Silva, 2021).

O método utilizado é a história oral, tendo por base as entrevistas realizadas em campo. O estudo parte de entrevistas semiestruturadas realizadas com três imigrantes bolivianos que vivenciaram a experiência da emigração e migração. O primeiro, um senhor na situação de exilado, que a sua trajetória foi relatada pelo seu filho que migrou para o Brasil na década de 60. O segundo perfil de migrante é um feirante na situação de imigrante pendular que emigrou na década de 90 motivado pelo trabalho e sobrevivência. O terceiro perfil de imigrante é uma senhora vendedora de alho que transita diariamente o território fronteiriço. E, o quarto perfil, é a mais recente forma de migração que é motivada pelo estudo, sendo uma brasileira estudante que vive no Brasil e estuda na Bolívia desde 2018.

O estudo foi realizado no município de Corumbá, MS, Brasil, que está localizada no limite internacional com a Bolívia. Essa cidade dista apenas 4 km da cidade boliviana de Puerto Quijarro, e 20 km de Puerto Suarez, também na Bolívia, permitindo o deslocamento de pessoas através da linha que delimita os territórios dos dois países. As entrevistas aconteceram na cidade de Corumbá no período de agosto a dezembro de 2023. Utilizamos o gravador e câmera para registrar as atividades exercidas pelos migrantes; os depoimentos foram gravados e transcritos no texto. Realizamos o campo durante a atividade profissional dos migrantes internacionais, assim, nos descolamos até as feiras livres e nos estabelecimentos comerciais concentrados na região sul do município de Corumbá.

Assim, coletamos os depoimentos de imigrantes que emigraram em épocas diferentes e passaram a conviver em Corumbá. A fim de refletir sobre as suas trajetórias e o trabalho exercido na fronteira, destacamos a categoria de imigrantes pendulares internacionais. Os nomes dos entrevistados são fictícios para manter suas identidades preservadas.

Este texto está organizado em duas seções. Na primeira trabalharemos brevemente os conceitos de fronteira, migração e transterritorialidade, que vem ao encontro com as experiências migratórias na fronteira desses atores sociais. Na segunda seção, analisaremos os casos sintetizados em quatro tópicos que contextualizam as migrações desses quatro sujeitos e exploram suas especificidades.

Fronteira e migração: alguns conceitos

A primeira discussão se constitui em ser uma migração ou um simples movimento a situação de imigrantes pendulares em território fronteiriço. O movimento pendular em fronteira se trata de um fenômeno em que a questão do movimento é inerente à da mobilidade (Oliveira; Loio, 2019).

A existência de movimentos pendulares internacionais é uma das manifestações mais importantes nas dinâmicas fronteiriças, e das que possui condições mais precarizadas também. Conforme Oliveira (2019, p. 56) “O cotidiano dessas pessoas é tal que tudo em suas vidas, incluindo a ausência e a presença está diretamente ligado a essa circularidade e suas decorrências”. A qualificação espacial da fronteira Brasil-Bolívia através da geografia das cidades gêmeas de Corumbá, Brasil e Puerto Quijarro, Bolívia, deve ser observada como ponto chave na elaboração de um raciocínio a respeito de suas presenças. Neste aspecto, as mobilidades são uma marca e uma característica dessa fronteira.

Lembramos Sayad (1998), quando analisava o ato de emigrar da Argélia para imigrar na França, da mesma forma, os pioneiros bolivianos que na década de 50, motivado pela sobrevivência com a questão estrutural de crise continuada em seu país, fez com que a migração fosse a alternativa e busca de trabalho. A trajetória do migrante passa por complexas tramas e conflitos. Sayad (1998) nos ensina que o imigrante é antes de tudo um emigrante. Ou seja, a sua trajetória migratória constitui em sofrimento, pois a travessia é difícil no sentido de deixar para trás a sua terra natal e permanecer no estranhamento que a fronteira provoca a partir das alteridades. No entanto, considerando Foucher (1991) o imigrante sabe imaginar o que se espera a partir do limite, seja qual for a modalidade migratória.

Em se tratando de imigrantes pendulares internacionais, Mondardo (2019) explica que a situação de imigrantes pendulares é uma transterritorialidade, pois, esse vai e vem em seu cotidiano, atravessa o limite internacional e retorna quando termina o trabalho ou o estudo pode ser interpretada como as transterritorialidades múltiplas. “A condição de fronteira é entre aqui e lá; entre o antes e o depois; entre o passado-presente; entre o território deixado e chegado”. O migrante, dessa forma, “está inserido “entre dois lugares”, que o fazem comportar a transterritorialidade entre aqui e lá (Mondardo, 2009, p. 111).

Assim, compreender as vivências e trajetórias dos migrantes pendulares é importante para distinguirmos o que é a migração e/ou um movimento de sujeitos em busca de um recurso social entre dois países.

Conforme explica Mondardo (2018), nos deslocamentos espaciais ocorrem mais do que mudanças físicas, pois “são descentramentos de sujeitos, de culturas e de modos de vida; são mudanças que transformam o sujeito em um ser translocado, num ser transterritorial (e de múltiplos pertencimentos), sentimentos e de territórios que são construídos e/ou transpassados no cotidiano de espaço fronteiriços (Mondardo, 2018, p. 30).

A fronteira, objeto geográfico, pode ser interpretada como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente (Santos, 1996). Isso quer dizer que cada lugar fronteiriço, em sua história, características e processos peculiares, combina objetos e ações, que se entrelaçam com processos originados tanto em escalas mais íntimas (do lugar e do pertencimento) quanto em escalas mais amplas, como as transnacionais e transterritoriais.

Por conta disso, cada fronteira apresenta uma condição fronteiriça em que se constroem as distinções entre “nós” e os “outros”. É nesse sentido que podemos interpretar a resistência ao “outro” imigrante, especificamente a presença dos bolivianos na cidade de Corumbá e a mobilidade espacial de grupos de outras nacionalidades, como representativas das relações socioespaciais.

A fronteira analisada neste estudo encontra-se em territórios de dois países de soberanias muito distintas, mas não se limita a eles. Machado (1998) explica que o limite pertence ao Estado enquanto a fronteira aos povos que a compõem, assim, o território pode ser entendido, conforme Haesbaert (2009) associado ao controle de acessibilidade, ou seja, um espaço pode ser controlado pelo poder exercido pelo estado, assim, o território necessita sempre de alguma fronteira, ou melhor, limite. A dinâmica da fronteira se faz pelo movimento, e a partir do movimento é que gera uma intenção do ator de usar o território como recurso.

A cada movimento migratório no espaço fronteiriço, e no vai-e-vem de imigrantes pendulares, há a possibilidade de novas qualificações espaciais e significados diversos que, conforme aborda Santos (2001), constroem novas formas para atender a novas funções, a partir da alteração funcional das formas já existentes. A busca pelo trabalho ainda é a base dessa transterritorialidade.

Portanto, na próxima seção veremos a discussão do território como recurso, especialmente a questão trabalho, e mais recente o estudo e a estabilidade e segurança.

A fronteira como recurso social

A base da imigração continua sendo o trabalho, conforme explica Sayad (1998), pois é a economia a grande consumidora da imigração para a mão-de-obra imigrante e a informalidade vem sendo a principal atividade dos imigrantes pendulares em território fronteiriço.

No entanto, houve algumas mudanças no objetivo de emigrar, como reunir com a sua família e de ter estabilidade e segurança, sendo o caso da acolhida

humanitária de haitianos; e, com a presença de redes transfronteiriças familiares, conflitos, sentimento de pertencimento e identidade, que estão presentes no trânsito cotidiano entre territórios, ou, em outras palavras, em modalidades de transterritorialidades. A rede se faz e se refaz pelo trabalho, como é o caso de parentes de bolivianos que migram muitos anos depois de seus familiares para trabalhar juntamente com eles nos negócios e no comércio.

O outro principal recurso social que os imigrantes buscam é a educação, sendo brasileiros e filhos de brasileiros que cruzam a fronteira cotidianamente para estudar em Puerto Quijarro, no curso de medicina, e retornam ao Brasil quando terminam o estudo.

Os relatos das diferentes experiências de migrações na fronteira nos permitem ter uma visão da complexidade do território e suas qualificações, sendo o processo difícil a tarefa de se territorializar ou reterritorializar, de pertencer ou de distanciar, de ser duas ou mais maneiras de ser, ou de se ter identidades de gaveta.

As mobilidades serão analisadas em território fronteiriço são motivadas pela busca de recursos sociais, como, por exemplo, o trabalho informal de feirantes bolivianos que exercem o comércio nas feiras livres e os lojistas que se territorializaram na região sul do município de Corumbá, conhecido como parte alta da cidade. Assim, o uso do território se faz pelo comércio de muitos imigrantes pendulares internacionais.

Uma nova forma de imigrantes pendulares são os estudantes, a mobilidade tem se intensificado na fronteira motivada pelo estudo, especialmente brasileiros que estudam na Bolívia. A terceira maneira do sujeito usar o território, pode ser interpretada como a noção de estabilidade segurança, essa que veremos no primeiro relato de um imigrante exilado.

Trajétoria migratória de Guerrero (1960): “*no hay mal que dure cien años y no hay cuerpo que pueda resistirlo*” (abuelita)

Guerrero é boliviano, 76 anos, nascido no Alto Peru, hoje Bolívia. Inicialmente ele relata sobre a vida de seu pai na Bolívia, e, após, o trajeto da imigração para o Brasil na década de 60. Ele lembra de sua terra natal como uma geografia maravilhosa. Bolívia está situada no coração da América do Sul, de belezas inigualáveis e riquezas incomensuráveis, ela se estende desde a cordilheira andina às planícies *chaquenhas* e até a selva amazônica.

Heterogênea na sua paisagem e nas raças humanas que a povoam foi ela o “berço da liberdade” da América espanhola, nela surge o primeiro grito da

independência em 1809 na Universidade de Chuquisaca na cidade de Sucre e seus emissários o espalharam para outros vice-reinados da Colônia Espanhola. Guerrero lembra, como paradoxo de tamanha ousadia, Bolívia foi o último país a conquistar sua independência em 1825, nele se travando as derradeiras batalhas, inclusive com a participação das mulheres cochambambinas que lutaram na batalha da Coronilla em Cochabamba no dia³ 27 de maio derrotando os espanhóis.

Meu pai Simon Guerrero (1917-1968) nascido em La Paz e educado até os 15 anos em Antofagasta no Chile, pressionou sua mãe a retornar à Bolívia para servir a pátria que tinha iniciado conflito bélico com o Paraguai; chegando a La Paz ingressou na Academia Militar e poucos meses depois estava na frente do combate na guerra, tendo sido ferido e transferido para um hospital militar. Terminada a guerra em 1936 prosseguiu sua vida como militar que era a sua verdadeira vocação. Casado com Aida Urdinina (1938-X), ele serviu na cidade de Potosi e depois transferido para o departamento de Beni na Amazonia boliviana onde nasceu o primogênito Jaimito que faleceu nos primeiros meses de vida. A primeira filha foi Lia Amparo, (1941-2020), depois eles tiveram mais uma filha, Ana Maria (1944) e Jaime Simon (1943).

Em 1952 o seu pai foi afastado do exército com a queda da junta militar que governava o país e ascensão do partido Movimento Nacionalista Revolucionário, governo de esquerda, assim, ele foi preso, deportado para Santa Rosa de Abuná e Madre de Dios até alcançar a cidade portuária de Guajará-Mirim no Território de Guaporé no Brasil.

Após o falecimento de sua esposa, fixou residência em Corumbá com as suas filhas e após, o retorno de seu filho terminado o colegial e vindo trabalhar como engenheiro. O seu pai, na situação de exilado, foi um dos primeiros engenheiros que trabalhou na construção da Mina do Urucum (1976) em Corumbá.

No exílio permaneceu até seu falecimento trágico em Itatiaia no estado de Rio de Janeiro em um acidente de carro retornando do seu trabalho de engenheiro na construção da usina hidrelétrica da Usina do Funil e de Furnas. Deixou belos exemplos de valentia e coragem, de trabalho e de um espírito altamente elevado de responsabilidade, sua fácil comunicação e sociabilidade, simpatia suscitava sentimento de amizade o que colocava sempre ao centro de muitos amigos.

O contexto migratório de Guerrero que é narrado pelo seu filho, é caracterizado por ser uma migração forçada mediante as disputas políticas. As intensas revoluções que foram travadas no território boliviano e as instabilidades políticas

³ *Las Heroínas de la Coronilla fueron un grupo de mujeres que lucharon durante la guerra de independencia de la Real Audiencia de Charcas -hoy Bolivia, el 27 de mayo de 1812, en la ciudad de Cochabamba. Esta fecha fue elegida para celebrarse como el Día de la Madre.* (grifo nosso)

fizeram a imigração surgir como alternativa ou ser forçada, como é a história de um combatente exilado.

O entrevistado em todo momento fala em português, pois, a situação de sofrimento de sua família na Bolívia, fez com que ele perdesse as suas raízes e deixou de falar o espanhol, desde a sua migração ao Brasil. No entanto, quando ele faz menção à sua avó, ele utiliza o nome “*abuelita*” em todas as passagens da entrevista, como se fosse sinônimo de afeto e relação de amor e respeito.

O processo de emigração e as trajetórias de um exilado que logrou êxito em sua vida, por mais dolorosa e terrível que seja a situação de exílio, como explica Said (2001), ainda é considerado traumático e de sofrimento irreparável:

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (Said, 2001, p. 39).

As imigrações através das fronteiras deixam marcas profundas, pois abandonar um país é uma viagem longa e difícil, a trajetória de imigração é terrível de experienciar.

O processo de emigração é doloroso, o imigrante atravessa barreiras, seja a dos muros ou da língua (idioma). A situação de exilado, ainda pior, é a perda da pátria, especialmente para um militar combatente de guerra de alta patente, conforme relatado pelo migrante:

Meu pai estava lotado no Comando da região militar de Cochabamba e desempenha função importante. Outras duas revoluções aconteceram nessa época e das quais surgiram em algumas localidades. Não demorou e meu papai foi preso no quartel dos carabineiros na praça central de Cochabamba. Começa aqui outra etapa de vida do meu pai totalmente diferente de toda aquela que terminara nessa data, não mais como patente de militar, numa terra desconhecida de língua diferente sem oportunidades de emprego. E dali uma das maiores lições que meu pai nos deu em vida para seus filhos e descendentes, que um pai pode dar. Esquecendo sua antiga condição de comandante de exército, com formação para alto comando, passou a trabalhar de ajudante de pedreiro, pois não havia nenhum outro trabalho onde pudesse se engajar. Diariamente voltava desse passado labor para o único da cidade e no resto do dia convivía com exilados. Não raramente fazia seus belos discursos encantando seus ouvintes e não devia ser raras as cenas deixá-los em prantos. Numa dessas reuniões conheceu o então governador de território de Guaporé Paulo Nunes Leal que ficou encantado com ele e o levou a trabalhar no projeto de construção da estrada de rodagem Porto Velho Cuiabá na função de topógrafo. Desconheço sua formação nessa área, no entanto por todo o que vi e presenciei

e pelas funções que alcançou no exílio não mais me surpreendeu ele ter conhecimentos efetivos em tantas áreas (Guerrero, 2023).

O entrevistado tem uma relação fraternal pela sua avó que ajudou em todos os momentos de sua vida, com a criação e sustento da família, após o exílio:

Com essa melhora substancial na sua condição econômica minha mãe e Lia puderam visitá-lo e, a partir dessa data constantemente minha mãe recebia reis brasileiros que muito ajudaram nos gastos que até então ficaram a cargo da valorosa *abuelita* que nos sustentou durante todos esses meses que ficou deportado e exilado, pois seus vencimentos como militar tinham sido suspensos. Com a *abuelita* a “peteca não caía”, ela conseguiu que os colégios nos dessem bolsas de estudos e os três continuamos nos mesmos colégios, os melhores da cidade e os que realmente dariam todo embasamento educacional de que vimos a desfrutar no futuro e que serviram de alicerce na construção de nossa individualidade (Guerrero, 2023).

O migrante relata mais uma tragédia vivenciada na “travessia” da migração, sendo o sofrimento constante durante todo o processo migratório:

A vida continuava a acontecer em Cochabamba, sem pai, morando com *abuelita* e minha mãe sempre na expectativa que algo viesse a acontecer e ele pudesse retornar. Mera esperança. *Abuelita* sempre falava que “*No hay mal que dure cien años y no hay cuerpo que pueda resistirlo*”, uma verdade que servia como alento aos nossos corações. O corpo de minha mãe não aguentou esse sofrimento, ainda doente e vivendo mais essa forçada separação numa constante aflição e sem muitas esperanças tanto para sua cura como a do retorno de meu pai, ela acabou nos deixando numa tarde ensolarada do mês de março. A partir daí tudo muda e os três tomariam rumos diferentes. Meu pai que somente chegou depois do sepultamento articulou junto com *abuelita* os passos seguintes, entre as decisões que tomaram estava a de eu permanecer em Cochabamba até o final do meu curso secundário, Lia e Anita iriam morar com meu pai em Corumbá (Guerrero, 2023).

A base da imigração continua sendo o trabalho, sendo este provisório, improvisado e informal, muitas vezes, e são poucos os que superam esse rótulo, construindo carreira e formação.

O processo de inserção deles na cidade ainda é complicada com a questão dos indocumentados, que enfrentam várias dificuldades na fronteira, com a negação de direitos e acesso a políticas públicas por não ter o documento de fronteiriço e o CPF.

Said (2001) explica que os exilados carregam a marca de se sentirem diferentes, mesmo que obtenha êxito, colocando-se em situação de orfandade. Em Sayad (1998) também compreendemos a questão da ausência, assim:

A trajetória do migrante passa por complexas tramas e conflitos, especialmente na cidade de que o recebe. Antes de nascer para a imigração e ser estigmatizado com a questão de ser estrangeiro fora de seu país” ou um imigrante trabalhador, e, mais recente, imigran-

te estudante, há uma cultura presente, um idioma, costumes e tradições desse ator que vive na fronteira (Sayad, 1998, p. 36).

No trajeto da migração para um território desconhecido existem desafios que eles encontram quando chegam, assim, a importância das redes sociais para inserção do imigrante é importante.

Trajatória migratória de *Mamani* (1990): “na fronteira sempre terá gente ganhando ou perdendo”

Mamani, 55 anos, boliviana, nascida em La Paz, imigrante fronteiriça com duas residências, uma em Puerto Quijarro, Bolívia e a outra em Corumbá, Brasil. Veio para o Brasil na década de 90, com a sua família, pois a vida na Bolívia estava difícil e resolveu migrar para arrumar um trabalho e sustento de sua família. Trabalhou durante 6 anos na antiga “feirinha”, como era conhecida a feira BrasBol (abreviação de Brasil - Bolívia). A feira existia há 18 anos, era uma espécie de “camelódromo” onde se comercializam produtos “*made in China*”. Através de decisões políticas e calcados na questão do legal e do ilegal, veio a fechar em 2013. Após o encerramento das atividades na feirinha, Mamani teve que se reconstruir em sua trajetória e se re-territorializar para sobreviver junto a sua família.

A experiência migratória de Mamani foi pela necessidade de uso da fronteira como recurso social. Conforme evidencia a entrevistada, os imigrantes bolivianos vêm para Corumbá em busca de viver melhor e sair da pobreza: “*nosotros vivíamos en la pobreza en Bolívia, acá la vida mejoró con el trabajo y hoy tenemos casa*” (Mamani, 2023). Percebemos que a trajetória da imigrante que narra a sua história era de uma vida miserável e que através de muito trabalho, adquiriu bens e imóveis. Na fronteira muitos imigrantes internacionais se sustentam no trabalho informal de comércio de produtos “*made in China*”.

Pelas transitoriedades que ocorrem na fronteira, como a mudança de territorialidades para novos espaços, ocorre o descentramento de sujeitos com a construção de lojas em espaços improvisados no bairro Nova Corumbá, região periférica da cidade de Corumbá. As novas territorialidades formam-se na fronteira sujeitos periféricos a mercê de novas territorializações, desde o fechamento da feira BrasBol em 2012, os bolivianos desterritorializados se re-territorizaram suas vidas e seus comércios.

As fronteiras são lugares da contradição, ao mesmo tempo periféricos aos estados-nação, marcados por relações geopolíticas definidas a partir de outras escalas e plenos de alternativas políticas e econômicas oferecidas pelo trânsito fronteiriço (Dorfman, 2013).

Concordamos com a autora, pois o território fronteiro é periférico a depender de quem dele usar, a partir de seus interesses e possibilidades. Assim, com imigrantes a margem do território, as territorialidades são definidas, tendo o diferencial fronteiro (diferentes moedas e legislações), que permite um espaço de negociação entre atores sociais.

Conforme Costa (2013, p. 34), neste sentido entendemos que a gestão das regras, como ferramentas de poder, está inserida em um campo de disputa pela sua aplicação, seja nos mercados de rua, seja entre agentes do Estado. Há, portanto, uma gestão diferencial desses ilegalismos, que Foucault (1979, p. 199) nos ajuda a entender como a lei e a penalidade configuram uma “maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles”.

Na fronteira, considerando Costa (2013, p. 177) em que os atores sociais ora toleram transgressões a lei, ora agem coercitivamente, definindo ainda quem pode e quem não pode infringir a norma legal, o que abre espaço para o manejo da lei, assim como de sua transgressão de acordo com os interesses e possibilidades dos atores sociais.

O conflito entre comerciantes bolivianos e autoridades policiais, como também os políticos que deram ordem para fechar a feirinha com o motivo de ilegalidades, ainda hoje assombra muitos imigrantes pendulares, como os lojistas e até os feirantes da feira de rua que trabalhavam e exerciam suas territorialidades. A migrante lembra que *“cuando la feria cerró, tuvimos que seguir trabajando y ganándonos la vida, casi que construimos un almacén acá [...] hacemos nuestra vida en este barrio, construimos una casa para nuestros hijos”* (Mamani, 2023).

Considerando Costa (2013, p. 178) a partir dessa situação de ambivalência, os bolivianos aprenderam a manipular a fronteira em seu favor, exercendo o que entendemos ser um “contra-poder”, já que ao longo do tempo, esses atores sociais passaram a dominar o comércio informal em Corumbá, a partir do controle das estratégias de passagem de mercadorias, considerando a “porosidade” da fronteira. Empregamos o termo “poroso” no sentido de passagem em ambas as direções, mesmo em momentos em que barreiras são estabelecidas pela comunidade ou pelo governo do lado boliviano. Assim, quando existe “o fechamento da fronteira”, há passagens possíveis no contínuo legalidade/ilegalidade: diversos caminhos, trilhas e matas que permitem o acesso ao país vizinho.

No bairro Nova Corumbá, **conforme a imagem a seguir**, encontramos o espaço reconstruído com lojas improvisadas em garagens ou galpões de comer-

ciantes bolivianos em que reterritorializaram as suas vidas, construindo casas e exercendo trabalho, após o fechamento da feirinha, lá encontramos variedades de roupas, calçados, brinquedos, eletrônicos entre outros, proveniente de Santa Cruz, Bolívia e ou na cidade de Goiana, no Brasil.

Figura 1 -Lojas de imigrantes bolivianos no bairro Nova Corumbá



Fonte: pesquisa de campo agosto de 2023.

O fato justificável para comprovar os deslocamentos do imigrante pendular internacional em território fronteiriço é a função do trabalho. As estratégias dos imigrantes estão relacionadas às funcionalidades presentes no espaço, especialmente as funções administrativas que na fronteira operam.

Alguns estudos apontam que as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes pendulares estão relacionadas à questão documental para exercer atividade remunerada no Brasil, envolvendo direitos sociais e previdenciários, especialmente os imigrantes pendulares bolivianos.

Mamani, sendo lojista, tem o MEI, (Microempreendedor Individual) adquirindo assim os direitos previdenciários e assistenciais por ser documentada, tem o CPF e o documento fronteiriço chamado atualmente de Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), permitindo o acesso à programas do governo e, como ela também tem residência na Bolívia, a sua família recebe benefícios do governo boliviano. Mamani usa o território de acordo com as suas necessidades, pois o arranjo fronteiriço permite essas estratégias de uso do recurso social nas transterritorialidades, no entanto, ela explica que já passou por algumas situações de negação de direitos, pela condição de ser boliviana e morar na fronteira, por parte de policiais federais, como afirma:

Yo vou en Bolívia todo dia, las crianças estudia lá, y vou dormir lá nos finais de semana. Una reclamacion que faço é que o boliviano tira a permanência, la carteirinha⁴ de fronteiriço, yo tirei a carteirinha com dificuldade, porque eles não acreditam que você mora aqui. Yo mostro o endereço do meu comércio, fatura da água e luz, eles exigem e ainda assim querem comprovar a residência, parece que acha que somos mentirosos (Mamani, 2023).

O aspecto importante para os pendulares bolivianos é o trato com as autoridades, especialmente os agentes autorizados no controle e vigilância. Como se trata de pessoas que transitam cotidianamente para trabalhar, principalmente em pequenas lojas concentradas em pontos da cidade, há dificuldades no trajeto por esses imigrantes que enfrentam problemas com a fiscalização e costuma causar apreensões, pois além do próprio fluxo de imigrantes pendulares, há também o fluxo de mercadorias e equipamentos de trabalho para instalação de barracas nas feiras livre em Corumbá, por exemplo.

Bourdieu (1989, p.227) ensina que existe uma ocultação de conflitos sociais por trás das decisões baseados em hierarquias nacionais e étnicas na fronteira, que questiona a legalidade dos comerciantes informais no território, impondo uma

⁴ Um fato observável nessa entrevista é que a migrante que já mora há muito tempo na fronteira, acaba por falar oportunhol que é uma mistura entre o português e o espanhol da Bolívia ou o castelhano.

sujeição a sua norma e conscientemente eles reconhecem, através da “neutralização das coisas em jogo”. Assim, Bourdieu explica que:

O espaço judicial *funciona* como um lugar neutro, “que opera uma verdadeira *neutralização* das coisas em jogo por meio da ‘des-realização’ e da distanciação implicadas na transformação da defrontação direta dos interessados em diálogo entre mediadores (Bourdieu, 1989, p. 227-228).

Na fronteira essa funcionalidade judicial parte dos mecanismos de atuação do poder, através das grandes operações policiais e, por trás, há ações de um preconceito velado em relação aos bolivianos, que ainda são considerados indesejáveis na cidade de Corumbá.

Trajatória migratória de Carmen (2012): “aqui vamos ficando”

Carmen, 55 anos, nasceu em La Paz, mora na fronteira há 10 anos, tem dois filhos, sendo um atípico, com autismo. Este estuda na Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida em Corumbá. A tipologia migratória de Carmen é imigrante pendular internacional e sua transterritorialidade é motivada pela venda de alho e algumas quinquilharias que ela traz de Santa Cruz, Bolívia, e os vende no centro da cidade de Corumbá. Carmen transita cotidianamente entre os territórios, pega o ônibus na entrada da Puerto Quijaro e chega até o centro de Corumbá, lá ela fica parada com o seu carrinho de mercadorias e alhos em frente a uma loja de franquia.

Quando foi perguntado sobre as dificuldades de viver na fronteira, a migrante considerou:

Yo fui feirante, abandoné por culpa de la policía federale, me arrestaron todo y me quedé sin nada. Aún no ha habido una parada aquí, pero sé que esto es contrabando. Os brasileiros são buenos, não são maus conmigo. Yo no tengo documento, CPF quiero hacer. No tengo tiempo para hacerlo y tampoco tengo información de cómo hacerlo. No contribuo pra la previdência, quiero ayudar a mi hijo especial, no se d'onde tener información e ainda no consigui salir de la frontera e morar acá. A veces no puedo mantener a mi hijo, encontrar algo para comer, tengo que comprar água, porque el água en Bolivia es tóxica y no se puede beber directamente de la torneira (Carmen, 2023).

Carmen utilize a fronteira como recurso de vida e sobrevivência, apesar das dificuldades e desafios, ela considera um lugar bom para se viver com a sua família. No entanto, ela é um dos sujeitos considerados indocumentados, pois, por falta de informação faz com que ela viva em uma espécie de limbo documental e de ausência de direitos.

Um estudo feito por Barreto (2022), considerou a falta de informação em acessar a Previdência Social pelos trabalhadores migrantes, especialmente os feirantes bolivianos. Os dados mostram a fragilidade no processo de comunica-

ção por parte dos Estados Nacionais quanto à importância da previdência para o trabalhador migrante.

Conforme Barreto (2022), nesse cenário que deveria se iniciar o desenvolvimento de ferramentas as quais são formuladas de modo a incorporar a participação social na elaboração e no acompanhamento da execução das políticas públicas para garantir a informação necessária aos trabalhadores migrante. Entretanto, o acesso à informação não chega e eles.

A entrevistada ficou surpresa quando foi informada que se ela fosse um segurado obrigatório na condição de contribuinte individual, ela poderia se aposentar por idade ou por tempo de contribuição, por exemplo, e que seu filho poderia receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), e receber um salário mínimo por mês por estar no transtorno do espectro autista.

Trajectoria de Silva (2018): “a gente que tem se adaptar com a realidade daqui, porque não somos daqui”

Silva, 23 anos, nascida em São Paulo, estudante de medicina na Bolívia, em Puerto Quijarro, desde a tenra idade com o sonho de se tornar médica e viu a oportunidade que o território fronteiriço oferece. Ela reside em uma quitinete localizada no bairro Dom Bosco em Corumbá-MS, sendo o bairro distante aproximadamente 4 km de Puerto Quijarro. As dificuldades enfrentadas na transterritorialidade é o deslocamento no ônibus que às vezes atrasa ou quando ocorre o bloqueio da rua em Puerto Quijarro, por algum motivo. Outro desafio foi a questão do idioma, a migrante afirma:

Eu tive muita dificuldade com o espanhol, não era familiarizada com a língua, para realizar as leituras dos livros de medicina, foi penoso para mim, porém, com a prática e convivência com os professores bolivianos e alguns colegas bolivianos eu fui aprendendo. Sendo de outro estado tive que me adaptar com a região daqui e com o idioma (Silva, 2023).

O segundo maior contingente de movimento migratório é formado por brasileiros que realizam o trânsito cotidianamente para estudar medicina na Bolívia, caracterizando a mais nova forma de imigração, aquela do imigrante estudante. “Tá todo mundo indo”, fala usual de muitos corumbaenses, explica o trânsito de brasileiros para estudar medicina na Bolívia, nas universidades particulares, pois os preços são baixos e não há vestibular para o ingresso. Tais facilidades de acesso ao ensino para formação no curso de medicina atraem pessoas do mundo inteiro, impulsionados pelo sonho de se tornar médico(a).

Os estudantes brasileiros na Bolívia também utilizam os serviços de saúde, tem acesso a transportes, alimentação, cultura e lazer. É um direito que eles possuem, assim como os bolivianos que utilizam a saúde, educação e assistência no Brasil.

Um fato que foi observado na entrevista é que a migrante estudante não se reconhece como parte do lugar fronteiriço onde vive. Santos (2005) nos ensina que:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas (Santos, 2005, p. 88).

Assim, considerando a escala local (do lugar), a migrante não pertence ao espaço, porém, não resiste a ele, tenta se adaptar à realidade posta e a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas e entre lugares.

Considerações

Conclui-se que, nesse contexto fronteiriço, a trajetória migratória para o grupo de imigrantes que emigraram é motivada especialmente pela busca de trabalho no sentido de se ter estabilidade e segurança em outro território. As mobilidades diárias entre os territórios de trânsito caracterizam-se movimentos migratórios. Desse modo, é possível afirmar que as formas de como se repetem no espaço foram construídos a partir das necessidades desses sujeitos, motivados especialmente pelo trabalho e por outros recursos sociais que o território oferece.

Identificamos que a intensa mobilidade que caracteriza a migração boliviana na fronteira se apoia no surgimento e fortalecimento de redes de solidariedade como novas estratégias de luta na trajetória da imigração sendo através de vínculos, amizades e relacionamentos familiares se constituem em redes de apoio capazes de proporcionar novas mobilidades.

Os imigrantes pendulares conhecem bem sobre a arte de sobreviver na fronteira, entre territorializações, desterritorializações e re-territorializações construíram a vida na fronteira e suas trajetórias estão na memória de quem precisou emigrar para sobreviver e escolheu a fronteira como o lugar de destino.

Observamos que, além do limite que definem os territórios pelos dois Estados, tem-se a construção de territórios nas relações estabelecidas entre o ir e vir que constituem as transterritorialidades e fragmentam e ou descentralizam os sujeitos em identidades, transformando-os em duas maneiras de ser, de estar ou de pertencer.

As mobilidades motivadas pelo trabalho ou pelas necessidades educacionais e saúde caracterizam a fronteira como lugar de movimento e que, apesar dos aspectos que se baseiam no binômio legalidade-ilegalidade da atividade informal de migrantes bolivianos, não impedem que as transterritorialidades ocorram e que viabilizam o acesso à recursos sociais e o acesso a essas demandas sociais qualificam a fronteira como lugar de movimento, do encontro e do desencontro, da fronteira viva, que se move a partir das necessidades.

Referências

- BARRETO, Luana de Arruda. **A Proteção Previdenciária no Brasil aos(as) bolivianos(as) que trabalham nas feiras livres de Corumbá-MS**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COSTA, Gustavo Villela Lima da. Os Bolivianos em Corumbá-MS: Conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, v. 21, n 1, p. 35-63, 2015
- DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. (Orgs.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. Des-controle dos territórios e -das fronteiras- num mundo globalizado. **Revista Geografia em Questão**, v. 1, n. 2, p. 59-69, 2019.
- MONDARDO, Marcos Leandro. **Os Períodos das Migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.
- MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios de trânsito: dos conflitos Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado; LOIO, Joanna Amorim de Melo. Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais. **Revista Videre**, v. 11, n. 21, p. 54-67, 2019
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO EM MATO GROSSO DO SUL: UM ESTUDO SOBRE O GRAU DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CORUMBÁ-MS

Territorial Policies for Basic Sanitation in Mato Grosso do Sul: A Study on the Degree of Satisfaction with the Water Supply Service in Corumbá-MS

DOI 10.55028/geop.v19i36

Leandro dos Santos Pereira*
Vitória dos Santos Pereira**
Elisa Pinheiro de Freitas***

Resumo: Este trabalho objetiva compreender o grau de satisfação dos moradores de Corumbá-MS em relação ao serviço de abastecimento de água considerando as políticas territoriais para o saneamento básico no estado de Mato Grosso do Sul. Para atingir essa meta foi realizada uma pesquisa que utilizou a metodologia de revisão bibliográfica e a aplicação de questionários através da plataforma do Google Forms. A partir desses dados foi possível identificar padrões e tendências predominantes em relação ao serviço de abastecimento. Os resultados da pesquisa apontaram para importantes desafios em relação ao serviço de abastecimento de água em Corumbá.

Palavras-chave: Saneamento, Abastecimento de água, Sanesul, Corumbá.

Abstract: This work aims to understand the degree of satisfaction of the residents of

Introdução

O acesso aos serviços de saneamento básico é fundamental para a qualidade de vida e o bem-estar da população. No entanto, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, muitas regiões do Brasil ainda enfrentam desafios significativos nesse setor. Entre elas, destaca-se o estado de Mato Grosso do Sul, onde a situação do saneamento básico merece atenção especial.

Este artigo objetiva analisar o cenário do saneamento básico em Mato Grosso do Sul com um enfoque especí-

* Graduado em Geografia licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da UFMS e Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (FUNDECT). E-mail: leandro_santos.pereira@hotmail.com.

** Graduanda em Geografia pela UFMS e Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: vitoria.s.pereira@ufms.br.

*** Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Docente do Curso de Geografia do Campus do Pantanal (CPAN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: elisa.freitas@ufms.br.

Corumbá-MS regarding the water supply service, considering the territorial policies for basic sanitation in the state of Mato Grosso do Sul. To achieve this goal, a study was conducted using the methodology of literature review and the application of questionnaires through the Google Forms platform. From these data, it was possible to identify predominant patterns and trends concerning the water supply service. The research results pointed to significant challenges related to the water supply service in Corumbá.

Keywords: Sanitation, Water Supply, Sanesul, Corumbá.

fico no grau de satisfação com o serviço de abastecimento de água na cidade de Corumbá-MS. A escolha de Corumbá como objeto de estudo se deve à importância estratégica da cidade, localizada no extremo oeste do estado e próxima à fronteira com a Bolívia. Além disso, Corumbá enfrenta desafios peculiares em relação ao abastecimento de água devido à sua localização geográfica e as demandas da população.

Neste contexto, torna-se relevante avaliar o grau de satisfação dos moradores de Corumbá com o serviço de abastecimento de água oferecido. Compreender a percepção da população em relação à qualidade, disponibilidade e regularidade do abastecimento é crucial para identificar as lacunas existentes e buscar soluções adequadas para melhorias no setor.

Para alcançar esse objetivo foram utilizados dados primários e secundários, incluindo aplicação de formulários através do *google forms* de forma remota, este último aplicado para 55 municípios da área urbana de Corumbá. Além disso, levantamentos técnicos e estudos de bibliografias já publicadas sobre a temática em questão. Cabe ainda destacar que parte deste estudo são oriundos dos resultados da pesquisa de mestrado do autor principal, intitulada “Geopolítica e sustentabilidade: um estudo sobre a infraestrutura de saneamento básico na fronteira internacional Brasil-Bolívia”.

A análise dessas informações permitiu uma visão mais ampla do cenário

do saneamento básico em Mato Grosso do Sul com um enfoque específico em Corumbá, oferecendo subsídios para a elaboração de políticas públicas eficazes e ações de melhorias nesse setor tão essencial para a qualidade de vida da população.

Dessa forma, este artigo inicia-se com o debate sobre o saneamento básico no Brasil, especialmente, em regiões com desafios particulares, como é o caso de Mato Grosso do Sul. Em seguida, apresenta-se os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa e, espera-se que possam subsidiar tomadas de decisão e impulsionar ações que promovam a melhoria do serviço de abastecimento de água em Corumbá, buscando garantir o direito básico de acesso à água de qualidade para todos os seus habitantes.

O saneamento básico em Mato Grosso do Sul

A história do saneamento básico no estado de Mato Grosso do Sul (MS), perpassa pelo processo de criação do próprio estado de Mato Grosso do Sul. A criação da então unidade federativa é marcada por duas datas importantes: 11 de outubro de 1977 e 1º de janeiro de 1979. Em 11 de outubro de 1977 foi promulgada a Lei Complementar nº 31 que estabeleceu o território de MS como uma unidade da federação. Já em 1º de janeiro de 1979, ocorreu a efetiva implantação do primeiro governo estadual (Brasil, 1979).

Embora o dia 11 de outubro de 1977 tenha uma relevância simbólica por marcar a promulgação da lei que estabeleceu o estado, o dia 1º de janeiro de 1979 pode ser considerado como o marco efetivo do surgimento de Mato Grosso do Sul, com um território definido, uma capital e um governo composto pelos três poderes: a) legislativo; b) executivo e c) judiciário (Foucault, 2008).

No período compreendido entre 1979 e 1989 o estudo explora a situação do abastecimento de água, um dos serviços públicos assumidos pelo governo estadual de Mato Grosso do Sul após o desmembramento do antigo estado de Mato Grosso (Costa, 1998).

No período entre 1979 e 1989 o processo de urbanização de Mato Grosso do Sul impulsionou uma demanda crescente por água potável. Nesse contexto, a política nacional de saneamento implantada durante a vigência do regime civil-militar enfrentava problemas operacionais e os recursos para o financiamento do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA) tornaram-se cada vez mais escassos. Em 1986, devido a restrições orçamentárias e um déficit significativo nas finanças públicas em todos os níveis governamentais, o PLANASA foi efetivamente interrompido (Salsburg, 2009).

Há uma bibliografia extensa que trata do saneamento no Brasil e aborda, sob diferentes perspectivas, os objetivos, o funcionamento e os resultados do PLANASA. No entanto, nosso objetivo neste artigo não é revisar essa literatura em particular. Em vez disso, vamos abordar os aspectos do PLANASA que influenciaram, direta ou indiretamente, o processo de expansão da oferta de água potável nas cidades sul-mato-grossenses durante o período de 1979 a 1989 (Valenciana, 2011).

Primeiramente, é importante reconhecer que o PLANASA foi implantado em um contexto de ampliação das ações federais no setor de saneamento. O governo federal ganhou um papel mais proeminente nesse setor a partir de 1967, com a criação do Fundo de Financiamento para o Saneamento (FISANE). O controle do FISANE foi atribuído ao Banco Nacional de Habitação (BNH), instituição que desempenhou um papel relevante na política de saneamento do regime civil-militar (Almeida, 1977).

O BNH incentivou a formação de Fundos Estaduais de Financiamento para Água e Esgotos (FAEs) e foi responsável pela gestão do Programa de Financiamento do Saneamento (FINANSA), implantado em 1968. Atuando como um braço executivo do Ministério do Interior e autorizado a usar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar o saneamento, o BNH promoveu a criação de uma estrutura burocrática por meio da qual o governo federal intensificou a liberação de recursos para obras de água e esgoto (Britto, 2001).

Oficialmente, o PLANASA entrou em vigor em 1971, embora suas principais diretrizes tenham sido definidas nos anos anteriores. No Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964/66), já se reconhecia a necessidade de investimentos para expandir a oferta de saneamento. Posteriormente, no plano federal intitulado “Metas e Bases para a Ação do Governo”, publicado em 1970, foram estabelecidas as seguintes metas para a área de saneamento (Brasil, 1970, p. 78-79):

I – Execução de programa de financiamento capaz de assegurar, no quadriênio, o suprimento da água potável para mais de 20 milhões de habitantes urbanos. É essa a primeira etapa da Década do Saneamento Básico que visa atender com serviços de água, em 1980, proporção da ordem de 80% da população urbana brasileira. [...]. II – Consolidação de um sistema de financiamento para obras de esgotos sanitários, de modo a elevar, pelo menos, 50%, até 1980, a proporção da população urbana servida.

O documento mencionado também destacava a necessidade de “minimização e racionalização dos recursos concedidos pela União sem exigência de reembolso” e recomendava a redução dos custos operacionais dos sistemas de água e esgoto por meio da “operação, por um mesmo concessionário, de um conjunto integrado de sistemas municipais”. A partir de 1971, o governo federal intensificou seus

esforços para alcançar as metas estabelecidas e adotou medidas para sistematizar a concessão de empréstimos para obras de saneamento (Saiani, 2007).

Entre essas medidas, destacam-se: (i) exigência de contrapartida dos governos estaduais; (ii) concessão de empréstimos federais para as Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs), condicionados ao pagamento de juros; (iii) estímulo à transferência da responsabilidade pelo abastecimento de água das municipalidades para as CESBs; (iv) uso de um sistema tarifário padronizado; (v) priorização de investimentos em áreas urbanas mais densamente povoadas; (vi) concentração de recursos em obras de abastecimento de água (Fiszon, 1990).

Essas medidas (i), (ii) e (iii) possibilitaram o fortalecimento gradual das CESBs, ao passo que dificultaram a situação das municipalidades que mantinham o controle financeiro dos sistemas de saneamento. Muitas dessas cidades, excluídas do acesso direto a financiamentos públicos para novos projetos e obras sanitárias, optaram por assinar contratos de concessão com as CESBs (Costa, 1998).

Jorge (1987, p. 214), aponta que ao tratar do sistema de financiamento do saneamento estabelecido pelo PLANASA, considerou o modelo como “altamente centralizador”. O autor afirmou que essa centralização foi alcançada por meio da cooptação dos estados pelo governo federal, por meio das CESBs, e da cooptação dos municípios pelos governos estaduais.

Diversos estudos sobre o saneamento básico no Brasil descreveram o desenvolvimento das políticas públicas territoriais nessa área desde o período do Brasil Império até a redemocratização com a Constituição de 1988. Pesquisadores apontaram que, ao longo desse período, prevaleceu uma concepção tecnocêntrica em detrimento de uma visão interdisciplinar e intersetorial necessária para abordar a questão do saneamento, conforme discutido por Rezende e Heller (2002).

Entre 1964 e 1985, durante o regime militar, as ações políticas tinham como objetivo modernizar o território brasileiro, tornando-o mais conectado e articulado. Nesse contexto, foi implantado o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), o maior plano direcionado para o setor até então. Em 1979, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul a partir da divisão do estado de Mato Grosso, foi instituída a Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul S. A. (SANESUL), uma empresa de economia mista vinculada ao governo estadual, seguindo o modelo do PLANASA. A SANESUL passou a fornecer serviços de abastecimento de água potável e redes de esgoto para os municípios que compunham o estado de Mato Grosso do Sul (Couto, 2000).

Embora os estudiosos reconheçam os méritos do PLANASA por ter ampliado o acesso à água potável para mais pessoas, também apontaram que esse plano

reforçou a exclusão sanitária, uma vez que as populações que viviam em favelas urbanas, áreas rurais e pequenos municípios não foram contempladas, como discutido por Britto (2001).

Após a redemocratização, os pressupostos neoliberais adotados pelo governo reforçaram a concepção de que o saneamento básico era um serviço, ou seja, uma mercadoria, e que deveria ser fornecido pelo setor privado. Portanto, para os governantes que seguiam o neoliberalismo, o acesso à água potável e outros serviços de saneamento não era considerado um direito à saúde e qualidade de vida, como estabelecido na Constituição de 1988, mas sim um bem sujeito às leis da oferta e demanda (Costa, 1998).

Nessa perspectiva, as CEBs foram responsáveis por fornecer água e tratamento de esgoto, mas os municípios com menos de 20 mil ou 30 mil habitantes não eram atendidos pelas CEBs devido aos altos custos, o que resultaria em taxas elevadas para a população desses pequenos municípios. Além disso, as prefeituras também não dispunham de recursos suficientes para garantir um saneamento básico adequado, conforme explicado por Pereira (2019).

O trabalho da SANESUL na condução dos serviços de saneamento apresenta algumas particularidades, especialmente em relação à divisão de recursos entre abastecimento de água e esgoto, que mostram uma disparidade mais acentuada do que a média nacional. De acordo com Jorge (1987, p. 180), essa disparidade de investimentos entre abastecimento de água e esgoto foi mais evidente na região Centro-Oeste durante o período do PLANASA.

Na região, aproximadamente 92% dos recursos foram direcionados para obras de captação, tratamento e distribuição de água potável. O autor também afirma que os resultados do PLANASA no Centro-Oeste foram inferiores aos observados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste (Saiani, 2007).

Conforme os resultados oficiais do Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de Mato Grosso do Sul possui uma população de 2.765.700 habitantes. Segundo dados fornecidos pela SANESUL, essa empresa atua em 68 municípios, fornecendo 86% do abastecimento de água potável, incluindo captação, tratamento e distribuição, atendendo a 1.381.844 sul-mato-grossenses. Quanto aos serviços de coleta e tratamento de esgoto, a SANESUL possui 64 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), abrangendo 81% desses serviços no estado.

A capital Campo Grande, com uma população de 897.936 habitantes, é atendida pela empresa Águas Guariroba, responsável pelo abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto. É importante destacar que a Águas Gua-

riroba é controlada pela Aegea, empresa criada em 2010 e líder no setor privado de saneamento básico no Brasil. A Aegea é a maior empresa privada do setor no país, atuando em 158 municípios brasileiros. Além disso, desde maio de 2021, a Ambiental MS Pantanal, também vinculada ao grupo Aegea, estabeleceu uma Parceria Público-Privada (PPP) com a Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul (SANESUL), permitida pelo novo Marco Legal do saneamento. O objetivo da PPP é fornecer serviços para 1,7 milhão de sul-mato-grossenses até 2031, alcançando uma taxa de cobertura de 98% (Jornal Agora MS, 2021).

Portanto, ao analisar o abastecimento de água no Mato Grosso do Sul durante os primeiros dez anos de atuação da SANESUL (1979-1989), é importante direcionar a atenção para as cidades de pequeno e médio porte, que representavam o perfil urbano predominante no estado na década de 1980. Isso nos permite compreender a historicidade do abastecimento de água nessas cidades, enquanto reconhecemos que a expansão das redes nas cinco maiores cidades do estado requer uma análise mais aprofundada (Costa, 1998).

Quanto ao tipo de captação adotado, constatou-se o predomínio da captação subterrânea. O uso de águas subterrâneas para o abastecimento das cidades sul-mato-grossenses já estava em andamento nas décadas de 1960 e 1970 (Souza; Costa, 2016).

No entanto, a criação da SANESUL impulsionou um rápido aumento no número de municípios abastecidos por águas subterrâneas. Isso ocorreu devido à simplicidade técnica e à viabilidade econômica da captação no subsolo em comparação à construção de sistemas de captação superficial. Além disso, a captação subterrânea garantia um volume de água satisfatório, especialmente para cidades de pequeno e médio porte (Couto, 2000).

A redução nos custos das obras de captação e a possibilidade de economizar no tratamento da água fornecida foram fatores que influenciaram a preferência da SANESUL pelo uso de mananciais subterrâneos. Essa escolha beneficiou a situação financeira da empresa, que gradualmente incorporou novos usuários e aumentou suas receitas (Britto, 2001).

Embora não seja possível precisar a economia gerada pela SANESUL ao intensificar a captação no subsolo, relatos indicam que foi uma economia significativa. Segundo João Pedro Santana Pereira, engenheiro que trabalhou na SANESUL a partir de 1980, o uso de poços profundos para ampliar a oferta de água em Campo Grande resultou em uma economia de aproximadamente 90% em relação ao custo previsto para obras de captação na superfície (Paranhos *et al.*, 2008).

A preocupação com a redução nos custos das obras é um tema recorrente nas memórias de Pereira. Um exemplo relevante é a criação do Programa Estadual

de Controle de Perdas (PECOPE), implantado pela SANESUL em 1982. Pereira participou da equipe responsável pela elaboração do PECOPE e destaca a importância desse programa na obtenção de recursos junto ao BNH (Banco Nacional de Habitação). Por meio do PECOPE, a SANESUL implementou uma série de ações para monitorar o funcionamento dos sistemas de captação e distribuição, combater as perdas nas redes e investir na aquisição de dispositivos para medir o consumo domiciliar (Costa, 1998).

Tanto para a SANESUL quanto para todas as Companhias Estaduais de Saneamento que operavam dentro do sistema de financiamento do PLANASA, a economia e a expansão na oferta de serviços eram duas prioridades interligadas e complementares (Araújo; Bertussi, 2018).

No final da década de 1970, as CESBs enfrentavam déficits financeiros, e as receitas provenientes da oferta de água não eram suficientes para cobrir os custos operacionais e as dívidas assumidas com o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Em 1981, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelas CESBs, o Ministério do Interior aumentou a meta nacional de oferta de água de 80% para 90% da população urbana, o que agravou ainda mais a situação das companhias. Endividadas e pressionadas pelas metas estabelecidas pelo governo federal, as CESBs tornaram-se dependentes de novos empréstimos e da transferência de recursos para promover a expansão das redes de saneamento (Pereira, 2019).

De acordo com Jorge (1987), a diferença anual entre as receitas e os custos era denominada “saldo descoberto”, e todas as Companhias Estaduais de Saneamento, no início dos anos 80, apresentavam saldo descoberto.

Em 1999, a SANESUL instalou uma captação de água no córrego Nhú-Verá, no município de Coronel Sapucaia/MS, para abastecimento humano. Essa captação se tornou a única fonte de água potável para o município. No ano de 2007, durante um período de chuvas intensas, a Estação de Tratamento de Água (ETA) começou a enfrentar problemas técnicos devido ao aumento da turbidez da água proveniente do córrego Nhú-Verá (Araújo; Bertussi, 2018).

Quanto maior a quantidade de sólidos suspensos na água, maior será o custo necessário para torná-la potável. A eficácia da desinfecção da água destinada ao abastecimento humano, especialmente em relação à inativação de vírus, é maior quando a turbidez da água é baixa (Pereira, 2019).

A turbidez da água pode ser causada por diversos fatores, como a presença de materiais sólidos em suspensão (como silte, argila, sílica, coloides), matéria orgânica e inorgânica finamente dividida, organismos microscópicos e algas. Es-

ses materiais podem ter origem no solo devido à falta de práticas adequadas de manejo, atividades de mineração (como extração de areia ou argila), indústrias ou lançamento de esgoto doméstico não tratado no manancial (Couto, 2000).

Em geral, as águas de lagos, lagoas, açudes e represas apresentam baixa turbidez, mas isso pode variar devido aos ventos e ondas que, em áreas rasas, podem revirar os sedimentos do fundo. Após chuvas intensas, a água dos mananciais de superfície tende a ficar turva devido ao transporte de sedimentos das margens pela enxurrada. Portanto, solos argilosos e águas em movimento podem causar turbidez (Couto, 2000).

A produção de sedimentos em uma área de drenagem, que corresponde a toda uma bacia hidrográfica, depende da erosão, do escoamento da água da chuva carregando sedimentos e das características de transporte de sedimentos nos cursos d'água (ANEEL, 2000).

A má gestão do solo altera os processos naturais de erosão ao intervir nas características que influenciam esses processos, como a remoção da cobertura vegetal. Salgado *et al.* (2006) demonstraram, por meio de dados de turbidez, a relação estreita entre o uso do solo e os impactos nos ambientes fluviais. Os autores monitoraram a turbidez em mananciais de abastecimento público no município de Caeté/MG por alguns anos e constataram que as taxas mais altas de turbidez correspondiam aos períodos de corte e replantio de eucalipto na região.

Cuidados adequados no manejo do solo, como o plantio direto e a recomposição das matas ciliares, reduzem significativamente o transporte de sólidos para corpos d'água. A caracterização do uso e ocupação do solo é fundamental para a elaboração de um plano de gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica, conforme preconizado pela Lei Federal n.º 9.433/1997 (Brasil, 1997) em seu Art.º 2º, que visa a manter a qualidade e a quantidade dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras, garantindo usos adequados, utilização racional e integrada, além da prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos.

Antes da década de 1960, o panorama do saneamento no país era incipiente. No entanto, com o aumento populacional nas áreas urbanas, as condições sanitárias começaram a apresentar problemas devido aos investimentos insuficientes em infraestrutura capaz de garantir um ambiente saudável (Ministério do Meio Ambiente, 2006a).

As mudanças no espaço urbano e a concentração populacional, especialmente em países subdesenvolvidos, geralmente resultam em espaços com baixa salubridade devido ao aumento da produção de esgoto. A água é considerada um elemento fundamental para garantir ambientes propícios ao desenvolvimento da

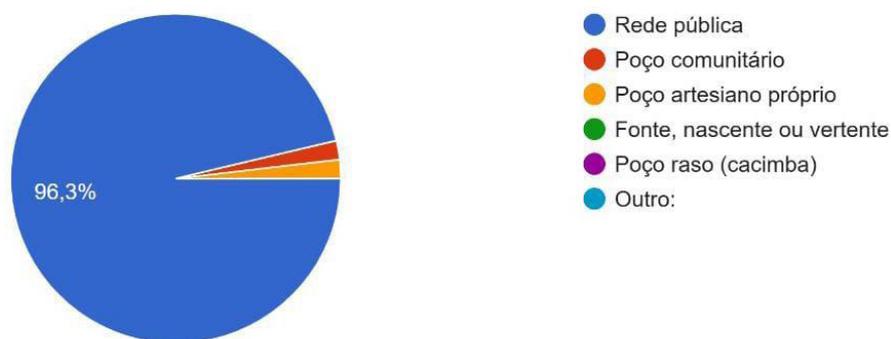
vida, e a perda de qualidade da água é um dos problemas mais preocupantes na gestão das cidades. A escassez de água, em termos de quantidade, agrava ainda mais a condição de salubridade dos espaços urbanos (Pereira, 2019).

Resultados e discussão

Os resultados obtidos a partir da análise dos questionários foram tabulados e submetidos a uma análise estatística descritiva. A partir desses dados, foi possível identificar padrões, tendências e opiniões predominantes em relação ao serviço de abastecimento de água em Corumbá-MS. Os desfechos da pesquisa apontaram para importantes *insights*¹ sobre a percepção dos moradores em relação ao serviço de abastecimento de água em Corumbá. As conclusões do estudo contribuem para uma melhor compreensão do panorama do saneamento básico na região e fornecem subsídios para possíveis medidas de melhoria por parte das autoridades responsáveis.

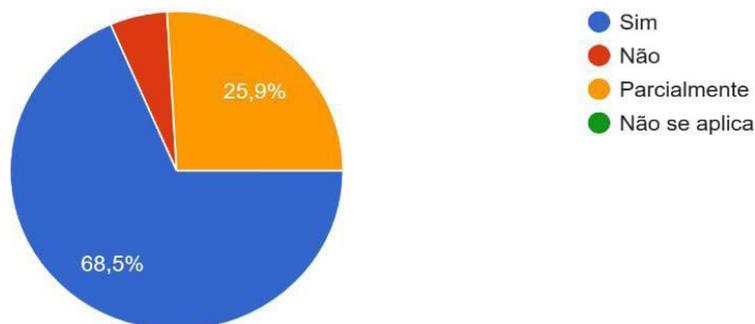
Os dados obtidos através do questionário aplicados aos munícipes sobre o abastecimento de água na cidade de Corumbá-MS, indicou que a grande maioria da população corumbaense, cerca de 96,3% dos entrevistados tem como principal fonte de abastecimento de água potável a rede pública gerenciada pela empresa Sanesul, como demonstra a figura 1.

Figura 1: Tipo de abastecimento de água

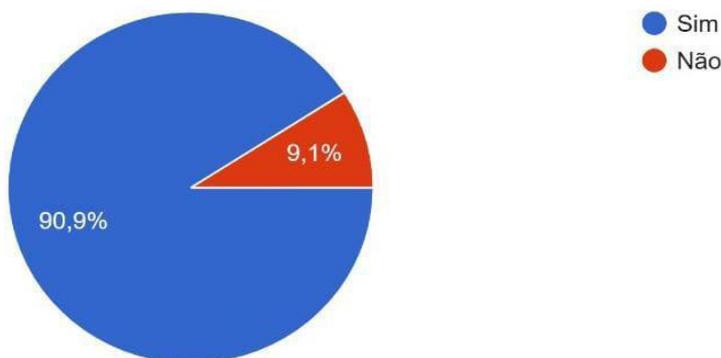


Quando questionado sobre a satisfação com o serviço de abastecimento de água 68,5% responderam que estão satisfeitos com os serviços prestados; 25,9% estão parcialmente satisfeitos e apenas 5,6% não estão satisfeitos com o referido serviço prestado, como evidencia a figura 2.

¹ *Insight* ou *insights* é um substantivo com origem no idioma inglês e que significa compreensão súbita de alguma coisa ou determinada situação.

Figura 2: Satisfação com o serviço de abastecimento de água

A questão do armazenamento é muito importante quando falamos de abastecimento de água, pois ela proporciona uma maior disponibilidade de água aos domicílios quando ocorre falta d'água por diversos motivos. Como evidencia a figura 3, a maioria dos entrevistados possuem caixa d'água na residência para armazenamento de água. É importante destacar a importância de manter esses recipientes bem fechados para evitar a propagação da dengue, pois o mosquito se utiliza de água parada para procriação.

Figura 3: Caixa de água nos domicílios

Podemos observar na figura acima que 90,9% dos entrevistados possuem Caixa d'água em seus domicílios e apenas 9,1% não dispõem de armazenamento.

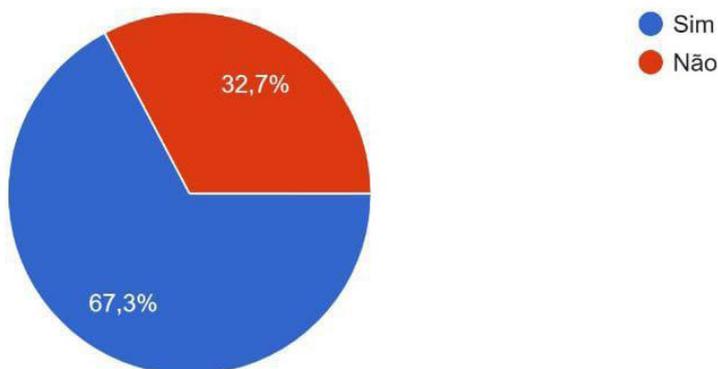
Em Corumbá, o problema do abastecimento de água potável tem sido uma questão recorrente que afeta a qualidade de vida dos seus habitantes. Essa situação é um reflexo de diversos desafios enfrentados pela cidade e pela região em relação à disponibilidade de recursos hídricos e a infraestrutura de fornecimento de água.

Um dos principais fatores que contribuem para os problemas no abastecimento de água em Corumbá é a sazonalidade do clima local. A região é caracterizada por períodos de seca prolongada e chuvas intensas, o que leva a variações significativas no volume de água disponível nos reservatórios e cursos d'água, comprometendo a capacidade de abastecimento. Outro gargalo é a frequente ruptura das adutoras, fato que revela a antiguidade da infraestrutura de abastecimento de água.

Outro desafio enfrentado é a urbanização desordenada. Com o aumento da demanda por água potável devido ao crescimento da população e a expansão das áreas urbanas, a infraestrutura de distribuição muitas vezes não consegue acompanhar esse ritmo, resultando em deficiências no sistema de abastecimento.

Quando perguntado sobre problemas no abastecimento de água aos entrevistados 67,3% relataram problemas frequentes ligados ao abastecimento de água como aponta a figura 4.

Figura 4: Problemas no abastecimento de água



Além disso, a gestão inadequada dos recursos hídricos e a falta de investimentos em infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água também contribuem para os problemas enfrentados pela cidade.

Ademais, é imprescindível desenvolver políticas de preservação ambiental para evitar a degradação dos recursos hídricos e implementar programas de educação ambiental que conscientizem a população sobre a importância da preservação dos recursos naturais. Em suma, a problemática do abastecimento de água potável em Corumbá-MS é multifatorial, exigindo uma abordagem ampla e coordenada para ser efetivamente resolvida. Com planejamento estratégico, investimentos adequados e conscientização da população, é possível enfrentar

esses desafios e garantir um acesso mais justo e seguro à água potável para todos os cidadãos da cidade.

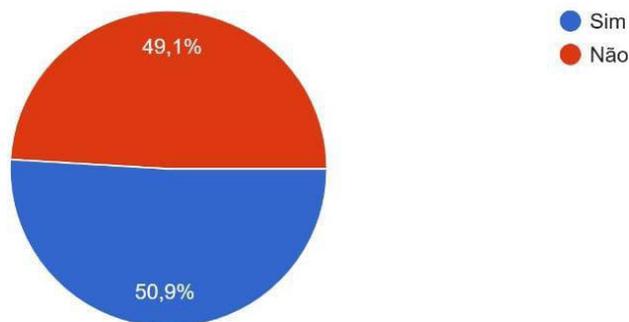
Os principais problemas verificados em relação ao abastecimento de água como evidencia a figura 5, são: Falta de água frequente, água barrenta e ausência de rede de abastecimento.

Figura 5: Problemas verificados

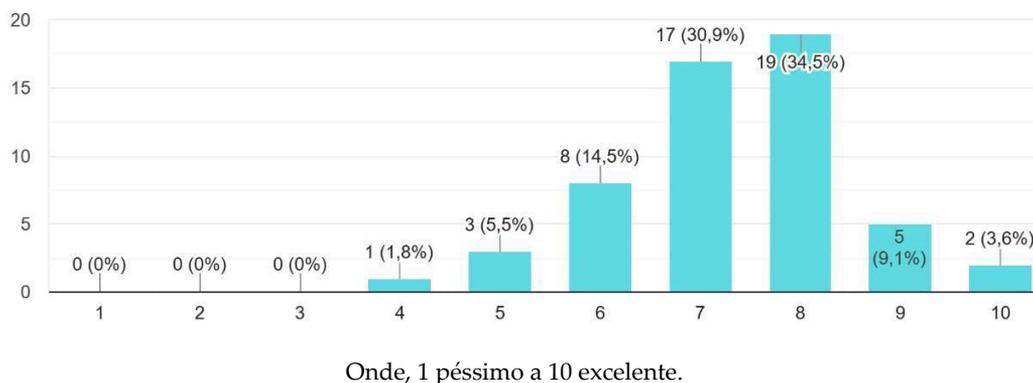
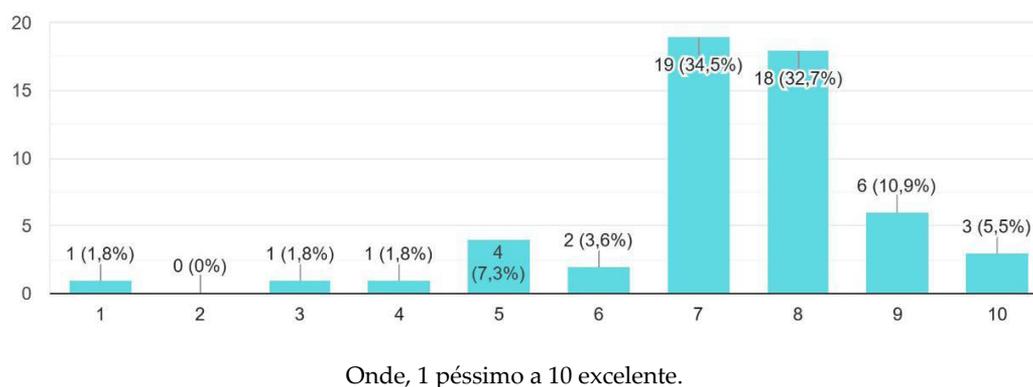


A manutenção precária das redes de distribuição e o desperdício de água são questões que merecem atenção especial. A figura 6, traz à tona casos de vazamento de água presenciados pela na maioria dos entrevistados.

Figura 6: Casos de vazamento de água



Sobre o grau de satisfação com o serviço de saneamento básico em Corumbá apresentado na figura 7, em uma escala de 0 a 10. A maioria dos respondentes classificaram como nota 7 e 8, resultado que leva para um resultado positivo se considerado o contexto geral.

Figura 7: Avaliação do sistema de abastecimento de água**Figura 8:** Qualidade da água recebida nas residências

Quando indagados sobre a qualidade da água recebida em seu domicílio, a maioria dos entrevistados classificou com pontuação 7 e 8, em uma escala de 0 a 10, como evidencia a figura 8. Resultado que leva para um prognóstico positivo.

Considerações finais

O presente estudo acerca da satisfação com o serviço de abastecimento de água em Corumbá, Mato Grosso do Sul, revelou uma série de desfechos valiosos que contribuem para uma compreensão mais ampla das percepções e experiências dos munícipes em relação a esse serviço tão essencial para população. As conclusões obtidas através deste estudo fornecem uma base sólida para a formulação de estratégias e políticas que visam melhorar a qualidade do abastecimento de água e por consequência, elevar a satisfação dos moradores em relação ao serviço de abastecimento de água.

Uma das principais constatações foi a diversidade de fatores que influenciam a satisfação dos consumidores em relação ao serviço de abastecimento de água, como por exemplo, 67,3% dos entrevistados relataram problemas frequentes ligados ao abastecimento de água. Essas adversidades foram elencadas como a falta de água frequente, água barrenta, água com odor, excesso de pressão ou a baixa pressão na rede.

Embora a maioria dos respondentes tenha classificado com pontuação 7 e 8 o grau de satisfação com o serviço de abastecimento de água, também tivemos um número expressivo de notas como 4, 5 e 6. O resultado aponta para um contexto geral positivo se considerado os problemas frequentes no abastecimento de água. Além da qualidade e regularidade do fornecimento, é notório que aspectos como a transparência das informações, o atendimento ao cliente e a eficácia das soluções para problemas emergenciais desempenham um papel crucial na percepção geral dos usuários.

Quanto a qualidade da água recebida nas residências as repostas apontam para um caminho de satisfação positiva com boas avaliações, no entanto, há um percentual minoritário que julga com pontuação equivalente a péssimo, ruim e regular.

Portanto, é essencial que as autoridades e prestadoras de serviço adotem uma abordagem abrangente, abordando tanto questões técnicas de infraestrutura de saneamento básico quanto aspectos ligados a qualidade da água.

Outro ponto relevante é a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e tecnologia para garantir um abastecimento de água confiável e de alta qualidade. A modernização dos sistemas de distribuição, a implementação de mecanismos avançados de monitoramento e a adoção de práticas sustentáveis são etapas fundamentais para atender às demandas crescentes da população e mitigar os desafios decorrentes da complexidade do abastecimento de água potável e das mudanças climáticas.

Além disso, a participação ativa da comunidade é um fator que não pode ser subestimado. O engajamento dos moradores em processos de tomada de decisão e a promoção de canais eficazes de *feedback* são essenciais para garantir que as políticas e ações em relação ao abastecimento de água reflitam verdadeiramente as necessidades e expectativas da população.

É importante ressaltar que a satisfação com o serviço de abastecimento de água não é apenas uma questão operacional, mas também uma questão de bem-estar e saúde pública. Água potável e acessível é um direito fundamental de todos os cidadãos, e é responsabilidade das autoridades locais e das partes interessadas garantir que esse direito seja plenamente atendido.

Nesse sentido, este estudo oferece uma contribuição valiosa para a discussão sobre o serviço de abastecimento de água em Corumbá, MS, e destaca a importância de uma abordagem holística para a melhoria contínua desse serviço. À medida que a cidade continua a crescer e evoluir, é imprescindível que as medidas adequadas sejam tomadas para assegurar a qualidade dos serviços prestados no setor de saneamento básico, com isso, garantir água potável e acessível a todos os residentes.

Referências

- ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica. **Guia de Avaliação de Assoreamento de Reservatórios**. Brasília: ANEEL, 2000. 106 p.
- ALMEIDA, Wanderly J. Manso. **Abastecimento de água à população urbana: uma avaliação do PLANASA**. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.
- ARAÚJO, Flávia Camargo de; BERTUSSI, Geovana Lorena. Saneamento básico no Brasil: estrutura tarifária e regulação. **Planejamento e Políticas Públicas** – PPP, n. 51, jul./dez. 2018.
- ATLAS F. Briguier & Cia. **Geographia-Atlas do Brasil e das cinco partes do mundo** – 1923. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/mato-grosso/mapa-antigo.htm>.
- BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 470, 09 jan. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm. Acesso em: 14 maio 2023.
- BRASIL. **Censo Demográfico: Famílias e Domicílios**. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. v. I – Tomo 6. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 1983.
- BRITTO, Ana Lúcia de Paiva. A regulação dos serviços de saneamento no Brasil: perspectiva histórica, contexto atual e novas exigências de uma regulação pública. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 2001. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p. 1.080-1.093.
- COUTO, J. L. V. **Turbidez**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2000. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/turb.htm>. Acesso em: 14 maio 2023.
- COSTA, Nilson do Rosário. **Política pública, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DE FREITAS, Elisa Pinheiro; DOS SANTOS PEREIRA, Leandro; SÁ, Rafael Rocha. O direito à água potável sob o novo marco legal do saneamento no Brasil e o impacto para os municípios de pequeno e médio porte do estado de Mato Grosso do Sul. *In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; FREITAS, Elisa Pinheiro de (orgs.) Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul*. São Leopoldo: OIKOS, 2022. p. 101.
- FIZSON, Judith Tiommy. **A política nacional de saneamento (1964-1984): o caso do PLANASA**. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fiocruz, Rio de Janeiro, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JORGE, Wilson Edson. **A política nacional de saneamento, pós-64**. 1987. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- PARANHOS FILHO, A. C.; LASTORIA, G.; TORRES, T. G. **Sensoriamento Remoto Ambiental Aplicado: Introdução as Geotecnologias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. 198 p.
- PEREIRA, João Pedro Santana. **Pérolas do Tempo**. Causos do Saneamento. Campo Grande: Life, 2019.

PEREIRA, Leandro Santos; SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro. Saúde na Fronteira Brasil-Bolívia: considerações sobre a política de saneamento básico em Corumbá-MS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/102307>. Acesso em: 7 jun. 2023.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RÜCKERT, Fabiano Quadros; FREITAS, Elisa Pinheiro de. **Urbanização e abastecimento de água em Mato Grosso do Sul**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2022.

SAIANI, Carlos César Santes. **Restrições à expansão dos investimentos em saneamento básico no Brasil: déficit de acesso e desempenho dos prestadores**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/KCkSKLRdQVCm5CwJLY5s9DS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2023.

SALSBURG, David. **Uma senhora toma chá...** como a estatística revolucionou a ciência no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

SENRA, Nelson. **O saber e o poder das estatísticas**. Uma história das relações dos estaticistas com os Estados Nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SOUSA, Ana Cristina A. de; COSTA, Nilson do Rosário. Política de saneamento básico no Brasil: discussão de uma trajetória. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 23, n. 3, p. 615-634, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386146782003>. Acesso em: 14 maio 2023.

VALENCIANA, G. **Conselleria d'Infraestructures i Transport**. gvSIG versão 1.10, 2011. Disponível em: <http://www.gvsig.org/web/>. Acesso em: 14 maio 2023.

A FOTOGRAFIA DE RUA COM UM OLHAR PARA O TRABALHO INFORMAL DA MULHER

Street Photography with a Look Towards Women's Informal Work

DOI 10.55028/geop.v19i36

Beatriz Silva Bogarim*
Mara Aline Ribeiro**

Resumo: As ruas compõem um cenário prenhe de contrastes e contradições que instigam diferentes olhares para o cotidiano das pessoas que circulam no centro da cidade. Nesse ambiente, a fotografia de rua protagoniza experiências e indagações, e para desvendar os olhares de fotógrafas/os, é importante compreender o trabalho informal de mulheres nas ruas de Campo Grande/MS, a partir da fotografia, tendo em mente a construção da fotografia, a identificação da imagem da mulher historicamente na cidade e o trabalho feminino. A etnografia balizou a metodologia com entrevistas, pesquisa bibliográfica e análise das fotografias selecionadas, referenciadas teoricamente na antropologia e na sociologia.

Palavras-chave: Fotografia, Mulher, Trabalho, Cidade.

Abstract: The streets form a scenario pregnant with contrasts and contradictions that provoke different perspectives on the daily lives of people who circulate in the city center. In this environment, street photography takes center stage, offering experiences and inquiries. To unravel the perspectives of photographers, it is important to understand the informal work of women on the streets of Campo Grande/MS, through the lens of photography. Consideration should be given to the construction of the photograph, the

Introdução

O então estado de Mato Grosso uno foi dividido em 1977, em decorrência de fatores políticos, econômicos e territoriais. A cidade de Campo Grande foi indicada como capital do recém criado Estado de Mato Grosso do Sul - MS, o qual remonta um cenário considerado recente para pensar a vida cultural, política e social.

Localizado na região centro-oes-te do país, o MS faz fronteira com dois países, a Bolívia e o Paraguai, e detém a maior planície de inundação do mundo, o Pantanal (IBGE, 2020). Essas características facilitam o processo migratório de bolivianos/as, paraguaios/as e brasileiros/as decorrentes de outros estados, cartografando uma constituição populacional híbrida, com nuances características de povos fronteiriços.

* Mestranda bolsista pela CAPES em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Graduada em Ciências Sociais, na modalidade Bacharelado em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: beabogarim@gmail.com.

** Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1994). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1998) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2013). E-mail: mara_aline@yahoo.com.br.

historical portrayal of women in the city, and the role of female labor. Ethnography guided the methodology, involving interviews, bibliographic research, and analysis of selected photographs, theoretically referenced in anthropology and sociology.

Keywords: Photography, Woman, Work, City.

A capital foi fundada em 1899 e conta com uma extensão territorial de 8.092,951 km (IBGE, 2021). Nesses 122 anos, as especificidades da cidade foram se transformando com o decorrer do tempo, redesenhando a organização territorial, sobretudo, nos últimos 44 anos como capital do estado.

A dinâmica de uma cidade pode ser percebida de diferentes maneiras, conforme o olhar de quem a observa, neste artigo, a narrativa visual assume o papel de apresentação dos caminhos para construir a análise sociológica por intermédio das ruas, tendo em conta que a estrutura da cidade percorre as relações sociais, econômicas e de mercado. Assim, o objeto de estudo aqui é a fotografia de rua, por ser um elemento de representação da cidade por intermédio do *locus* das interações sociais e das trajetórias dos grupos e indivíduos que estão inseridos em uma tradição cultural que as transcende (Eckert; Rocha, 2003).

Se faz necessário lembrar que a fotografia de rua tem características específicas que a difere de outras categorias de fotografia porque está vinculada ao espaço público, à descontração, onde se subentende que a essência da imagem é o momento de uma explícita interação entre fotógrafo e fotografada/o, apenas pelo olhar da câmera, sem pose, sem autorização, sem envolvimento, sem iluminação própria.

O estudo se aproxima do urbano por meio da fotografia de rua, tendo a

cidade como lugar estratégico para compreender a sociabilidade contemporânea. Quando se fala das/nas ruas, as leituras e os referenciais podem partir de diferentes contribuições, sejam geográficas, históricas, antropológicas, sociológicas e poéticas, nas palavras de Manoel de Barros, em que “as ruas inventam poetas que já nasceram tristes”. A rua apresenta a sociedade enquanto coletividade, sendo o lugar onde a vida coletiva acontece.

A partir das inúmeras possibilidades proporcionadas pelos mais diferentes contextos das imagens nas ruas, optou-se por direcionar a análise, exclusivamente, para o trabalho de mulheres nas ruas de Campo Grande, o qual garante um arranjo espaço-temporal dentro da vida social que se desenrola das mais diversas formas.

O trabalho feminino realizado nas ruas é entendido nesse artigo dentro da precarização da mão de obra da mulher e analisado em decorrência das disparidades sociais que as imagens apresentam em comum.

No contexto da pesquisa, o ponto de contato e de aproximação com o campo vem da observação familiar desenvolvida por Gilberto Velho (2013), que discute a questão respaldada na ideia de cidade.

Da janela de meu apartamento vejo na rua um grupo de nordestinos, trabalhadores de construção civil, enquanto alguns metros adiante conversam alguns surfistas. Na padaria há uma fila de empregadas domésticas, três senhoras de classe média conversam na porta do prédio em frente; dois militares atravessam a rua. Não há dúvida de que todos esses indivíduos e grupos fazem parte da paisagem, do cenário da rua, de modo geral estou habituado com sua presença, há familiaridade. Mas, por outro lado, o meu conhecimento a respeito de suas vidas, hábitos, crenças, valores é altamente diferenciado (Velho, 2013, p. 72).

A observação familiar mostra cenários habituais que configuram nome, lugar e posição aos indivíduos, resultando em categorias por meio de estereótipos. De acordo com Velho (2013), o que é visto no cotidiano das ruas está ligado às categorias sociais, que dizem respeito a como o mundo social é mapeado por estereótipos, como, por exemplo, o trabalhador nordestino, que pode ser identificado como ignorante; ou o surfista, como maconheiro e alienado, entre outros julgamentos.

A construção dessa hierarquia familiarizada precisa ser estranhada para a construção da pesquisa, pois conhecer o cotidiano da cidade e suas e seus atores “não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema” (Velho, 2013).

A vivência da e na cidade se alcança nesse texto a partir do viver como pesquisadora na cidade de Campo Grande e das interpretações possíveis por meio das fotografias de rua. Gilberto Velho (2013) auxilia a questionar as bases epistemológicas da antropologia como a ciência do outro distante, aproximando o olhar para o cotidiano da experiência da cidade. O uso da técnica da fotografia de rua vem ao encontro da experiência de estranhar e observar os/as atores sociais em suas atividades, muita das vezes esquecidas pelo cotidiano da cidade.

A reflexão presente neste artigo perpassa o momento da pandemia de covid-19, o estudo exigiu o uso da etnografia online ou, como denomina Robert V. Kozinets (2014), netnografia. A pesquisa em meio online foi realizada considerando o distanciamento social e a utilização do virtual como observação essencial do mundo contemporâneo. Isto posto, pelo viés etnográfico, a pesquisa tende a descrever as práticas da fotografia em ambiente urbano das ruas.

A seleção dos fotógrafos foi feita a partir da técnica bola de neve, ou seja, um tipo de amostragem utilizada na pesquisa qualitativa que demanda uma “pessoa-base” para a seleção das/os demais participantes, assim, cada participante indica outra/o, pela relação e aproximação com as ruas de Campo Grande. Então, pela referida técnica foram selecionados dois fotógrafos do sexo masculino, Álvaro Herculano e Higor Bandeira. Aqui, o gênero não interfere na análise, e sim as imagens, mesmo sendo referenciado na questão do trabalho da mulher, porque ambos utilizam o movimento de fotografar relacionado ao caminhar, seja pilotando uma moto ou circulando de bicicleta até o trabalho.

Os fotógrafos estruturam os olhares pelas lentes de formas diferentes, seja usando a própria câmera do celular, câmeras semiprofissionais ou profissionais. A partir das edições, dos contrastes e do olhar, se diferencia a fotografia de cada um, como, por exemplo, se ambos os fotógrafos fotografarem em um mesmo ambiente, o resultado final das fotos de cada um, provavelmente, consistirá em registros variados.

Álvaro Herculano, se identificou como fotógrafo, e utiliza, principalmente, a câmera do celular para observar e registrar as manifestações nas ruas, por sentir mais facilidade de manuseio. Para ele, a fotografia da rua é uma forma de “respirar” em meio ao cotidiano, tornando assim registros casuais. A fotografia de Higor Bandeira tem em particular sua ligação com a mobilidade, com o uso da bicicleta como transporte que o aproxima da rua e da imagem a ser fotografada, chamando seus registros de “fragmentos”, essa especificidade o caracteriza como fotógrafo de rua.

A condução metodológica foi baseada em entrevistas semi estruturadas, onde os fotógrafos relatam sobre o interesse e o início do trabalho com fotogra-

fia, o objetivo deles com suas imagens e a representação das ruas na fotografia de cada um. As fotografias utilizadas para a análise antropológica e social que oportunizaram a construção da pesquisa foram indicadas por eles. Dessa forma, a imagem de mulheres no trabalho informal se encontra, como posição diária de registro dos fotógrafos pela cidade.

Convém lembrar que o período de pandemia não fugiu às lentes dos fotógrafos, uma vez que as imagens e as narrativas são permeadas por símbolos pandêmicos, como, por exemplo, o uso de máscaras, possibilitando tecer o trabalho das mulheres antes e durante o período de pandemia.

Diante do exposto, algumas indagações se tornaram constantes na construção das ideias, sendo a rua um local ocupado por símbolos, como se caracteriza a territorialidade do trabalho feminino nas imagens? Como a fotografia de rua constrói um registro frente ao cotidiano da cidade e das pessoas que a circundam?

Na tentativa de desvendar as inquietações, é importante compreender o trabalho informal de mulheres nas ruas de Campo Grande, referenciada na fotografia de rua, tendo em mente a construção da fotografia de rua, a identificação da imagem da mulher historicamente na cidade e a trajetória do trabalho informal feminino. A informalidade é analisada aqui como trabalho exercido nos espaços públicos, sem condições adequadas e expostas às intempéries, normalmente desenvolvido por mulheres pobres na velhice, que escolhem a área central da cidade para trabalhar. A palavra velhice - definição mais abrangente do fenômeno do envelhecimento - é em referência a mulheres acima de 60 anos.

A velhice é compreendida pela perspectiva sociocultural, econômica e biológico/comportamentalista (Siqueira; Botelho; Coelho 2002), com ênfase na noção sociocultural em que a sociedade estabelece as funções e preferências de cada idade na divisão social do trabalho, levando em conta uma perspectiva economicista, por meio da qual, na velhice se pré-estabelece a ruptura com o mundo produtivo e com a ideia biológica das alterações fisiológicas dos organismos, juntamente com a demanda de políticas públicas de saúde.

A fotografia da rua é o registro real de uma sociedade dentro das possíveis interpretações de seu território como local de pertencimento, de identidade e elemento de expressão do cotidiano. A noção de território utilizada no artigo se refere às ideias de Milton Santos (1999), que o entende como local usado, sendo fundamento para o trabalho, residência, trocas materiais, espirituais e, enfim, do exercício da vida.

O texto está estruturado em duas partes, a primeira localiza historicamente a cidade e as ruas de Campo Grande, mostra a importância da imagem para a

construção histórico-cultural de um lugar referenciada na fotografia de rua e nas ruas. Em seguida, apresenta a experiência dos fotógrafos nas ruas destacando as territorialidades presentes em suas produções. A potência da imagem feminina nas ruas passa por uma interpretação das manifestações do espaço urbano e do habitual. Por fim, a diversidade mediante a representação das imagens encaminhadas à análise dentro das narrativas de sobrevivência e viventes que habitam esse território.

A história e as ruas de Campo Grande

A história da cidade de Campo Grande se inicia como um vilarejo no sul do estado de Mato Grosso. A região era ocupada por indígenas e paraguaios remanescentes das missões jesuítas espanholas até o início do século XVIII. A decadência das minas de ouro em Cuiabá – então capital do estado - e em outras localidades no século XIX acentuou as instabilidades políticas e econômicas em algumas províncias. Esses fatores possibilitaram a migração de cuiabanos, goianos, mineiros, paulistas e gaúchos para a região sul de Mato Grosso (Weingärtner, 1995). As migrações para essa parte do estado decorrem da fertilidade do solo e pela expressiva quantidade de gado bovino produzido na área do Pantanal.

No ano de 1872, o mineiro José Antônio Pereira saiu de Monte Alegre, Minas Gerais, rumo ao sul do Mato Grosso. Nesse contexto, a história “oficial” constrói José Antônio Pereira como fundador da cidade, ao vir em comitiva para a região e se estabelecer no encontro de dois córregos que se chamariam Prosa e Segredo. Por outro lado, a história oral admite a existência de uma comunidade composta por negros/as desde antes da chegada do fundador, liderada por uma ex-escrava de nome Eva Maria de Jesus, conhecida como Tia Eva, conforme afirma a historiadora Vânia Lúcia Batista Duarte (2018): “Descendentes de Tia Eva solicitaram à Fundação Cultural Palmares, em Brasília, um estudo sobre antepassados para ter registros oficiais da chegada da ex-escrava” (entrevista online, 2018).

A historiadora afirma que seus antepassados ajudaram no desenvolvimento do município, mas nem sempre são lembrados. Nesse embate entre fundador ou fundadora, José Antônio Pereira foi reconhecido na história “oficial” como responsável pela sistematização da ocupação do povoado e demarcações de posses para as pessoas que manifestaram interesse em se estabelecer no vilarejo. A localização do município (Figura 01) foi um fator importante para os “desbravadores” da região, considerando a qualidade do solo, a amenidade da temperatura, a exuberância da vegetação e a qualidade das pastagens.

A cidade sempre teve, destacadamente, uma dinâmica própria, tanto que data de 1905 a formação das ruas no primeiro Código de Posturas, que estabelece normas para melhorar a organização da cidade, como, por exemplo, ordenamento para propaganda, limpeza urbana, festas de rua, conservação de calçadas, feiras livres, arborização, entre outros. Segundo Oliveira Neto (2005) “Naquela época, existia apenas uma rua no vilarejo, mas as normas postas para as ruas e praças já eram pensadas”.

Somente em 1909, o engenheiro Nilo Javari Barém foi contratado pela Intendência Municipal para fazer o projeto do desenho da planta urbana. A realização implica a reestruturação do Código de Postura, conta com influência de ideais positivistas que preveem uma organização urbana moderna como ruas retilíneas em direção ao centro. Assim, o primeiro arruamento de Campo Grande foi na rua Afonso Pena, atual rua 26 de agosto e na Avenida Marechal Hermes, atual Avenida Afonso Pena.

Nos estudos do geógrafo Antônio Firmino de Oliveira Neto (2005), a estruturação e reestruturação do espaço urbano de Campo Grande analisam a importância da rua 14 de Julho como elemento de sociabilidade, de concentração das manifestações sociais e das decisões políticas. A referida rua e proximidades, durante muitas décadas, agrupam as principais atividades econômicas, políticas e sociais da cidade, sendo responsáveis por apresentar para os campo-grandenses e visitantes a dinâmica comercial local, por estarem próximas à estação ferroviária e contarem com representativa circulação de pessoas e mercadorias. Os produtos e pessoas chegavam, principalmente, pela ferrovia, assim novas ideias e novas necessidades se inserem no cotidiano dos habitantes.

Ao longo do período de ocupação do vilarejo, até ser indicada como capital do novo estado, as ruas, as sociabilidades e a concentração da vida social foram mudando. Concomitantemente, os locais na cidade ganharam novas formas de usos e tradições.

Na atualidade, as características das ruas, especialmente nas áreas centrais, se transformam em um lugar quase que exclusivamente de consumo. Com a intensificação da produção e distribuição de mercadorias, os hábitos são estabelecidos principalmente, mediados pelo dinheiro, interferindo no planejamento do espaço urbano e promovendo intervenções para facilitar o fluxo do transporte e ampliar eixos de expansão urbana e comercial. Dentro das facilidades de comunicação e transportes, impondo novos ritmos e espacialidades na cidade, as ruas de Campo Grande reconhecem diferentes tipos de mudanças socioculturais.

O click das ruas

As modificações urbanas ao longo dos séculos podem se configurar pela construção e reconstrução da cidade mediante registros fotográficos. As imagens, no contexto histórico-cultural, são responsáveis pela criação de arquivo iconográfico da vida social das/os habitantes.

A fotografia, como é conhecida nos dias atuais, passou por inúmeras transformações no decorrer do tempo, historicamente contada pela descoberta por químicos e alquimistas desde a antiguidade (Falcão, 2019) e compreende muitas contribuições de ideias-conceitos tendo como um dos primeiros registros de fotografia tirada na França, em 1826, por Joseph Nicéphore Niépce. A utilização de câmeras fotográficas data de 1839, tendo como referência o francês Louis Jacques Mandé Daguerre, usada para registrar momentos específicos onde a câmera permanecia imóvel.

Por volta de 1888, a empresa Kodak começou a produzir uma câmera que pudesse ser transportada (Costa, 2018), sendo um marco para a fotografia feita em câmeras com filmes e posteriormente a criação de armazenamento em cartão de memória e câmeras compactas.

No século XIX a fotografia começa a ganhar força e a fazer parte da vida cotidiana (Carvalho, 2016). Desde o primeiro registro de fotografia até o momento atual, somente na virada para o século XX a fotografia ascendeu como um elemento significativo na área da informação (Moura, 2019). Os avanços das ferramentas de impressão permitiram registros em movimento, podendo difundi-la na área da informação pelo advento da fotografia de imprensa, assim, várias inovações científicas e técnicas foram surgindo.

O começo do século XXI marca o aparecimento de telefones móveis com câmeras fotográficas digitais, recorrente da massificação da internet, fomentando a forma de fotografar e utilizar a fotografia por todas as pessoas e em qualquer lugar, sem descaracterizar, obviamente, o primoroso trabalho artístico de fotógrafos/as profissionais que utilizam equipamentos de última geração.

Com o início das imagens digitais, a fotografia passa a ser mais recorrente na representação do cotidiano, fomentando de forma documental, jornalística, artística ou como lazer. De acordo com Falcão (2019), o impacto da imagem digital confere um grande marco na formação e continuidade da globalização:

O impacto da fotografia digital não se fez sentir na sua totalidade até à primeira década do Século XXI, sendo que eventos históricos muito significativos tais como os ataques de 11 de setembro de 2001 foram ainda na sua quase totalidade fotografados com recurso a câmeras fotográficas analógicas. A facilidade e rapidez que a evolução de tecnologia

digital veio permitir na captura, edição e transmissão de fotografias (acompanhada da globalização), conduziu a que a maioria dos jornais e revistas fizesse a transição da fotografia analógica para a digital (Falcão, 2019, p. 13).

No início da história da fotografia, sua utilização estava relacionada aos registros fotográficos de signos e locais de poder, como, por exemplo, prédios públicos e monumentos, mas, com o decorrer do tempo e o avanço da ciência e da tecnologia, a produção de câmeras fotográficas móveis possibilitou o registro em movimento, ou seja, de pessoas e animais. Os fenômenos de urbanização e do expansionismo também contribuíram para a evolução do olhar imagético que acompanhava o desenvolvimento local em decorrência das perspectivas globais e mudanças territoriais.

Nesse contexto, surgem diferentes categorias e estilos dentro da fotografia, tais como, a fotografia social, de moda, a documental, a publicitária, o fotojornalismo, a macrofotografia, entre outras. Para a análise aqui proposta, os olhares são para a construção da imagem como instrumento da rotina que perpassa os atores sociais nas cidades, assim, será usada a categoria fotografia de rua, que tem como base para o seu surgimento o fotojornalismo e a fotografia documental (Oliveira; Ito, 2017). Esses dois ramos de fotografia possuem uma linha tênue de relação e diferenciação: o fotojornalismo tem como foco a informação, com objetivo de cumprir as pautas e demandas de uma notícia, já a fotografia documental se caracteriza pela consolidação de documentos científicos, de viagens e outras práticas sociais.

A diferença na fotografia de rua está na forma que consegue representar o cotidiano, o olhar atento, a busca por expressões naturais e não posadas (Oliveira; Ito, 2017), ou seja, o exercício de olhar para o cotidiano, a representação das particularidades, os vazios e os excessos, no intuito de capturar o cenário urbano. Essa forma de fotografar é ideal para observar as expressões e manifestações das dinâmicas na cidade. Logo, o cotidiano urbano por meio da fotografia de rua constrói a experiência da mulher e do homem comuns, que vivenciam as ruas no cotidiano da cidade. Carvalho (2016) argumenta que:

Mais do que um gênero fotográfico com características próprias, a street photography deve ser compreendida como uma tradição que remonta ao início do século XX e revela o potencial da fotografia como instrumento documental e poético do cotidiano. Com forte ressonância na estética da fotografia documental e jornalística, a fotografia de rua conjuga a diversidade, o caos, a velocidade das ruas com um olhar criativo e original sobre as banalidades do dia a dia (Carvalho, 2016, p. 84).

Os fotógrafos, independentes de estarem com suas câmeras fotográficas em mãos, estão nas ruas, caminham pela cidade e constroem suas práticas de olhares nos acontecimentos da vida comum, sempre em estado de observação, de atenção

aos detalhes, às vezes imperceptíveis, assim o olhar é o exercício mais importante desse profissional. As imagens têm valor com histórias do território e os sujeitos, a compreensão da materialidade, mas também na subjetividade (Moura, 2019), visto que são permeadas de descrições dos costumes, do habitual, do que não é percebido por quem somente passa pelas ruas e não trabalha com fotografia.

O olhar da fotografia de rua se assemelha à busca por enxergar aquilo que é familiar ao cotidiano, que muitas vezes passa despercebido, mas o fotógrafo consegue estranhá-lo ao ponto de registrar. Segundo Gilberto Velho (2013), o que nos é familiar pode ser conhecido e próximo, mas nem todo o desconhecido é necessariamente estranho e distante. A fotografia é usada como um mecanismo entrelaçado à profusão de uma maneira de ver, de resistência e ressignificação identitária, sendo necessária ser vista também por outros olhos, observada como resultado de interpretação da realidade a partir das opções do observador/a.

O fotógrafo Álvaro Herculano, nascido na cidade de Rio Verde, no interior do Mato Grosso do Sul, começou a observar as ruas quando se mudou para a capital. Inicialmente o fotógrafo registrava elementos da natureza e as chamadas fotografias de retrato, descritas por Herculano como ensaios que predispõem direcionar a pessoa para foto. Mas foi nas ruas que conseguiu desenvolver a sua prática e aperfeiçoamento, percebendo que o seu estilo fotográfico condizia em registrar a essência das pessoas, sem pose ou pontos delimitados, conforme relato (todas as entrevistas receberam transcrição literal) abaixo:

Sempre uso fone no ouvido quando estou fotografando, viro as costas e vou, bem escondido. Algumas pessoas até criticam... que aquilo ali talvez seja errado no modo de pensar da pessoa, mas eu penso que a rua é um local democrático, livre e que todas as pessoas que estão ali, estão sujeitas a algum tipo de intervenção (Álvaro Herculano, 17 nov. 2020).

O debate acerca do uso da imagem na pesquisa antropológica e sociológica é pertinente para pensar a fala de Álvaro Herculano. A discussão compreende em como pode ser feita a imagem e quais os seus usos. Para além da questão ética, acredita-se que a fotografia e a imagem para a pesquisa nas ciências sociais devem ser orientadas por teor teórico e técnica metodológica. Segundo José de Souza Martins (2022), o fotógrafo é o coadjuvante do ato da imagem, assim a interação se torna recíproca entre o ato de fotografar e quem mais vier a vê-la.

A fotografia, na condição de registrar o ambiente em que se vive, vincula as concepções socioculturais do próprio fotógrafo e da sociedade em que ele pertence (Frاندoloso, 2014), embora a noção e interpretação da fotografia perpassa múltiplas problematizações por caracterizar um recorte do real. A dinâmica fotográfica

de Álvaro Herculano propõe pensar o olhar da fotografia, as características técnicas e as experiências que desembocam em uma maneira particular de ver a cidade.

Na soma do cruzamento de olhares, o fotógrafo Higor Bandeira molda a perspectiva das ruas de Campo Grande a partir de sua experiência como feirante:

Tudo me ajudou muito a moldar o meu olhar fotográfico, um olhar que tento buscar o que são as pessoas em uma questão social periférica. Mostrar quem vive na cidade e como lida com a cidade. Até mesmo, como ela lida com a caligrafia urbana... que é a pichação. Eu gosto muito de fazer esse registro. Então, desde o momento que trabalhei na feira quando era moleque. Foi o que moldou muito esse meu olhar... porque eu conversava com muita gente diferente, eu conversava com pessoas de diferentes culturas (Higor Bandeira, 06 out. 2020).

A fotografia, para Bandeira, está posta como uma forma de interação entre a cidade e as pessoas. Na dinâmica em que foi traçando o olhar fotográfico com as ruas, procurou desenvolver os registros por fragmentos da vida diária das/os habitantes. A imagem por fragmento confere mais uma opção dentre as infinitas maneiras de olhar o ambiente.

Sendo assim, a fotografia das ruas de Campo Grande oferece visibilidade às mudanças e acontecimentos da vida corriqueira, as sociabilidades e disparidades sociais postas são colocadas por meio da fotografia para identificar e questionar as manifestações na cidade. O exercício de interpretação fotográfica constrói determinadas maneiras de ver o território em suas singularidades, narrativas da vida social e marginalizados cenários de poder.

Com base no desenvolvimento dessas ideias, a análise passa a ter uma perspectiva com base no trabalho da mulher nas ruas. Assim, com o auxílio da fotografia de rua e a experiência dos fotógrafos, a figura feminina está posta frente à observação.

Álbum da cidade: o trabalho informal da mulher nas ruas de Campo Grande

A reprodução fotográfica, a partir do século XX, constrói a imagem de uma sociedade industrial em processo de adaptação, desenvolvimento, tecnicidade, modos de organização e valores. Nesse meandro, a cidade se apresenta em um contexto de crescente urbanização, em busca de imagens com exatidão, impessoalidade, capacidade de reprodutibilidade e rapidez de produção, transformando-se em um ambiente ideal para ser fotografada. Cada vez mais as imagens se tornam acessíveis, no sentido de ver o espaço onde se habita e lugares longínquos (Moura, 2019).

Com os fenômenos de urbanização, a cidade se apresenta em um cenário de poder, representada pelos monumentos históricos, marcos referenciais e grandes

obras urbanas, porém sem atores, sem a visão das ruas, do mundo do trabalho. Nesse quesito, todas as ações nas ruas, os locais tidos como marginalizados, ou não, estão ausentes das imagens, levando a indagações do tipo: “Onde estão as mulheres, as crianças, os homens, as dores e os amores da/na cidade?”

No início do século XX, as mulheres eram retratadas, em sua maioria, nos espaços domésticos. Por se tratar de poder e visibilidade, a figura masculina e representantes de classes abastadas exerciam maior autonomia na fotografia. Além da imagem feminina nas ruas não ser usual, o trabalho na fotografia feito por mulheres quase não existia.

Em busca do olhar feminino na fotografia em um contexto histórico, tem-se como referência a fotógrafa Hildegard Rosenthal, que nasceu na Suíça e passou a juventude na Alemanha e, em 1936 foi morar em São Paulo, onde começou a fotografar a vida urbana e principalmente as pessoas da cidade, chegando a comercializar as fotografias para jornais e revistas brasileiras. A construção das suas imagens passa por um olhar atento e treinado, sendo a figura da mulher a fonte de inspiração e um elemento de observação da cidade de São Paulo, conforme aponta a Figura 02.

Figura 02: Pedestres na praça do Patriarca



Fonte: Hildegard Rosenthal. São Paulo/SP, 1940.

Outros nomes na história da fotografia feminina brasileira são importantes, dentre elas, Gioconda Rizzo, tida como a primeira fotógrafa profissional, retratou mulheres e crianças em estúdio. No século XX, Nair Benedicto, já pensava no papel da mulher na sociedade, especialmente das classes mais baixas. Mesmo assim, a presença de mulheres na vida cotidiana da cidade se fez presente em uma história pouco fotografada. Ao longo do tempo, os eventos da história fotográfica foram se consolidando, e a imagem feminina começou a despontar.

No cenário atual, é possível observar com mais ênfase o trabalho feminino na fotografia, seja por meio das redes sociais, jornais, exposições ou em museus. Porém, a princípio, a categoria fotografia de rua não está entre as principais escolhas das fotógrafas, considerando a experiência de mobilidade na cidade, principalmente desenvolvida pela fotografia de rua, a qual exige certa imersão pelos diferentes bairros da cidade. O ato de fotografar a rua impõe caminhar pelas calçadas em busca da rotina dos atos, sendo a mobilidade da vida urbana diretamente ligada ao cotidiano dos habitantes e de grande importância ao acesso dos diferentes espaços da cidade (Jirón, 2007). Assim, a experiência de mobilidade é vivenciada de formas diferentes por homens e mulheres, tornando-a não homogênea.

Nesse contexto, a antropóloga Paola Jirón (2007), discute sobre a acessibilidade ser distribuída de forma desigual entre os indivíduos na cidade. A noção de espaço feminino, está dado de forma mais reduzida na cidade, o que condiz com o medo de violência e com a construção das cidades feitas por homens e para homens (Sampapé, 2019). A iluminação e a forma que as ruas são planejadas elencam como o espaço público não acolhe mulheres, por uma lógica ideológica liberal do capital em que a noção de mulher seria aquela dona de casa, cuidando dos filhos, sem precisar circular pela cidade.

Dessa forma, as imagens escolhidas para análise dos fotógrafos elencados apresentam três elementos em comum: gênero, idade e relação racial no trabalho informal. A imagem feminina da Figura 03 nas ruas de Campo Grande pode ser vista mediante experiência de mulheres idosas desenvolvendo vendas de jogos de loteria, alimentos e hortifrúti, mercadorias que não estão no formato do mercado, muito provavelmente produtos da agricultura familiar e embalado por elas mesmas.

Figura 03: Mulher indígena trabalhadora de rua

Fonte: Álvaro Herculano. Campo Grande/MS, 2019.

Álvaro Herculano retratou a venda de legumes e mel por uma senhora indígena, sentada e aparentando cansaço. A localização da imagem e os cartazes identificam que a vendedora expõe os produtos junto à fachada de um supermercado no centro da cidade e com representativa circulação de pessoas, favorecendo a comercialização da mercadoria. Com o apoio de caixotes de madeira, bacia e sacolas plásticas, o trabalho visto na imagem pode ser retratado como informal, autônomo, sem CNPJ e realizado sem carteira assinada (Pinheiro, 2021).

A partir de análise sociológica, é possível traçar, simplificada, a trajetória de vida das mulheres até o ímpeto do trabalho informal desenvolvido na velhice. No estudo de Rita Maria Pinheiro (2021), a condição da mulher é marcada dentro do patriarcado como sistema de dominação e suas consequências. Pelo domínio dos homens sobre as mulheres nos grupos domésticos e nas comunidades, ao longo do tempo essa relação se moldou e continua como definidor das relações de poder e de dominação social:

Mantém-se na organização e na dinâmica das relações de gênero, definindo os instrumentos de dominação que atuam na sociedade, através das leis e costumes – cultura. É um sistema estruturante do poder político, econômico e social, que sustenta a opressão

sobre as mulheres, o que explicaria o sentimento que nos faz sentir menores que os outros, impotentes diante da vida (Pinheiro, 2021, p. 96).

Mesmo na lógica de dominação do patriarcado, a autora mostra evidente um percurso feminino que não deve ser visto apenas pelo viés de gênero, mas de acordo com outros fatores como, por exemplo, o trabalho informal, marcado por mulheres com dificuldade para encontrar o primeiro emprego ou reingressar no mercado de trabalho, o qual se potencializa pelo avanço da idade e por ser indígena. As características dessa informalidade permeiam a baixa remuneração, falta de condições adequadas, trabalho exercido em espaço público e exposição às intempéries, como representa a imagem de Álvaro Herculano.

O fator racial no cenário brasileiro também se configura como uma condicionante a essa mão de obra. Da juventude até a velhice, as mulheres precisam se inserir no mundo do trabalho, enviesadas pelas discriminações raciais e geracionais. Assim, enfrentam, em cada momento da vida, formas de discriminações que se complementam:

Entendê-las é pressuposto para pensarmos políticas de enfrentamento e de combate às discriminações de gênero, raça/cor e geracional. As mulheres negras se encontram na base da pirâmide ocupacional e social. O racismo presente na sociedade e nas instituições leva milhões de mulheres à exclusão, extrema pobreza e à violência. A maioria dessas mulheres vive nas periferias das grandes cidades, são chefes de família e fazem parte das mães “solo”. Segundo estudos, as mulheres hoje representam em torno de 40% dos chefes de família e mais de 35% são “mães solo”, ou seja, são as únicas responsáveis pelos filhos e filhas (Pinheiro, 2021, p. 103).

As mulheres historicamente estão nos trabalhos mais precários e informais, potencializados pela ausência de políticas públicas de saúde, educação e de cuidados, o que implica maior vulnerabilidade. Dentro dessa expropriação de direitos e da falta de proteção social, a informalidade pode resultar em trabalho considerado escravo.

Segundo Jacques Mick e João Carlos Nogueira (2021), o racismo e o trabalho informal no Brasil reforçam as desigualdades. A manutenção do trabalho escravo até os dias atuais representa a reprodução social de um ciclo vicioso de exclusão da população negra:

Para a historiografia mais atenta ao período da abolição e pós-abolição, poucas dúvidas restam sobre a opção pelo branqueamento como projeto de nação. Decorrencia disso, a segregação racial explícita, principalmente no acesso a elementos fundamentais como educação, oportunidades de trabalho e serviços qualificados, na emergente industrialização brasileira (Mick; Nogueira, 2021, p. 212).

Assim, os desequilíbrios estruturais persistem em uma trajetória que resulta na subsistência. A despeito dos avanços e melhorias no setor educacional, com a desindustrialização crescente e o aumento do trabalho no setor de serviços, o déficit de igualdade está na base de todo o desenvolvimento capitalista brasileiro, tendo como essência a exploração da mão de obra feminina, mas em especial de mulheres negras e com baixa escolaridade.

Nos espaços públicos, primordialmente na rua, a impessoalidade da multidão assedia diariamente a/o trabalhador/a informal que, vulnerável, torna-se desconfiado, frustrado e inferiorizado (Cerqueira, 2008). O comércio popular da cidade atrai diversos consumidores, e diferentes processos discriminatórios rondam as mulheres trabalhadoras estereotipadas por serem idosas, negras, indígenas ou fronteiriças, majoritariamente bolivianas.

Independente da “violência” vivida pelas mulheres em trabalho informal no território de rua, a experiência e a necessidade econômica promovem a construção de laços e pertencimento às ruas da cidade. Assim, a venda nas ruas do comércio popular, tem histórico nos processos de urbanização e de territorialização, sendo de grande importância no cotidiano do centro da cidade:

Para o comércio popular é estratégica a localização no centro. Com fácil acesso por transporte público, equipado com infraestrutura e serviços que criam centralidade, ou seja, que polarizam os fluxos de pessoas, ocupar estes espaços é estratégico para o comércio ambulante. É na interrupção do passo do transeunte que o ambulante vende a sua mercadoria (Godoy, 2021, p. 85).

A mulher idosa tem por prática estabelecer seu espaço de comercialização, considerando a condição de saúde, dificuldades de locomoção, dentre outros fatores da velhice. Nesse caso, o trabalho informal representa condições mínimas de vida, moradia, comida e reintegração social. Sendo o desemprego aliado pelo processo de globalização da economia, da desigualdade na distribuição de bens e de oportunidades sociais, permeia o trabalho informal pela falta de opções de trabalho (Alencar, Campos, 2006). Tais elementos ganham proporção ao adentrarem a velhice, e a falta de políticas públicas direcionadas para essa população acentua os problemas relacionados à questão de saúde e do bem estar, uma vez que a prevenção com seu próprio corpo não é uma escolha para o trabalho.

Na Figura 04, Higor Bandeira retrata uma mulher negra, idosa, usando máscara e uniforme do Pantanal Cap, jogo de sorte em que concorre a carros, motos e prêmios em dinheiro. A imagem é marcada pela pandemia da covid-19, a qual trouxe à tona preocupações sanitárias e de saúde. No contexto pandêmico, novas formas de sociabilidades surgiram para a manutenção da vida social e para

combater a doença, como o isolamento social, o contato virtual, entre outros. Porém, quais corpos podem ficar em isolamento e quais corpos precisam ir para rua trabalhar e se expor ao coronavírus?

Figura 04: Mulher em trabalho de rua durante a pandemia da covid-19



Fonte: Higor Bandeira. Campo Grande/MS, 2020.

Na imagem é possível notar a realidade do trabalho informal mesmo em tempos de pandemia. A lógica do negócio e do ganho continuou, pela manutenção do capitalismo e como forma de subsistência e da sobrevivência da própria família. Assim, “[...] o capitalismo, mais uma vez, mostrou fissuras e perversidades e, ao mesmo tempo, deixou evidente que é capaz de se retroalimentar mesmo em situações de vulnerabilidade mundial” (Durães, 2021, p. 362).

A crise sanitária mundial da covid-19 revelou uma desigualdade de contextos e modos de precauções e cuidados da doença. O Brasil, em especial, revela historicamente a concentração de renda de quem gera vulnerabilidades sociais e privilégios (Correia *et al.*, 2020). A Seguridade Social desenvolvida por políticas de saúde, previdência social e de assistência social, por vezes não oferta a proteção necessária pelas demandas da sociedade, considerando que a pandemia deixa em evidência os grupos em vulnerabilidade e as assistências que necessitavam.

Nesse processo, o Auxílio Emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, foi estabelecido pela Lei n. 13.982 no dia 2 de abril de 2020. O auxílio tem como intuito beneficiar a população em situação de vulnerabilidade durante a pandemia, oferecendo o pagamento no período de três meses de R\$600,00 sendo limitado a quantia de R\$1.200,00 por núcleo familiar. Por muitas atividades terem sido agravadas durante o período, o auxílio se tornaria uma ajuda aos/as brasileiros/as. Contudo, o acesso e uso do auxílio governamental demandava habilidade tecnológica e equipamentos com-

patíveis com os aplicativos bancários. Sendo assim, dificultando a inserção de pessoas idosas que necessitam dos recursos para sobreviverem. A falta de amparo deixou um percentual elevado de mulheres sem o auxílio, resultado talvez de pouca informação e auxílio, tendo essas mulheres que continuar indo para as ruas, em uma condição de total ausência do Estado durante a pandemia da covid-19.

Quando a informalidade permanece ou se insere entre a população idosa, pode significar que a aposentadoria não garante viver com o mínimo necessário para subsistência (Alencar; Campos, 2006). Os valores, defasados, concedidos pela previdência social continuam levando idosos/as ao trabalho informal e insalubre, na ânsia de suprirem as demandas em gastos com a saúde. Dessa forma, o trabalho informal na velhice, se justifica em uma sociedade que remunera mal os/as trabalhadores/as, que não proporciona condições de inserção na formalidade e, sobretudo, que não fortalece e expande políticas públicas direcionadas às pessoas idosas.

No viés de exploração do trabalho, o capitalismo, ao longo do tempo, passa por metamorfoses, e a informalidade vai se modificando, formando novos serviços, profissões ou outros modos que continuam mantendo as marcas das desigualdades. Na Figura 05, a imagem da mulher se aproxima da análise a partir do aparato tecnológico, como elemento do mercado para promover as vendas com equipamentos que facilitam a comercialização dos produtos.

Figura 05: Mulher em trabalho de rua, destaque para a máquina de cartão de crédito e celular



Fonte: Higor Bandeira. Campo Grande/MS, 2021.

O território dessas mulheres no espaço público, com suas vendas, deixa evidente a definição de desigualdade com a ideia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma (Santos, 1999). Dentro da informalidade, também é preciso se adaptar frente aos atuais meios do mercado, seja pela máquina para pagamento com cartão de crédito ou pelo pix, que é um pagamento eletrônico instantâneo e gratuito, oferecido pelo Banco Central do Brasil a pessoas jurídicas e físicas. O dinheiro, de maneira geral, cria as leis e as impõe ao mercado e, conseqüentemente, à população, forçando adaptações e mimetismos.

O dinheiro do meio informal repercute na formalidade do mercado de grandes empresas e dos governos mundiais. Na lógica do mercado, por menor que seja o comércio, é fundamental para a atividade monetária, pois empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder (Santos, 1999). Então, por meio do trabalho informal, o Estado consegue dar manutenção ao sistema de grandes potências cristalizadas à medida que sancionou a divisão dos mundos econômicos formais e informais.

A análise por meio da fotografia de rua concede uma das formas de questionar o cotidiano do trabalho das mulheres que começam a se destacar nas ruas por seus afazeres, até o momento em que a velhice repercute nos espaços públicos da cidade. A presença da idosa no trabalho informal considera ainda um local importante no mercado de trabalho, o qual não está dado apenas como maneira de sobreviver frente a um capitalismo perverso, mas também de sociabilidade de corpos por vezes esquecidos.

Considerações finais

As discussões aqui produzidas procuraram compreender o trabalho informal de mulheres nas ruas de Campo Grande, por intermédio da fotografia de rua. A partir das entrevistas semiestruturadas com os fotógrafos e pelas fotografias selecionadas (devidamente autorizadas) nos perfis das redes sociais, foi possível estabelecer três pontos em comum nas imagens, quais sejam: a mulher, a velhice e a relação racial no trabalho informal. O formato de fotografia adotado para análise possibilita a identificação das mudanças físicas e subjetivas operadas na experiência dos fotógrafos e na trajetória das mulheres frente ao mercado de trabalho e ao processo de urbanização.

O deslocamento pelas ruas, como exige a etnografia e a fotografia de rua, gera a interpretação da vida social na cidade. Porém, em tempos de pandemia da covid-19, a noção de se deslocar pelas ruas foi feita por meio da narrativa de experiência dos próprios fotógrafos.

Assim, nas imagens é possível identificar o mundo do trabalho informal da mulher, constituído no território desenvolvido em espaços públicos. Além disso, identificou a imagem da mulher, historicamente, na cidade. A análise permitiu compreender que a trajetória feminina dentro da informalidade está para além do viés de gênero, repercutindo nas discriminações racial e geracional que enfrentam ao longo da vida, sobretudo, as mulheres em condições de vulnerabilidade econômica e com idade avançada.

Diante destas afirmações e com as discussões feitas ao longo deste texto, é possível perceber as configurações do conhecimento da vida urbana na e pela imagem que os fotógrafos compartilham como trabalho. Tal qual os/as pesquisadores/as constroem na etnografia de rua, os fotógrafos exploram os espaços urbanos por meio dos seus passos, descobrindo e reverberando seus territórios. A fotografia de rua exige a intimidade de quem faz a foto e olha para o cenário, pertencendo a uma relação de afetividade com a rua e com suas atrizes e seus atores. A sensibilidade do olhar do fotógrafo se relaciona com a percepção do antropólogo ao observar a cidade, pois a tem como objeto temporal, lugar de trajetos e percursos sobrepostos (Rocha; Eckerte, 2003) frente a trama das ações cotidianas.

Ao retratar os cenários cotidianos das ruas os fotógrafos cartografam a cidade de Campo Grande, tem-se, assim, a imagem em concílio com a escrita da análise antropológica e sociológica, codificando a produção visual, como instrumento de estudo. Nesse caso, ao conhecer o contexto sociocultural da produção, por meio da história da fundação da cidade até a instituição como capital do estado de Mato Grosso do Sul, foi possível compreender o exercício do olhar dos fotógrafos entre a cidade e o acúmulo de experiência fotográfica.

Com isso, a hipótese da análise de que a rua é um território primordialmente masculino, viabiliza pensar na mobilidade, a não mobilidade ou a mobilidade restrita como ato diário que revela a qualidade de vida urbana por dar acesso aos diferentes espaços da cidade, porém, quando encontra a figura feminina, experimenta um movimento não homogêneo.

Ao observar as imagens dos fotógrafos, a projeção da mulher frente à urbanização chamou a atenção em relação à velhice e às condições de trabalho informal como parte do roteiro das ruas de Campo Grande. A discussão frente à informalidade entoa as condições precárias das relações de trabalho com consequências graves de médio a longo prazo.

Partindo do exercício do olhar preconizado pela fotografia de rua, este artigo apresenta uma reflexão sobre a produção visual como importante meio de análise. Consubstanciada nas ideias de Victa de Carvalho (2016), a fotografia se

torna elemento chave para a compreensão do cotidiano urbano, da experiência das pessoas comuns, identificando as mudanças físicas e subjetivas da cidade sempre em movimento, a fotografia de rua utilizada como investigação revela seu potencial de instrumento documental e, inclusive, poético do cotidiano.

Nesse enlace, os acontecimentos e pessoas comuns que são fotografadas dentro da perspectiva das ruas, tende a transformar o ordinário em extraordinário ganhando luz ao que, por vezes, passa despercebido pelo dia a dia das cidades. Além disso, a pesquisa, permitiu identificar o trabalho informal de mulheres na velhice, analisando o déficit em que são colocadas ao longo da vida e possibilitando a investigação da relação interseccional entre relações raciais e de gênero nas imagens. Por fim, as fotografias construíram determinada maneira de ver o território feminino do trabalho informal em suas singularidades em um cenário marginalizado de poder.

Partindo do exercício do olhar preconizado pela fotografia, esse artigo procurou jogar luzes sobre as imagens feitas nas ruas, em busca de uma reflexão sobre a produção visual como importante meio de análise. Além disso, permitiu identificar o trabalho informal de mulheres na velhice, instigando o déficit em que são colocadas ao longo da vida e possibilitando a investigação da relação interseccional entre relações raciais e de gênero nas imagens. Por fim, as fotografias construíram determinada maneira de ver o território feminino do trabalho informal em suas singularidades em um cenário marginalizado de poder.

Referências

- BARROS, M. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.
- CARVALHO, V. A experiência do homem comum na fotografia de rua contemporânea. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 32, p. 80-92, ago. 2016.
- CERQUEIRA, M. B. Quando a rua é dos velhos: trabalho informal, saúde e condições de vida. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 235-249, jul./dez. 2008.
- CORREIA, D.; SANTOS, A.; BRITO, K.; GUERRA, L.; VIEIRA, K.; REZENDE, C. Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social? **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**, v. 12, p. 1-9, 2020.
- COSTA, M. Diga X: uma breve história da fotografia. **Blog - Universidade Tuiuti**, Curitiba, 02 ago. 2018. Disponível em: <https://www.tuiuti.edu.br/blog-tuiuti/diga-x-uma-breve-historia-da-fotografia#:~:text=A%20primeira%20fotografia%20de%20que,feitas%20por%20alquimistas%20na%20Antiguidade>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- D'ALENCAR, R. S.; CAMPOS, J. B. Velhice e trabalho: a informalidade como (re)aproveitamento do descartado. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, [S. l.], v. 10, 2006.
- DUARTE, V. L. B. Afinal, quem chegou primeiro em Campo Grande, José Antônio ou Tia Eva? **Jornal on-line Campo Grande News**, Campo Grande, 26 ago. 2018. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b>. Acesso em: 15 ago. 2023.

DURÃES, B. R. Do trabalho informal tradicional ao uberizado: história, inovação e pandemia. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 21, p. 361-375, nov. 2020 / abr. 2021.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Iluminuras**, v. 4, n. 7, 2003.

FALCÃO, D. R. L. **Timeline da história da fotografia**. Trabalho de Investigação apresentado ao Instituto Politécnico do Porto, ESMAD – Porto, 2019.

FRANDOLOSO, L. F. O flâneur: o acaso na fotografia de rua, o novo flâneur e suas maneiras de registrar o cotidiano com dispositivos móveis. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 15., 2014. **Anais [...]**. Palhoça: Intercom, 2014.

GODOY, T. M. P. Territorialidade do trabalho informal: a centralidade periférica dos vendedores ambulantes. *In*: MARQUES, L. **Trajетórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/campo-grande.html>. Acesso em: 07 set. 2023.

JIRÓN, P. Implicancias de género en las experiencias de movilidad cotidiana urbana en Santiago de Chile. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 12, n. 29, 2007.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MICK, J.; NOGUEIRA, J. C. Racismo e trabalho informal no Brasil: quando desigualdades estruturais se reforçam. *In*: MARQUES, L. **Trajетórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

MOURA, D. F. Everyday Brasil: Pensando representações fotográficas do território em rede no Brasil. *In*: COLÓQUIO DE FOTOGRAFIA DA BAHIA, 2., 2018. **Anais [...]**. Salvador: Escola de Belas Artes da UFBA, 2018. p. 105-124.

OLIVEIRA, K. P. B.; ITO, M. A. A; MAIER, V. Aspectos da fotografia de rua e a essência do olhar humano. *In*: JORNADA CIENTÍFICA UNIVEL, 15., 2017, Cascavel. **Anais [...]**. Cascavel: UNIVEL, 2017.

OLIVEIRA NETO, A. F. **A rua e a cidade**: Campo Grande e a rua 14 de julho. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

PINHEIRO, R. M. O patriarcado na trajetória das trabalhadoras informais: mulheres invisibilizadas. *In*: MARQUES, L. **Trajетórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SAMPAPÉ. Mulheres são as que mais caminham, e as que menos decidem nas cidades. **Jornal on-line Carta Capital**, São Paulo, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/mulheres-sao-as-que-mais-caminham-e-as-que-menos-decidem-nas-cidades/>. Acesso em: 18 out. 2023.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**, ano 01, n. 01, 1999.

SIQUEIRA, R. L.; BOTELHO, M. I. V.; COELHO, F. M. G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, n. 7, p. 899-906, 2002.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WEINGÄRTNER, A. A. S. Campo Grande o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos de Mercossul. Campo Grande. **Revista ARCA**, Campo Grande, n. 5, 1995.

A INFLUÊNCIA DA ESTIAGEM E DO FOGO NA FAMÍLIA ASTERACEAE EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO PANTANAL DE MS, BRASIL

The Influence of Drought and Fire on the Asteraceae Family in an
Environmental Conservation Unit in the Pantanal of MS, Brazil

DOI 10.55028/geop.v19i36

Daniel de Menezes Mendes*
Ranielly Garcia da Silva**
Maria Ana Farinaccio***

Resumo: O fogo conferiu aos humanos um poder sem igual, a influência é tão significativa que uma era chamada Piroceno foi delineada. A crise resultante deriva de incêndios desenfreados e falta de queimadas controladas. No Brasil, Amazônia e Pantanal sofreram incêndios avassaladores em 2020, causando danos irreversíveis. Condições climáticas, como baixa umidade e altas temperaturas, impulsionam esses incêndios. Um estudo recente na Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul entre 2018 e 2023 investigou a resiliência das Asteraceae ao fogo e à seca. Descobriu-se que essa família possui espécies altamente adaptadas, possivelmente devido a sistemas subterrâneos especializados.

Palavras-chave: áreas úmidas, Compositae, incêndios, mudanças climáticas, Piroceno.

Abstract: Fire has granted humans unprecedented power, its influence so significant that an era called the Pyrocene has been delineated. The resulting crisis stems from uncontrolled wildfires and a lack

Introdução

O fogo concedeu aos seres humanos um poder sem precedentes, tanto como força criativa quanto destrutiva, com manifestações concretas e transcendentais. A influência do fogo é tão significativa que é possível delinear uma era planetária, denominada Piroceno (Pyne, 2006, 2023).

Áreas que historicamente experimentavam incêndios estão testemunhando níveis sem precedentes, superando os registros anteriores (Tomas *et al.*, 2021). No Brasil, tanto a Amazônia quanto o Pantanal enfrentaram suas maiores crises em duas décadas, com

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Herbário COR. Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Uberlândia, Campus Umuarama, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: dm.mendes08@gmail.com.

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Herbário COR. Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Brasil. E-mail: r_garcia@ufms.br.

*** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Herbário COR. Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Brasil. E-mail: mafarinaccio@hotmail.com.

of controlled burns. In Brazil, both the Amazon and the Pantanal suffered devastating fires in 2020, causing irreversible damage. Climatic conditions, such as low humidity and high temperatures, drive these fires. A recent study on the Pantanal Park Road in Mato Grosso do Sul between 2018 and 2023 investigated the resilience of Asteraceae to fire and drought. It was found that this family possesses highly adapted species, possibly due to specialized underground systems.

Keywords: climate change, Compositae, fires, Pyrocene, wetland.

incêndios devastadores assolando essas regiões únicas (Brando *et al.*, 2019; Tomas *et al.*, 2021)

Especificamente, sobre o Pantanal, pode se dizer que é uma das maiores áreas alagadas do mundo, com aproximadamente 140.000 km² de planície de inundação de baixa altitude do alto Rio Paraguai (Harris *et al.*, 2005). A vegetação caracteriza-se pela influência dos domínios fitogeográficos do Cerrado, Amazônia, Chaco e Mata Atlântica (Ferreira, 2013). Quanto ao clima, o Pantanal pode ser classificado como sazonal, caracterizado por duas estações do ano bem definidas: o período de cheias, que ocorre de novembro a março, e o período de seca, que vai de junho a outubro. Segundo a Classificação Climática de Köppen-Geiger, o Pantanal é caracterizado por um clima tropical com estação seca de inverno (Aw).

O Pantanal evoluiu moldado pelo fogo, com registros que remontam a períodos anteriores à chegada do homem (Damasceno-Júnior *et al.*, 2021). A origem das queimadas ainda é desconhecida, porém, acredita-se ser fomentada por fatores abióticos e principalmente pela ação antrópica, combinados ao longo período de estiagem (Libonati *et al.*, 2020a; Damasceno-Júnior *et al.*, 2021). Nesse contexto, a vegetação nativa do Pantanal apresenta adaptações morfológicas, fisiológicas e ecológicas, que as tornam tolerantes ao ciclo de fogo e cheia.

Os incêndios em larga escala, como os ocorridos em 2020, podem ter causa-

do danos irreparáveis ao Pantanal, estabelecendo um recorde de queima histórica nos últimos 20 anos, com cerca de 30% do bioma consumido pelo fogo (Pivello *et al.*, 2021). Os fatores que contribuem para a propagação do fogo estão diretamente ligados às condições climáticas, como baixa umidade do ar e altas temperaturas (Soriano *et al.*, 2020).

Enquanto a grande maioria das espécies são adaptadas ao fogo, outras, não conseguem se manter neste período, principalmente as que são adaptadas ao curso d'água, assim, incêndios florestais de alta intensidade, podem causar danos irreparáveis nesses habitats, e algumas espécies podem desaparecer no decorrer do tempo visto que, especialistas apontam que, no futuro, o Pantanal ficará suscetível ao aumento das temperaturas, mudanças no ciclo de chuvas e alterações climáticas sazonais, incluindo o aumento do período de seca e mais ondas de calor (Pott; Pott, 1994; Marengo *et al.*, 2016; Thielen *et al.*, 2021).

Conforme destacado por Pyne (2023), a biota terrestre está sujeita tanto à degradação pela ausência do fogo controlado quanto pelo fogo descontrolado. O manejo integrado do fogo e a queima controlada, especialmente no Pantanal, trazem inúmeros benefícios para o ecossistema, incluindo a limpeza da área, a eliminação de espécies invasoras, o estímulo ao rebrote da pastagem nativa e o controle de pragas. Nesse contexto, com base no histórico de ocorrências de fogo no Pantanal, é sabido que ele desempenha um papel crucial na manutenção da vegetação, devido à notável adaptação de algumas espécies aos períodos de estiagem e às queimadas (Damasceno-Júnior *et al.*, 2023). Conforme observado por Pott e Pott (1994), a maioria dessas espécies possui a capacidade de rebrotar após o fogo. No entanto, a crescente incidência e intensidade dos incêndios tornam-se motivo de preocupação, principalmente em áreas onde a frequência do fogo é baixa (Damasceno-Júnior *et al.*, 2023). As mudanças climáticas, impulsionadas pela queima de combustíveis fósseis, estão evidenciando regiões de alta temperatura por todo o planeta, e o que esses lugares têm em comum é a presença constante do fogo (Pyne, 2023).

Nos anos de 2019 e 2020, incêndios de grandes proporções devastaram a Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul (EPP), uma unidade de conservação de especial interesse turístico que atrai visitantes de todo o mundo, em função da sua beleza cênica. A EPP configura-se como um recorte do Pantanal Sul, atravessando quatro das onze sub-regiões do Pantanal (Silva; Abdon, 1998), e exibindo uma grande diversidade de flora e fauna (Campos; Farinaccio, 2021), o que a torna um excelente modelo de estudo. Em 2020, inúmeros animais sucumbiram às chamas no Pantanal, com estimativas de perda de cerca de 17 milhões de vertebrados (Tomas *et al.*, 2021). Durante os incêndios na EPP, as tradicionais

pontes de madeira que facilitavam a travessia durante as cheias foram totalmente consumidas pelo fogo, e a vegetação foi arrasada, resultando em impactos severos em toda a área.

Uma das famílias botânicas que se destaca por sua abundância no Pantanal é a Asteraceae. Até o momento, foram catalogados 50 gêneros e 85 espécies no Pantanal, enquanto na EPP foram registrados 31 gêneros e 37 espécies (Flora e Funga do Brasil, 2024; Mendes *et al.*, 2022). Isso significa que 62% dos gêneros e 43% das espécies relatadas para o Pantanal ocorrem na EPP, tornando-a um excelente local para estudos, dada a alta diversidade dessa família. Portanto, o objetivo deste trabalho é investigar a resiliência das Asteraceae à seca e ao fogo, especialmente considerando que estávamos conduzindo um levantamento florístico na área durante os incêndios de 2019 a 2021.

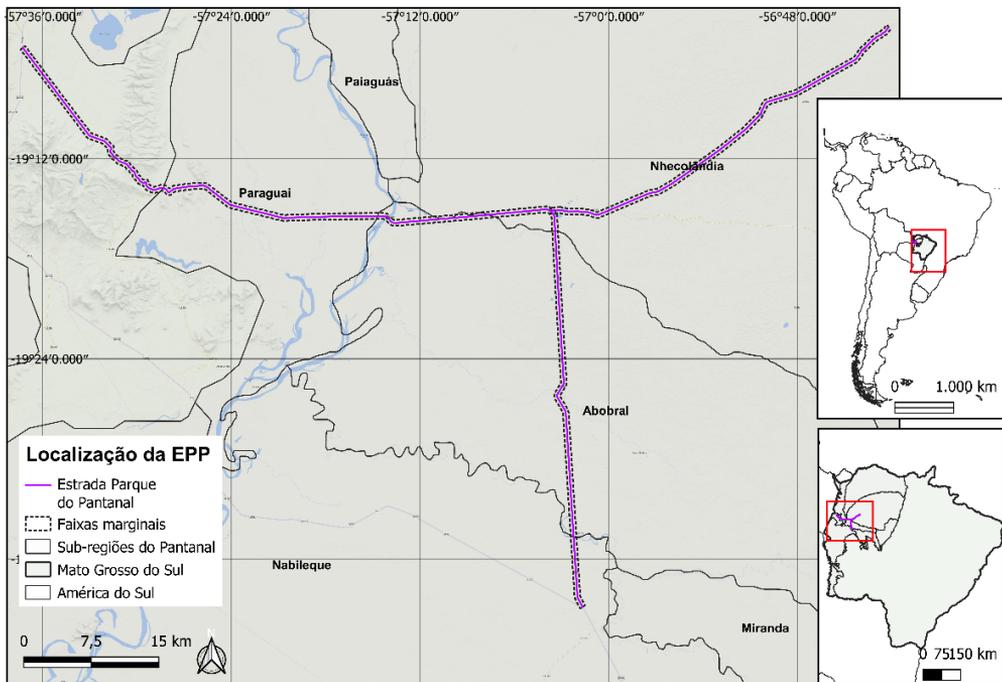
Material e Métodos

Área de estudo

A Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul (EPP) é uma Unidade de Conservação e foi criada pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por meio do Decreto nº 7.122/93 de 17 de março de 1993 (Marques & Oliveira, 2016). A EPP atravessa as cidades de Ladário e Corumbá, onde está a maior parte de sua área, estendendo-se por cerca de 120 km, com elevações que variam de 86 a 400 m (Marques; Oliveira, 2016).

O Decreto nº 7.122/93 divide a EPP em três trechos: o primeiro trecho tem início no Buraco das Piranhas, abrange a MS-184 e termina na Curva do Leque, incluindo uma faixa marginal de 300 m de cada lado da estrada. O segundo trecho tem início na Fazenda da Alegria, na sub-região da Nhecolândia, percorre a MS-228 até a Base do Morro Grande, no entroncamento da MS-228 com a MS-432, atravessando o rio Paraguai, considerando também a faixa marginal de 300 m de cada lado da estrada. O terceiro trecho começa da Base do Morro Grande até a BR-262 (19°05'20,9''S e 57°37'15,1''W), próximo ao anel viário (Mato Grosso do Sul, 1993) (Figura 1).

A EPP apresenta uma grande potencialidade turística em virtude, principalmente, da diversidade e beleza faunística e florística, além da diversidade social, em razão das diferentes comunidades que habitam na região (Marques; Oliveira, 2016).

Figura 1. Localização da Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul (EPP)

Fonte: Modificado de Mato Grosso do Sul (1993).

A EPP, dada a sua localização, apresenta clima Tropical de Savana (Aw) segundo a Classificação de Köppen-Geiger, caracterizado por invernos secos e verões chuvosos, além de estar sujeita a sazonalidade dos pulsos de inundação. A área da EPP, de cerca de 6.800 hectares, abrange quatro sub-regiões do Pantanal: Abobral, Nabileque, Nhecolândia e Paraguai (Silva; Abdon, 1998).

Coleta e preparação do material

O estudo foi realizado com base na análise de amostras originais obtidas em expedições de coletas ao longo da EPP entre os anos de 2018 e 2020, 2022 e 2023, somente em meados de 2020 e 2021 não foram efetuadas expedições de coletas devido a pandemia de coronavírus (COVID-19). Essa amostragem foi feita pelo método do caminhamento (Filgueiras *et al.*, 1994), procurando abranger todas as fitofisionomias que ocorrem ao longo da EPP: (i) Floresta Estacional Decidual, (ii) Floresta Estacional Semidecidual, (iii) Floresta Estacional Semidecidual Aluvial, (iv) ambiente antropizado, (v) na região do maciço do Urucum e nas bancadas lateríticas (cangas) (Conforme, Damasceno-Júnior *et al.*, 2009; Negrelle, 2013; Takahasi; Meirelles, 2014).

Todo material coletado com flores e frutos foi prensado em campo e georreferenciado. As características dos espécimes, incluindo habitat, hábito e morfologia reprodutiva foram anotadas. Posteriormente, de acordo com as instruções de Fidalgo e Bononi (1989), as amostras foram desidratadas em estufa sob temperatura de 70°C, e em seguida, foram processadas sob a forma de exsicata e os vouchers foram incorporados à coleção do Herbário da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (COR). Esses materiais coletados serviram de subsídio para o desenvolvimento deste estudo comparativo entre os espécimes encontrados antes, durante e após a passagem dos incêndios. Nosso objetivo principal foi avaliar a resistência dessas espécies aos eventos de fogo utilizando-os como referência para a análise.

Mapas

Os dados do fogo, referentes ao período de incêndios ocorridos entre agosto e outubro de 2019, foram obtidos utilizando a plataforma Google Earth Engine, a partir de dados do Moderate-Resolution Imaging Spectroradiometer (MODIS). Esses dados foram plotados no software Qgis, juntamente com os dados de coletas de Asteraceae georreferenciadas. Foram comparados os locais com focos de incêndios na EPP com os pontos de coletas, gerando o mapa de distribuição das coletas. Os mapas confeccionados utilizam o sistema de referências SIRGAS 2000, que consiste em uma Projeção Conformal.

Resultados e discussão

Em 2020, durante o desenvolvimento do levantamento das Asteraceae da Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul, ocorreram os grandes incêndios no Pantanal, quando cerca de 3.909.075 ha., o que equivale a 26% da área total, foi consumida pelo fogo, atingindo a EPP (Libonati *et al.*, 2020b). Durante esse período foram coletados 27 gêneros e 30 espécies (Tabela 1, Figura 2) distribuídos em todas as fitofisionomias (Mendes *et al.*, 2022) (Figura 4).

Figura 2. Espécies de Asteraceae encontradas na EPP. **A.** *Aspilia latissima*. **B.** *A. silphiooides*. **C.** *Barrosoa candolleana*. **D.** *Bidens gardneri*. **E.** *Calea rupicola*. **F.** *Pacourina edulis*



Fonte: (Fotos: A, B, C, D, E – D. M. Mendes; F – M.V.S. Urquiza)

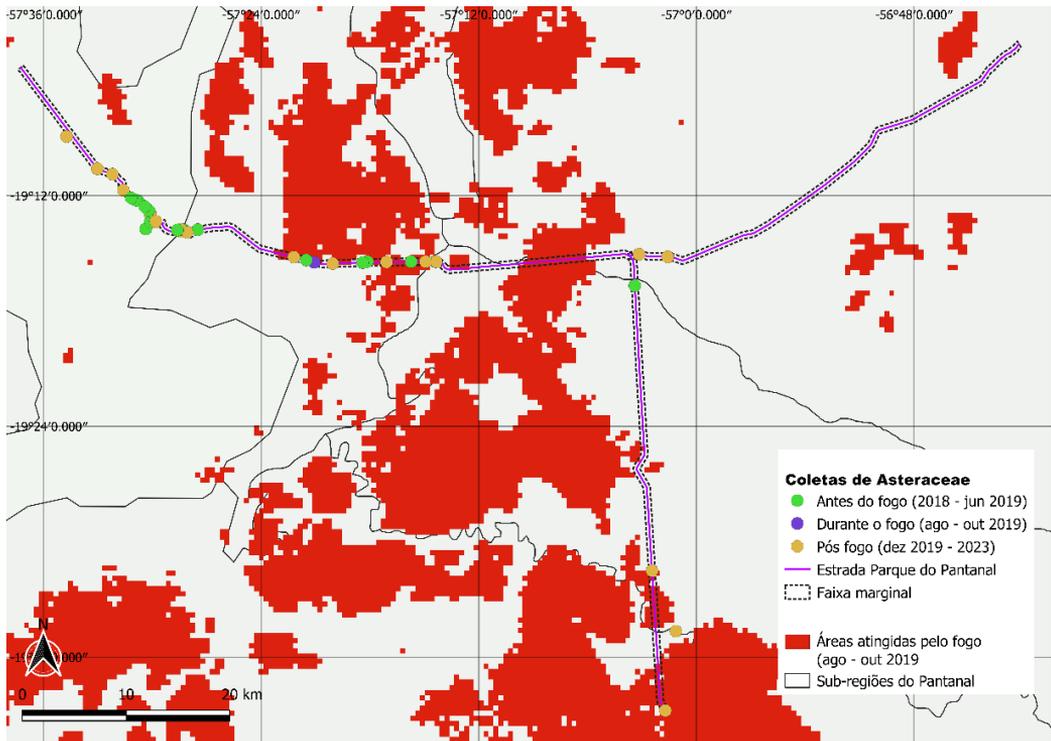
Tabela 1. Registros de ocorrência de espécies de Asteraceae na Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil, em diferentes condições climáticas.

Antes da passagem do fogo (AF); durante a passagem do fogo (DF); após a passagem do fogo (PF). Espécies endêmicas do Pantanal (*)

Espécie	AF	DF	PF
<i>Acmella uliginosa</i> (Sw.) Cass.	X		X
<i>Aspilia latissima</i> Malme	X		X
<i>A. silphioides</i> (Hook. & Arn.) Benth. & Hook.			X
<i>Austroeuatorium inulaefolium</i> (Kunth) R.M.King & H.Rob.			X
<i>Baccharis glutinosa</i> Pers.			X
<i>Barrosoa candolleana</i> (Hook. & Arn.) R.M.King & H.Rob.			X
<i>Bidens gadneri</i> Baker	X		X
<i>B. Pilosa</i> L.			X
<i>Calea rupicola</i> Chodat*			X
<i>Centratherum punctatum</i> Cass.	X		
<i>Chromolaena odorata</i> (L.) R.M.King & H.Rob.			X
<i>Conyza bonariensis</i> (L.) Cronquist	X		X
<i>Dimerostemma apense</i> (Chodat) M.D.Moraes	X		
<i>Eclipta prostrata</i> (L.) L.			X
<i>Emilia fosbergii</i> Nicolson	X		
<i>Erechtites hieracifolius</i> (L.) Raf. ex DC.			X
<i>Lagascea mollis</i> Cav.	X		
<i>Lessingianthus argenteus</i> (Less.) H.Rob.			X
<i>Melanthera latifolia</i> (Gardner) Cabrera	X		X
<i>Mikania micrantha</i> Kunth		X	X
<i>Orthopappus angustifolius</i> (Sw.) Gleason	X		
<i>Pacourina edulis</i> Aubl.			X
<i>Parthenium hysterophorus</i> L.			X
<i>Sphagneticola brachycarpa</i> (Baker) Pruski	X		X
<i>S. trilobata</i> (L.) Pruski			X
<i>Stilpnopappus pantanalensis</i> H.Rob.*			X
<i>Synedrella nodiflora</i> (L.) Gaertn.	X		
<i>Tridax procumbens</i> L.	X	X	X
<i>Vernonanthura brasiliiana</i> (L.) H.Rob.			X
<i>V. ferruginea</i> (Less.) H.Rob.			X

No período em que antecedeu os incêndios florestais, no ano de 2018 e no primeiro semestre de 2019 foram coletadas 13 espécies; já durante o período dos incêndios de agosto a outubro de 2019 foram encontrados somente dois indivíduos, um de cada espécie; já, no pós-fogo, a partir de dezembro de 2019, primeiro semestre de 2020 e nos anos de 2022 e 2023, o número de espécies coletadas deu um salto, 24 espécies (Tabela 1), um aumento de 85% em relação ao período anterior aos incêndios (Figura 3).

Figura 3. Distribuição das coletas ao longo da EPP, antes, durante e pós ocorrência do fogo



Fonte: Os autores.

Nosso resultado corrobora os dados de Pott e Pott (1994), que destacam a tolerância de muitas espécies da família Asteraceae no Pantanal a perturbações ambientais, como período de estiagem, fogo e inundação. É importante ressaltar que, além de serem resistentes a esses eventos, as Asteraceae foram beneficiadas por sua ocorrência resultando em um aumento significativo no número de espécies coletadas.

Figura 4. Aspectos fisionômicos da EPP. **A.** Área de Floresta Estacional Semidecidual (durante o fogo). **B.** Área de Floresta Estacional Semidecidual (pós-fogo). **C.** Bancada laterítica (durante o fogo). **D.** Bancada laterítica (pós-fogo)



Fotos: D.M. Mendes.

Durante o período de amostragem, *Bidens gardneri*, *Conyza bonariensis*, *Mikania micrantha*, *Tridax procumbens* e *Vernonanthura ferruginea* foram bastante recorrentes. Sabemos que apresentam forte resistência ao fogo e, para a rebrota e floração, longos períodos de seca são necessários, o que nos ajuda a entender o resultado de nossas coletas no período de estiagem e incêndios.

É sabido que presença de mucilagem nas extremidades das sementes, favorece a adaptação e colonização de plantas em ambientes adversos, com deficiência

hídrica (Yang *et al.*, 2012; Young; Evans, 1973). Foi reportado para uma das espécies que ocorre na EPP, *Emilia fosbergii*, a presença de mucilagem. Neste caso, sua principal função está relacionada a entrada de água e embebição das sementes, favorecendo então, a sua germinação e estabelecimento na área de estudo, mesmo no período de estiagem (De-Paula *et al.*, 2015).

Após a passagem dos incêndios entre 2019 e 2023, foi observado que a grande maioria dos táxons foi coletado, inclusive aquelas espécies que ainda não haviam sido amostradas anteriormente. Este resultado é notável, especialmente considerando que o mesmo esforço de coleta foi empreendido antes dos incêndios e estiagem. Desde dezembro de 2019, durante o período pós-fogo, observou-se a presença das seguintes espécies: *Aspilia silphioides*, *Austroeupatorium inulaefolium*, *Baccharis glutinosa*, *Bidens pilosa*, *Barrosoa candolleana*, *Calea rupicola*, *Chromolaena odorata*, *Eclipta prostrata*, *Erechtites hieracifolius*, *Pacourina edulis*, *Sphagneticola trilobata*, *Stilpnopappus pantanalensis*, *Vernonanthura brasiliiana* e *V. ferruginea*. Aproximadamente 50% dessas espécies apresenta hábito aquático ou anfíbio, como documentado por Pott & Pott (1994), incluindo *A. silphioides*, *B. candolleana*, *B. glutinosa*, *E. prostrata* e *P. edulis*. Segundo os registros, essas espécies não sobreviveriam durante períodos de seca, quando há escassez de água. No entanto, neste estudo foram encontradas apenas durante a estiagem após os incêndios. É relevante notar que uma delas é endêmica do Pantanal: *Calea rupicola*. É possível que essas espécies tenham desenvolvido adaptações para tolerar as perturbações ambientais causadas pelo fogo.

Durante nossas expedições de coleta e amostragem, algumas espécies foram recorrentes especialmente antes do fogo, após a cheia, são elas, *Aspilia latissima* e *Melanthera latifolia*, que também foram observadas no período pós-incêndio e durante a estiagem. Uma descoberta interessante foi o registro da *A. latissima* habitando não apenas o ambiente aquático, como anteriormente conhecido (Pott; Pott, 1994), mas também em áreas terrestres durante períodos de seca. Isso nos permite agora classificá-la como uma planta anfíbia, demonstrando uma notável adaptação aos regimes tanto de seca quanto de inundação no Pantanal.

Durante este estudo, verificamos que alguns táxons não são bem adaptados ao fogo e ao período de estiagem, aqui destacamos espécies como: *Dimerostemma apense* e *Synedrella nodiflora*. Na nossa amostragem, essas espécies foram coletadas somente no primeiro semestre de 2019, antes da passagem do fogo e estiagem.

Considerações finais

Durante o período de estiagem e após incêndios, a família Asteraceae foi altamente representativa na Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul. Acreditamos que isso se deve a vários fatores, incluindo a presença de um sistema subterrâneo altamente especializado, conhecido como xilopódio, que é rico em água e sais minerais, garantindo a sobrevivência dessas plantas em condições adversas.

Essa estrutura especializada confere resistência às espécies durante períodos ou ambientes desfavoráveis, possibilitando a rebrota após perturbações. Além disso, esse órgão subterrâneo pode acumular uma quantidade expressiva de frutano, que atua como fonte de reserva e está diretamente relacionado à tolerância à seca (Vijn; Smeekens, 1999; Silva *et al.*, 2014). Possivelmente, a presença do xilopódio pode contribuir para que quase 80% das espécies apresentem rebrota após o período de fogo. Além disso, 53% das espécies foram coletadas pela primeira vez após a passagem do fogo, seguida de um período de forte estiagem.

Após analisarmos nossos resultados, chegamos à conclusão de que a família Asteraceae possui espécies altamente adaptadas ao fogo e a longos períodos de estiagem. Recomendamos, portanto, a realização de novos estudos morfofisiológicos que abordem sua adaptação a esses eventos, especialmente diante das mudanças climáticas que já estão em curso. Essa temática envolve uma complexidade e desafios significativos, os quais merecem uma investigação aprofundada.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil. Os autores agradecem ao MsC. Marcus Vinicius Santiago Urquiza pela sua contribuição nas expedições de coletas. DMM agradece à CAPES, pela bolsa de mestrado, processo 88887.704121/2022-00; e ao PIBIC/CNPq/UFMS 2020 pela bolsa concedida. RGS agradece ao INCT – Herbário Virtual da Flora e dos Fungos do Brasil e ao PIBIC/CNPq 2021 e 2022 pelas bolsas concedidas. MAF agradece à FUNDECT/SECTEI 29/16, Processo 59/300.097/2027 pelos recursos concedidos. Ao CNPq processo nº 445354/2020-8, FUNDECT Processo nº 427/2021 e Imasul TF nº 001/2022 pelos recursos concedidos ao PELD, Fogo no Pantanal.

Referências bibliográficas

- BRANDO, P. M. *et al.* Prolonged tropical forest degradation due to compounding disturbances: Implications for CO₂ and H₂O fluxes. **Global Change Biology**, v. 25, p. 2855-2868, 2019.
- CAMPOS, S. H.; FARINACCIO, M. A. Sinopse das Apocynaceae da Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Heringeriana**, v. 15, p. 178-191, 2021.
- DAMASCENO-JÚNIOR, G. A. *et al.* Florestas Estacionais no Pantanal: Considerações Florísticas e Subsídios Para Conservação. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 2., 2009, Corumbá. **Anais [...]**. Corumbá: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2009. p.784-795.
- DAMASCENO-JÚNIOR, G. *et al.* Fire, Flood and Pantanal Vegetation. In: DAMASCENO-JÚNIOR, G.; POTT, A. (Eds.). **Flora and Vegetation of the Pantanal Wetland**. Utrecht: Springer, 2021. v. 18. p. 661-688.
- DAMASCENO-JÚNIOR, G. *et al.* **Manejo Integrado do Fogo no Pantanal** - Um roteiro para o fogo bom. Campo Grande: LASA (Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais & Laboratório de Ecologia Vegetal - UFMS), 2023.
- DE-PAULA, O. C. *et al.* Roles of mucilage in *Emilia fosbergii*, a myxocarpic Asteraceae: Efficient seed imbibition and diaspore adhesion. **American Journal of Botany**, v. 102, n. 9, 2015.
- FERREIRA, A. B. B. Pantanal Mato-Grossense: considerações sobre a proteção constitucional para um desenvolvimento econômico sustentável. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 1, p. 11-20, 2013.
- FIDALGO, O.; BONONI, V. L. R. **Técnicas de coleta, preservação e herborização de material botânico**. (Série de documentos). São Paulo: Instituto de Botânica, 1989.
- FILGUEIRAS, T. S. *et al.* Caminhamento: um método expedito para levantamentos florísticos qualitativos. **Cadernos de Geociências**, v. 12, p. 39-48, 1994.
- FLORA E FUNGA DO BRASIL. Asteraceae. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB55>. Acesso em: 3 mai. 2024.
- HARRIS, M. B. *et al.* Safeguarding the Pantanal Wetlands: Threats and conservation initiatives. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 714-720, 2005.
- LIBONATI, R. *et al.* Rescue Brazil's burning Pantanal wetlands. **Nature**, v. 588, n. 7837, p. 217-219, 2020a.
- LIBONATI, R. *et al.* **Sistema ALARMES** – Alerta de área queimada Pantanal, situação atual - primeira semana de outubro de 2020. Rio de Janeiro: Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais - UFRJ, 2020b.
- MARENCO, J. A.; ALVES, L. M.; TORRES, R. R. Regional climate change scenarios in the Brazilian Pantanal watershed. **Climate Research**, v. 68, p. 217-219, 2016.
- MARQUES, H. R.; OLIVEIRA, M. S. Estrada Parque Pantanal: Comunidades, Solidariedade e desenvolvimento. **Semioses**, v. 6, n. 2, p. 29-38, 2016.
- MENDES, D. M.; HEIDEN, G.; FARINACCIO, M. A. Sinopse da família Asteraceae na Estrada Parque do Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Heringeriana**, v. 16, p. 1-27, 2022.
- NEGRELLE, R. R. B. Composição e estrutura do componente arbóreo de remanescente de floresta estacional semidecidual aluvial no Pantanal mato-grossense, Brasil. **Revista Arvore**, v. 37, n. 6, p. 989-999, 2013.
- PIVELLO, V. R. *et al.* Understanding Brazil's catastrophic fires: Causes, consequences and policy needed to prevent future tragedies. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 19, p. 233-255, 2021.
- POTT, A.; POTT, V. **Plantas do Pantanal**. 1. ed. Corumbá: EMBRAPA-SPI, 1994.

PYNE, S. J. Fogo no jardim: compreensão do contexto dos incêndios em Portugal. In: PEREIRA, J. S. *et al.* **Incêndios Florestais em Portugal**: Caracterização, impactes e prevenção. Lisboa: ISA Press, 2006. p. 115-131.

PYNE, S. J. **Piroceno**: De como a Humanidade criou uma idade do Fogo e o que virá a seguir. 1. ed. Lisboa: Livros Zigurate, 2023. 199p.

SILVA, E. M. S. *et al.* Anatomy of vegetative organs in *Aldama tenuifolia* and *A. kunthiana* (Asteraceae: Heliantheae). **Brazilian Journal of Botany**, v. 37, n. 4, 2014.

SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. **Pesquisa Agropecuaria Brasileira**, v. 33, n. 10, 1998.

SORIANO, B. *et al.* **Uso do fogo para o manejo da vegetação no Pantanal**. 1. ed. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2020.

TAKAHASI, A.; MEIRELLES, S.T. Ecologia da vegetação herbácea de bancadas lateríticas (cangas) em Corumbá, MS, Brasil. **Hoehnea**, v. 41, n. 4, 2014.

THIELEN, D. *et al.* The pantanal under siege on the origin, dynamics and forecast of the megadrought severely affecting the largest wetland in the world. **Water (Switzerland)**, v. 13, n. 21, 2021.

TOMAS, W. M. *et al.* Distance sampling surveys reveal 17 million vertebrates directly killed by the 2020's wildfires in the Pantanal, Brazil. **Sci Rep**, 11, 2021

VIJN, I.; SMEEKENS, S. Fructan: More than a reserve carbohydrate? **Plant Physiology**, v. 120, p. 351- 359,1999.

YANG, X. *et al.* Seed mucilage improves seedling emergence of a sand desert shrub. **PloS one**, v. 7, n. 4, 2012.

YOUNG, J. A.; EVANS, R. A. Mucilaginous Seed Coats. **Weed Science**, v. 21, n. 1, 1973.

Editorial

Dossiê: MIGRAFRON

Apresentação

*Marco Aurélio Machado de Oliveira
Patrícia Teixeira Tavano*

Fronteiras e Travessias Globais: Migração Haitiana em Mato Grosso do Sul

*Juliana Tomiko Ribeiro Aizawa
Jones Dari Goëttart*

Mulheres Imigrantes na Contemporaneidade

*Jessica Campos de Freitas
Lucilene Machado Garcia Arf*

Documentação e Cidadania na Fronteira Brasil (Corumbá/MS) X Bolívia: registro civil de nascimento

*Joyce Sehaber Germendorff
Sílvia de Fátima Pires
Marco Aurélio Machado de Oliveira*

Migrantes Pendulares: Trabalhadores Informais na Fronteira em Corumbá, MS, Brasil

Isadora Sigarini de Moraes

Refugiados Olímpicos: a oportunidade de transpor fronteiras por meio do esporte

*Luis Felipe Gimenes Nogueira
Paula Trindade de Godoy*

Representação dos Imigrantes Bolivianos no Museu de História do Pantanal, Corumbá (MS)

*Ketylen Karyne Santos Almeida
Antônio Carlos do Nascimento Osório
Eunice Maria Pinheiro*

Xenofobia no Ambiente Escolar e as Escolas Públicas Municipais de Corumbá – MS

*Laiz Nascimento Egues
Patrícia Teixeira Tavano*

Presença de Estudantes Migrantes Internacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Corumbá: um estudo de 2015 a 2024

*Tarissa Marques Rodrigues dos Santos
Mariana Vaca Conde*

O Cenário Linguístico-Acadêmico de Estudantes Imigrantes no Brasil

*Manuel Salvador Colina Lovera
Thayse Figueira Guimarães*

A Língua e a Educação de Surdos Migrantes Indígenas Matriculados nas Escolas de Santarém-Pará

*Thaisy Bentes
Daiane Pinheiro*

Artigo convidado: I Encontro Latino-Americano de Bem Viver e Inovação Social

A Construção do Território Fronteiriço a partir dos Movimentos Migratórios Internacionais

*Jackeline Cristina Nogueira Guerrero
Marcos Leandro Mondardo*

Artigos de Fluxo Contínuo

Políticas Territoriais para o Saneamento Básico em Mato Grosso do Sul: um estudo sobre o grau de satisfação com o serviço de abastecimento de água em Corumbá-MS

*Leandro dos Santos Pereira
Vitória dos Santos Pereira
Elisa Pinheiro de Freitas*

A Fotografia de Rua com um Olhar para o Trabalho Informal da Mulher

*Beatriz Silva Bogarim
Mara Aline Ribeiro*

A Influência da Estiagem e do Fogo na Família Asteraceae em uma Unidade de Conservação Ambiental no Pantanal de MS, Brasil

*Daniel de Menezes Mendes
Ranielly Garcia da Silva
Maria Ana Farinaccio*